

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

**Brasil, 2018: a importância do Parlamento e das Mídias Sociais na
construção do discurso que venceu as eleições presidenciais**

IVSON DA NÓBREGA QUEIROZ

São Paulo

2024

IVSON DA NÓBREGA QUEIROZ

**Brasil, 2018: a importância do Parlamento e das Mídias Sociais na
construção do discurso que venceu as eleições presidenciais**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientação: Profa. Dra. Rosemary Segurado

São Paulo

2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Rosemary Segurado
(Orientadora – PEPG/CS – PUCSP)

Prof. Dr. Rafael de Paula Aguiar Araújo
(PEPG/CS – PUCSP)

Prof.^a Dra. Helga do Nascimento de Almeida
(CEPPI/UFMG– UNIVASF)

Essa pesquisa foi realizada com o apoio, em parte, do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior – PROSUC/CAPES

This research was carried out with the support, in part, of the Postgraduate Support Program for Community Institutions of Higher Education – PROSUC/CAPES

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha esposa, Bianca Neves, pela insistência para que eu desenvolvesse este trabalho, pela parceria profissional, paciência para discutir temas pertinentes à pesquisa e contribuição intelectual; à minha filha Dora, que desde pequena entende a importância da educação na nossa trajetória profissional e pessoal; aos meus pais, Orlando e Maria Queiroz (*in memoriam*); à minha orientadora, a professora Rosemary Segurado, por acolher minha proposta de trabalho, quando apresentada, com entusiasmo e estímulo; à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a seus dedicados e competentes professores, que tive o prazer de conhecer, frequentar as aulas e absorver conhecimento, nos últimos dois anos e meio; aos meus colegas de trabalho da área de tecnologia da Mass, que me ajudaram a desenvolver a ferramenta de análise de dados, na pessoa de Alessandro Piva; aos meus colegas de trabalho da área de análise de dados da Mass, na pessoa de Luana Castral; ao cientista político Carlos Melo pelas discussões envolvendo o tema do trabalho; ao sociólogo Rafael da Costa pelas indicações de leitura para melhor entendimento da religião; a Leonardo Blanco pelas discussões a respeito da tramitação de projetos no Congresso Nacional, facilitando seu entendimento; aos colegas e amigos que fiz durante o curso, na pessoa de Alessandra Ogassavara, que fez a revisão deste trabalho. Óbvio que este trabalho não teria sido realizado sem o conhecimento e informações disponibilizadas em forma de livros, artigos e análises pelos autores devidamente creditados na bibliografia desta dissertação de mestrado — que também merecem meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esse trabalho de pesquisa tem como objetivo identificar e explicar a dinâmica da construção do discurso que venceu as eleições presidenciais no Brasil, em 2018, com a vitória nas urnas eletrônicas de Jair Messias Bolsonaro. Busca contribuir, desta forma, para a ampliação do entendimento do atual cenário político brasileiro. Para isso, foram analisados dois eixos compostos de temas muito presentes no “discurso bolsonarista”: Família/Costumes e Ideológico. Por meio de pesquisa quantitativa, foram capturadas e analisadas matérias publicadas nas agências de notícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no período de 2000 a 2018, na grande imprensa, de 2013 a 2018, e *posts* do Twitter, de 2010 a 2018. Esse conteúdo foi armazenado em um banco de dados, construído para dar suporte ao trabalho de pesquisa. O banco possui 741 perfis e cerca de 18 milhões de dados, somadas as matérias e os tuítes capturados no período investigado. Paralelamente, foi construída uma ferramenta de análise de dados para monitorar canais de comunicação, cruzar informações e capturar tendências, possibilitar análises e apresentar resultados. A construção dessa estrutura para captura e análise de dados buscou identificar a atuação eminentemente política de atores públicos, entidades e instituições da sociedade civil que de alguma forma estiveram envolvidos nos debates e eventos ocorridos no período investigado. O levantamento mostrou como a ação e a atuação dos atores no Parlamento brasileiro, na imprensa e no ambiente digital, os fatos históricos e seus desdobramentos impactaram o cenário político e, por consequência, o comportamento dos eleitores e a definição do voto.

Palavras-chave

Democracia; crise; parlamento; grande imprensa; mídias sociais; ideologia; extrema direita; esquerda; religião; evangélicos; família; liberdade; comunismo; Jair Bolsonaro; eleições.

ABSTRACT

This research aimed to identify and explain the dynamics of the construction of the speech that led to Jair Messias Bolsonaro's victory in the 2018 Brazilian presidential elections. It seeks to contribute, in this way, to expanding the understanding of the current scenario of Brazilian politics. To this end, two axes were analyzed, consisting of themes that are very present in "Bolsonaro's speech": Family/Customs and Ideological. Quantitative research was used to capture and analyze articles published in the news agencies of the Chamber of Deputies and the Federal Senate from 2000 to 2018, in the mainstream press from 2013 to 2018, and Twitter posts from 2010 to 2018. This content was stored in a database built to support the research work, containing 741 profiles and around 18 million pieces of data, including articles and tweets captured during the period under investigation. At the same time, a data analysis tool was developed to monitor communication channels, cross-check information and capture trends, enabling analysis and presenting results. The construction of this structure capturing and analyzing data sought to identify the eminently political actions of public actors, civil society entities and institutions that were somehow involved in the debates and events that took place during the period under investigation. The survey aimed to illustrate how the steps and actions of the actors in the Brazilian Parliament, in the press and in the digital environment, the historical facts and their developments impacted the political scenario and, consequently, the behavior of voters and the definition of the vote.

Keywords

Democracy; crisis; parliament; mainstream media; social media; ideology; far-right; left; religion; evangelicals; family; freedom; communism; Jair Bolsonaro; elections.

SUMÁRIO

Introdução	13
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA	15
1.1. Extração e armazenamento de dados	17
1.1.1. Rede Social	17
1.1.2. Grande Imprensa.....	18
1.1.3. Portais da Câmara e do Senado	19
1.1.4. Rótulos.....	20
1.1.5. Perfis x Personagens	20
1.1.6. Gráficos	21
1.1.7. Agências Câmara e Senado	21
1.1.8. Gráfico Linha do Tempo	22
1.1.9. Twitter	22
1.2. Dinâmica da Ferramenta.....	31
1.2.1. Critérios para Análise do Discurso	32
1.2.2. Legitimação de discurso	32
CAPÍTULO 2 - EMBASAMENTO TEÓRICO	36
2.1. A evolução da crise.....	42
CAPÍTULO 3 - CONJUNTURA BRASILEIRA E INTERNACIONAL	54
3.1. A “onda” conservadora.....	63
3.2. O Congresso como foco	65
3.3. PL anti-homofobia.....	68
3.4. O PLC 122 e as eleições de 2010	69
3.4.1. Etapas de tramitação	73
3.5. PLS do Novo Código Penal.....	74
3.5.1. Etapas de tramitação	75
3.6. PNDH 3, mais uma batalha	76
3.7. Um ano (2013) de muitas vozes	78
3.8. CDH em 2014, uma carta no ar	87
3.9. Eleições presidenciais de 2014	88
3.10. Trump e o ataque à democracia.....	91
3.11. A eleição disruptiva	93
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DE DADOS: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE JAIR BOLSONARO	96
4.1. Os gráficos	96
4.2. Eixo Família/Costumes	97
4.2.1. Aborto	97
4.2.2. Cura Gay	113
4.2.3. Kit Gay.....	127
4.3. O que faz das <i>fake news</i> , <i>fake news</i> ?	134
4.3.1. Conceitos e características	134
4.3.2. A desconstrução de uma <i>fake news</i>	136
4.4. Ideologia de Gênero e Escola sem Partido	152
4.4.1. Ideologia de Gênero.....	152
4.4.2. Escola sem Partido.....	160
4.5. Eixo Ideológico	167
4.5.1. Liberdade	168
4.5.2. Comunismo.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS	189
ANEXOS	199
ANEXO 1 – Dashboards criados pela ferramenta da empresa Mass sobre cada tema	199
Anexo 2 – Gráficos Comparativos Apoio x Oposição	220

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Inserindo endereço de uma conta do Twitter no Export Comments.....	18
Figura 2: O deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) participou da Marcha da Família, dia 1º de junho de 2011, em Brasília, contra a aprovação no Senado do PL 122, pela criminalização da homofobia. Evangélicos e católicos participaram do ato.	72
Figura 3: Tramitação dos projetos de lei referentes à PL 5003/01	73
Figura 4: Bolsonaro, atrás na foto, festeja a vitória do deputado pastor Marco Feliciano à presidência da CDH, em março de 2013.	80
Figura 5: Tramitação dos projetos de lei referentes à “cura gay”	82
Figura 6: Bolsonaro participa, em 2013, da marcha contra o aborto e união homoafetiva, em Brasília, e lança o slogan da campanha num “ato de defesa da liberdade de expressão”	86
Figura 7 e Figura 8: Imagens da Marcha Para Jesus, dia 29 de junho, em São Paulo.....	87
Figura 9: <i>Post</i> David Miranda	100
Figura 10: <i>Tweet</i> Perfil Manuela D’Ávila.....	102
Figura 11 e Figura 12: <i>Tweets</i> Silas Malafaia	104
Figura 13: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro	105
Figura 14: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre a legalização do aborto	105
Figura 15: <i>Tweet</i> Eduardo Bolsonaro	107
Figura 16: <i>Tweet</i> Silas Malafaia sobre Marina.....	107
Figura 17: <i>Tweets</i> Silas Malafaia e Magno Malta	108
Figura 18: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre Marina Silva	109
Figura 19: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre matéria da Veja.....	110
Figura 20: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre Haddad.....	111
Figura 21: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre controle da mídia	112
Figura 22: Blog Família Bolsonaro	118
Figura 23: Matéria Estado de Minas.....	119
Figura 24: <i>Tweet</i> João Campos.....	121
Figura 25: <i>Tweet</i> Eduardo Bolsonaro sobre Gays	122
Figura 26: <i>Tweet</i> Silas Malafaia sobre “Cura Gay”	122
Figura 27: <i>Tweet</i> Jean Wyllys	123
Figura 28: <i>Tweet</i> Silas Malafaia sobre “Cura Gay”	124
Figura 29: <i>Tweet</i> Marco Feliciano sobre “Cura Gay”	125
Figura 30: <i>Tweet</i> Jean Wyllys sobre “Cura Gay”	125
Figura 31: <i>Tweet</i> Magno Malta sobre “cura gay”.....	126
Figura 32: Matéria Jovem Pan – Bolsonaro	127
Figura 33: Matéria “Comissão vai debater declaração de Bolsonaro sobre punição a filho gay”	128
Figura 34: Matéria “O Globo” sobre “kit anti-homofobia”.....	130
Figura 35: <i>Tweet</i> Anthony Garotinho.....	131
Figura 36: Matéria Folha de S. Paulo	132
Figura 37: Matéria G1 – Fato ou Fake	133
Figura 38: Matéria Exame	133
Figura 39: Matéria Estadão.....	134
Figura 40: Imagem Bolsonaro no Facebook	137
Figura 41 e Figura 42: Imagens Vídeo Nova Escola.....	139
Figura 43: Recortes Vídeo Nova Escola.....	139
Figura 44: Capa Revista Nova Escola em Vídeo	140

Figura 45: Imagem Bolsonaro no Facebook	140
Figura 46: Recorte Vídeo	141
Figura 47: Recorte Vídeo Revista Nova Escola	141
Figura 48: <i>Tweet</i> Carlos Bolsonaro	143
Figura 49: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre “Kit-Gay”	145
Figura 50: <i>Tweet</i> Fernando Haddad sobre “Kit-gay”	145
Figura 51: <i>Tweet</i> Silas Malafaia sobre “Kit-Gay”	151
Figura 52: <i>Tweet</i> Marco Feliciano sobre “kit-gay”	151
Figura 53: <i>Tweet</i> Eduardo Bolsonaro sobre Haddad e “kit-gay”	151
Figura 54: Tweets Marco Feliciano sobre Ideologia de Gênero	157
Figura 55: Tweets Jair Bolsonaro sobre Ideologia de Gênero	158
Figura 56: Tweet Jair Bolsonaro com imagem de Bia Kicis sobre Ideologia de Gênero.....	159
Figura 57: Tweet Quebrando o Tabu sobre Leandro Karnal e Escola sem Partido	162
Figura 58: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro com Padre Paulo.....	163
Figura 59: <i>Tweet</i> Carlos Bolsonaro sobre liberdade de expressão	168
Figura 60: <i>tweet</i> Jair Bolsonaro sobre “plano de Lula e PT”	170
Figura 61: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre “chefe dos marginais do MST”	171
Figura 62: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre José Dirceu	173
Figura 63: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre “nova independência”	174
Figura 64: Segundo <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre “nova independência”	174
Figura 65: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre ligação do presidente Donald Trump	175
Figura 66: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre foro de São Paulo.....	180
Figura 67: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre “Cartilha Comunista”	180
Figura 68: <i>Tweet</i> Jair Bolsonaro sobre “comunismo”	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados extraídos da rede social	18
Quadro 2: Dados extraídos da grande imprensa.....	19
Quadro 3: Dados extraídos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	19
Quadro 4: Critérios para atribuição de rótulos	20
Quadro 5: Critérios para atribuição de rótulos	20
Quadro 6: Engajamento x Perfil	25
Quadro 7: Listagem das publicações	25
Quadro 8: Quantidade por Perfil	28
Quadro 9: Listagem de publicações.....	28
Quadro 10: Quantidade de Matérias por Perfil.....	31
Quadro 11: Listagem de Matérias	31
Quadro 12: Democracia de partido e de público	47
Quadro 13: presença de evangélicos no Congresso Nacional	56
Quadro 14: Aborto.....	112
Quadro 15: Kit Gay	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Linha do Tempo do PL	22
Gráfico 2: Engajamento x Perfil no tempo.....	23
Gráfico 3: Engajamento x Quantidade x Perfil	23
Gráfico 4: Engajamento no tempo.....	24
Gráfico 5: Proporção do engajamento por perfil	24
Gráfico 6: Quantidade x Perfil no tempo.....	26
Gráfico 7: Quantidade x Engajamento x Perfil	26
Gráfico 8: Quantidade no tempo	27
Gráfico 9: Proporção da quantidade por Perfil.....	27
Gráfico 10: Quantidade x Personagem no tempo.....	29
Gráfico 11: Proporção da Quantidade por Veículo	29
Gráfico 12: Quantidade de Matérias no tempo.....	30
Gráfico 13: Proporção da Quantidade por Personagem	30
Gráfico 14: Engajamento x Perfil no tempo - Aborto	99
Gráfico 15: Quantidade de Matérias por Perfil - Aborto.....	99
Gráfico 16: Proporção do Engajamento por Perfil - Aborto	101
Gráfico 17: Perfil x Engajamento – Aborto.....	103
Gráfico 18: Engajamento x Perfil no Tempo – Cura Gay	113
Gráfico 19: Quantidade de matérias por perfil – Cura Gay.....	114
Gráfico 20: Quantidade de matérias por perfil – Cura Gay.....	120
Gráfico 21: Engajamento x Perfil no tempo – Cura Gay	121
Gráfico 22: Engajamento x perfil no tempo – Kit Gay	144
Gráfico 23: Quantidade de matérias por perfil – kit gay	144
Gráfico 24: Engajamento no tempo – Kit Gay	146
Gráfico 25 e Gráfico 26: Proporção da quantidade por veículo – Kit Gay	148
Gráfico 27: Engajamento vs Perfil no tempo – Ideologia de Gênero.....	155
Gráfico 28: Engajamento no tempo – Ideologia de Gênero	156
Gráfico 29: Quantidade por personagem – Ideologia de Gênero	160
Gráfico 30: Quantidade por personagem – Escola sem Partido	164
Gráfico 31: Engajamento x perfil no tempo - liberdade.....	168
Gráfico 32: Engajamento no tempo – liberdade.....	176
Gráfico 33: Proporção de engajamento por perfil	177
Gráfico 34: proporção de quantidade por perfil	177
Gráfico 35: Engajamento x perfil no tempo – Comunismo	178
Gráfico 36: Engajamento no tempo – Comunismo	179
Gráfico 37: Engajamento por perfil - Armas.....	186
Gráfico 38: Engajamento – Apoio ou Oposição das Narrativas.....	187

Introdução

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo identificar, analisar e explicar o processo de estruturação do discurso que venceu as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Temas recorrentes e perceptíveis no discurso do deputado Jair Messias Bolsonaro, vencedor da disputa, foram selecionados e serviram de base para a pesquisa quantitativa em quatro fontes de informação: os principais jornais do país (e seus respectivos portais de notícias), o Twitter e os portais de notícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no período compreendido entre 2000 e 2018. Com os assuntos selecionados, foram definidos dois grandes eixos de análise: Família/Costumes e Ideológico. O eixo Família/Costumes foi dividido em cinco subtemas: Aborto, Cura Gay, Kit Gay, Ideologia de Gênero e Escola sem Partido. Já o eixo Ideológico foi dividido em dois subtemas: Liberdade e Comunismo.

Em seguida, foram construídos um banco de dados e uma ferramenta de buscas textuais identificando atores e assuntos citados nos meios de comunicação determinados e no Twitter. O cruzamento dessas informações por meio da construção de gráficos, utilizando o software Power BI da Microsoft, possibilitou a realização de análises, identificação de tendências e cenários que permitiram avaliar a construção do discurso ao longo do período investigado por este trabalho.

Assistimos à popularização da internet em escala mundial — o que mudou radicalmente a forma de consumo, de acesso à informação e de produção de conteúdo. Ou seja, a entrada em cena do poder devastador de circulação de notícias e disseminação de desinformação da comunicação digital e suas modernas ferramentas de espraiamento de informações, as conhecidas mídias sociais, turbinaram os efeitos nem sempre positivos dessa nova realidade tecnológica sobre a democracia, suas instituições e seus processos eleitorais. Fatos marcantes como o Brexit, no Reino Unido, e a eleição de Donald Trump, nos EUA, ambos em 2016, são sempre citados como exemplos desse novo tempo.

Foi neste cenário desafiador que o Brasil enfrentou turbulências políticas e institucionais que culminaram na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Fatos importantes como o crescimento da participação política dos religiosos, incentivada pelas igrejas evangélicas desde a década de 1980, as “Jornadas de Junho”, em 2013, a Operação Lava Jato e o combate à corrupção, envolvendo os setores público e privado do país, o questionamento das urnas eletrônicas pelo PSDB, após as eleições de 2014, e o

impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, tiveram impactos diferenciados nesse processo e contribuíram cada um a sua maneira para o resultado da eleição disruptiva de 2018 (Abranches, 2019). Entender como a sucessão dos fatos, a atuação dos atores políticos na arena democrática e a utilização massiva da comunicação digital pelo candidato Bolsonaro contribuíram para esse desfecho, tendo como foco a questão discursiva, está na base desta pesquisa.

O capítulo 1 desse trabalho, **Metodologia**, explica os critérios e os mecanismos adotados para capturar, analisar e demonstrar resultados e tendências da pesquisa quantitativa, o que criou as condições necessárias para a identificação dos principais elementos do “discurso bolsonarista” e sua utilização pelo candidato e seus apoiadores. O capítulo 2, **Embasamento Teórico**, contou com as análises de Manuel Castells, Bernard Manin, Giuliano Da Empoli, Yascha Mounk, Sérgio Abranches, entre outros importantes analistas da Ciência Política, para buscar entender os reais motivos que desencadearam a propalada crise da democracia representativa e como esse novo cenário — classificado por Manin, a partir da redefinição do papel dos partidos políticos na sociedade, como “democracia de público” (2012) — provocou e tem provocado solavancos nas grandes democracias ocidentais.

Estudos produzidos por Angela Alonso, Magali Cunha, Fernando Limongi, Guilherme Casarões, Raquel Recuero, Ricardo Mariano, Ronaldo de Almeida, entre outros, contribuíram para enriquecer as análises dos capítulos seguintes. O capítulo 3, **Conjuntura Brasileira e Internacional**, estruturou uma ampla abordagem histórica dos fatos políticos ocorridos nas duas primeiras décadas deste século para mostrar como eles se articularam, se conectaram e foram fundamentais para o resultado das eleições de 2018 no Brasil. A conquista de espaços públicos pelos evangélicos, notadamente na arena política, é um aspecto relevante desta análise. O capítulo 4, **Análise de dados – A Construção da Narrativa de Jair Bolsonaro**, estudou o conjunto de elementos obtidos pela pesquisa quantitativa nas fontes de informação para demonstrar como foi criada a narrativa que sustentou a construção do “discurso bolsonarista”.

CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA

A complexidade do objeto deste trabalho, que foi demonstrar o processo de construção do discurso que venceu as eleições presidenciais de 2018, e que teve no candidato Jair Bolsonaro seu vocalizador, demandou a utilização de diferentes estratégias metodológicas. Esse procedimento implicou, inicialmente, na realização de pesquisas quantitativas específicas em quatro pontos focais: nos portais de notícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, na grande imprensa e nas postagens publicadas no Twitter (cujo nome foi trocado para X, em 24 de julho de 2023). O Twitter foi escolhido por ter sido, até o período definido para a investigação, uma plataforma de perfil político.

A utilização de quatro fontes de informação diferentes para construção do banco de dados e posterior análise por meio de cruzamentos das informações e produção de gráficos se justificou pelo fato de que essas fontes foram articuladas ao longo do tempo, demonstrando, assim, que os elementos estruturantes do “discurso bolsonarista” puderam ser trabalhados em plataformas diferentes com muita eficiência. Argumentos utilizados no começo deste século na tribuna da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal por integrantes da Bancada Evangélica contra a tramitação de temas como o aborto ou a homofobia foram assuntos de matérias das agências de notícias; anos depois, os mesmos temas e praticamente os mesmos conteúdos estiveram presentes na campanha de Bolsonaro à Presidência, tanto no Twitter quanto na grande imprensa.

O período definido para a coleta dos dados começa em 2000 e vai até 2018. A captura das informações veiculadas nos portais de notícias da Câmara e do Senado traz um registro de todo o período da pesquisa devido à cobertura cotidiana que essas agências fazem do trabalho legislativo. O levantamento, iniciado em 2000 e concluído em 2018, acompanhou a tramitação de Projetos de Lei nas duas Casas para detalhar como lideranças que ainda não eram expoentes do campo autodenominado conservador, de direita, e, posteriormente, da extrema direita, já atuavam ativamente no Parlamento em defesa dos interesses desse grupo ideológico. Como exemplo dessa atuação, foram construídos gráficos de linha do tempo demonstrando a tramitação nas duas Casas de dois PLs sobre os temas “cura gay” e “criminalização da homofobia”.

A captura de dados do Twitter compreendeu o período entre 2010 (quando a rede social começa a ser mais usada pelos atores políticos) e 2018, buscando identificar como as lideranças que estavam à frente desse projeto político utilizaram a rede social como

importante ferramenta para disseminação de informação, desinformação, arregimentação de uma base sólida de seguidores e início da estruturação de uma forte corrente política e do discurso conservador.

O levantamento na grande imprensa se concentrou entre 2013 e 2018. Foram capturadas matérias publicadas nos cadernos de Política e Economia dos cinco maiores e mais importantes jornais do Brasil (Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico e seus respectivos sites), na revista Veja e no portal de notícias G1. Matérias publicadas antes desse período, mas que tiveram importância para este trabalho, foram consideradas pelo autor desta dissertação de forma pontual por meio de pesquisa manual. Bem como matérias publicadas em outros veículos de comunicação que, de alguma forma, registraram fatos importantes para a pesquisa. No entanto, nenhuma dessas matérias integrou o banco de dados para a produção dos gráficos. As matérias capturadas foram previamente rotuladas (tagueadas) a partir da definição de temas sempre presentes no discurso desse grupo político, normalmente vinculados à família e aos costumes, como aborto e homossexualidade; e à disputa político-ideológica, como liberdade e comunismo.

Na grande imprensa, as matérias publicadas pelos mais importantes jornais do país foram obtidas de empresas “clipadoras” de notícias. Já as publicações no Twitter foram capturadas por meio de um software de extração de dados de rede social, o *Export Comments*. As capturas realizadas nas agências Câmara e Senado foram feitas de forma automatizada a partir de critérios pré-definidos por meio de “tagueamento” de temas relacionados ao discurso conservador, acima apontados.

Para viabilizar a realização da pesquisa, foi construído um banco de dados composto por 741 perfis e cerca de dezoito milhões de registros, entre reportagens e tuítes. A maioria dos perfis é de políticos que tiveram, ou ainda têm, cargos públicos: deputados federais, senadores, prefeitos, governadores e presidentes da República eleitos desde 2002. O banco de dados conta ainda com perfis de partidos políticos, movimentos sociais, entidades e instituições da sociedade civil organizada, agentes públicos cujas funções se tornaram fontes para a cobertura jornalística, formadores de opinião, ativistas políticos e influenciadores digitais. Portanto, o critério que definiu os perfis analisados foi a sua participação política, de caráter institucional ou não, tendo a grande imprensa e as redes sociais registrado publicamente essa atuação.

Paralelamente, foi construída uma ferramenta que faz buscas textuais

identificando os atores e assuntos citados nos meios de comunicação e no Twitter. O cruzamento dessas informações por meio da construção de gráficos, utilizando o software Power BI da Microsoft, possibilitou ao autor a realização de análises, identificação de tendências e cenários que permitiram avaliar a construção do “discurso bolsonarista” ao longo do período investigado.

Para isso, foram definidos dois eixos para nortear a pesquisa: Família/Costumes e Ideológico. O eixo Família foi dividido em cinco subtemas: Aborto, Cura Gay, Kit Gay, Ideologia de Gênero e Escola sem Partido. O eixo Ideológico foi dividido em dois subtemas: Liberdade e Comunismo.

Outro aspecto adotado como critério foi concentrar o foco da pesquisa no Twitter nos usuários que tiveram mais engajamento com suas postagens. Para isso foi criado o critério TOP 10, ou seja, o levantamento mostra os 10 perfis que mais engajaram e os 10 perfis que mais postaram na plataforma no período avaliado. Não foi definido nenhum critério de desempate. Assim, se houve empate nos critérios engajamento ou quantidade, a ferramenta registrou mais de 10 perfis no resultado. O uso desse procedimento permitiu a flexibilização do uso dos dados de forma separada ou em conjunto visando ampliar a compreensão do cenário político. A sistematização da pesquisa quantitativa consistiu em três etapas: extração dos dados e armazenamento, rotulação e produção de gráficos.

1.1. Extração e armazenamento de dados

1.1.1. Rede Social

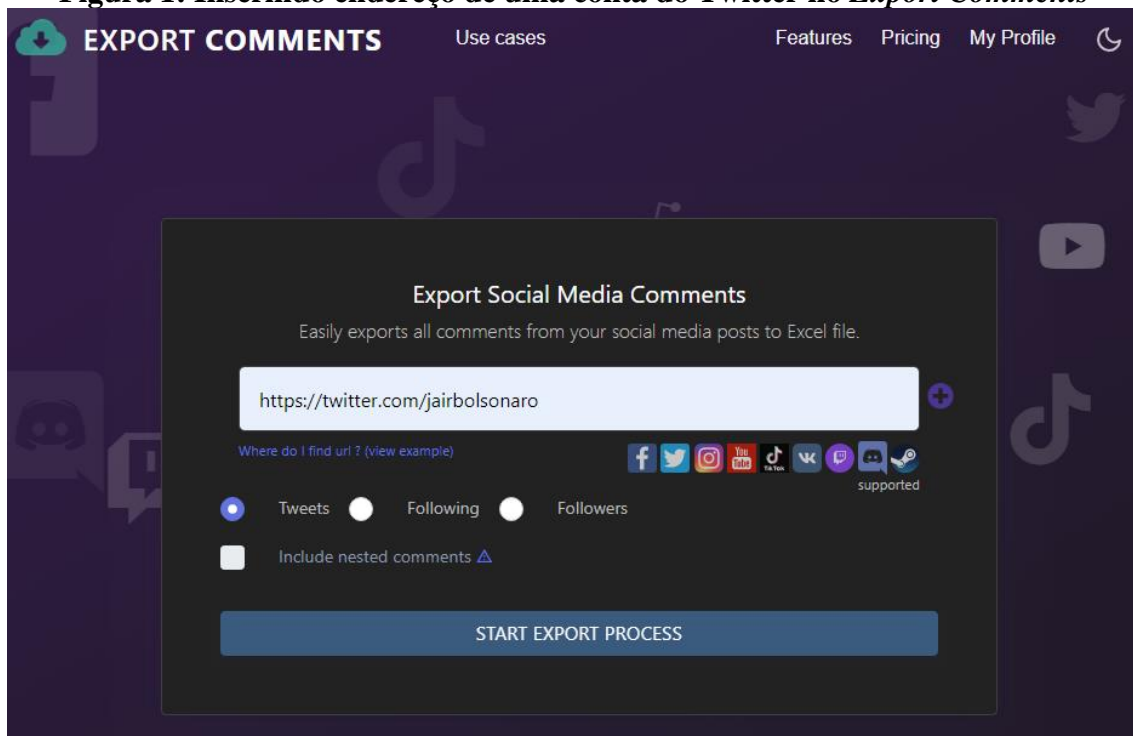
Foram obtidos dados públicos de *posts* no Twitter por meio de uma ferramenta de monitoramento de rede social, a *Export Comments*, a partir da inserção dos endereços dos perfis dos usuários no Twitter. Os dados exportados foram disponibilizados por meio de planilha formato “.xlsx” para cada conta de usuário, mantendo-se os campos relacionados a cada tuíte em um banco de dados (Quadro 1). Devido ao período de análise, foram definidas duas premissas para uniformizar as variáveis utilizadas. A primeira foi descartar o número de seguidores que o usuário tinha ou tem, uma vez que não foi possível ter essa informação desde o início do período avaliado. A segunda foi a criação da variável “Engajamento”, que levou em consideração a adoção de um mesmo peso para retuítes, comentários e curtidas. Nesse sentido, o critério adotado foi somar as três métricas.

Quadro 1: Dados extraídos da rede social

Dado	Definição	Variável
Name	Nome público	Qualitativa
Username	Usuário cadastrado no Twitter	Qualitativa
Tweet ID	Número de identificação atribuído pelo Twitter	Numérico
Retweets	Quantidade de retuítes da publicação	Numérico
Comments	Quantidade de comentários na publicação	Numérico
Favorites	Quantidade de curtidas na publicação	Numérico
Date	Data/hora da publicação	dd/mm/aaaa hh:mm:ss
Link	Url para a publicação original no Twitter	Qualitative
Engagement	Soma de retweets, comments e favorites	Numérico

Fonte: Criado pelo autor

Figura 1: Inserindo endereço de uma conta do Twitter no *Export Comments*



Fonte: <https://exportcomments.com>

1.1.2. Grande Imprensa

As informações foram obtidas de empresas “clipadoras” de notícias, utilizando-se como critério a veiculação das matérias nos cadernos de Política e Economia de veículos da grande imprensa. Os dados extraídos foram: nome do veículo de comunicação, data

da publicação, título e conteúdo da matéria, que foram armazenados em um banco de dados (Quadro 2). Foi adotada a premissa segundo a qual todos os veículos pesquisados possuem o mesmo peso. Essa metodologia contabiliza uma aparição de cada personagem por matéria.

A soma total de exposição dos personagens é registrada em uma tabela, cuja soma dos percentuais pode ser superior a 100%, pois vários personagens podem ser citados na mesma matéria.

Quadro 2: Dados extraídos da grande imprensa

Dado	Definição	Variável
Veículo	Nome do veículo de comunicação	Qualitativa
Publicação	Data/hora da publicação da notícia	dd/mm/aaaa hh:mm:ss
Título	Título da notícia	Qualitativa
Conteúdo	Texto completo da notícia	Qualitativa
Link	Url para a página da publicação original	Qualitativa

Fonte: Criado pelo autor

1.1.3. Portais da Câmara e do Senado

Para capturar notícias nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foram utilizados como critérios de busca a mesma parametrização dos rótulos, conforme demonstrado abaixo (Quadro 3). Foi criado um processo de automação (por meio de um *web crawler*, que navega por páginas da web coletando dados via HTML) que acessa os sites em questão e efetua a pesquisa com base na parametrização, obtendo os dados referentes às notícias. Os dados contendo data da publicação, título e conteúdo das matérias foram armazenados em um banco de dados (Quadro 3).

Quadro 3: Dados extraídos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

Dado	Definição	Variável
Veículo	<i>Câmara dos Deputados</i> ou <i>Senado Federal</i>	Qualitativa
Publicação	Data/hora da publicação da notícia	dd/mm/aaaa hh:mm:ss
Título	Título da notícia	Qualitativa
Conteúdo	Texto completo da notícia	Qualitativa

Fonte: Criado pelo autor

1.1.4. Rótulos

Foi desenvolvida uma metodologia de parametrização de critérios de busca (Taxonomia) que, de forma automatizada, rotulou (criação de TAGs) os assuntos de interesse da pesquisa para cada publicação nas redes sociais, portais da Câmara e do Senado e a grande imprensa que atendessem os critérios de busca definidos no Quadro 4.

Quadro 4: Critérios para atribuição de rótulos

Eixo	Rótulo	Critério de busca
Família / Costumes	Aborto	Contém o afixo “abort”
	Cura Gay	Contém a expressão “cura gay”
	Kit Gay	Contém a expressão "kit gay" ou "kit-gay"
	Ideologia de Gênero	Contém a expressão “ideologia de gênero”
	Escola sem Partido	Contém a expressão “escola sem partido” ou “Miguel Nagib” ou “doutrinação nas escolas” ou “doutrinação ideológica” ou “doutrina marxista”
Ideológico	Comunismo	Contém o afixo “comunis”
	Liberdade	Contém a expressão “liberdade”

Fonte: Criado pelo autor

Quadro 5: Critérios para atribuição de rótulos

Rótulo	Critério de busca
PL 5003/2001	contém a expressão “PL 5003/2001” ou “PL 5003/01”
PLC 122/2006	contém a expressão “PLC 122/2006” ou “PLC 122/06”
PLS 236/2012	contém a expressão “PLS 236/2012” ou “PLS 236/12”

Fonte: Criado pelo autor

1.1.5. Perfis x Personagens

Foram rotulados (taguados) os perfis, usuários/autores das postagens no Twitter, e os personagens (pessoas ou entidades) citadas nas notícias dos portais da Câmara e do Senado e da grande imprensa. Os usuários do Twitter foram identificados por meio do campo “Username”, obtido na extração. Já os citados nas matérias foram identificados por busca dos nomes pelo quais são conhecidos.

1.1.6. Gráficos

Os gráficos foram produzidos a partir dos dados extraídos, dos rótulos (temas) e personagens identificados. Para o Twitter foram cruzadas as variáveis engajamento, quantidade, tempo, perfil e recorte dos rótulos.

Para a grande imprensa e portais analisados foram cruzadas as variáveis: quantidade, tempo, personagens e recortes dos rótulos. No caso específico das agências de notícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foi analisada a tramitação de Projetos de Lei no Parlamento.

**O eixo Y é o eixo vertical; o eixo X é o eixo horizontal e a Séries é o conjunto de dados em análise.*

**Escala logarítmica*

1.1.7. Agências Câmara e Senado

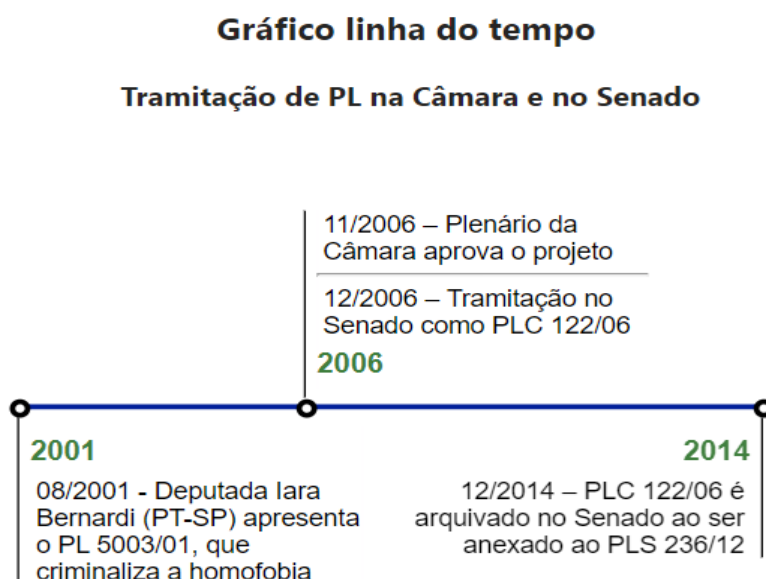
Foi criado o Gráfico Linha do Tempo para registrar de forma resumida a tramitação de Projetos de Lei no Congresso Nacional com o objetivo de explicar a atuação de grupos ideológicos. O PL escolhido como exemplo foi o 5003/01. Apresentado na Câmara pela deputada do PT Iara Bernardi (PT/SP), o projeto tornava a homofobia crime ao alterar a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências, para criminalizar às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.

O tema teve forte repercussão no Congresso, provocou intensas discussões envolvendo parlamentares de orientação ideológica contra e a favor da proposta e repercutiu fortemente nos canais de comunicação investigados por este trabalho. A discussão sobre a criminalização da homofobia conseguiu unir e articular o grupo formado por parlamentares religiosos, sob a liderança dos evangélicos, e deixou claro que a pauta relacionada aos costumes seria fundamental para a construção do que ficou conhecido como “discurso bolsonarista”. Depois de aprovado no plenário da Câmara, em 2006, seguiu para o Senado onde passou a tramitar sob o número PLC 122/06 até seu arquivamento em 2014, depois de ser anexado ao PLS 236/12, de autoria do, à época, senador José Sarney, que propunha a reforma do Código Penal.

1.1.8. Gráfico Linha do Tempo

Mostrará, passo a passo, os principais momentos da tramitação do PL 5003/01 - (PL da Homofobia) desde a sua apresentação até o seu arquivamento no Congresso Nacional.

Gráfico 1: Linha do Tempo do PL



Fontes: Agências de notícias da Câmara e do Senado

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

1.1.9. Twitter

- *Engajamento x Perfil no tempo* é um gráfico de linha que exibe a somatória do engajamento de publicações no Twitter em escala logarítmica (eixo y) ao longo do tempo (eixo x) para cada rótulo, com os 10 usuários que tiveram maior engajamento (séries). As barras verticais são uma marcação de análise criadas manualmente para ressaltar os períodos em que houve crescimento expressivo no engajamento.

Gráfico 2: Engajamento x Perfil no tempo

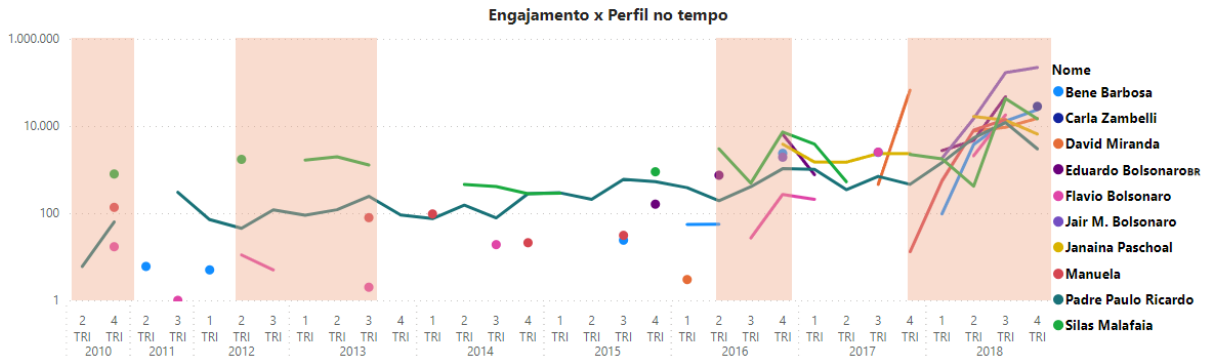


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Engajamento x Quantidade x Perfil** é um gráfico de dispersão que exhibe a quantidade de publicações no Twitter em escala linear (eixo y) e a somatória do engajamento por perfil em escala logarítmica (eixo x) para cada rótulo, exibindo os 10 usuários que tiveram maior engajamento (séries) em todo o período. O tamanho do ponto de cada perfil corresponde à somatória do engajamento.

Gráfico 3: Engajamento x Quantidade x Perfil

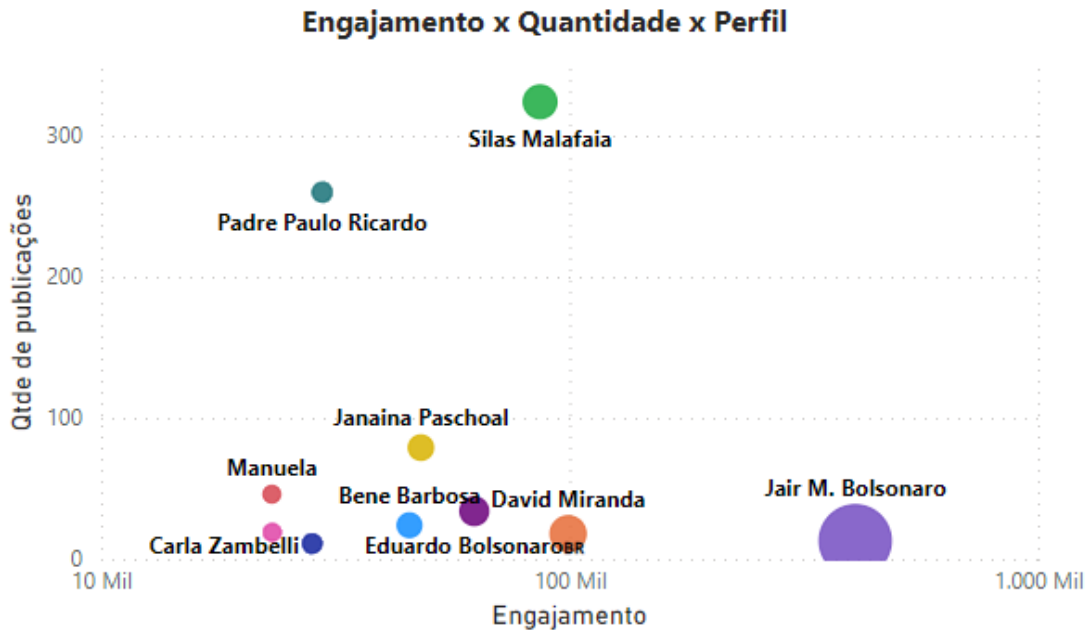


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Engajamento no tempo** é um gráfico de linha que exibe a somatória do engajamento de todas as publicações feitas pelos 10 perfis que mais engajaram no Twitter, em escala logarítmica (eixo y) ao longo do tempo (eixo x) para cada rótulo.

Gráfico 4: Engajamento no tempo



Gráfico criado a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Proporção do Engajamento por Perfil** é um gráfico de pizza que exibe os percentuais de engajamento no Twitter pelos 10 perfis que mais engajaram para cada rótulo em todo o período.

Gráfico 5: Proporção do engajamento por perfil

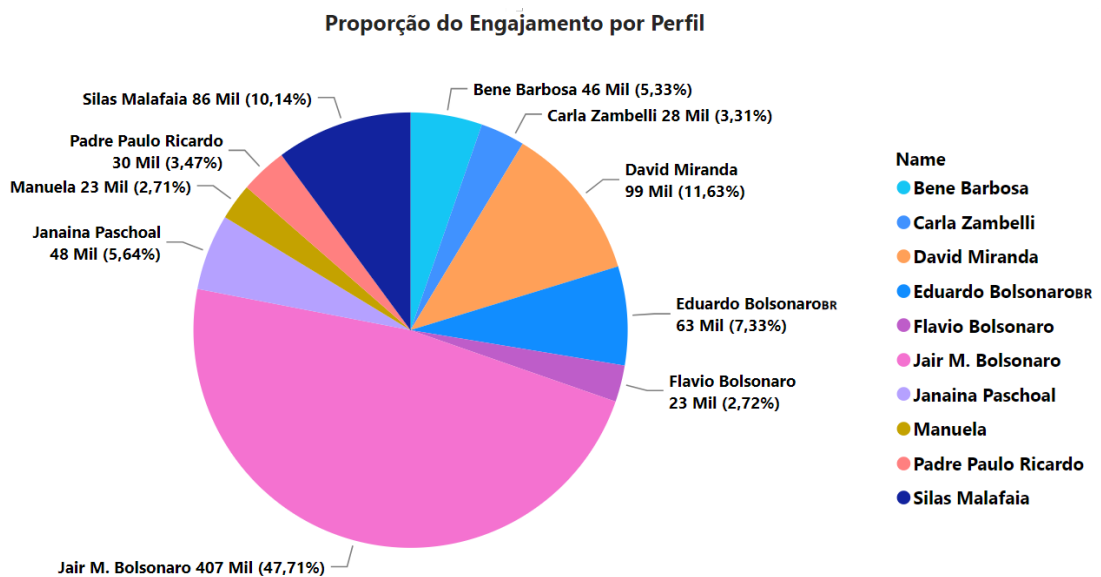


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Engajamento x Perfil** é uma tabela que exibe os 10 usuários que possuem maior engajamento. Possui os campos perfil, engajamento, porcentagem do engajamento, quantidade e porcentagem da quantidade.

Quadro 6: Engajamento x Perfil

Perfil	Engajamento	% do Eng	Qtde	% da Qtde
Jair M. Bolsonaro	407.181	47,71%	13	1,57%
David Miranda	99.259	11,63%	18	2,17%
Silas Malafaia	86.493	10,14%	324	39,13%
Eduardo BolsonaroBR	62.582	7,33%	34	4,11%
Janaina Paschoal	48.154	5,64%	79	9,54%
Bene Barbosa	45.513	5,33%	24	2,90%
Padre Paulo Ricardo	29.641	3,47%	260	31,40%
Carla Zambelli	28.222	3,31%	11	1,33%
Flavio Bolsonaro	23.190	2,72%	19	2,29%
Manuela	23.141	2,71%	46	5,56%
Total	853.376	100,00%	828	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Listagem das publicações** é uma tabela com os dados analíticos que foram utilizados para montar os gráficos. Esta tabela possui os campos Data, Perfil, Link (link para publicação original), Publicação (texto da publicação) e engajamento.

Quadro 7: Listagem das publicações

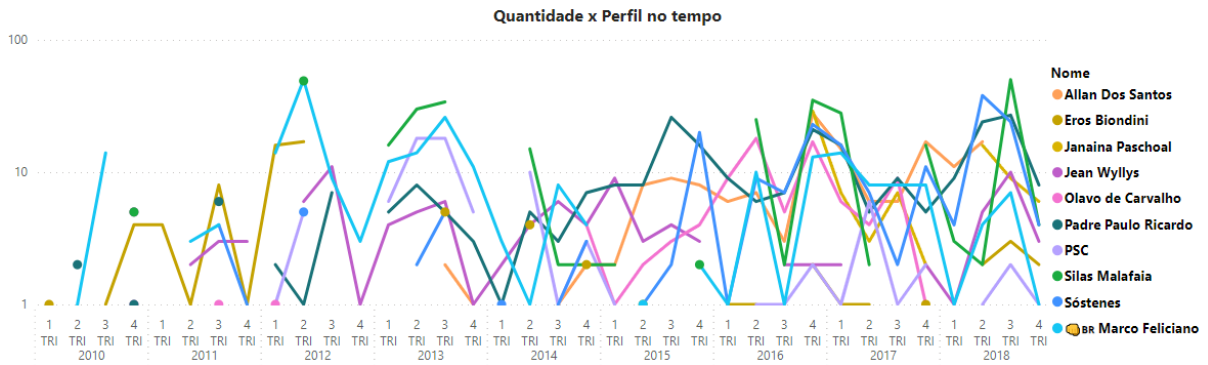
Data	Perfil	Link	Publicação	Engajamento
19/12/2018	Eduardo BolsonaroBR	https://t.co/VPOM5GaBEQ	Na casa de Bolsonaro vigora a liberdade religiosa. Fim. Próxima fake news.	9.204
12/10/2018	Filipe G. Martins	https://t.co/vvDyx9yiHA	Os cristãos não se deixarão enganar por esse truquezinho chinfrim, que quer nos dividir e nos jogar uns contra os outros para facilitar o avanço da esquerda contra os nossos valores, contra as nossas crenças, contra as nossas tradições e contra nossa liberdade religiosa.	4.317
04/12/2018	Manuela	https://t.co/qAVJ0JIDqt	Salve Santa Bárbara! Salve Iansá! Salve o Brasil da liberdade religiosa	3.105
05/10/2018	PT Brasil	https://t.co/EPmOUZ4Qc7	Os evangélicos também estão com Haddad. Eles votam no presidente que respeita a liberdade religiosa de todos os brasileiros. Assista o vídeo e saiba quem está com o 13! #OBrasilFelizDeNovo	1.758
31/10/2018	Silas Malafaia	https://t.co/RzR5CMVNHd	Hoje, no dia em que comemoramos a Reforma Protestante, quero lembrar a importância que esse movimento teve para grandes progressos na sociedade. Graças à Reforma, temos liberdade religiosa. #ReformaProtestante	1.286

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Quantidade x Perfil no tempo** é um gráfico de linha que exibe a somatória da quantidade de publicações no Twitter em escala logarítmica (eixo y) ao longo do

tempo (eixo x) para cada rótulo, com os 10 usuários que tiveram maior quantidade de publicações (séries).

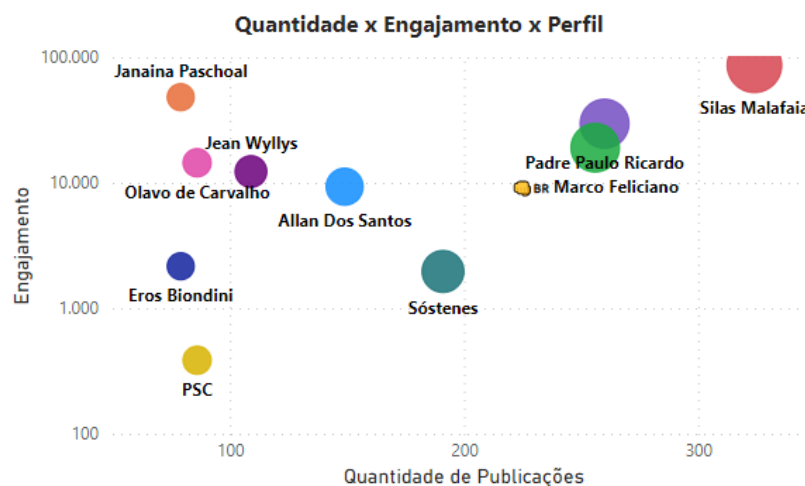
Gráfico 6: Quantidade x Perfil no tempo



Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Quantidade x Engajamento x Perfil** é um gráfico de dispersão que exhibe a quantidade de publicações no Twitter em escala linear (eixo x) e somatória do engajamento em escala logarítmica (eixo y) para cada rótulo, com os 10 usuários que tiveram maior quantidade de publicações (séries) em todo o período. O tamanho do ponto de cada perfil corresponde também ao engajamento.

Gráfico 7: Quantidade x Engajamento x Perfil



Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Quantidade no tempo** é um gráfico de linha que exhibe a somatória da quantidade de publicações no Twitter em escala logarítmica (eixo y) ao longo do tempo (eixo x) para cada rótulo.

Gráfico 8: Quantidade no tempo
Quantidade no tempo

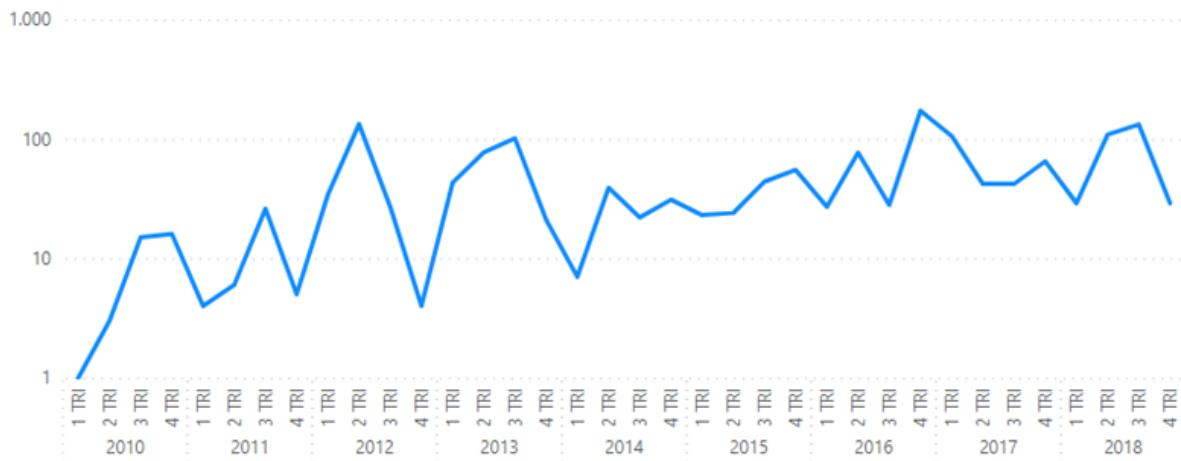


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Proporção da Quantidade por Perfil** é um gráfico de pizza que exhibe os percentuais da quantidade de publicações no Twitter pelos 10 perfis que mais publicaram para cada rótulo em todo o período.

Gráfico 9: Proporção da quantidade por Perfil

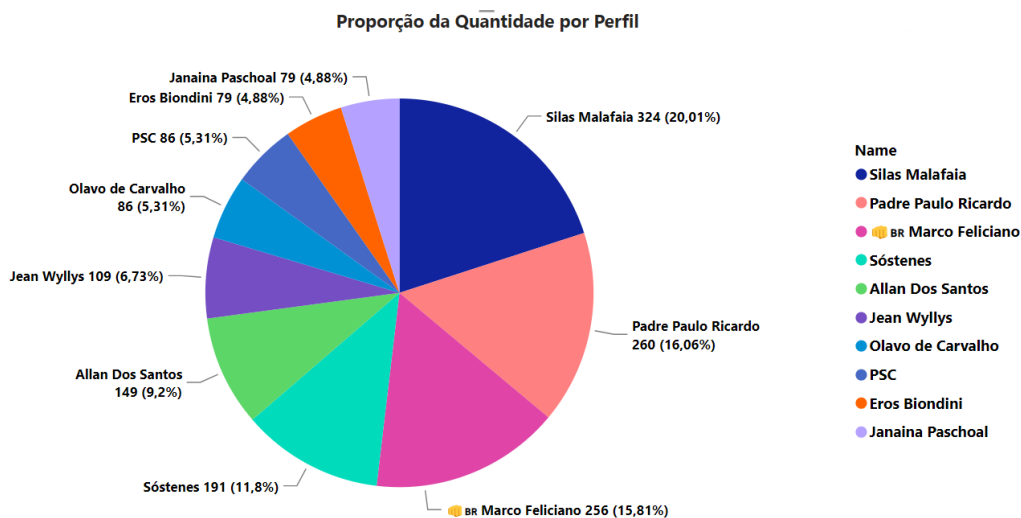


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Quantidade por Perfil** é uma tabela que exibe os 10 usuários que possuem maior quantidade de publicações. Possui os campos perfil, engajamento, % do engajamento, quantidade e % da quantidade.

Quadro 8: Quantidade por Perfil

Perfil	Engajamento	% do Eng	Qtde	% da Qtde
Silas Malafaia	86.493	38,62%	324	20,01%
Padre Paulo Ricardo	29.641	13,24%	260	16,06%
BR Marco Feliciano	19.049	8,51%	256	15,81%
Sóstenes	1.968	0,88%	191	11,80%
Allan Dos Santos	9.323	4,16%	149	9,20%
Jean Wyllys	12.305	5,49%	109	6,73%
Olavo de Carvalho	14.460	6,46%	86	5,31%
PSC	386	0,17%	86	5,31%
Eros Biondini	2.166	0,97%	79	4,88%
Janaina Paschoal	48.154	21,50%	79	4,88%
Total	223.945	100,00%	1619	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Listagem de publicações** é uma tabela com os dados analíticos que foram utilizados para montar os gráficos. Esta tabela possui os campos Data, Perfil, Link (link para publicação original) e Publicação (texto da publicação).

Quadro 9: Listagem de publicações

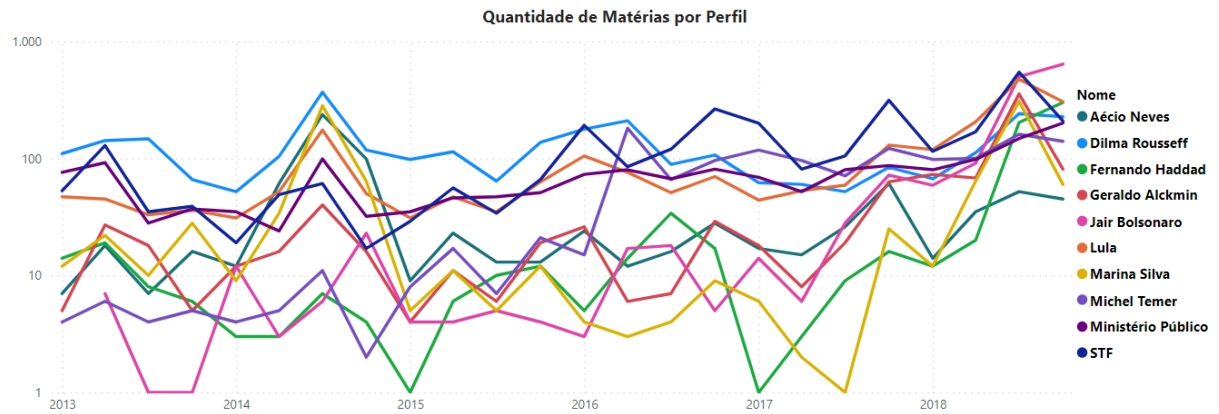
Data	Perfil	Link	Publicação
27/01/2010	Eros Biondini	🔗	Dia de vitória! Uma jovem de 20 anos me procurou apavorada por estar grávida. Tinha agendado o aborto pra amanhã. Após o encontro, desistiu
13/06/2010	Padre Paulo Ricardo	🔗	Adicionada homilia sobre o aborto. Lutem pela vida!!!
13/06/2010	Padre Paulo Ricardo	🔗	Adicionada homilia sobre o aborto. Lutem pela vida!!! http://bit.ly/dCaFDC
22/06/2010	BR Marco Feliciano	🔗	Reage São Paulo uma luta pela vida contra a violência, pedofilia, drogas e aborto
20/07/2010	BR Marco Feliciano	🔗	Reage São Paulo uma luta pela vida contra a violência, pedofilia, drogas e aborto.
02/08/2010	BR Marco Feliciano	🔗	@mayafelix O meu partido é o PSC, e sou totalmente contra o aborto, inclusive tenho um trabalho social combatendo o aborto. Divulgue isso!
04/08/2010	BR Marco Feliciano	🔗	Cruzada Reage São Paulo uma luta pela vida, conta a violência, pedofilia, drogas e aborto.
05/08/2010	BR Marco Feliciano	🔗	Uma luta pela vida contra VIOLÊNCIA, PEDOFILIA, DROGAS E ABORTO.
10/08/2010	BR Marco Feliciano	🔗	CRUZADA REAGE SÃO PAULO UM LUTA PELA VIDA CONTRA VIOLÊNCIA, DROGAS, PEDOFILIA E ABORTO.

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

1.1.10. Grande Imprensa

- **Quantidade x Personagem no tempo** é um gráfico de linha que exibe em escala logarítmica (eixo y) os 10 personagens mais citados na grande imprensa para cada rótulo, ao longo do tempo (eixo x).

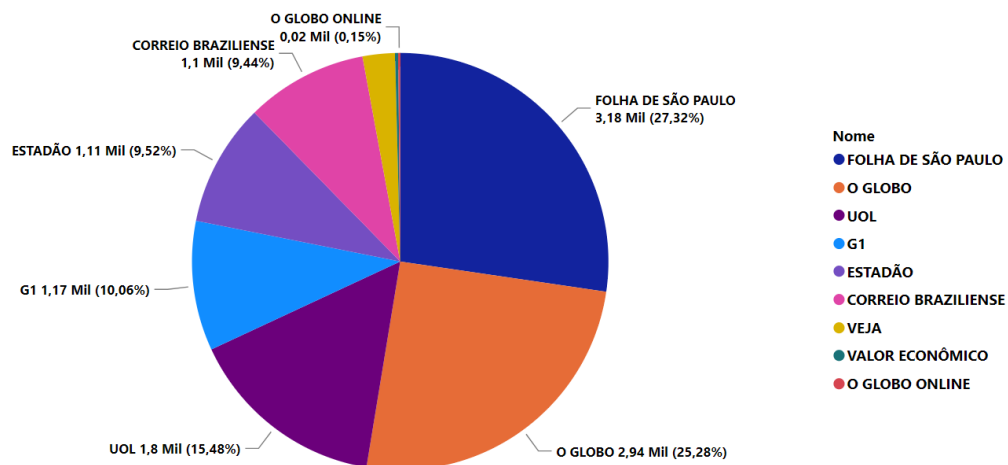
Gráfico 10: Quantidade x Personagem no tempo



Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Proporção da Quantidade por Veículo** é um gráfico de pizza que exibe o percentual de matérias que cada veículo publicou sobre o rótulo, em todo o período.

Gráfico 11: Proporção da Quantidade por Veículo
Proporção da Quantidade por Veículo



Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Quantidade de Matérias no tempo** é um gráfico de linha que exibe a quantidade de notícias publicadas na imprensa em escala logarítmica (eixo y) ao longo do tempo (eixo x), para cada rótulo.

Gráfico 12: Quantidade de Matérias no tempo



Gráfico criado a partir do recorte Aborto, na Grande Imprensa, entre 02/01/2013 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Proporção da Quantidade por Personagem** é um gráfico de pizza que exibe a proporção dos 10 personagens mais citados pela imprensa para cada rótulo em todo período.

Gráfico 13: Proporção da Quantidade por Personagem

Proporção da Quantidade por Personagem

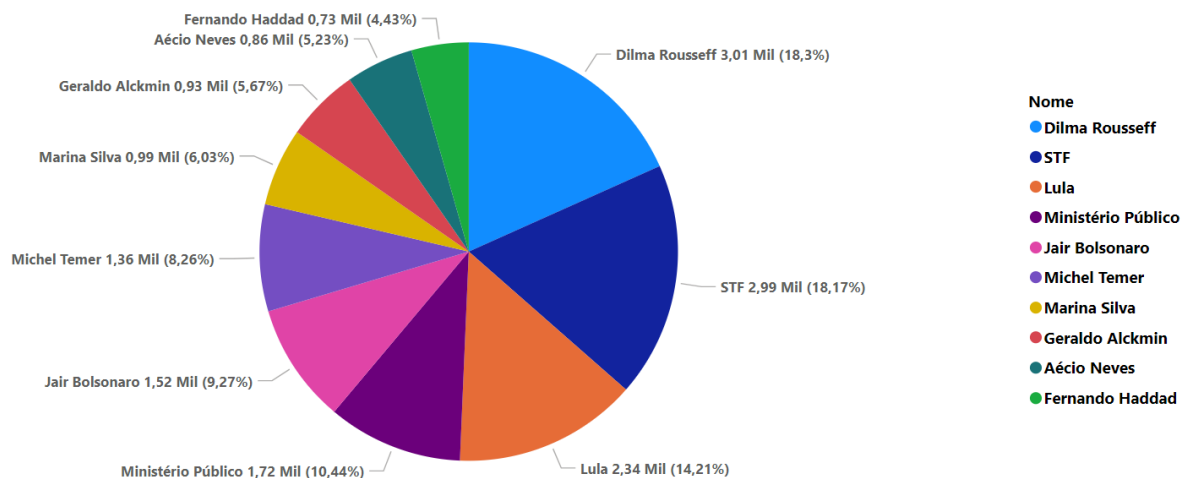


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, na Grande Imprensa, entre 02/01/2013 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Quantidade de Matérias por Perfil** é uma tabela que exhibe as 10 personalidades que mais foram citadas pela imprensa para cada rótulo em todo o período.

Quadro 10: Quantidade de Matérias por Perfil

Perfil	Qtde	% do Total
Dilma Rousseff	3010	37,08%
STF	2988	36,81%
Lula	2338	28,80%
Ministério Público	1718	21,16%
Jair Bolsonaro	1524	18,77%
Michel Temer	1358	16,73%
Marina Silva	992	12,22%
Geraldo Alckmin	933	11,49%
Aécio Neves	860	10,59%
Fernando Haddad	728	8,97%
Quantidade de Matérias	8118	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Aborto, na Grande Imprensa, entre 02/01/2013 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

- **Listagem de Matérias** é uma tabela com os dados analíticos que foram utilizados para montar os gráficos. Possui os campos Data, Personagem, Veículo (nome do veículo) e Título (título da notícia).

Quadro 11: Listagem de Matérias

Data	Person	Veículo	Título
30/12/2018	22	O GLOBO	Temer de saída: o legado para Bolsonaro
30/12/2018	3	O GLOBO	2018, o ano em que a retomada da economia ficou só na expectativa
30/12/2018	24	O GLOBO	Retrospectiva 2018: um ano de denúncias
30/12/2018	6	O GLOBO	DA MACONHA AO SARAMPO
30/12/2018	6	O GLOBO	O abuso da fé e polêmicas na educação
30/12/2018	6	O GLOBO	Reformas e corrupção marcam gestão Temer
30/12/2018	6	O GLOBO	DE SAÍDA Escândalos impediram avanço de reformas
29/12/2018	6	FOLHA DE SÃO PAULO	Alexandre Frota estará no ano do poder em 2019, mas precisa falar menos, afirma astróloga
29/12/2018	2	UOL	"Nova etapa" e "preocupante": visita de Netanyahu divide judeus no Brasil
29/12/2018	2	O GLOBO	Duelo de titãs: Cris Cyborg e Amanda Nunes brigam por cinturões neste sábado

Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

1.2. Dinâmica da Ferramenta

Para a criação e análise dos gráficos foi utilizado o software Power BI, uma ferramenta que possibilita a visualização das informações de forma integrada entre os gráficos. Ao clicar, por exemplo, em um determinado perfil ou personagem, a ferramenta responde exibindo as postagens e publicações relacionadas a ele. O software também

permite fazer recortes por datas, rótulos e perfis, bem como ordenações por campos, como nome e engajamento. Essa dinâmica torna a análise fluída ao alternar as variáveis e compor diferentes cenários, um estudo feito em detalhes e de forma rápida e consistente.

1.2.1. Critérios para Análise do Discurso

Neste capítulo também apresento os seis critérios adotados para análise da legitimação do “discurso bolsonarista” em relação aos sete temas que compõem os dois eixos de análise. Quatro desses critérios (Autorização, Avaliação Moral, Racionalização e *Mythopoesis*) estão no texto “#FraudesnasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições de 2018”, da pesquisadora Raquel Recuero, que analisou a legitimação dos discursos de desinformação sobre a eficiência da urna eletrônica como instrumento de votação e totalização dos votos no sistema eleitoral brasileiro. O trabalho de Recuero se reveste de grande importância para esta dissertação de mestrado porque aborda a forma como as urnas eletrônicas foram usadas pelo candidato Jair Bolsonaro e seus apoiadores para tentar deslegitimar dois pilares da democracia brasileira — a Justiça Eleitoral e o sistema eleitoral —, hoje sinônimos de eleições livres, seguras e eficiência operacional.

Criei dois outros critérios, que chamei de Moral Religiosa e Ideologia, para ampliar o foco da análise. Os tuítes de Bolsonaro e dos seus seguidores utilizaram fortemente esses aspectos para desqualificar, por exemplo, o discurso de Marina Silva e Fernando Haddad, seus adversários nas eleições presidenciais de 2018. O capítulo 4 deste trabalho aborda em detalhes esse ponto.

Outro aspecto demonstrado é que a atuação de Bolsonaro e de seus apoiadores para atacar a imagem ou deslegitimar o discurso de seus adversários políticos utilizou, com frequência, mais de um desses critérios ao mesmo tempo.

1.2.2. Legitimação de discurso

O artigo “#FraudesnasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018” (Recuero, 2020) analisou a ofensiva contra o sistema eleitoral brasileiro, basicamente à urna eletrônica, antes do 2º turno das eleições à Presidência da República, em 2018, para entender “as formas de legitimação dos discursos mais bem sucedidos nesse espaço, fornecendo pistas para compreender como a desinformação é

validada e sob que circunstâncias”.¹ Desinformação, no âmbito das mídias sociais, é sinônimo de disseminação de fake news ou “informações falsas, manipuladas ou imprecisas”.² Para atingir esse objetivo, a autora utiliza o conceito de “desordem informativa” (*Information Disorder*, Derakhshan e Wardle apud Recuero, 2017), que se desdobra em três diferentes significados: *disinformation*, *misinformation* e *malinformation*. Este último estaria mais associado à divulgação de imagens privadas, fotos, não sendo, portanto, do interesse deste trabalho.

Disinformation (Desinformação), se refere, segundo o artigo, “às informações fabricadas ou manipuladas, de interesse público, espalhadas com a intenção de manipular ou influenciar a opinião pública”. *Misinformation*, por outro lado, se refere “às informações falsas não espalhadas de modo intencional, por exemplo, notícias satíricas entendidas erroneamente como verdadeiras e espalhadas como tal”.³

Importante aspecto a ser considerado é que a desinformação “está associada a discursos que introduzem ideias falsas ou manipuladas nas conversações mediadas por computador. Uma das principais consequências disso, na mídia social, é o efeito de ‘falso consenso’”.⁴ O “falso consenso” pode levar as pessoas a acreditarem que uma afirmação ou discurso tem o apoio de todos. “Quando um discurso falso se torna prevalente em uma determinada rede, ele tende a impor uma impressão de consenso (inexistente) para seus membros, que acreditam que a informação só pode ser verdadeira, uma vez que todos os demais a aceitam”.⁵

Fica claro, realça Recuero, o papel preponderante das mídias sociais, a partir de sua ascensão, por meio das ações de determinados atores, numa dinâmica que dará visibilidade e opções de circulação a certos discursos, “transformando a mídia social em um espaço propício para a desinformação”⁶, por conta de algumas de suas características, como: “a facilidade de publicação e reprodução de conteúdo, sua escalabilidade, alcance e permanência no espaço online”⁷. E quem são esses atores que atuam para espalhar fake news? Para Recuero, são: 1) os líderes de opinião, aqueles usuários que são vistos como importantes; 2) os influenciadores informacionais, que são os veículos que merecem

¹ RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). 2020. p 384.

² *Ibidem*, p. 384.

³ *Ibidem*, p. 385.

⁴ *Ibidem*, p. 385.

⁵ *Ibidem*, p. 385.

⁶ *Ibidem*, p. 386.

⁷ *Ibidem*, p. 386.

atenção dos seus seguidores; e 3) os ativistas, ou seja, os usuários que agitam as conversações. “O que estamos discutindo como desinformação nesse trabalho está relacionado à ideia de que há um espalhamento de informações falsas ou enganosas, rumores e boatos como tentativa de manipulação da opinião pública através da mídia social, o que foi observado, relata a pesquisadora, no Brexit e na eleição de Donald Trump, em 2016.

A desinformação, como fenômeno, está diretamente relacionada às estratégias de legitimação, utilizadas em seu discurso. Para que os atores sociais reproduzam um determinado discurso, há uma necessidade de enquadramento dentro de uma realidade legitimadora (...) A legitimação, nesse âmbito teórico, está relacionada ao papel do discurso em promover a aceitação dessas práticas e relações sociais, muitas vezes de desigualdade. Está assim intrinsecamente conectada ao conceito de poder, onde um sujeito pretende a aceitação do outro. Para ser aceito de modo voluntário este poder precisa ser compreendido como digno de obediência, legítimo. A legitimação, assim, é constituída como uma justificativa para a ordem institucional de uma dada sociedade, obtida através do discurso (Recuero, 2020, p. 387).

Partindo desse ponto, passamos para as estratégias de legitimação dos discursos, usando o conceito adotado por Recuero a partir do artigo de Van Leeuwen, T. J. “*Legitimation in discourse and communication*” (2007), que apresenta quatro categorias principais de legitimação:

- 1) Autorização (A): legitimação por referência a uma autoridade, seja ela pessoal (um indivíduo com posição ou autoridade institucional) ou impessoal (referente a elementos como tradição, costume, regulamentos e lei) e está relacionado ao uso da autoridade no discurso para lhe conferir veracidade ou credibilidade.
- 2) Avaliação Moral (AM): legitimação por referência a discurso de maior valor, por meio das categorias “bom” (ou moralmente desejável) e “mau” (ou moralmente indesejável);
- 3) Racionalização (R): legitimação cognitiva supostamente apoiada pelo conhecimento e em um movimento lógico de conexão entre dois elementos (mesmo que baseado em falsos pressupostos).
- 4) *Mythopoesis* (M): legitimação que envolve a construção de narrativas ou histórias, de cunho moral (onde o bem vence o mal) ou que desenvolva algum tipo de alerta para legitimar fatos e seus julgamentos de valor.

A investida contra as urnas eletrônicas foi baseada em desinformação relacionada a teorias da conspiração e fraude eleitoral. O estudo de Recuero capturou 276.875 tuítes

únicos e 84.577 retuítes com ao menos uma reprodução. Desse total, foram selecionados os 50 tuítes que provocaram o maior número de retuítes para identificar as desinformações, observando a prática de retuitar um tema como tentativa de validação. O primeiro aspecto que a pesquisadora levanta é que foram utilizadas mais de uma forma de legitimação e que de modo geral a *Autorização* foi a estratégia que teve maior impacto na reprodução discursiva das críticas à urna eletrônica. “Assim, atores cuja autoridade pessoal decorre de seu status de líderes de opinião parecem ter sido os principais responsáveis pelo espalhamento e visibilidade do discurso analisado”.⁸ Além da autoridade, esses atores se valeram de outras duas estratégias de legitimação do discurso, sendo elas a “*legitimação moralizadora* (‘não podemos aceitar essa fraude’) e *racionalizadora* (‘a fraude ocorre porque as urnas são do PT’)”. Outro aspecto identificado no estudo foi a legitimação de tuítes via *mythopoesis*, ou seja, narrativas que contavam histórias que comprovariam a fraude nas urnas.

Observamos, assim, que textos revestidos de autoridade pessoal e avaliação moral obtiveram maior sucesso em termos de legitimação em nosso conjunto de dados. Além disso, a autoridade e a racionalização também têm uma presença importante. Esses dados sugerem que há uma grande importância dos chamados líderes de opinião em processos de ‘lavagem’ da desinformação, pois eles passam a ser creditados como as fontes originais do discurso, e dão-lhe credibilidade. Observamos que a *mythopoesis* e suas narrativas também produzem legitimação para a desinformação, mas através de histórias que possuem papel importante na criação de falsas impressões de consenso, pois ‘outros’, em ‘todos os lugares, estão relatando as fraudes (Soon; Goh *apud* Recuero, 2020, p. 403).

⁸ RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). 2020. p. 401.

CAPÍTULO 2 - EMBASAMENTO TEÓRICO

As propaladas crises ou questionamentos em relação à solidez da democracia liberal, da representação política, da participação dos partidos na organização social e do afastamento da sociedade civil do processo eleitoral, vividas sob o impacto da era da internet, conquistaram importantes espaços nas análises da Ciência Política, nos últimos anos. Os estudos buscaram, e ainda buscam, entender os reais motivos da insatisfação externada pelos cidadãos/eleitores contra a democracia representativa fora do processo político regular, ou seja, nas eleições — definida por Bernard Manin (2012) como participação política não institucionalizada —, quando o voto legitima a permanência do governante no cargo ou sua substituição por seus opositores políticos. Os estudos investigaram e ainda investigam o surgimento, em âmbito mundial, de um movimento de extrema direita, com características antidemocrática, iliberal e populista, que passou a utilizar as próprias regras da democracia para atacar e desacreditar as instituições que lhe dão suporte. Outros trabalhos buscaram entender como a internet e as redes sociais, instrumentos da moderna tecnologia da informação, utilizadas no começo deste século para mobilizar as pessoas em defesa da ampliação do processo democrático e dos direitos civis, se transformaram em instrumentos de manipulação política — contribuindo decisivamente para a disseminação de *fake news*, desinformação, teoria da conspiração, discurso de ódio e legitimação de conteúdo falso —, passando a significar, de alguma forma, uma ameaça à estabilidade democrática.

O mundo ainda sofria intensamente as consequências da crise financeira provocada pelo estouro da bolha dos *subprime* nos EUA, em 2008, que abalou o sistema financeiro internacional e provocou o que ficou conhecido como a “Grande Recessão”, quando milhares de ativistas de movimentos sociais invadiram as ruas de países do Oriente Médio, da África e do Ocidente para protestar contra ditaduras e democracias representativas que, a seu ver, não atendiam demandas de maior abertura à participação política de seus cidadãos e, ao mesmo tempo, significavam, no campo econômico, a permanência de um *status quo* contrário aos interesses da maioria da população. “Primavera Árabe”, que nomeou as manifestações em defesa da democracia do norte da África ao Oriente Médio; “Os Indignados”, por mais democracia e contra a crise econômica, na Espanha; “Occupy Wall Street”, contra as desigualdades econômicas e sociais, nos EUA; e as “Jornadas de Junho”, que sacudiram as estruturas da República,

no Brasil, se notabilizaram pelo ineditismo, adesão popular, representatividade conferida aos manifestantes e por emitir um sinal de alerta aos operadores da política sobre a desconexão da democracia liberal com a realidade vivida por importantes estratos da sociedade, em âmbito mundial, o que tem provocado um contínuo processo de insatisfação popular. Como lembra Castells (2017), “a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas. Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam”.⁹

As manifestações também foram marcadas fortemente pela emergência da mídia digital como elemento catalisador, fenômeno fundamental para a conexão das redes às ruas. A dinâmica desse processo, a formação dos movimentos sociais, seus objetivos, valores e espaço de atuação buscando mudar a estrutura social vigente, definida a partir dos interesses das classes dominantes, teve como pano de fundo o fato irrefutável de que a internet e as redes sociais se impuseram como eficientes ferramentas para a mobilização de pessoas, discussão de ideias e disseminação de informações, como registrou Castells em “Redes de Indignação e Esperança – Movimentos sociais na era da internet”:

Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. Não foram apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que causaram essa rebelião multifacetada. Evidentemente, todas essas dolorosas manifestações de uma sociedade injusta e de uma comunidade política não democrática estavam presentes nos protestos. Mas foi basicamente a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor (Castells, 2013, p. 12)

As peculiaridades dos protestos, identificadas por Castells, delimitaram muito bem essa fase. Os movimentos em rede descartaram os partidos políticos, se afastaram da grande mídia, tinham uma forma multimodal de se conectar, poder para tornar viral suas reivindicações, eram espontâneos e, simultaneamente, local e global, e não adotavam postura programática (por conta do amplo leque de demandas que apresentavam/representavam), nem lideranças formais. No caso da internet, acreditava-se numa rede de comunicação alternativa independente.

Os pesquisadores que analisaram os acontecimentos no calor do momento não

⁹ CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 12.

tinham como antever, no entanto, as etapas subsequentes da utilização da internet no processo político, pois não estava posta a discussão sobre o modelo de negócio das grandes empresas de tecnologia, as chamadas Big Tech, baseado nos algoritmos. Mas o surgimento, na Itália, do Movimento Cinco Estrelas, em 2009, mudaria a comunicação política para sempre. O cientista político Giuliano Da Empoli detalhou no livro “Os Engenheiros do Caos” como alguns atores políticos compreenderam antes e melhor do que a maioria dos operadores da política a nova era da comunicação digital, sua capacidade de mobilizar e aglutinar pessoas e sentimentos e seu impacto sobre a escolha dos eleitores no momento do voto.

Se o algoritmo das redes sociais é programado para oferecer ao usuário qualquer conteúdo capaz de atraí-lo com maior frequência e por mais tempo à plataforma, o algoritmo dos engenheiros do caos os força a sustentar não importa que posição, razoável ou absurda, realista ou intergaláctica, desde que ela intercepte as aspirações e os medos — principalmente os medos — dos eleitores (Empoli, 2019, p. 20).

Nesse sentido, destacaram-se, entre outros: Gianroberto Casaleggio, executivo e especialista em marketing digital, fundador do Movimento 5 Estrelas (M5S), na Itália; Dominic Cummings, responsável pela estratégia de comunicação do Brexit, que definiu a saída do Reino Unido da União Europeia, em 2016; e Steve Bannon, que comandou a campanha que conduziu Donald Trump à Casa Branca, também em 2016. Quando Casaleggio estruturou o M5S, inicialmente como um simples blog, a partir da coleta de dados dos eleitores sobre suas demandas e insatisfações políticas pela internet, a ideia era suplantar os partidos políticos na sua relação com os eleitores. “A força e a resiliência do futuro Movimento 5 Estrelas virão desta combinação inédita: o populismo tradicional que se casa com o algoritmo e dá à luz uma temível máquina política”.¹⁰ Cummings apostou suas fichas no slogan “*Let’s take back control*” para criticar a adesão do Reino Unido à União Europeia e defender a saída do bloco, como também não permitiu que consultores e operadores da política tradicional conduzissem o processo. “Organizou a campanha com a ajuda de uma equipe de cientistas originários das melhores universidades da Califórnia e de uma empresa canadense de Big Data ligada à Cambridge Analytica, chamada AggregateIQ”.¹¹ Resultado: vitória na consulta popular por 1,2 milhão de votos de diferença. Bannon, por sua vez, ocupou as redes sociais para não perder o controle dos debates, deixando o *establishment* sob fogo cruzado. Exemplo disso foi a campanha

¹⁰ EMPOLI. Giuliano Da. Os Engenheiros do caos. 1ª edição. São Paulo. Vestígio. 2020. p. 45.

¹¹ *Ibidem*, p. 142.

empreendida contra a candidata democrata à Presidência, Hillary Clinton, que contou com o apoio da empresa de análise de dados Cambridge Analytica. “Quando o furacão Trump devastou as primárias republicanas, em 2016, ele estava lá, a poucos passos de virar o inspirador oculto, depois o estrategista oficial da campanha mais transgressora da história política dos Estados Unidos”.¹²

A compreensão que eles tiveram do papel da internet e das redes sociais para a disseminação de informação, desinformação, teorias da conspiração, *fake news*, arregimentação e consolidação de uma significativa base de apoiadores para suas ideias e para a estruturação da extrema direita, o que se alastrou pelo mundo, pegou de surpresa o sistema político tradicional. O surgimento do blog “www.beppegrillo.it”, em 2005, expressa bem esse contexto. Em resumo do amplo relato feito por Empoli (2019), Casaleggio convidou o humorista Beppe Grillo para popularizar suas ideias, assumindo a função de incentivar o processo de interação com os internautas/eleitores.

O comediante atraía o público para o blog, no qual eles depositavam suas preferências e demandas políticas em forma de comentários. Casaleggio e sua equipe avaliavam os temas que despertavam mais interesse e escrevia o chamado texto do dia, que Grillo publicava como sendo de sua autoria, iniciando um processo de interação nunca tentado pelos partidos e operadores da política. “É lá (*no escritório de Casaleggio, em Milão*) que são identificados os temas que funcionam, com base nos retornos dos usuários, num processo de interação constante que já é o embrião dos algoritmos mais sofisticados, que estão por vir”.¹³

Os textos abordavam temas populares, envolvendo casos de corrupção no setor público à exploração dos trabalhadores pelas empresas, ao mesmo tempo em que estimulava entre seus seguidores o ressentimento contra as elites política e econômica. O blog se transformou em poucas semanas num dos mais visitados da Itália. Em 2007, registrou 1 milhão de comentários. Nas eleições de 2013, o M5S foi o partido mais votado, obtendo 25% dos sufrágios e elegendo 109 deputados e 54 senadores. Para os militantes, avalia Empoli, a internet é sinônimo de participação política, um instrumento revolucionário para destituir do poder um grupo de profissionais da política e substituí-lo pelo homem comum, o que explicaria o bem-sucedido caminho percorrido pelo movimento. Apesar de assumir um papel político institucionalizado e do sucesso nas

¹² *Ibidem*, p. 30.

¹³ EMPOLI. Giuliano Da. Os Engenheiros do caos. 1ª edição. São Paulo. Vestígio. 2020. p. 46.

urnas, o M5S nunca deixou de se posicionar como um não-partido, mantendo um discurso antissistema com o objetivo de enfraquecer as bases da democracia representativa.

O Movimento Cinco Estrelas tem uma vocação explicitamente totalitária, no sentido em que procura representar não uma parte, mas a totalidade do ‘povo’. Casaleggio (*o fundador do M5S*) não concebeu seu movimento como um partido destinado a se integrar ao jogo — ultrapassado, em sua ótica —, da democracia representativa, mas como um veículo destinado a conduzir a Itália a um novo regime político: a democracia direta, na qual os representantes dos cidadãos desaparecem porque são os cidadãos, eles próprios, que tomam todas as decisões. Isso se dá através de um processo de consulta on-line permanente, extensível a todos os domínios da vida social (Empoli, 2019, p. 66).

A reflexão proposta por Empoli é aprofundada por Evgeny Morozov (2018) ao analisar o avanço contínuo da tecnologia, a estratégia e os planos de negócio das Big Tech, baseados nos algoritmos, e seu impacto sobre o dia a dia das pessoas, da política e do processo democrático. Morozov define a tecnologia digital não apenas como ciência aplicada, mas como um “emaranhado confuso de geopolítica, finança global, consumismo desenfreado e acelerada apropriação corporativa dos nossos relacionamentos mais íntimos”.¹⁴

Crítico da ideologia do Vale do Silício, cujo êxito se tornou, segundo ele, “a narrativa preponderante do próprio capitalismo contemporâneo”, e da tecnologia em si como ferramentas capazes de apontar saídas para os problemas históricos, Morozov entende que a busca pela “inteligentificação” da vida cotidiana para torná-la mais eficiente resulta numa governança, que chama de “regulação algorítmica”, e que não condiz com os princípios basilares da democracia. Para ser eficiente, a “regulação algorítmica” se baseia em sensores de identificação, mecanismos de retroalimentação e no controle dos efeitos e não das causas das questões de interesses da sociedade. “Desacordo e conflito, sob esse modelo, são vistos como subprodutos lamentáveis — a serem eliminados por meio da coleta de dados —, e não como consequências inevitáveis de conflitos econômicos ou ideológicos”.¹⁵ Em contraposição, a premissa básica da democracia não é resultado da análise e resposta fria dos bancos de dados. Ela busca identificar as causas dos temas e privilegia a criação de “mecanismos e procedimentos institucionais” para possibilitar o confronto de ideias e visões diferentes, o que mantém o vigor do próprio sistema político.

A política baseada em IA e no resto do pacote – sensores, Big Data, algoritmos,

¹⁴ MOROZOV, Evgeny. 2ª reimpressão. São Paulo. Ubu Editora, 2018. p. 7.

¹⁵ *Ibidem*, p. 91-92.

e assim por diante – é essencialmente uma política de gerenciamento dos efeitos: nossos celulares notam os buracos nas ruas, o algoritmo informa a existência deles, a sala de controle da cidade inteligente registra o problema e envia alguém para solucioná-lo. A política democrática, por outro lado, tem tradicionalmente se caracterizado pela identificação de causas: o propósito da deliberação democrática não é apenas discutir o melhor curso de ação diante de um problema, mas também chegar a uma concepção desse problema capaz de reconciliá-lo com certos ideais, como o da justiça. (...) A tentação da política baseada na IA é evidente: é barata, limpa e supostamente pós-ideológica. O custo, no entanto, pode ser a própria democracia e, a menos que Siri ou Alexa passem a refletir sobre a política da memória e as formas de lidar com a injustiça histórica, não parece que vale a pena pagar esse preço para ter menos buracos nas ruas. (Morozov, 2018, p. 143).

Outro aspecto fundamental desse debate, que também tem instigado os pesquisadores, é saber o verdadeiro papel desempenhado pela democracia representativa na crise que enfrenta. Ou se mesmo ela, na figura de seus operadores, não percebeu a mudança ocorrida na sociedade, em termos globais, provocada pela revolução tecnológica.

Nós não estaríamos, evidentemente, falando de Waldo (O urso azul, um desenho e personagem do episódio The Waldo Moment, da série de TV Black Mirror, que desafia o sistema político ao participar de uma eleição), de Trump e de Salvini, do Brexit e de Marine Le Pen se não houvesse uma realidade material sobre a qual os novos populistas tenham fincado os pés para levar suas reivindicações adiante. Mas, se olharmos os dados mais de perto, esses elementos, ainda que pertinentes, não bastam para explicar a amplitude das mudanças em curso. (Empoli, 2019, p. 73).

Em entrevista à *Veja*, em 2019, para falar do livro “Os Engenheiros do Caos”, que acabara de lançar, Empoli reforçou sua análise sobre como o discurso populista, disseminado pelas redes sociais, representa uma ameaça à democracia por meio da manipulação dos eleitores. Segundo o autor, os populistas modernos dominaram a lógica do algoritmo para atrair o usuário, não importando a veracidade do conteúdo que produz, que pode ser baseado em “*fake news*, fofocas ou mensagens radicais”. O que importa para os populistas digitais, afirma ele, é mexer com as emoções das pessoas e garantir engajamento. “O populista de hoje não se importa em ter uma ideologia, uma consistência no discurso. Para quem tem raiva de ‘algo’, enviam anúncios dizendo que seus rivais vão promover esse ‘algo’. E para quem aprova esse mesmo “algo”? Aí direcionam *posts* que tentam defender que seus concorrentes vão destruir o ‘algo’”. Para combater essa estratégia, Empoli afirma que uma saída é evitar que políticos como Trump ou Bolsonaro dominem a agenda da população e da mídia. “É preciso eliminar a fumaça que criam, jogando luz sobre temas importantes, urgentes, e assim desarmando os populistas. E aí se torna possível propor outro tipo de agenda de discussões”.

2.1. A evolução da crise

O sociólogo Manuel Castells (2013, 2018) foi um dos primeiros intelectuais a interpretar os grandes protestos de rua ocorridos no começo deste século. Buscou compreender as motivações e formas de atuação dos movimentos sociais e percebeu que a força motriz das mobilizações foi a utilização, pelos manifestantes, da internet e das nascentes mídias sociais. Em seguida, no livro *Ruptura*, aprofundou a análise para identificar como raiz da crise da democracia liberal “[...] a distância crescente entre a classe política e o conjunto de cidadãos”. Castells (2018) aborda a “crise da democracia liberal” elencando a junção de fatores históricos como fontes desencadeadoras do fenômeno. A globalização da economia e da comunicação está na base do problema, segundo o autor, pois foi responsável pela desestruturação das economias nacionais e a consequente limitação da capacidade de o Estado-nação atuar para solucionar problemas que são globais em sua origem, como as crises financeiras e mudança climática.

Também indica o crescente distanciamento entre a classe política e os cidadãos, tendo como ponto de partida a percepção por parte dos eleitores de que os políticos e os partidos mantêm o “monopólio do poder” num ambiente praticamente inacessível, visando defender seus interesses em detrimento do interesse coletivo. Outra consequência importante nesse processo é o fato de que para se manterem competitivos na arena global os países se articularam em rede, formando blocos de Estados-nação.

Esse movimento, avalia o autor, provoca o que ele chama de crise de legitimidade entre o Estado e a nação porque mantém os cidadãos à margem das decisões estratégicas. À crise de legitimidade, que é, no fim das contas, uma crise de representação, soma-se a crise identitária. “Quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre seu Estado mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais”.¹⁶ No campo da comunicação, Castells (2018) avalia os aspectos mais marcantes da luta pelo poder político, que passaria pela “política midiática, pela política do escândalo e pela autonomia comunicativa dos cidadãos”, levando em consideração o processo de digitalização da informação e do universo midiático em que vivemos. Em resumo, existiria uma superposição de crises contaminando o ambiente político institucional e que, de alguma maneira, estão entrelaçadas. Castells considera, no entanto, que a mais perigosa e grave é a crise que atinge a democracia representativa:

A desconfiança nas instituições, em quase todo mundo, deslegitima a

¹⁶ CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 19.

representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum. Não é questão de opções políticas, de direita ou esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos últimos dois séculos, a custo de lágrimas, suor e sangue, contra os estados autoritários e o arbítrio institucional. Já faz algum tempo, seja na Espanha, nos Estados Unidos, na Europa, no Brasil, na Coreia do Sul e em múltiplos países, assistimos a amplas mobilizações populares contra o atual sistema de partidos políticos e democracia parlamentar sob o lema ‘Não nos representam!’. Não é uma rejeição à democracia, mas a democracia liberal tal como existe em cada país, em nome da ‘democracia real (Castells, 2018, p. 7-8).

Dois ensaios de Bernard Manin sobre os aspectos mais relevantes do governo representativo serão abordados nesse capítulo para aprofundar a análise sobre a crise da democracia liberal: “As metamorfoses do governo representativo”, sexto capítulo do livro *“The Principles of Representative Government”* (1997), e “A Democracia do Público Reconsiderada” (2012), posfácio da mesma obra. Em resumo, no primeiro texto, Manin faz uma abordagem histórica do governo representativo para discutir se a representação política está realmente em crise. Ele apresenta, para isso, três “tipos-ideais” (“os modelos mais significativos e estáveis”) de governo representativo: o “parlamentar”, a “democracia de partido” e a “democracia do público”. Também elenca os quatro princípios que nunca foram questionados desde suas origens, no final do século XVIII: 1) “Os representantes são eleitos pelos governados”; 2) “Os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores”; 3) “A opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo” e 4) “As decisões políticas são tomadas após debate”. Para Manin, dois importantes fatos históricos, ocorridos nos últimos 200 anos, contribuíram decisivamente para a transformação do governo representativo: a ampliação do direito do voto e o surgimento dos partidos de massa:

O aparecimento dos partidos de massa e de seus programas veio transformar a própria relação de representação. A existência de partidos organizados aproximava os representantes dos representados. Os candidatos passaram a ser escolhidos pela organização partidária, na qual militantes de base tinham a oportunidade de se manifestar (Manin, 2018, p. 1).

Nesta pesquisa, destaquei os conceitos de “Democracia de Partido” e “Democracia do Público” em função da atualização feita pelo autor deste último conceito, no texto “A Democracia do Público Reconsiderada”, de 2012, e pelo que a análise representa para o entendimento das mudanças ocorridas na atuação dos partidos políticos como elementos fundamentais para o processo democrático e no comportamento dos

eleitores, constituindo uma nova forma de ativismo político.

Características que definem a “Democracia de Partido”, tendo como base o primeiro texto de Manin (1997):

- “O aumento do tamanho do eleitorado, gerado pela extensão do direito de voto, impediu-o de manter relações pessoais com seus representantes. Os cidadãos não votam mais em alguém que conhecem pessoalmente, mas em um candidato que carrega as cores de um partido”.
- “Os representantes não são mais indivíduos livres para votar segundo sua consciência e julgamento: eles estão presos à disciplina partidária e dependem do partido que os elegeu”.
- “Como os meios de expressão disponíveis para cada um dos campos em que se divide a opinião pública são direta ou indiretamente controlados por organizações partidárias, os cidadãos comuns não podem falar por si mesmos”.
- “As sessões plenárias do Parlamento não são mais um fórum de debates deliberativos. Uma rígida disciplina comanda o voto no interior de cada campo de forças”.
- “Além disso, uma vez determinada a posição do partido, os deputados não podem mudar de opinião em função dos debates”.

Características que definem a “Democracia do Público”, tendo como base o primeiro texto de Manin (1997):

- “Os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias. A era dos ativistas, burocratas de partido ou chefes políticos já acabou. A democracia do Público é o reinado do comunicador”.
- “Além da personalidade dos candidatos, os estudos revelam que o comportamento dos eleitores varia de acordo com os termos da escolha eleitoral. Os cidadãos votam em diferentes partidos em eleições presidenciais, legislativas e municipais, sugerindo que as decisões de voto levam em conta a percepção do que está em jogo numa eleição específica, e não são decorrentes das características socioeconômicas e culturais dos eleitores”.
- “Os estudos eleitorais reconhecem que a eleição dos representantes vem sendo atualmente muito influenciada por uma ‘imagem, quer seja a imagem da pessoa

do candidato, quer seja a da organização ou partido a que ele pertence”.

- “Os canais de comunicação com a opinião pública são politicamente neutros, isto é, não têm uma base partidária. Razões econômicas e tecnológicas causaram o declínio da imprensa de opinião”.
- “Aumenta o número dos eleitores flutuantes que não depositam seu voto a partir de uma identificação partidária estável. Um segmento crescente do eleitorado tende a votar de acordo com os problemas e as questões postas em jogo em cada eleição. Na verdade, sempre houve um eleitorado instável, mas, no passado, ele se compunha de cidadãos pouco informados, pouco interessados em política e com um nível baixo de escolaridade”.
- “A novidade introduzida pelo eleitorado flutuante de hoje é que ele é bem-informado, interessado em política e razoavelmente instruído”.

No segundo ensaio (2012), Manin explica sua decisão de atualizar a análise sobre a “Democracia do Público” afirmando que, desde a década de 1990, um número expressivo de estudos apresentou informações sistemáticas sobre mudanças que têm afetado as democracias representativas. O conceito foi revisitado levando em consideração três dimensões: Erosão das fidelidades partidárias; Papel dos partidos nas democracias contemporâneas e o aumento da Participação política não institucionalizada.

Ele afirma que o texto original sobre “Democracia do Público” poderia levar os leitores a concluir, equivocadamente, que os partidos, de uma forma geral, se tornaram obsoletos. “Não era essa a minha intenção”, afirma. “Os partidos mobilizam eleitores, recrutam membros e ativistas, apresentam candidatos a cargos de governo e organizam o trabalho de legislaturas e governos. Uma menor capacidade em uma área não significa necessariamente declínio em todas as áreas”.¹⁷ A menor capacidade está relacionada justamente à perda do eleitor fiel, cujo voto se repete eleição após eleição na mesma agremiação partidária, como o passado registra. A mudança não significa, porém, que estejam fora do jogo democrático. Os partidos seguem firmes no comando da política parlamentar e na condução das campanhas eleitorais. Sobre o enfraquecimento da atuação partidária, Manin relata que ela ocorreu, nas últimas décadas, na maioria das sociedades industriais avançadas, entre os jovens, na prática de cisão do voto e até mesmo no número

¹⁷ MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Publicado originalmente como posfácio a *Principes du gouvernement représentatif*. 2. ed. Paris: Flammarion, 2012. p. 116.

de partidos competitivos.

A tendência agora foi documentada em todas as democracias estabelecidas. Isso sugere que estamos vendo aqui não apenas as fortunas flutuantes de partidos particulares, nem os efeitos de sistemas partidários específicos, mas uma mudança fundamental, impulsionada por desenvolvimentos gerais, como a passagem de economias industriais para economias de serviços e a concomitante erosão de meios sociais tradicionais, níveis crescentes de aquisição educacional e o papel dos meios de comunicação de massa (Manin, 2012, p. 116).

A personalização do processo eleitoral, consequência da Democracia do Público, exigiu que os partidos se adaptassem aos novos tempos para garantir que as eleições parlamentares permanecessem partidárias. Isso ocorreu. Os políticos também auferem vantagens estando na máquina partidária: financiamento de campanha e acesso à TV são algumas delas. Por outro lado, o voo solo na política, nos locais onde as candidaturas independentes são permitidas, exige recursos de toda ordem dos candidatos. “Na maioria das sociedades industriais avançadas, alinhamentos partidários estáveis, e não coalizões inconstantes de deputados individuais, controlam o funcionamento das legislaturas”.¹⁸ Além de controlar as legislaturas, lembra Manin, esses blocos coesos de parlamentares mantêm uma disciplina nas votações de todas as questões, o que dá a eles estabilidade ao longo do tempo. “A consequência da coesão partidária no Parlamento e no governo é que as decisões políticas permanecem nas mãos dos partidos políticos, pelo menos naquelas áreas de políticas que são organizadas segundo princípios representativos”.¹⁹ No caso das campanhas eleitorais, ele argumenta que os partidos se tornaram mais dinâmicos do que eram. Profissionalizaram a área com a contratação de especialistas e aumentaram significativamente os gastos com propaganda e pesquisas de mercado, alterando a visão existente na metade do século passado, marcada por filiação em massa.

Considerando as democracias ao redor do globo, os padrões de filiação a partidos parecem estar correlacionados a padrões de desenvolvimento socioeconômico, com as democracias mais afluentes tendo os níveis mais baixos de filiação partidária. Mais especificamente, a correlação parece ser impulsionada pela penetração da televisão. A filiação a partidos é normalmente mais elevada onde o acesso à televisão é menor. Isso sugere que os partidos filiam grande número de membros quando precisam deles para propósitos de campanha cara a cara. Vistas por esse prisma, filiações partidárias mais escassas não refletem decadência. Adaptando-se à mudança tecnológica, os partidos transformaram seus modos de mobilizar eleitores (Manin, 2012, p. 120).

¹⁸ MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Publicado originalmente como posfácio a *Principes du gouvernement représentatif*. 2. ed. Paris: Flammarion, 2012. p. 117.

¹⁹ *Ibidem*, p. 119.

Outra consequência da erosão partidária foi o surgimento do chamado eleitor “disponível”, categoria que se afastou dos vínculos afetivos que poderia ter com partidos, ficando livre para mudar seu voto, dependendo das circunstâncias do momento. Por essa visão, eleitores sem vínculos são eleitores com interesses voláteis. Isso obrigou os partidos a serem mais precisos na identificação desse eleitorado e no mapeamento de seus interesses, por meio de “pesquisas de opinião, levantamentos e grupos focais”.²⁰ O desdobramento desse cenário, inclui, portanto, a ideia de que os eleitores veem os partidos como “instrumentos”, que podem ou não ser acionados em determinada eleição como mensageiros de uma demanda ou posicionamento político. “Cidadãos que votam para enviar uma mensagem estão sem dúvida votando de modo instrumental. Seu voto não visa provocar um efeito. Não é uma ação expressiva. A motivação vem do efeito previsto do voto, não da realização do ato de votar”.²¹ A partir dos critérios adotados por Manin para definir e distinguir perfil e atuação dos partidos políticos nas Democracia de Partido e Democracia do Público, criei o quadro abaixo para explicitar essas diferenças:

Quadro 12: Democracia de partido e de público

	DEMOCRACIA DE PARTIDO	DEMOCRACIA DE PÚBLICO
Partidos	São unidades fundamentais da vida política e refletem clivagens socioeconômicas e culturais duradouras na sociedade.	Ainda são decisivos, mas já não são unidades bem definidas dotadas de identidade duradoura.
Partidos	Os grupos sociais gerados por essas clivagens são unidos pelas fidelidades duradouras de seus membros. Formam uma agência coletiva unificada dotada de identidade duradoura.	Buscam ativamente o apoio dos eleitores a cada votação, ajustando temas de campanha a interesses variáveis, reconfigurando a composição de seu público-alvo.
Partidos	São vistos como sujeitos políticos fundamentais no funcionamento da democracia representativa.	Não podem ser vistos como sujeitos políticos no sentido de que não têm identidade bem definida e duradoura.
Partidos	Alternam-se no governo ou compartilham o poder (dependendo da natureza do sistema político) segundo os resultados das eleições.	Para número crescente de eleitores desvinculados, eles se tornaram apenas instrumentos a serem empregados de forma circunstancial.

Fonte: Criado pelo autor

A análise de contextos e os interesses circunstanciais, características da

²⁰ *Ibidem*, p.120.

²¹ MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Publicado originalmente como posfácio a *Principes du gouvernement représentatif*. 2. ed. Paris: Flammarion, 2012. p. 122.

Democracia do Público para a definição do voto, se transformaram, por um lado, em elementos definidores de apoio aos partidos políticos e, por outro, numa arma mobilizadora da sociedade visando a participação em ações não eleitorais, como destaca Manin ao abordar o crescimento da participação política não institucionalizada. Isso indica que ao mesmo tempo que deixaram de se filiar aos partidos políticos, os eleitores encontraram formas alternativas de se expressar politicamente. Tanto que a participação política não institucionalizada (e a erosão das fidelidades partidárias) foi considerada por ele como uma “mudança notável” na democracia representativa, nas últimas décadas. Esse novo fenômeno da democracia ocorreria, de acordo com Manin, de forma episódica; relacionado a questões específicas e como pressão dos cidadãos, em defesa de suas reivindicações, diretamente aos tomadores de decisão. O crescimento desse tipo de participação alternativa — via assinatura de petições (muitas vezes online), participação em manifestações e adesão a boicote de consumidores —, levantou a suspeita de que poderia contribuir para a crise da representação, mas não ocorreu. “É surpreendente notar que, de vários ângulos, todos esses estudos enfatizam que a democracia representativa foi transformada, mas não minada, pela crescente importância da participação não eleitoral”.²²

“Em sua análise de países europeus ocidentais, Hans-Dieter Klingeman e Dieter Fuchs demonstram que o aumento da participação não institucionalizada não é um sinal de insatisfação com a democracia representativa. Embora a relação entre cidadãos e o estado tenha sido transformada, eles argumentam, o apoio dos cidadãos aos elementos estruturais centrais da democracia representativa não foi erodido. Além disso, os autores sublinham que essa transformação das ligações entre cidadãos e governo ocorreu ‘dentro da estrutura institucional das democracias representativas’. Os temores de crises, eles notam, derivam da subestimação da capacidade adaptativa das instituições representativas (Manin, 2012, p. 125).

Em texto mais recente, Yascha Mounk (2019) analisa os grandes desafios enfrentados pela democracia liberal para se manter relevante no presente e no futuro a partir de três fatores que funcionaram por muito tempo como pilares da estabilidade da democracia, mas que nas últimas décadas perderam, segundo ele, essa condição: o bom desempenho da economia, o controle dos meios de comunicação pelas elites e a homogeneidade étnica das sociedades. Partindo dessa ampla visão do processo, Mounk afirma que estamos assistindo a uma “desconsolidação” da democracia, provocada pela

²² MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Publicado originalmente como posfácio a *Principes du gouvernement représentatif*. 2. ed. Paris: Flammarion, 2012. p. 125.

ascensão (1) da “democracia iliberal” (ou democracia sem direitos), quando a maioria que controla o poder tenta capturar as instituições independentes e restringir os direitos das minorias; e (2) do “liberalismo antidemocrático” (ou direitos sem democracia), quando, apesar de cumprir parte do ritual que está na base do processo democrático — como contar com eleições livres, justas e regulares —, o sistema privilegia de tal modo as elites e os detentores do poder que o resultado das eleições ficam em segundo plano, ou seja, “raramente servem para traduzir a opinião popular em políticas públicas”.²³ Em resumo, ele está afirmando que os elementos centrais do sistema político — liberalismo e democracia — não estão em sintonia e que isso trouxe como consequências a instabilidade do sistema, o descrédito das instituições, o surgimento dos movimentos nacionalistas e o populismo, como assistimos, hoje, nas grandes democracias ocidentais.

A economia, vista como polo estabilizador da democracia liberal, sofreu abalos ao longo do século XX, condição que se intensificou após as duas primeiras décadas do fim da segunda Guerra Mundial. Tendo como base estudos sobre o desempenho da economia dos EUA e de países da Europa Ocidental, Mounk relata que o crescimento econômico nos EUA saiu de uma média de 4% ao ano nas duas primeiras décadas do pós-guerra para uma média de 2% ao ano, nos últimos 20 anos. O mesmo ou pior ocorreu com as principais economias europeias. Na França, a média de crescimento caiu de 5% no pós-guerra para algo em torno de 1,5% anual nas últimas duas décadas. Alemanha e Itália enfrentaram o mesmo problema (Mounk 2019).

Enquanto o crescimento econômico global despencou, a desigualdade aumentou. A começar pela década de 1980, a desigualdade aumentou rapidamente em ambos os lados do Atlântico. Hoje, a maioria das economias da América do Norte e na Europa Ocidental não são mais iguais do que haviam sido na década de 1930. O efeito combinado do crescimento reduzido e da aceleração da desigualdade foi a estagnação no padrão de vida de enormes setores da população. A taxa de crescimento ainda pode parecer boa quando medida contra o longo arco da história da humanidade. Medida contra as décadas de pico de estabilidade democrática, é uma queda desastrosa (Mounk, 2019, p. 186 e 187).

Para reforçar seu ponto de vista sobre a queda das perspectivas econômicas, ele cita a pesquisa “*The Fading American Dream: Trends in Absolute Income Mobility since 1940*”, segundo a qual “quando completavam 30 anos, mais de nove em cada dez americanos nascidos em 1940 ganhavam mais do que seus pais no mesmo estágio de vida. Em um estágio de vida equivalente, apenas um em cada dois americanos nascidos em

²³ MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019. p. 45.

1980 ganha mais do que seus pais ganharam”.²⁴ Outro dado que demonstra a tensão provocada pela diminuição do crescimento econômico, citado por Mounk, revela que o padrão de vida da família americana média dobrou de 1935 a 1965 e voltou a dobrar no período de 1960 a 1985. Essa realidade não existe mais.

A partir de 1985, permaneceu essencialmente estagnado: a família americana média não está mais rica hoje do que há trinta anos (...) Essa transformação é dolorosa para pessoas mais velhas que de repente viram seu progresso financeiro paralisado na meia-idade. Mas é ainda mais preocupante para os mais jovens, criados na promessa de que o trabalho árduo se traduziria em uma melhora de suas perspectivas econômicas — e que, em vez disso, estão ficando para trás das conquistas facilmente obtidas por seus pais em idade equivalente (Mounk, 2019, p. 187).

Mounk (2019) está convicto de que o progresso registrado na economia no pós-guerra deu legitimidade à democracia liberal e, por conseguinte, o respeito dos eleitores aos governantes. Hoje, no entanto, avaliando esse aspecto, afirma que diminuiu consideravelmente a possibilidade de os políticos receberem esse voto de confiança. E esse sentimento escapa de uma percepção sobre o momento presente e avança para o futuro. “O importante, em outras palavras, talvez seja menos a realidade econômica que a apreensão econômica”.²⁵ E esse sentimento deixa algumas questões ainda sem respostas.

A história da extraordinária estabilidade democrática ainda anima nossa imaginação política, convencendo-nos de que a democracia liberal provavelmente veio para ficar. Mas, em todo o período da estabilidade democrática, dois fatos foram verdade ao mesmo tempo: democracias estáveis eram muito afluentes e a maioria dos cidadãos gozava de mobilidade absoluta de renda [...]. Assim não dispomos de precedente histórico para nos ajudar a prever as consequências que a riqueza sem crescimento pode trazer à dinâmica política da democracia liberal (Mounk, 2019, p. 194).

O fator relacionado à comunicação como elemento de estabilidade da democracia interessa sobremaneira porque é o foco deste trabalho de pesquisa e porque explica a superação de alguns fatores estruturais que mantinham o controle da informação nas mãos de um restrito grupo de pessoas. A tecnologia digital, a internet e as mídias sociais desestruturaram uma indústria secular, centrada na existência de um número limitado de veículos de comunicação que produziam e endereçavam suas mensagens para receptores

²⁴ MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019. p. 187

²⁵ MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019. p. 190.

passivos. Um modelo de negócio elitizado, economicamente excludente para a grande maioria dos grupos sociais e seus representantes, sendo, portanto, disseminador de uma ideologia que tinha entre seus principais objetivos preservar os interesses da classe dominante ao mesmo tempo em que impedia a circulação de ideias que representassem ou provocassem conflitos sociais. O impacto dessa revolução no ambiente político não tardaria a acontecer, repetindo, em certa medida, lembra Mounk, o que ocorreu a partir do século XV quando Johannes Gutenberg inventou a prensa tipográfica, tirando da monarquia e da Igreja a capacidade de compartilhar informações com um grande número de pessoas.

Quando Gutenberg descobriu um modo de criar para cada página uma matriz que pudesse ser copiada inúmeras vezes a um custo muito menor e a uma velocidade inacreditável, ele mudou de forma radical as condições estruturais da comunicação. Em pouco tempo, a comunicação ‘um-para-muitos’ estava ao alcance de um número significativo de pessoas pela primeira vez na história da humanidade [...] no começo, a web possibilitou que a maioria dos cidadãos dos países desenvolvidos transmitisse suas opiniões para o mundo inteiro: após a pessoa criar um site de baixo custo, seu conteúdo estava disponível para qualquer um com acesso à internet. A promessa inerente da comunicação ‘um-para-muitos’ finalmente fora democratizada, mais de quinhentos anos depois (Mounk, 2019, p. 171-172).

Mas ainda havia um entrave para a democratização total da informação, que foi quebrado com a chegada das redes sociais. A dinâmica das redes permitiu que todos se comunicassem entre si, sem intermediários, eliminando a exclusividade, prevista no modelo anterior, que separava emissor e receptor de informação por uma via de mão única. “Graças ao surgimento das redes sociais, a comunicação ‘um-para-muitos’ hoje passou a ser comunicação ‘muitos-para-muitos’. E talvez a característica mais significativa da comunicação ‘muitos-para-muitos’ seja que os maiores atores nesse jogo perderam grande parte de sua capacidade de controlar a disseminação de ideias ou mensagens que repercutem entre pessoas comuns”.²⁶

A comunicação digital se mostrou capaz de contribuir largamente para o desequilíbrio da ordem institucional estabelecida. Por isso mesmo, foi do céu ao inferno em menos de uma década. Considerada ferramenta fundamental para o desencadeamento dos protestos globais em defesa da democracia, no começo deste século, passou a ser encarada como poderosa inimiga da ordem democrática, a partir de 2016. A eleição de Donald Trump, naquele ano, nos EUA, foi o mais visível ponto de inflexão. Trump

²⁶ MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019. p. 173.

conseguiu com sua conta no Twitter uma façanha: superar a barreira representada pelos tradicionais veículos de comunicação e se comunicar diretamente com a sociedade americana, não só com seus seguidores, e definir os principais temas que marcaram a campanha eleitoral. Ao publicar suas mensagens, fossem elas de tom racista, misógino ou, simplesmente, *fake news* atacando seus adversários, e vê-las como as mais comentadas nas redes sociais, ele conseguiu que os tradicionais veículos de comunicação abordassem os mesmos assuntos, amplificando sua área de influência. Para Mounk, que não assume posições extremadas, mas admite que os populistas foram mais eficientes no uso das novas tecnologias nos últimos anos, as mídias sociais não são, necessariamente, boas nem más para o processo democrático. O importante, diz, “é que elas diminuem o abismo tecnológico entre os *insiders* e os *outsiders* políticos”²⁷, como também representaram um duro golpe para governos e empresas que detinham o oligopólio sobre os meios de comunicação de massa. A revolução nas comunicações chegou para ficar, mas, como alerta o autor, ainda não sabemos se ela acabará por transformar o mundo num lugar melhor para se viver. “Mas resta pouca dúvida de que, no curto prazo — ou seja, pelo resto de nossas vidas —, vai contribuir para um mundo mais caótico”.²⁸

O terceiro aspecto capaz de estabilizar ou desestabilizar a democracia, segundo o estudo de Mounk (2019), carrega um forte apelo histórico, pois trata da homogeneidade e seu contraponto, a diversidade étnica. Esse fator tem envolvido mais fortemente os países europeus e os EUA em um debate sobre ódio e repulsa contra imigrantes, nacionalismo, políticas de imigração restritivas, populismo e eleições. De acordo com dados apresentados por Mounk, 70% dos eleitores americanos apontaram a imigração como tema muito importante nas eleições vencidas por Donald Trump, em 2016, contra 41% nas eleições de 2012. Esses dados mostram outra questão importante: em 1980 o número de comunidades nos EUA com perfil fortemente homogêneo, com pessoas brancas representando acima de 90% da população, era de cerca de dois terços. Em 2010, havia recuado para algo em torno de um terço.²⁹ Outro dado indica que foi no pós-guerra que alguns países homogêneos da Europa se transformaram em nações heterogêneas, um movimento inesperado para muitos deles. A presença de imigrantes na Grã-Bretanha

²⁷ *Ibidem*, p. 179.

²⁸ MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019. p. 183.

²⁹ MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019. p. 208

passou de dezenas de milhares em 1950 para 8 milhões de pessoas, conforme dados do artigo *The last days of a White world* (The Guardian), e do *Ethnicity and Religion Statistics* (Institute of Race Relations, 2017), citados pelo autor. Para além dos números absolutos de imigrantes existentes em seus países, cidades, fábricas e vizinhanças, outras questões relevantes mexem com o emocional daqueles que acreditaram ou acreditam que um dia fizeram parte de uma sociedade monoétnica: o medo de ser minoria é uma delas.

A ira contra a imigração é provocada antes pelo medo de um futuro imaginado do que pelo descontentamento com a realidade vivida. Quando os níveis de imigração aumentam, não é apenas a experiência de vida cotidiana que muda; igualmente importante, o imaginário social de que o futuro do país pode nos reservar também é transformado. Por conseguinte, a crença de que pessoas do grupo majoritário um dia acabarão sendo minoria tem desempenhado um papel cada vez mais importante na imaginação política da extrema direita, tanto na Europa Ocidental como na América do Norte (Mounk, 2019, p. 209).

O ponto sugerido por Mounk para reflexão com relação à democracia é que o “fervor nacionalista”, que tomou corpo nos séculos XVIII e XIX sempre ansiou pela “pureza étnica” e pela “democracia”, principalmente nas “nações que forjaram sua identidade política em revoltas contra impérios multiétnicos”. A segunda Guerra Mundial intensificou esse processo no sentido de que, explica ele, findo o conflito, parte do continente tinha passado por uma limpeza étnica. “Pela primeira vez na história da Europa, a maioria dos Estados podia se vangloriar da perfeita união entre etnicidade, território e Estado à qual tão longamente havia aspirado. É só nesse ponto que a democracia triunfava na maior parte do continente”.³⁰ Nesse sentido, é certo pensar que a imigração em grande escala sempre causou fortes tensões e apreensões e esse ambiente foi propício para o surgimento das lideranças de extrema direita e seus discursos de ódio contra a imigração — tanto nos EUA quanto na Europa.

Este cenário complexo e desafiador enfrentado pela democracia representativa, com suas peculiaridades de país para país, provocou turbulências políticas e institucionais no Brasil, na década passada, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, como 38º presidente da nação. Entender como a sucessão de fatos e a atuação dos atores políticos na arena democrática contribuíram para esse desfecho, tendo como foco a questão discursiva, é o objetivo dessa pesquisa e será desenvolvido nos capítulos que seguem — Conjuntura e Análise de Dados.

³⁰ *Ibidem*, p. 199.

CAPÍTULO 3 - CONJUNTURA BRASILEIRA E INTERNACIONAL

A conjuntura política, econômica e social das duas primeiras décadas deste século foi influenciada, em âmbito global, pela tecnologia digital e pelas mídias sociais. Os protestos que marcaram “A Primavera Árabe”, por exemplo, não precisaram dos registros das câmeras de TV para serem vistos ao redor do mundo; foram transmitidos pelos próprios manifestantes via internet. Num clique, na palma da mão, com um smartphone, um emissor passou a se comunicar com milhões de pessoas tirando dos grandes grupos de mídia o monopólio da comunicação. Esse processo foi ampliado com as mídias sociais, quando a dinâmica da disseminação de conteúdos passou de um-para-muitos para muitos-para-muitos, como destacou Mounk, atingindo uma etapa inédita na democratização da comunicação. Nesse novo cenário, acontecimentos históricos, de caráter global ou regional, foram apontados por analistas citados neste trabalho como vetor, indicador ou consequência de uma possível crise vivida pela democracia liberal.

Em termos globais, a perda de vitalidade do sistema democrático tem sido associada à crise do *subprime*, nos EUA, em 2008, que contaminou as grandes economias e democracias ocidentais, provocando o que ficou conhecido como a “Grande Recessão”. Dali em diante, a ordem política institucionalizada foi estremecida por eventos como as grandes manifestações de protestos e o espalhamento de ideias populistas antidemocráticas, disseminadas por líderes carismáticos autoritários. O conjunto de eventos que reuniu dos manifestantes nas ruas à vitória do Brexit no Reino Unido, passando pelo fortalecimento da extrema direita europeia ao surgimento do fenômeno Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil, num curto período, acendeu a luz amarela segundo a qual, para muitos analistas, a democracia entrara numa zona de risco.

No Brasil, o surgimento desse movimento de extrema direita avassalador, que pôs fim ao “ciclo político que organizou o presidencialismo de coalização nos últimos 25 anos” (Abranches, 2019), com a vitória nas eleições de 2018, suscitou, e tem suscitado ainda, muitas análises e pesquisas em busca de sua elucidação. As manifestações de protestos de 2013, conhecidas como “Jornadas de Junho”, o início da Operação Lava Jato, de combate à corrupção, em 2014, a crise econômica e política do governo Dilma Rousseff e seu *impeachment*, em 2016, são fatores que contribuíram, sem dúvida, para a construção desse complexo cenário. Entre os líderes desse movimento de discurso e atitudes extremistas, estava Jair Bolsonaro, um político que sempre viveu da política,

mesmo à margem do núcleo de decisões do sistema, como velho pregador contra a democracia e suas instituições.

Este capítulo foi estruturado como uma espécie de marco temporal para analisar os eventos e a atuação de seus principais atores, buscando demonstrar a existência de conexões entre os fatos e a construção do discurso que venceu as eleições em 2018. Nesse sentido, o tema que serviu de fio condutor do processo foi a agenda de costumes. Ela norteou os debates ocorridos no Congresso Nacional, desde o início dos anos 2000, entre parlamentares cristãos, comandados pelos evangélicos, e os “progressistas”, eleitos pelos partidos de esquerda. Posteriormente, com a força das redes sociais, esse debate envolveu outros importantes segmentos sociais e contribuiu decisivamente para a construção do que passou a ser chamado “discurso bolsonarista”. Importante perceber que o discurso das lideranças evangélicas não se ateve apenas às questões doutrinárias cristãs. A pauta foi se ampliando, ao longo dos anos, de acordo com os interesses eleitorais dos líderes e de um projeto de poder que começou a ser esboçado a partir de 2010, como demonstrou a pesquisa quantitativa.

A presença dos evangélicos na política é resultado de alguns fatores. Em primeiro lugar, está o aspecto demográfico. Há na sociedade brasileira um movimento sem volta, ao que tudo indica, que tornará o Brasil, em poucos anos, um país de maioria evangélica. Os indicadores mostram que as igrejas evangélicas cresceram ano após ano nas últimas décadas em número de fiéis e de templos, movimento acompanhado pelo aumento de sua representação política no Congresso Nacional. Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicada em novembro de 2023, analisou esse fato a partir da publicação pelo Ministério do Trabalho da Relação Anual de Informações Sociais – Rais, entre 1998 e 2021. O trabalho teve como foco o “crescimento do número de estabelecimentos evangélicos nos municípios brasileiros”. O Ipea confirma, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que o número de evangélicos “aumentou consideravelmente” nas últimas duas décadas. “Em 2000, aproximadamente 15,4% da população brasileira se identificava como evangélica, enquanto em 2010 esse número já havia subido para cerca de 22,2%”, diz a nota. Os dados não estão atualizados porque, segundo o Ipea, a principal fonte de informação para essa estimativa é o censo populacional e sua última edição é de 2010. “Contudo, uma pesquisa mais recente do Datafolha indica que os evangélicos já somam 31,0% da população brasileira” (Ipea, 2023).

O levantamento pela Rais apontou que, em 2021, o Brasil tinha 124.529 estabelecimentos religiosos. Desse total, 11% foram identificados como católicos, os evangélicos tradicionais responderam por 19% e os evangélicos pentecostais ou neopentecostais eram 52%. Apesar de o estudo apontar que todas as religiões cresceram no período avaliado, chamam a atenção algumas performances. “Os estabelecimentos católicos tiveram o menor crescimento (63%) entre todas as religiões e eram 14.294 em 2021. Os estabelecimentos de igrejas evangélicas tradicionais – que incluem presbiterianas, batistas e adventistas, entre outras denominações – mais que dobraram, chegando a 23.077. É evidente, no entanto, que a principal tendência revelada (...) é o crescimento vertiginoso dos estabelecimentos de outras denominações pentecostais ou neopentecostais. Eles quadruplicaram no período, alcançando quase 36 mil em 2021” (Ipea, 2023).

Depois da questão demográfica, que coincide com a queda dos números referentes ao catolicismo, a representação política passou a ser vista como um dos aspectos mais importantes da ascensão evangélica no sentido de ocupação de espaços públicos na sociedade. A presença de evangélicos no Congresso Nacional, entre deputados e senadores, cresceu eleição após eleição, veja tabela apresentada no trabalho “A Reinvenção do Conservadorismo: Os Evangélicos e as Eleições Federais de 2014”, de Marcelo Tadvald.

Quadro 13: presença de evangélicos no Congresso Nacional

Ano Eleitoral – Legislatura	Deputados Federais	Senadores
(1982) 1983-1987	12	–
(1986) 1987-1991	33	–
(1990) 1991-1995	23	1
(1994) 1995-1999	32	5
(1998) 1999-2003	49	2
(2002) 2003-2007	59	4
(2006) 2007-2011	30	2
(2010) 2011-2014	63	3
(2014) 2015-2018	67	3

Fonte: Fonseca, 1998; Freston, 2001³¹

³¹ Disponível em: <http://www.camara.gov.br; www.diap.org.br>. Acesso em: 7 de janeiro de 2015

A eleição de representantes para a Assembleia Nacional Constituinte iniciou o processo articulado de participação política, pois as igrejas temiam que os constituintes aprovassem leis contrárias aos princípios cristãos, orientações doutrinárias e valores tradicionais. A preocupação maior, no entanto, era a de que o catolicismo voltasse a ser a religião oficial do Estado. “Além da questão moral, as agremiações pentecostais e neopentecostais investiram na política partidária para ampliar seu poder de competição no campo religioso, combater a hegemonia da Igreja Católica bem como obter concessão de canais de rádio e televisão e doação de terrenos públicos em troca de apoios ao governo federal”.³² Portanto, para defender seus interesses e, não só isso, influenciar (ou, muitas vezes, impedir) a votação de temas no Parlamento, os líderes evangélicos sabiam que precisavam escalar sua representação política, ou seja, as igrejas precisavam eleger cada vez mais fiéis para cargos públicos. E, como verificado na tabela acima, assim foi feito.

No campo religioso, aponta-se como fator primordial a transformação implementada pelo neopentecostalismo na forma como os fiéis passaram a se relacionar com a divindade e com o profano, tendo, por conseguinte, impactado na ocupação dos espaços públicos — nesse caso específico mandatos legislativos nos municípios, estados e na representação federal. O pentecostalismo clássico, que tem na Assembleia de Deus seu maior representante, arraigado à contracultura, sectária e ascética, isolava seus fiéis do mundo no qual estavam imersos por meio da “Mensagem da Cruz”, que defendia um comportamento isolacionista. “A mensagem da cruz, tão valorizada pela doutrina pentecostal, contribui para que os fiéis não se comprometam com as causas sociais, não se preocupem com os problemas concretos da vida cotidiana nem participem de movimentos políticos empenhados na transformação da realidade social”.³³

O neopentecostalismo mudou essa visão. Criou base conceitual, invertendo a importância da “Mensagem da Cruz” para a “Teologia da Prosperidade” e definiu ações práticas para a participação política como obra de Deus para derrotar o Diabo. A mais importante denominação dessa corrente é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que estabeleceu como base de sua atuação política a Teologia do Domínio e a Teologia da Guerra Espiritual. É nessa mudança de percepção da vida espiritual e social que a dualidade entre o bem e o mal passou a ser utilizada também na esfera política, conforme

³² SURUAGY, Bruna. *Religião & Política – ideologias, articulações e estratégias da bancada evangélica na câmara federal*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Annablume Editora. 2019. p. 55.

³³ *Ibidem*, p. 72.

Suruagy:

Enquanto no pentecostalismo clássico só é possível vencer o diabo no plano espiritual, com a prática de orações e jejuns; no neopentecostalismo a guerra também ocorre no espaço sociopolítico, com a conquista de novos territórios por meio do voto, da mídia eletrônica e da aquisição de propriedades. É uma batalha pelo domínio político da sociedade, cuja vitória só é alcançada quando se conquistam cargos eletivos, se amplia a representação parlamentar e se consolida o poder político (Suruagy, 2019, p. 68).

Em artigo publicado em 2003, Oro avaliou como bem-sucedida a estratégia adotada pela Igreja Universal do Reino de Deus para atuar politicamente. Sua análise destacou a atuação institucional, o uso massivo da mídia e o discurso, que carregava elementos simbólicos da religião para a política, como referências para o sucesso eleitoral da empreitada. O sucesso político, por outro lado, se traduziu na decisão de algumas igrejas em imitar a atuação política da IURD e no interesse dos grandes partidos em formar alianças para disputar eleições. Tanto que, nas eleições presidenciais de 2002, após apoiar o candidato evangélico Anthony Garotinho à Presidência no primeiro turno, os candidatos Lula (PT) e José Serra (PSDB) travaram uma batalha para ter a maioria do apoio dos evangélicos, no segundo turno. Lula (PT) recebeu o apoio da Universal; José Serra (PSDB) conseguiu atrair para sua candidatura o apoio da Convenção Nacional das Assembleias de Deus (Conade) e da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). O processo de escolha de seus candidatos a cargos eletivos, classificado por Oro como sendo um “modelo corporativo”, o trabalho pedagógico realizado internamente para garantir os votos dos fiéis aos candidatos indicados pela igreja e o discurso em defesa da ética na política e contra a corrupção teve um forte apelo entre os fiéis.

A consequência desse discurso é que para os fiéis iurdianos votar não constitui apenas um exercício de cidadania. Ele também é concebido como um ato que preenche um sentido quase religioso. Trata-se de um gesto de exorcismo do demônio que se encontra na política e de sua libertação para que ela seja ocupada por pessoas ‘tementes ao senhor Jesus’, segundo a expressão de Bispo Rodrigues. Em outras palavras, o efeito do sentido produzido pelo discurso e pelo carisma da IURD por ocasião do período que precede as eleições é tal que seus fiéis acrescentam um significado a mais ao ato de votar além do dever cívico. O gesto de votar adquire o sentido de um rechaço do *mal* presente na política e sua substituição pelo *bem*, ou seja, por pessoas convertidas ao evangelho, por ‘verdadeiros cristãos’, por ‘homens de Deus’ (Oro, 2003, p. 58).

A estratégia política e eleitoral dos evangélicos buscou “reinsere valores estritamente religiosos na esfera pública”, conforme afirma Mariano (2014). “É notório que os dirigentes pentecostais acham-se cada vez mais envolvidos na política partidária e na mídia, vocalizando suas demandas religiosas, reclamando seus direitos, defendendo

seus interesses econômicos e políticos”.³⁴ Para Suruagy (2019), a IURD “passou a funcionar como partido, definindo candidaturas, exigindo compromisso ideológico e fidelidade a seus projetos políticos, mobilizando fiéis, convencendo-os a realizar proselitismo político e participando ativamente das campanhas eleitorais”.³⁵

Para Magali Cunha (2019), o contexto global, que ocorreu na virada do século XX para o XXI, teve uma importância crucial na transformação dos evangélicos no Brasil, ou seja, com reflexo na “conformação da hegemonia pentecostal, na busca de inculturação no mundo urbano e no surgimento da cultura gospel”.³⁶ Alguns aspectos dessa nova realidade, segundo sua análise:

- Estruturação de uma nova ordem mundial, tendo como fatores estruturantes a queda do muro de Berlin, o fracasso do socialismo, o avanço do capitalismo globalizado, o esvaziamento das funções do Estado na economia, com estímulo ao setor privado, ao mercado, ao consumo e investimento no setor de tecnologia;
- Consolidação da hegemonia pentecostal nos anos 1980, com o surgimento de muitas igrejas autônomas e seus líderes, com propostas de cura, exorcismo e de prosperidade, desprezando restrições de cunho moral e cultural para se alcançar a benção divina;
- Proselitismo pentecostal provocou aumento no número de seus seguidores/fiéis, o que atingiu outras igrejas cristãs, como os evangélicos históricos — o que representou um incômodo —, e a igreja católica — o que representou uma ameaça;
- As correntes religiosas denominadas Teologia da Prosperidade e Guerra espiritual ganharam espaço no discurso e na prática das igrejas evangélicas e estão relacionadas à nova ordem mundial;
- Crescimento da urbanização provocou a necessidade de adaptação das igrejas. Os pentecostais saíram na frente e instituíram horários flexíveis, com algumas igrejas permanecendo abertas 24 horas por dia. O que não ocorreu com os templos dos protestantes históricos;

³⁴ MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2014. p. 235.

³⁵ SURUAGY, Bruna. Religião & Política – ideologias, articulações e estratégias da bancada evangélica na câmara federal. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Annablume Editora. 2019. p. 63

³⁶ CUNHA, Magali do Nascimento. Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital. 1ª edição. Curitiba. Editora Appris, 2019. p. 19.

- A pregação do dualismo sagrado-profano, igreja-mundo, provocou o surgimento de tribos de evangélicos que privilegiam lazer, vivência religiosa e espaços de consumo. Também é reflexo desse fenômeno a segmentação religiosa, com igrejas voltadas a grupos específicos, sejam roqueiros ou esportistas;
- Caracterizada por uma religiosidade atrelada à mídia, a cultura Gospel significou o alcance da modernidade pelos evangélicos. Cultos, shows, baladas, grandes eventos e acesso à tecnologia eletrônica trouxeram leveza ao jeito de ser evangélico e deram maior visibilidade à religião nas grandes cidades.

A pesquisadora Cassia Maria Senna Ganem escreveu o artigo “Estado laico e direitos fundamentais”, no qual detalha a relação entre Igreja e Estado no Brasil ao longo da história. Sabemos que essa relação foi iniciada com a hegemonia da Igreja Católica no período colonial. No império, a religião católica passou a ser a religião oficial. O art. 5º da Constituição de 1824 estabeleceu que “a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem qualquer forma exterior de templo” (Ganem, 2008). A separação entre a Igreja e o Estado foi consolidada com a Constituição de 1891. O § 2º de seu art. 11 proclamou que, conforme a pesquisadora, “é vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”. Constituiu-se, dessa forma, o Estado laico no Brasil. Ou seja, sem exceção, todas as religiões têm a proteção estatal. Consagrou-se, também, a liberdade de crença e de culto, explica Ganem. Já a liberdade religiosa e o caráter laico do Estado, detalha a autora, foram reafirmados pela Constituição de 1988. “O inciso I do seu art. 19 dispõe que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (Ganem, 2008).

Apesar da garantia constitucional, o tema Igreja/Estado ou, mais precisamente, religião/política voltou ao debate, nas últimas décadas, com a imponente entrada em cena dos evangélicos e a participação de seus representantes na esfera político-partidária. Com o crescimento do número de parlamentares eleitos, os evangélicos decidiram criar, em 2003, uma bancada na Câmara, que se transformaria, formalmente, em 2015, na Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A frente se apresenta como uma entidade multipartidária e interdenominacional que estabeleceu como missão, segundo seu site na internet,

“mobilizar e unir a comunidade evangélica brasileira em prol da construção de um sólido projeto político conservador e patriota, visando a nossa ativa e competente participação na política, combatendo o bom combate em defesa das Sagradas Escrituras, da Igreja Evangélica Brasileira, da Família Tradicional, e de lutar corajosamente por um país melhor para as próximas gerações, livre da corrupção e do comunismo!” (FPE, 2003). Em 2012, surgiu a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE). A entidade definiu como missão institucional “a defesa das liberdades civis fundamentais – em especial a liberdade religiosa e de expressão” e como objetivo “constituir-se como uma entidade de auxílio e defesa administrativa e jurisdicional das igrejas e denominações evangélicas, em especial, nos casos de violação dos direitos fundamentais de liberdade religiosa e de expressão” (ANAJURE, 2012).

Esses dois movimentos permitiram às igrejas evangélicas atuarem, por meio de seus representantes, de forma mais colaborativa e combativa para evitar que fossem aprovados projetos na Casa que não representassem seus interesses ou que ameaçassem, na sua visão, a moral cristã tradicional. A atuação conjunta da bancada/FPE e da ANAJURE, mesmo que não oficializada, ajudou no reposicionamento da bancada evangélica para enfrentar desafios e opositores e, ao mesmo tempo, estruturou uma atuação mais propositiva no campo jurídico, o que se refletiu no desempenho da bancada. No seu lançamento, em 2012, na Câmara dos Deputados, a ANAJURE homenageou algumas lideranças políticas, entre elas o deputado e então presidente da FPE, pastor João Campos, à época no PSDB/GO. Em seu discurso, ele comemorou a criação da associação como uma entidade preparada tecnicamente para participar dos grandes debates dos temas nacionais em especial os que diziam respeito aos valores cristãos. “Vamos estabelecer uma relação de cooperação com a ANAJURE em favor do Brasil” (ANAJURE, 2012).

O posicionamento adotado pelos parlamentares evangélicos nas discussões e votações de temas polêmicos no Parlamento, como aborto e homofobia, por exemplo, seguiu e ainda segue um padrão: de um lado, os valores definidos pela moral cristã; do outro lado, a demonização dos adversários políticos. A estratégia contribuiu para o crescimento da representação evangélica, tornando o pequeno número de parlamentares em importante força política, com poder para interferir na agenda do Congresso Nacional, no que se refere à tramitação de projetos e propostas e, também, a partir de 2010, de forma mais efetiva, nas negociações preparatórias para as grandes batalhas eleitorais, como a definição de quem receberia o apoio das lideranças evangélicas nas disputas

presidenciais. Em “Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista”, Mariano (2009) considera vários fatores para explicar essa transformação, que teve seu início a partir dos anos 1980, “momento em que esses religiosos passaram a conquistar, em parte como efeito do próprio recrudescimento de seu avanço demográfico, crescente visibilidade pública, espaço na mídia eletrônica e, para surpresa geral, poder político e partidário”. Entre esses fatores, ele destacou:

- 1) O aspecto demográfico, com o expressivo crescimento dos pentecostais no conjunto da população;
- 2) O declínio do Catolicismo e o esfriamento da relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, a partir da ascensão dos militares ao poder com o golpe de 1964, quando a Igreja Católica passou a defender enfaticamente os direitos humanos, a partir de 1968;
- 3) A Assembleia Constituinte de 1988 foi o marco escolhido pelos evangélicos para iniciar um movimento coordenado pela busca do poder político. As lideranças temiam perder espaço para a Igreja Católica e que o catolicismo fosse decretado como religião do Estado, o que não aconteceu. Outro aspecto dessa estratégia era defender a liberdade e os valores religiosos, a moral cristã tradicional;
- 4) A naturalização da presença e mesmo o reforço do ativismo dos pentecostais na política pela opinião pública e pelos círculos do poder político;
- 5) O avanço da regulação de áreas da esfera privada pelos poderes constituídos – jurídico-político-estatal –, que poderia esvaziar o ambiente de pregação evangélica. Segundo Mariano, isso ocorre toda vez que os poderes constituídos adotam “políticas públicas ou alteração da legislação referente, por exemplo, à distribuição de métodos anticoncepcionais (inclusive nas escolas), ao controle da natalidade, à discriminação e legalização do aborto, à união civil de pessoas do mesmo sexo, ao combate à homofobia, à permissão do uso de células embrionárias em pesquisas científicas, à aprovação de pena de morte, etc”.

Outro ponto destacado no discurso dos parlamentares cristãos é a defesa da liberdade religiosa. Como preceito constitucional não há indicativo de que tenha sido ameaçada desde a promulgação da Constituição, em 1988. O Art. 5º, Inciso VI da Carta afirma que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre

exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (Constituição, 1988)”. Mariano aponta dois aspectos que podem explicar essa questão. O primeiro diz respeito à existência de “desconhecimento das relações jurídicas e hierárquicas entre Igreja e Estado e suas implicações”; o segundo, pela “tendência de absolutizar o princípio da liberdade religiosa desconsiderando que toda liberdade numa democracia é necessariamente regrada pelo direito positivo e, portanto, juridicamente limitada” (Blancarte *apud* Mariano, 2003). Como mostraremos mais adiante, lideranças evangélicas realizaram, em 2013, uma grande manifestação em frente ao Congresso Nacional com o intuito de defender e garantir sua liberdade religiosa. Na verdade, a manifestação se transformou num grande ato político. Foi lá que o então deputado Jair Bolsonaro apresentou ao país o *slogan* que embalaria sua campanha eleitoral e seu governo a partir de 2018.

3.1. A “onda” conservadora

Há um debate importante entre os estudiosos da religião, que precisa e deve ser considerado, segundo o qual não se pode olhar a ascensão dos evangélicos, levando em consideração seu crescimento demográfico e sua maior participação no espaço público, aí considerado a arena político-partidária, como um fato monolítico. Ou seja, esse processo não é resultado de uma harmonia de pensamento nem de ação por parte das diversas denominações religiosas. Em síntese, existiram e existem diferenças que precisam ser compreendidas para que a chamada “onda conservadora”, que tomou conta do país na disputa eleitoral, no debate midiático e das redes sociais, nos últimos anos, não seja imputada exclusivamente à ascensão dos evangélicos, vista aqui pela condição de “categoria englobante”, como define Ronaldo de Almeida (2019).

Dito isto, quais seriam os elementos componentes dessa onda e como eles se conectariam com a “conjuntura político-religiosa” vivida pelo Brasil? Almeida sugere o estudo de “quatro linhas de força” para que esse entendimento seja alcançado, o que traria em seu bojo a participação religiosa no processo. Segundo ele, essas linhas seriam: 1) Econômica, marcada por uma visão liberal, meritocrática e empreendedora; 2) Moral, que resulta numa disputa pela moralidade pública; 3) Securitária, defensora de uma atuação mais rigorosa dos aparelhos de segurança do Estado; e 4) Interacional, relacionada com a qualidade e intensidade do diálogo entre os atores sociais em momentos de forte antagonismo político.

No 1º caso, observa-se uma simetria entre o discurso que prega uma presença cada vez menor do Estado na vida das pessoas, o que é defendido por diversos estratos sociais, e a agenda religiosa, principalmente a dos pentecostais. Almeida cita dois protestos pelo *impeachment* da presidente Dilma, ocorridos em 2015, em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos quais a tônica dos discursos criticou as políticas de distribuição de renda dos governos petistas. “O mérito decorrente do esforço próprio é valorizado e incentivado religiosamente. Essa é uma característica do discurso neopentecostal que se dissemina cada vez mais pelo pentecostalismo clássico, principalmente pela Assembleia de Deus”.³⁷

No caso da 2ª linha de força, o debate sobre a moralidade pública é de grande interesse desta pesquisa porque envolve um dos eixos de análise, o da Família/Costumes. Outro ponto levantado por Almeida e que também é abordado por este trabalho é a presença dessa discussão no Parlamento, que considero o fator essencial para a construção do “discurso bolsonarista”. O autor afirma que, sim, os pentecostais entraram com força total “na disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários (...) Com força política, econômica e demográfica, as pautas de ordem moral têm sido canalizadas de forma mais contundente no Poder Legislativo”.³⁸ O que explicaria tal comportamento dos evangélicos? Na visão de Almeida, diferente de muitos setores da Igreja Católica, que se apoiariam apenas no tradicionalismo para tentar resistir às mudanças de um mundo em transformação, os evangélicos pentecostais são conservadoramente ativos e sua atuação não significa apenas reação. “A esses evangélicos tem interessado a disputa pela moralidade pública. Não somente a proteção das moralidades deles, mas a luta para que ela seja inscrita na ordem legal do país”.³⁹ Dentro da linha que iniciamos essa discussão, o autor chama a atenção para as diferenças existentes entre os próprios evangélicos e a Igreja Católica, o que demarcaria posições mesmo no quesito moral.

Quando se intensificou no país o debate público (na verdade, mais restrito às camadas escolarizadas) em torno das pesquisas com células-tronco embrionárias e, a reboque naquele momento, da legalização do aborto, a Igreja Universal declarou-se a favor das pesquisas e admitiu o aborto nos casos já definidos pela legislação brasileira (estupro, perigo de vida para a mãe e feto com anencefalia). Tais posições foram uma forma de a Igreja Universal se colocar na discussão em contraposição à Igreja Católica (Almeida, 2019, p. 185).

³⁷ ALMEIDA, Ronaldo. Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais / organização: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 179.

³⁸ *Ibidem*, p. 183.

³⁹ *Ibidem*, p. 184.

A 3ª linha de força diz respeito, conforme o autor, a uma postura mais repressiva e punitiva dos aparelhos de segurança do Estado. Envolve o debate de propostas que vão da mudança da maioria penal à lei do desarmamento. As discussões sobre o assunto no Parlamento reforçaram o “discurso bolsonarista”, centrado numa posição de força do Estado — inclusive contra as minorias sociais, não só os que cometem crimes, os fora da lei. Vídeo⁴⁰ que circulou na internet com discurso de Bolsonaro em João Pessoa, na Paraíba, em 2017, em campanha política, deveria incomodar a todos que não concordam com tal tipo de pregação eleitoral. Mas, parece que passou despercebido. Essa visão de força a ser imposta pelo Estado sobre a população teve o apoio, relata Almeida, dos evangélicos Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara, e, sem citar nominalmente, um ex-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, delegado de polícia, que atuaram como porta-vozes dos evangélicos num ambiente institucional importante, o Poder Legislativo. “Não é possível afirmar que, nessa linha de força, a atuação parlamentar evangélica seja expressiva como a relativa à moralidade. Mas ela tem servido, no mínimo, como linha auxiliar dos interesses dos aparelhos de segurança, como as corporações policiais e militares, e privada, empresas”.⁴¹

A quarta e última linha de força do estudo de Almeida analisa a chamada polarização afetiva, que acontece quando os antagonismos políticos despertam tensões entre grupos sociais, “em torno de temas políticos e morais”, potencializados, neste caso, pelo ativismo nas redes sociais, desfazendo laços de amizade e até provocando desconforto nas relações familiares. “A crise política pela qual passa o país, pelo menos desde as manifestações de junho de 2013, ocorre tanto no plano do sistema político como também desceu para as relações interpessoais da parcela da população mais mobilizada por tal crise”.⁴²

3.2. O Congresso como foco

O deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) foi eleito presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2015. Em dezembro daquele ano, ele acolheu o pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, que foi confirmado em votação no Senado

⁴⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BCkEwP8TeZY>

⁴¹ ALMEIDA, Ronaldo. Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais / organização: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p.188.

⁴² ALMEIDA, Ronaldo. Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais / organização: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 189.

em agosto de 2016. O fato marcou a história do país e a do próprio parlamentar. No entanto, sua gestão à frente da Câmara é vista por pesquisadores como uma das mais reacionárias no que diz respeito aos avanços dos direitos obtidos por diversas minorias. Evangélico, Cunha contribuiu decisivamente para ampliar o campo de atuação da bancada evangélica na Casa. Segundo a pesquisadora Bruna Suruagy, “Cunha lançou mão de manobras regimentais para atender interesses corporativos de setores dominantes das igrejas evangélicas”⁴³. Para Magali Cunha, o ex-presidente da Câmara representou uma “significativa conquista de poder político-partidário dos evangélicos”.

Cunha usou do poder para facilitar a liderança e a atuação de deputados evangélicos em comissões especiais, criadas e recriadas por ele para acelerar a tramitação e desarquivar projetos de lei e de emendas constitucionais elaboradas por congressistas do grupo. Entre elas, a Comissão Especial do Estatuto da Família, que se opõe explicitamente aos avanços nos direitos da população LGBTI e nos direitos das mulheres (Cunha, 2019, p. 57).

Além de ampliar os espaços institucionais para atuação da bancada evangélica, Eduardo Cunha apresentou projetos de lei que tinham como objetivo reforçar o discurso conservador dentro de uma lógica de contraposição, ou seja, buscar eliminar ou diminuir a importância de um contexto, de um conceito, de uma proposta, apresentando outra com o propósito diametralmente oposto. Esta é uma dinâmica peculiar da atuação dos evangélicos no Congresso. Quando surgiu a discussão sobre o Cura Gay, eles providenciaram o Kit Gay como contraponto. A discussão sobre Ideologia de Gênero foi cortada pela apresentação do projeto Escola sem Partido. E assim por diante. Nesse sentido, ele apresentou, por exemplo, o PL 7443/2006, que “dispõe sobre a inclusão do tipo penal de aborto como modalidade de crime hediondo”, apensado ao PL 4917/2001, no mesmo ano de sua apresentação, que segue tramitando na Câmara. Quatro anos depois, apresentou o PL 7382/2010, que previa a penalização da discriminação contra heterossexuais e determinava que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade. Foi arquivado e desarquivado várias vezes, até ser definitivamente retirado da pauta e arquivado, em 2019. Já o PL 1672/2011, seguia a mesma linha de polarização, já verificada na atuação de outros parlamentares evangélicos, em relação aos avanços e conquistas do movimento LGBT e propunha a instituição do "Dia do Orgulho Heterossexual", a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro. A medida seria uma forma, ao que parece, de se contrapor ao Dia do

⁴³ *Ibidem*, p. 21.

Orgulho Gay, comemorado internacionalmente no dia 28 de junho. Depois de idas e vindas no processo de tramitação na Casa, a proposta foi definitivamente arquivada em 2019.

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração nesse processo é levantado pela jornalista Andrea Dip (2018), autora do livro “Em nome de quem? – A bancada evangélica e seu projeto de poder”. Usando dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), ela lembra que o “Congresso eleito em 2014 foi o mais conservador desde o período pós-1964, com o aumento do número de parlamentares militares, ruralistas e religiosos”.⁴⁴ A eleição de Eduardo Cunha a presidente da Casa é certamente consequência desse cenário. Mas também do fortalecimento da bancada evangélica e do clima conflituoso que se instalou no Parlamento. O volume de projetos apresentados entre 2000 e 2023 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme dados publicados nos *sites* das duas Casas⁴⁵, sobre os temas abordados neste trabalho no eixo Família/Costumes é a prova disso. Sobre Aborto, foram apresentados, na Câmara, 324 PLs; no Senado, outras dez propostas; Cura Gay foi tema de cinco projetos na Câmara; os parlamentares apresentaram treze projetos sobre Escola sem Partido na Câmara e quatro no Senado; Já Ideologia de Gênero foi o assunto de 32 propostas na Câmara e dez no Senado. No total, tivemos 398 propostas, o que resulta numa média de aproximadamente 17 propostas por ano. Essa agenda representou, portanto, dois discursos antagônicos a separar de forma quase irreconciliável as posições políticas que desaguaram nas eleições presidenciais de 2018.

Este trabalho de pesquisa identificou, assim, que a polarização ideológica, sobre a qual tanto se falou nas eleições de 2018, deu seus primeiros passos no começo dos anos 2000 no Congresso Nacional. Projetos de lei com foco na agenda de costumes em tramitação no Parlamento expuseram ao país visões de mundo completamente opostas separando parlamentares católicos e evangélicos (defensores da família tradicional e dos bons costumes cristãos), dos congressistas vinculados aos partidos de esquerdas (aliados aos movimentos de direitos humanos e minorias sociais). Temas como homossexualidade, direitos das mulheres, da comunidade LGBT e criminalização da homofobia despertaram uma disputa ideológica acirrada entre esses grupos, como

⁴⁴ DIP, Andrea. Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. P. 49.

⁴⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado> e <https://www.camara.leg.br/>

destacaremos a partir de agora analisando a tramitação de alguns projetos de lei e outras propostas no Congresso Nacional.

3.3. PL anti-homofobia

O PL 5003/2001 da deputada Iara Bernardi (PT-SP) foi apresentado na Câmara em agosto daquele ano. Tratava da tipificação de crime contra a discriminação aos homossexuais. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário, em novembro de 2006, transformava em crime “o preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”, alterando a Lei 7716/89, que tratava de “crimes relacionados ao preconceito de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional” (Agência Câmara, 2006). Encaminhado ao Senado, tramitou durante onze anos sob o número PLC 122/2006 e provocou acaloradas discussões e polêmicas. Acabou arquivado em 2017.

A tramitação do PL que criminalizava a homofobia dá uma ideia da dinâmica adotada pelos parlamentares evangélicos e católicos para bloquear e ainda impedir a discussão de temas sobre os quais discordam. O texto foi classificado como um atentado à liberdade religiosa e de expressão pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), bispo e sobrinho de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, segundo a Agência Senado. Para Crivella, o texto aprovado pela Câmara criava uma proteção especial aos homossexuais, o que ele, representante dos evangélicos no Senado, não concordava. Para Crivella, a proteção dada aos homossexuais “deveria ser dada às mulheres, aos idosos e às crianças, mas não a eles” (Agência Senado, 2007). Relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos do Senado, a petista Fátima Cleide (RO) acreditava que a lei atendia a uma demanda da sociedade. Segundo ela, a lei contribuiria para evitar a morte de um homossexual a cada dois dias no país. “Precisamos de um texto que proteja sem tutelar, mas que também não ofenda nem diminua a liberdade religiosa, que é uma conquista importante do povo brasileiro” (Agência Senado).

Ao Congresso em Foco, Crivella disse que a aprovação do texto impediria a condenação da homossexualidade pelos sacerdotes, “inclusive em cultos religiosos”. Sobre essa resistência, a matéria informava que mais de 180 deputados ligados a grupos religiosos trabalhavam pela rejeição de uma série de propostas: “desde a que legaliza a união civil entre pessoas do mesmo sexo, passando pela que criminaliza a homofobia e a que autoriza os transexuais a mudarem o prenome nos documentos civis, até a que estabelece, oficialmente, a data de 28 de junho como Dia Nacional do Orgulho Gay”

(Congresso em Foco, 2007).

O ex-deputado e bispo evangélico Robson Rodovalho (DEM-DF), fundador da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, afirmou que o Estado não pode sacramentar a homossexualidade, porque é um “pecado” e um “desajuste”. “Nós estamos em uma sociedade majoritariamente cristã, que não entende e não concorda com isso” (Congresso em Foco, 2007). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também se manifestou contra a proposta por meio do frei Antônio Moser, assessor da Comissão de Bioética da entidade. “Esses projetos são coisa de quem não tem o que fazer” (Congresso em Foco, 2007).

3.4. O PLC 122 e as eleições de 2010

A campanha eleitoral à Presidência da República de 2010 apresentou os primeiros indícios de que os evangélicos já eram uma força política a ser respeitada no Congresso, com musculatura para impor determinadas condições em troca do seu apoio político. Temas relacionados à preservação da moral cristã tradicional normalmente encabeçavam a lista. Cinco dias antes do 2º turno, ocorrido no dia 31 de outubro, o candidato do PSDB, José Serra, se reuniu com cerca de 800 lideranças evangélicas e se comprometeu a não aprovar o PLC 122. “Do jeito que está, ele passa a perseguir igrejas que têm posições contrárias ao homossexualismo. Uma coisa é perseguir e fazer grupos de extermínio contra os gays, como tem acontecido. Outra, é proibir que as igrejas preguem contra atos homossexuais entre seus fiéis. Eu vetarei essa lei. Essa lei não andar­á” (O Globo, 2010).

Movimento nessa direção já tinha sido feito pela coordenação da campanha de Dilma Rousseff, que se reunira com 51 representantes de igrejas evangélicas. As lideranças pediram que a candidata se comprometesse a vetar qualquer projeto aprovado no Congresso "contra a vida e valores da família", segundo matéria da Folha de S. Paulo. A campanha divulgou texto para acalmar os ânimos e as críticas, afirmando que Dilma era "pessoalmente contra o aborto" e que defenderia a "manutenção da legislação atual sobre o assunto".

O pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, não acreditou muito no compromisso assumido pela campanha da petista e postou um vídeo na internet, cujo teor foi reproduzido em parte pela Folha de S. Paulo, contestando as afirmações. No vídeo, ele afirmava: "Quem é religioso não precisa fazer força para mostrar. Nós não somos trouxas (...) mudar agora por questões eleitoreiras é vergonhoso" (Folha de S.

Paulo, 2010). Malafaia apoiou o candidato do PSDB no segundo turno. Dilma venceu as eleições com 55,752 milhões de votos (56,05% dos votos válidos). O tucano José Serra ficou em segundo com 43,711 milhões de votos (43,95% dos votos válidos). Apesar de sua reeleição, a presidente e o governo sofreriam forte pressão da bancada evangélica por conta dessa agenda e propostas de políticas públicas que foram apresentadas por seus integrantes. O enfrentamento estava só começando.

Seis meses após a disputa eleitoral, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo, a chamada união homoafetiva. Como registrou O Estado de S. Paulo, a decisão era relevante porque ampliaria o conceito de família até ali conhecido.

Pela decisão do Supremo, os homossexuais passam a ter reconhecido o direito de receber pensão alimentícia, ter acesso à herança de seu companheiro em caso de morte, podem ser incluídos como dependentes nos planos de saúde, poderão adotar filhos e registrá-los em seus nomes, dentre outros direitos. As uniões homoafetivas serão colocadas com a decisão do tribunal ao lado dos três tipos de família já reconhecidos pela Constituição: a família convencional formada com o casamento, a família decorrente da união estável e a família formada, por exemplo, pela mãe solteira e seus filhos. E como entidade familiar, as uniões de pessoas do mesmo sexo passam a merecer a mesma proteção do Estado (Estadão, 2011)

As lideranças evangélicas criticaram duramente a decisão do STF. O deputado João Campos (PSDB-GO), presidente FPE, apresentou à Mesa Diretora da Câmara o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 224/11 pedindo que a decisão da Corte fosse cassada.

Não resta dúvida de que, se o Poder Legislativo pode sustar os efeitos de atos abusivos do Poder Executivo, para o atendimento à prerrogativa de zelo pela preservação de sua competência legislativa, o mesmo remédio deve ser estendido também a esta Casa, para suspender os atos ilegais do Poder Judiciário (...) se não for possível sustar os efeitos da decisão que extrapolou a competência do Poder Judiciário, o ordenamento jurídico e a independência dos poderes serão afetados e, conseqüentemente, a própria ordem constitucional (G1, 2011).

A Mesa Diretora da Casa devolveu o projeto ao autor para arquivamento, uma vez que foi considerado inconstitucional. Primeiro homossexual assumido a ser eleito deputado federal, Jean Wyllys (PSOL-RJ) afirmou que os evangélicos queriam desviar o foco da discussão sobre os direitos civis. "Isso é desespero para confundir a opinião pública, para jogar opinião pública contra o direito civil. O direito é público, a fé é privada. Nenhum homossexual quer casar em igreja" (Exame, 2011).

Dois meses após a decisão do STF, o Ibope Inteligência divulgou pesquisa segundo a qual os evangélicos e os protestantes formavam o grupo social que mais

resistiam ao casamento entre casais do mesmo sexo. Segundo matéria do portal UOL, 77% foram contra e 23% favoráveis à medida. O levantamento apontou que 55% dos brasileiros eram contrários ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, e 45% favoráveis. A pesquisa indicou uma aderência expressiva dos fiéis ouvidos pelo Ibope à posição adotada pelos líderes evangélicos no Congresso. A decisão do STF foi interpretada como um avanço importante por parte da esquerda e que poderia influenciar a votação do projeto no Senado, que ainda não ocorrera. A senadora Marta Suplicy (PT-SP), relatora do projeto, demonstrava alguma esperança. "O Judiciário se pronunciou sobre um assunto que há 16 anos o Congresso não consegue se pronunciar (...) Esse projeto tem a ver com tolerância, respeito e cidadania, vai ajudar a diminuir a violência contra homossexuais" (Estadão, 2011).

Sete dias depois da decisão da Corte, na manhã do dia 12 de maio de 2011, o PLC 122 seria finalmente votado na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Os parlamentares evangélicos protestaram na sessão pregando adesivos na boca, sob a alegação que o projeto reprimia a liberdade de expressão. A preocupação da bancada evangélica residia em alguns aspectos da proposta, como a punição por prisão pelo prazo de um a três anos por negativa de atendimento a gays em bares e restaurantes e prisão, pelo mesmo prazo, acrescida de multa, às pessoas que induzissem ou incitassem a discriminação ou preconceito contra os homossexuais. Havia, portanto, margem para interpretação de que padres e pastores ficariam simplesmente proibidos de pregar contra a homossexualidade nas igrejas e templos religiosos, como destacado pelo Estadão. Para evitar dubiedade de entendimento, Marta incluiu uma emenda permitindo que religiões e credos exercessem sua fé, dentro de seus dogmas, desde que não incitassem a violência. "O que temos na fé é o amor e o respeito ao cidadão. Me colocaram que o problema não era intolerância nem preconceito, mas liberdade de expressão dentro de templos e igrejas. O que impede agora a votação? O que, além da intolerância, do preconceito, vai impedir a compreensão dessa lei?" (Estadão, 2011). A mobilização política dos evangélicos respondeu à pergunta da senadora.

Figura 2: O deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) participou da Marcha da Família, dia 1º de junho de 2011, em Brasília, contra a aprovação no Senado do PL 122, pela criminalização da homofobia. Evangélicos e católicos participaram do ato.



Fonte: Reprodução/Revista Exame. Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr⁴⁶

Eles mobilizaram seus seguidores dentro e fora do Congresso. Alegaram que o projeto precisaria ser mais bem discutido, mesmo tendo sido aprovado na Câmara em 2006 e posteriormente encaminhado ao Senado, em 2007, para análise e votação. O clima estava tão tenso que, no fim da sessão, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) e a senadora Marinor Brito (PSOL-PA) se ofenderam mutuamente. De acordo com o Estadão, a senadora chamou o deputado de “criminoso”. O deputado chamou a senadora de “heterofóbica”. Em entrevista ao jornal O Globo, o senador Magno Malta (PR/ES) afirmou que o projeto era inconstitucional e prejudicava a família. “O projeto de Iara Bernardi arrumava cadeia pra todo mundo; criminalizava a sociedade como um todo. Se não alugar imóvel, está preso, se não admitir, está preso” (O Globo, 2011).

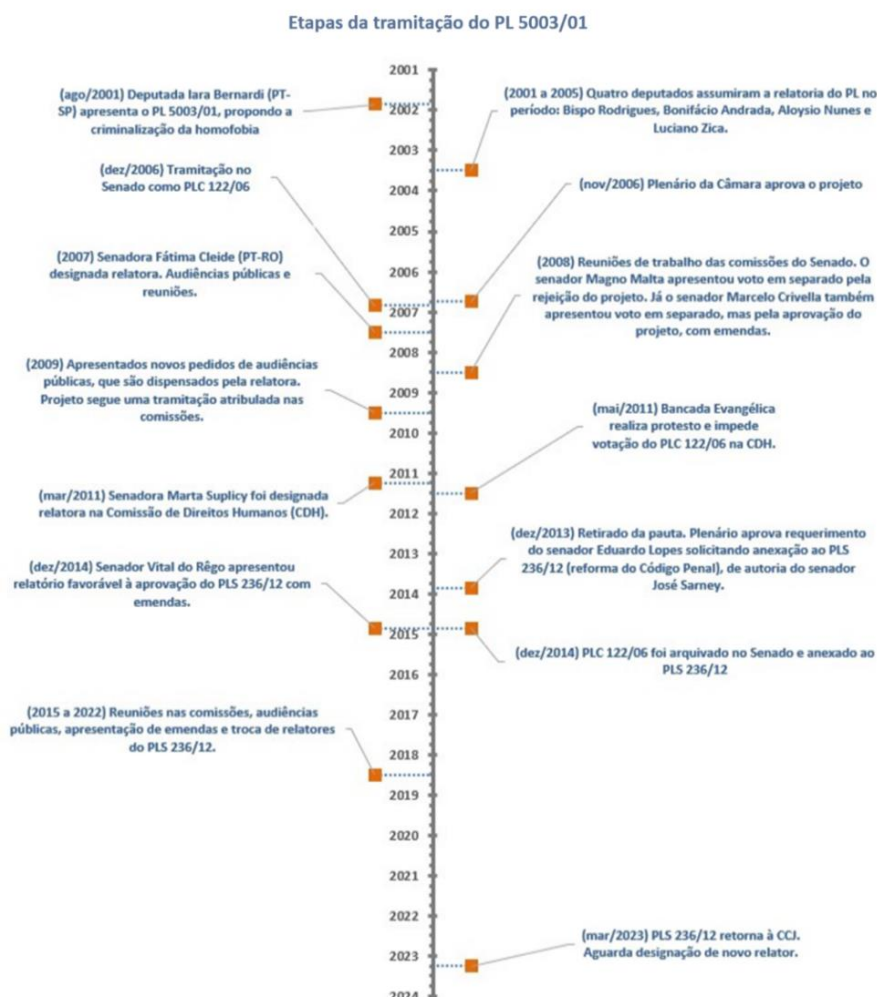
Em dezembro de 2013, o PLC 122 foi retirado da pauta do Senado por conta da aprovação em plenário do requerimento do senador Eduardo Lopes solicitando sua anexação ao PLS 236/2012, sobre a reforma do Código Penal. Foi definitivamente arquivado em 2017. O gráfico da linha do tempo, abaixo, mostra os principais momentos da tramitação do PL da Homofobia no Parlamento.

O PLC propôs a alteração da Lei no 7.716/1989 que define os crimes de discriminação e preconceito relacionados a raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, e estabelecia providências para criminalizar práticas discriminatórias em razão

⁴⁶ Disponível em: <https://exame.com/mundo/a-manifestacao-de-grupos-religiosos-contralei-anti-homofobia-em-imagens/>

da orientação sexual das pessoas. Depois de aprovado no plenário da Casa, em 2006, seguiu para o Senado. Passou a tramitar sob o número PLC 122/06 até ser arquivado em 2014, depois de ser anexado ao PLS 236/12, sobre a reforma do Código Penal.

Figura 3: Tramitação dos projetos de lei referentes à PL 5003/01



Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

3.4.1. Etapas de tramitação

- 2001 A 2006** – Intensas discussões ocorreram na Câmara. Nos debates não houve discordância quanto à necessidade de se coibir a discriminação aos homossexuais no que se refere a questões como emprego e acesso a ambientes públicos. Mas o consenso se limitou a esses dois temas. Católicos e evangélicos argumentaram que o texto aprovado pela Câmara atentava contra a liberdade religiosa e contra a liberdade de expressão, que são garantias constitucionais. Já as organizações de defesa dos interesses dos homossexuais classificaram os grupos cristãos, contrários à aprovação do PLC, como "fundamentalistas" e apresentaram

estatísticas de crimes contra os homossexuais para fundamentar a necessidade de se combater a discriminação.

- **2007 a 2011** – No Senado, ocorreram diversas reuniões de trabalho e audiências públicas para debater o tema. O período também foi marcado pela apresentação de manobras regimentais visando a postergação da votação.
- **2011 a 2013** - No final de 2011, a senadora Marta Suplicy apresentou relatório favorável à aprovação do PLC. Enfrentou resistência dos grupos religiosos e não conseguiu colocá-lo em votação na CDH. Em dezembro de 2013, o senador Eduardo Lopes, solicitou a anexação do PLC 122/06, ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, sobre a reforma do Código Penal Brasileiro. Esta manobra sepultou definitivamente o PLC 122/06 que acabou ficando “escondido” dentro do PLS 236/12, que também não foi votado e continua no Senado esperando a designação de um novo relator.

3.5. PLS do Novo Código Penal

Em fevereiro de 2011, o ex-presidente José Sarney foi eleito presidente do Senado. Senador pelo Amapá, ele criou, em outubro daquele ano, uma Comissão Especial de Juristas para elaborar o anteprojeto do Novo Código Penal. No lançamento da proposta, Sarney lembrou que o Código Penal Brasileiro é de 1940 (Decreto-Lei 2.848) e que, desde então, o texto foi modificado pontualmente. “Além disso, surgiram leis penais especiais, fora do Código, sobre pontos diversos como os crimes ambientais” (Agência Senado, 2011). O trabalho foi concluído, entregue ao Senado em junho de 2012 e transformado no Projeto de Lei 236/2012.

A iniciativa se transformou em mais uma queda de braço no Parlamento entre deputados e senadores representantes dos movimentos cristãos, com destaque para atuação dos líderes evangélicos, a respeito dos temas abordados na proposta. Os parlamentares da Frente Evangélica foram recebidos por Sarney em dezembro daquele ano. Eles manifestaram preocupações com os seguintes pontos do projeto: ampliação das hipóteses de aborto legal, descriminalização do porte ou plantio de drogas para uso próprio e redução da idade que caracteriza o estupro de vulnerável. O deputado e pastor João Campos (PSDB-GO), presidente da FPE, disse que a reforma era válida, mas

mostrou-se preocupado com o que chamou de possível afrouxamento das leis. Ele disse ser a favor do projeto, mas que havia ressalvas a serem feitas. “Nós somos a favor, desde que seja em uma concepção de endurecer a legislação penal em uma perspectiva de diminuir a criminalidade, a violência e a impunidade no País” (Agência Câmara, 2012). Sarney tranquilizou os evangélicos afirmando que o projeto passaria por um longo debate. “O Senado vai ouvir, naturalmente, em audiências públicas, o povo, as diversas correntes de opinião, as pessoas dissidentes, aqueles que pensam diferentemente, os que queiram introduzir novas ideias” (Agência Câmara, 2012).

A tramitação dos PLs da criminalização da homofobia (5003/01) e da reforma do Código Penal (236/12) no Congresso demonstra de forma inequívoca o poder da Bancada Evangélica. Depois de anos conduzindo a discussão sobre o PL 5003, emperrando ou dificultando a sua tramitação por meio de manobras regimentais, as lideranças evangélicas encontraram uma solução que acomodou seus interesses (e nenhuma votação): o apensamento do PL 5003/11 PLS 236/12, do Código Penal. Em seguida, negociaram uma discussão mais ampla com o próprio presidente do Senado e conseguiram obter dele a certeza de que nada seria aprovado sem consenso. Ou seja, as lideranças evangélicas inviabilizaram, a partir de manobras políticas bem executadas, a tramitação de projetos que não lhes interessavam. É interessante notar também que o debate do tema na imprensa foi pautado, de certa forma, pelos argumentos das lideranças evangélicas.

O mesmo tom histriônico adotado por essas lideranças nas redes sociais e nos palanques dos grandiosos eventos evangélicos estão presentes nas matérias dos grandes jornais, como se existisse uma transversalidade entre as mídias, sem nenhuma reflexão mais profunda sobre o que realmente estava acontecendo. Até a conclusão desse projeto, em janeiro de 2024, 11 anos após dar entrada na Casa, o PLS 236 espera por um relator para sair das gavetas do Parlamento. E ninguém mais se lembra dele!

3.5.1. Etapas de tramitação

O PLS 236/12 está tramitando em conjunto com o PLS 150/15 (altera a redação dos arts. 1º, 3º, 4º e 20 da Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor), para tornar crime a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.

Situação atual

09/07/2012 – apresentado PLS 236/12.

29/03/2023 – na CCJ aguardando designação de relator

3.6. PNDH 3, mais uma batalha

Em dezembro de 2009, o presidente Lula lançou o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). O texto de apresentação defendia a iniciativa afirmando que o plano representava um caminho para a consolidação dos alicerces da democracia brasileira por meio, entre outras iniciativas, do “diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; da primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais e caráter laico do Estado (PNDH, 2009)”. O governo se empenhou para fazer um projeto robusto e se mobilizou para dar visibilidade à iniciativa. Segundo o G1, 17 ministérios e quatro secretarias especiais participaram de sua formulação. Lançado dez meses antes das eleições presidenciais de 2010, o plano se transformou numa dor de cabeça para o presidente Lula, para o governo do PT e para Dilma Rousseff, a candidata do partido à sucessão do líder petista, pois desagradou católicos e evangélicos, a imprensa, o setor agropecuário e os militares. A repercussão na grande imprensa não foi boa e, sob pesadas críticas desses setores, o governo se viu diante de uma crise política de grandes proporções. O plano tratava, por exemplo, de questões como a criação da Comissão da Verdade, regulamentação da mídia, descriminalização do aborto, união civil homossexual, resolução de conflitos rurais e regulamentação da exposição de símbolos religiosos. Um roteiro de crise que o próprio governo construiu.

Para se safar do mau humor dos militares, que acabou colocando em lados opostos o ex-ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o ex-secretário especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, Lula criou por decreto um grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de lei que definiria a composição e atribuições da Comissão Nacional da Verdade, prevista no plano. Segundo O Globo (2010), o decreto que criou o grupo suprimiu a expressão "repressão política", que estava no decreto de dezembro. A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), à época senadora Kátia Abreu (DEM-TO), divulgou nota sobre suas preocupações com o plano do governo. "É verdade que a reação da sociedade impede o governo de seguir em seus propósitos autoritários. Mas os conflitos estabelecidos pelo decreto da Presidência da República não se esgotam com a revisão da referência à questão militar" (O Globo, 2010). Para a senadora, outros pontos do PNDH-3 traziam “as ameaças às instituições democráticas, ao estado de direito

e à liberdade de expressão” (O Globo).

A CNBB também não gostou de parte do conteúdo do PNDH-3 e divulgou dura nota sobre pontos que considerou inaceitáveis. Aproveitou para lembrar que promover e defender os direitos humanos sempre foram “eixos fundamentais da atuação e missão evangelizadora” (Estadão, 2010) da entidade no país, destacando iniciativas em defesa da democracia, as campanhas da fraternidade, a luta contra a corrupção eleitoral, a campanha pela Lei da Ficha Limpa, a defesa dos povos indígenas e afrodescendentes, entre outras. E se colocou como ente interessado no debate suscitado pela divulgação do PNDH-3, alertando, porém, que sua defesa dos direitos humanos sempre se baseou na concepção da pessoa humana “que lhe advém da fé e da razão natural” (CNBB, 2010).

A CNBB reafirma sua posição, muitas vezes manifestada, em defesa da vida e da família, e contrária à descriminalização do aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e o direito de adoção de crianças por casais homoafetivos. Rejeita, também, a criação de ‘mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União’, pois considera que tal medida intolerante pretende ignorar nossas raízes históricas (CNBB, 2010).

As entidades ligadas aos movimentos sociais que participaram da construção da proposta também não gostaram de saber que o governo iria mudar o texto para desanuviar o ambiente e atender demandas de grupos que se posicionaram contra a versão original do PNDH-3. O coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Gilson Cardoso, disse, segundo o Estadão, que o que importava era o pacto estabelecido com a sociedade. “Esta história de colocar a sujeira debaixo do tapete não é adequada. O aborto vitima milhares de mulheres anualmente. O plano deveria permanecer como foi discutido com mais de 14 mil pessoas” (Estadão, 2010). Andrezza Caldas, do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos, reforçou essa ideia. “Quem deve ser ouvida sobre a descriminalização do aborto não são as congregações religiosas, formadas marcadamente por homens que não têm filhos, mas as mulheres e grupos feministas” (Estadão, 2010).

Com tantas arestas para aparar e com a eleição presidencial de 2010 se aproximando, restou ao governo correr para montar uma estratégia de contenção de danos. Seis meses após o lançamento do plano, o presidente Lula, por meio de decreto, alterou trechos considerados polêmicos. Entre as mudanças, estavam os artigos sobre o aborto e proibição à utilização de símbolos religiosos em locais públicos (G1, 2010).

Para Cunha, a reação de determinados setores da sociedade aos avanços conquistados pelas mulheres (Lei Maria da Penha, tipificação do feminicídio como crime

hediondo, entre outros) e pela população LGBTI (uso do nome social, adoção de crianças por casais do mesmo sexo etc.) no começo desse século explica esse movimento. “Esses avanços passaram a ser interpretados por grupos religiosos conservadores (*católicos e evangélicos*) como alvo a serem combatidos por representarem um processo de ‘destruição da família’, concebida como base da sociedade e da vida”.⁴⁷ Também precisa ser considerado que a reação dos grupos religiosos reforçava, dessa forma, as críticas dos militares e ruralistas de que o texto atacava princípios constitucionais da livre iniciativa privada, o direito à propriedade e da liberdade dos meios de comunicação, de acordo com a pesquisadora.

Outro enfrentamento entre o governo do PT e os parlamentares religiosos no Congresso envolvendo o tema família ocorreu no começo da gestão Dilma Rousseff. O projeto “Escola Sem Homofobia”, do Ministério da Educação, foi acusado pelos religiosos de promover o “homossexualismo”. O projeto se transformou numa polêmica que só foi resolvida quando a presidente suspendeu o envio das peças para as escolas. Esse tema terá sua dinâmica verificada em detalhes no capítulo Análise de Dados. Antes, porém, é preciso fazer uma breve consideração sobre como o PNDH-3 e o projeto Escola sem Homofobia contribuíram para unificar o discurso conservador no campo dos costumes, unindo católicos e evangélicos e outras importantes lideranças da sociedade organizada contra o governo e contra os movimentos ligados aos direitos humanos e minorias. Esse posicionamento em defesa da família, contra o aborto e os homossexuais entra no radar dos grandes temas de interesse ainda na eleição de 2010, por conta do PNDH-3, e vai se consolidar ao longo do tempo até se tornar um importante instrumento de mobilização social de grupos conservadores e da direita radical nas eleições presidenciais de 2018.

3.7. Um ano (2013) de muitas vozes

Para além das eleições municipais ocorridas no segundo semestre, 2012 marcou o início do julgamento do escândalo do Mensalão, no STF. Iniciado em agosto, foi concluído em dezembro daquele ano. A Corte julgou o esquema de corrupção que, segundo a denúncia, o PT pagou parlamentares em troca de votos a favor do governo no Congresso, no primeiro governo do presidente Lula. Os desdobramentos jurídicos

⁴⁷ CUNHA, Magali do Nascimento. Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital. 1ª edição. Curitiba. Editora Appris, 2019. p. 131.

tiveram forte impacto político a partir de 2013, quando explodiram as grandes manifestações de rua, conhecidas como “Jornadas de Junho”. O combate à corrupção foi um dos temas centrais da pauta dos manifestantes que participaram dos protestos, continuou pautando o debate político mesmo com o fim das manifestações, embasou o sentimento antipetista que se instalou em parcelas significativas da sociedade e esteve fortemente presente na campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2018. Apesar de a corrupção ser um tema muito presente no mundo político, envolvendo partidos e atores diferentes, dependendo do escândalo da vez, o discurso antipetista conseguiu “colar” no PT e em suas principais lideranças a pecha de corruptos — o que teve forte impacto eleitoral.

No dia 29 de janeiro de 2013, o deputado federal, pastor Marco Feliciano (PSC), publicou às 18h05 uma mensagem enigmática no Twitter: “Se não tiver uma manifestação popular por todo o país, este será um ano maldito. Aborto, PL.122 e sabe Deus o que mais. Rogo as orações”. Claro que ele não previu os protestos de junho, que realmente alcançaram todo o país. Ele se referia, pode-se deduzir pelo conteúdo da mensagem, à estratégia que seria adotada pelas lideranças evangélicas e outros parlamentares cristãos para enfrentar os desafios que a agenda do Congresso reservava para os interesses dos religiosos. Logo após o início dos trabalhos do Parlamento, no dia 7 de março, foi ele quem liderou uma expressiva vitória do seu grupo político no Congresso ao ser eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados, obtendo 11 dos 12 votos em disputa. Registros da imprensa dão conta de que o PT, que até então comandava a CDH, preferiu assumir o comando das comissões de Constituição e Justiça e Cidadania, de Seguridade Social e Família e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deixando livre o caminho para os religiosos, mais especificamente os evangélicos pentecostais, assumirem a CDH.

Os protestos contra a eleição de Feliciano tomaram os corredores da Câmara e as ruas do país. A Anistia Internacional emitiu nota criticando sua escolha. “As posições claramente discriminatórias em relação à população negra, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) e mulheres, expressas em várias ocasiões pelo deputado Marco Feliciano, o tornam uma escolha inaceitável” (Exame, 2011). O deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) discursou em defesa de Feliciano e afirmou que a comissão teria de defender a família, e não apenas minorias. “Essa eleição é o maior presente de aniversário que eu poderia ganhar” (Uol, 2011). Na saída da sala foi chamado

de homofóbico pelos manifestantes, mas não se intimidou, discutiu e defendeu sua posição, conforme vídeo publicado pela matéria do G1.

Figura 4: Bolsonaro, atrás na foto, festeja a vitória do deputado pastor Marco Feliciano à presidência da CDH, em março de 2013.



Fonte: Reprodução/G1. Foto: Alexandra Martins/Agência Câmara⁴⁸

Dali em diante, o que se viu foi a transformação da CDH num fórum de debates cuja pauta privilegiava os temas que mais interessavam aos parlamentares religiosos. Conforme matéria de O Globo, a recusa dos parlamentares defensores dos direitos humanos em trabalhar com o pastor da Assembleia de Deus permitiu a guinada ideológica da comissão. Seu grupo conseguiu aprovar propostas que, em configurações anteriores do colegiado, não passariam, como a convocação de um plebiscito sobre união civil entre pessoas do mesmo sexo, outro sobre o reconhecimento legal da união homossexual como entidade familiar e um terceiro projeto que derrubava a decisão do Conselho Federal de Psicologia proibindo a “cura gay”.

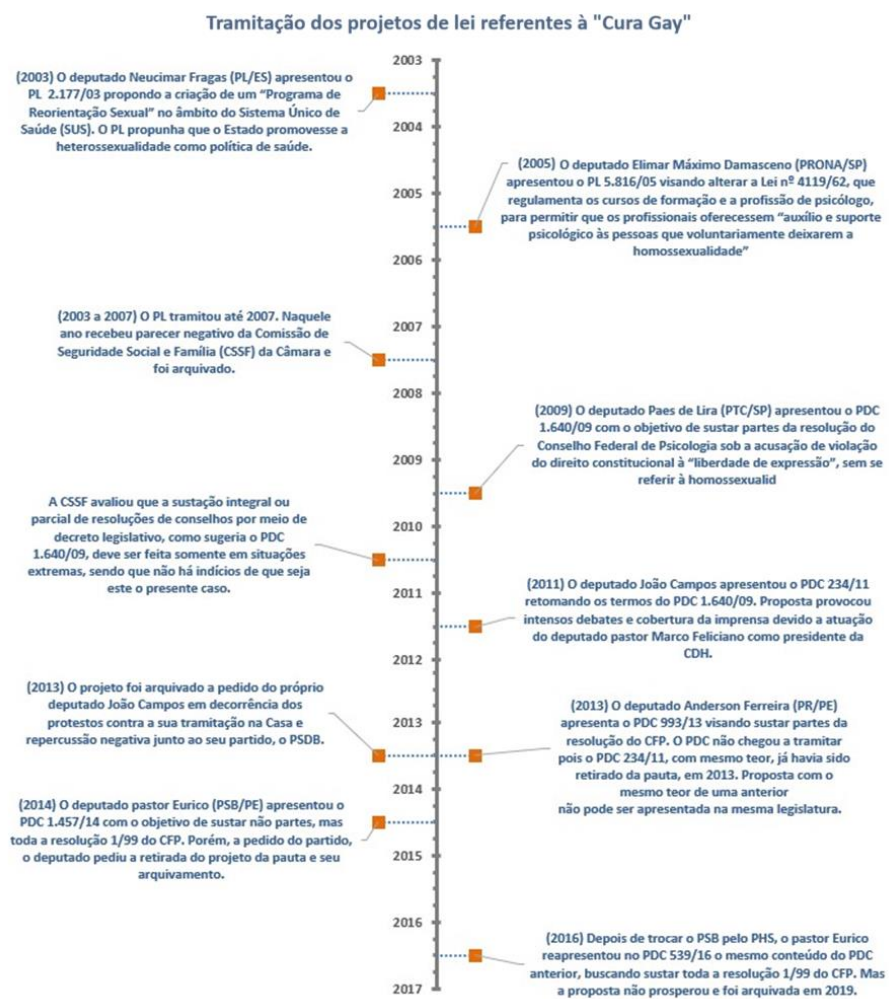
Sobre esse tema, o presidente da CDH publicou no Twitter mensagem em que afirma que o PL do deputado João Campos, que prevê, conforme matéria do G1, a

⁴⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>

extinção de dois artigos da resolução nº 1/99 do Conselho Federal de Psicologia, protege os psicólogos quando são “procurados por alguém com angústia sobre a sua homossexualidade” (G1, 2013). Esse é um tema muito importante para a análise da construção do “discurso bolsonarista” e da própria participação do pastor Feliciano na condução desse processo junto à CDH. Pois foram os parlamentares religiosos, a maioria ligada a igrejas evangélicas, que conduziram esse debate e se revezaram na apresentação de projetos de lei tentando facilitar tal prática contra uma determinação do Conselho Federal de Psicologia. Alguns projetos foram apresentados, mas, posteriormente, foram devolvidos porque não tinham respaldo científico que justificasse as medidas defendidas, ou seja, obter, por exemplo, a eliminação de parte da resolução do CFP.

A discussão sobre o tema que ficou conhecido como “Cura Gay” começou em 1999, quando o Conselho Federal de Psicologia emitiu a resolução nº 1/99 que determina que “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados (...) Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” (CFP, 1999).

Figura 5: Tramitação dos projetos de lei referentes à “cura gay”



Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

A eleição do pastor Feliciano para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados merece, portanto, uma análise mais aprofundada. Alguns analistas perceberam a importância do fato para as relações de poder e seu impacto político, do ponto de vista institucional, social e eleitoral — o que nos coloca em contato com outras análises e visões sobre a ascensão política de grupos ideologicamente radicalizados. É essa abordagem que discutirei agora, com o objetivo de entender melhor o episódio e o que ele significou para os grupos de extrema direita, que conquistaram o poder central, em 2018.

A legislatura 2011-2014 representou uma espécie de ruptura no processo de consolidação e representação política dos evangélicos. Para Cunha, “até 2010 os parlamentares evangélicos não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico, como o é a Maioria Moral, nos EUA”, grupo de pressão ligado

à nova direita.

Os projetos de integrantes da Bancada evangélica no Brasil raramente interferiram na ordem social e se revertiam em ‘praças da Bíblia’, criação de feriados e obstaculização de avanços no tocante a direitos sexuais. Uma checagem dos partidos aos quais a maioria dos políticos evangélicos estava filiada e os recorrentes casos de fisiologismo já explicavam esta dinâmica. Este quadro muda a partir da segunda década dos anos 2000 (Cunha, 2019, p. 47).

A pregação conservadora de parte dos líderes das igrejas evangélicas brasileiras e suas consequências políticas e religiosas são tema do artigo “‘Nosso Terreno’ — crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira”, de Benjamin Arthur Cowan. No texto, Cowan faz um levantamento histórico para explicar como visões diferentes da religião e seu relacionamento com a vida moderna conduziram os evangélicos a atuar na esfera política. Ele chama a atenção para o fato de que a direita evangélica foi estruturada durante a redemocratização do país e o processo de sua politização levou em consideração a “existência” de uma crise moral a ser combatida, ao mesmo tempo em que apoiava o regime militar.

Conforme a abertura progredia, alguns evangélicos modificaram o que tinha sido uma rejeição liturgicamente difusa e preventiva em relação às coisas “do mundo” (em oposição às coisas de Deus e à Sua Palavra). Nesta encruzilhada crucial, os líderes de vários ramos adotaram a linguagem da existência de uma aguda crise moral, preparando as bases para o avanço de uma direita evangélica que surgiria para parecer-se com o que, em outras partes do hemisfério, seria chamado de uma nova direita – uma combinação de reação moral e cultural, oposição ao desenvolvimento e/ou manutenção do Estado de bem-estar social. A própria crise moral tornou-se o “nosso terreno” – o ponto de inserção para os evangélicos de direita na esfera política em contexto de abertura, e uma das várias questões principais que dividiriam os evangélicos reacionários (particularmente os batistas e assembleianos) dos, ultimamente menos visíveis, progressistas correligionários. Até o momento da Constituinte, a politização dos batistas e assembleianos como pregadores conservadores, que apoiavam amplamente o regime militar e se opunham ao ecumenismo, às iniciativas de justiça social de esquerda e ao comunismo, tinha sido estabelecida ao longo de anos de pronunciamentos públicos que conectavam essas questões à crise moral e à necessidade de atuar na política (Cowan, 2014, p. 104-105).

As divergências estavam centradas, assim compreendo, na visão de mundo que cada corrente defendia como o melhor caminho a ser trilhado pelos cristãos. A visão mais liberal não enxergava uma crise moral iminente e estava mais preocupada com o enfrentamento dos problemas reais do país, como “justiça social, direitos humanos e de resistência ao autoritarismo”.⁴⁹ Já a ala mais conservadora acreditava que as questões morais e os bons costumes estavam sob ataque do mundo novo. Assim, moralidade,

⁴⁹ COWAN. Benjamin Arthur. “Nosso Terreno” – crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 30, no 52, p.101-125, jan/abr 2014. p. 112.

família, sexualidade, comportamento de gênero, direito das mulheres, comportamento da juventude, consumo de drogas, a imoralidade e a permissividade, com o apoio dos meios de comunicação, tudo apontava para a necessidade de um controle social mais rígido. Para fechar o ciclo, o anticomunismo e o apoio aos regimes militares davam uma ideia das bases conservadoras sobre as quais essa nova direita evangélica se estruturou.

O fato de que os evangélicos do Brasil forjaram uma *Nova Direita* tem muito a ver com o momento, em torno de uma década, em que os evangélicos entraram na política e com o fato de que as vertentes conservadoras, apreendendo a moralidade e os discursos de crise moral como “*nosso terreno*”, avançaram rapidamente em direção ao chão legislativo. À medida em que, no final dos anos 1970 e 1980, o abandono do apoliticismo desdobrou-se, evangélicos moralmente conservadores dominaram a estreia dos políticos que se auto-identificavam como crentes. Liderados por batistas e assembleianos, esses políticos defendiam a remoralização como seu ponto de entrada no mundo “sujo” da política nacional. Eles supervisionavam o processo pelo qual os *evangélicos* entraram no legislativo nacional, emergindo como a automeada vanguarda da defesa contra a crise moral iminente (Cowan, 2014, p. 109).

A questão religiosa também aparece destacada, entre outros aspectos, na análise do cientista político Guilherme Casarões quando avalia a importação de traços da política americana pelo bolsonarismo. No texto “O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder”, Casarões afirma que “o bolsonarismo é, antes de tudo, um movimento transnacional, que tem nos Estados Unidos seu principal horizonte, tanto na formatação de uma ideologia como na construção de uma nova realidade política”.⁵⁰

Aspecto importante a observar na ascensão do bolsonarismo, explica o autor, diz respeito à organização e atuação política dos grupos evangélicos, cujas lideranças incorporaram ao discurso temas associados à direita religiosa norte-americana. “A guinada da bancada evangélica, de um ‘centro fisiológico’ para uma ‘direita ideológica’ deu-se a partir de 2013, quando o deputado Marco Feliciano, da Assembleia de Deus, assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e passou a pautar ativamente o debate sobre direitos sob uma perspectiva conservadora”.⁵¹ O que precisa ser considerado é a tentativa desse grupo político-ideológico de tentar moldar, conforme Casarões, “a moralidade pública da sociedade brasileira” uma vez que se consideram em maioria e capaz de influenciar a nação nesse sentido.

⁵⁰ CASARÕES. Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. *Journal of Democracy*. Vol. 11, nº 2. 2022. p. 8.

⁵¹ CASARÕES. Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. *Journal of Democracy*. Vol. 11, nº 2. 2022. p. 24.

Essa moralidade é articulada em quatro grandes eixos: econômico, orientado pelo discurso de meritocracia e empreendedorismo alinhado com a teologia da prosperidade; moral, no sentido da regulação do comportamento individual, das identidades de gênero e da noção de família; securitária, que remete a um conjunto de políticas repressivas e punitivas, como a redução da maioria penal e a criminalização das drogas; e interacional, que construiu, entre os evangélicos, a perspectiva de demonizar as opiniões discordantes (Almeida *apud* Casarões, 2022, p. 24).

Outro ponto a ser considerado na relação do “bolsonarismo” com grupos religiosos cristãos, conforme o texto de Casarões, é o que o associa a uma ideologia de extrema direita. Essa associação surge da combinação e ressignificação de um desses dois elementos: nativismo e autoritarismo. No que diz respeito ao nativismo, a ideia de “nativo à comunidade”, ou seja, aqueles que têm plenas condições de usufruir dos direitos políticos, que nos países multiétnicos demarca diferenças raciais e enseja, em certos momentos, atos de xenofobia, no Brasil se materializaria “no nacionalismo religioso e no anticomunismo — produzindo, por sua vez, uma base ideológica supremacista cristã”.⁵² Quanto ao autoritarismo, Casarões faz referência ao “desejo de concentração de poder nas mãos do chefe do Executivo para fazer valer a uma suposta vontade popular, manifestada pela maioria nas urnas, em detrimento dos mecanismos institucionais de freios e contrapesos definidos na Constituição”.

Depois de finalmente terem demarcado uma posição muito clara na Câmara com relação à pauta dos costumes e o que isso significava em termos de demonstração de poder político, os evangélicos decidiram dobrar a aposta. Agendaram para o dia 5 de junho de 2013 uma marcha em defesa da liberdade religiosa, contra o aborto e contra a união homoafetiva, na esplanada dos ministérios, em Brasília. As principais estrelas congressuais do movimento — como também outras lideranças da causa, entre elas, o pastor Silas Malafaia —, estavam no palco. Na plateia, dezenas de milhares de pessoas. Portavam cartazes em defesa da família tradicional e contra a ameaça gay. A manifestação em defesa da liberdade religiosa se transformou numa demonstração de força política do grupo. “Antes do Estado, vem a família. Que seja um recado para os governantes, que seja um recado para o próximo ano”, discursou Feliciano, fazendo referência às eleições presidenciais de 2014” (O Globo, 2013). “Nós vamos influenciar esta nação”, avisou Malafaia, e declarou, referindo-se ao que chamou de ativismo gay: “Eles são os fundamentalistas do lixo moral” (O Globo, 2013). Bolsonaro participou da marcha e disse que estava em sintonia

⁵² *Ibidem*, p. 12.

com as ideias defendidas na manifestação. E aproveitou para lançar o que seria o *slogan* de sua campanha presidencial, em 2018. “Não sou evangélico, mas temos o mesmo objetivo. Sem família, não há sociedade. *Brasil acima de tudo. Deus acima de todos*” (O Globo, 2013).

Figura 6: Bolsonaro participa, em 2013, da marcha contra o aborto e união homoafetiva, em Brasília, e lança o slogan da campanha num “ato de defesa da liberdade de expressão”



Fonte: Reprodução/Uol⁵³

No dia 29 de junho, os evangélicos se reuniram em São Paulo em outra grande manifestação, a Marcha para Jesus, comandada pelo apóstolo Estevam Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo. O ato reuniu, segundo a imprensa, cerca de 2 milhões de pessoas. Pegando carona nas Jornadas de Junho, Hernandes afirmou: “Acredito que muitas pessoas foram motivadas pelas manifestações a estar marchando também” (G1, 2013). Enquanto os manifestantes das Jornadas criticaram institucionalmente os partidos e outras instituições políticas, com o *slogan* segundo o qual ninguém os representava, o pastor Feliciano, ovacionado pelos fiéis, segundo a imprensa, vestia uma camiseta com a frase: “Eu represento vocês!” (G1, 2013). Malafaia, por sua vez, fez uma sutil referência ao discurso da supremacia cristã, já referido neste trabalho por Casarões, ao comparar as manifestações evangélicas com as promovidas pelos movimentos engajados nas Jornadas de Junho. “Aqui não tem palavrão, não tem quebra-quebra. Nós somos o povo evangélico, cidadãos dessa pátria. Nós vamos influenciar todo esse país. O Estado é laico, mas não é ateu” (Uol, 2013). O tom político do discurso estava refletido nas faixas exibidas pelos

⁵³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2013/06/05/manifestacao-evangelica-reune-multidao-em-frente-ao-congresso.htm?foto=21>

fiéis, como mostram as fotos abaixo:

Figura 7 e Figura 8: Imagens da Marcha Para Jesus, dia 29 de junho, em São Paulo



Fonte: Reprodução/Uol. Fotos: Gabriela Biló/Futura Press⁵⁴

3.8. CDH em 2014, uma carta no ar

Feliciano resistiu às críticas, concluiu seu mandato à frente da comissão em dezembro de 2013 e, como vimos, se tornou um ator importante no processo que resultou na eleição de Bolsonaro, em 2018. Na legislatura de 2014, os políticos conservadores tentaram uma manobra ainda mais radical: eleger o próprio Bolsonaro presidente da CDH. Falharam. Por pouco. Por apenas dois votos (10 a 8), Bolsonaro foi derrotado por Assis do Couto (PT/PR). Em entrevista à imprensa, Couto afirmou que, “por princípio, é católico e, por princípio familiar, contra o aborto indiscriminado. Mas que entende que é um problema de saúde pública” (O Globo, 2014). Após a contagem dos votos, Bolsonaro declarou: “Vamos assistir uma volta do desserviço que essa comissão prestava para a

⁵⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/29/malafaia-compara-marcha-para-jesus-aos-protestos-pelo-brasil-feliciano-e-ovacionado.htm?foto=7>

sociedade, defendendo tudo o que não presta. Direitos humanos não é defender direito de vagabundo, de estuproador” (G1, 2014). O desabafo de Bolsonaro tem tudo a ver com as afirmações de Malafaia, acima citadas, quando ele glorifica os fiéis que estavam na manifestação em São Paulo pacificamente, em oposição aos outros, os excluídos dessa categoria, os evangélicos. Para Casarões, o Cristianismo representa, na concepção do bolsonarismo, o “principal traço de pertencimento ao grupo, imaginado como uma espécie de monolito majoritário”. O autor lembra, então, de um discurso feito por Bolsonaro em João Pessoa, em fevereiro de 2017, quando o deputado afirmou em praça pública e em alto e bom som que⁵⁵: “Não existe essa historinha de estado laico, não! É um estado cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm de se curvar às majorias. A lei deve existir para defender as majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desapareçam” (*veja a similaridade com o que disse o pastor Malafaia, em 2013: “O Estado é laico, mas não é ateu”*). Para Casarões, Bolsonaro sintetizou a dicotomia de Amy Smith, “amigo versus inimigo” segundo a qual “os cristãos, que são ‘cidadãos de bem e patriotas’, opõem-se a todo tipo de minorias — desde criminosos, de pedófilos a traficantes, até representantes legítimos de segmentos e pautas sociais, como ambientalistas, desarmamentistas, militantes LGBTQIA+ — unidos pelo traço comum de uma alegada influência ‘marxista cultural’”⁵⁶.

3.9. Eleições presidenciais de 2014

As eleições de 2014 tiveram mais uma vez a disputa polarizada entre PT e PSDB. Dilma Rousseff, candidata à reeleição, e o deputado Aécio Neves foram para o segundo turno. Mas a candidatura da evangélica Marina Silva (PV) movimentou os meses que antecederam a disputa, chegando a ser seriamente cotada como candidata mais competitiva ao cargo. Conforme matéria da revista *Época*, a primeira versão do seu programa de governo trazia um posicionamento a favor da união homoafetiva e do PL que propunha a criminalização da homofobia. Foi cobrada nas redes sociais pelos pastores Silas Malafaia e Marco Feliciano. E teve de voltar atrás para não ser confrontada e arriscar perder os votos dos eleitores evangélicos. “Ela teve coerência. Tem coisa que o candidato promete e não dá para fugir”, afirmou Malafaia à revista. “Tínhamos dificuldades para falar com ela, porque ela dava

⁵⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BCKEwP8TeZY>

⁵⁶ CASARÕES. Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. *Journal of Democracy*. Vol. 11, nº 2. 2022. p. 12.

respostas para agradar a gregos e troianos. No momento em que Marina teve de se decidir de fato, ela se colocou como uma cristã de verdade”, explicou Feliciano à *Época*. Marina atribuiu o vaivém a um “erro no processo de editoração” de seu programa. Outro evangélico, o pastor Everaldo até que tentou embolar o jogo para conseguir o voto da comunidade evangélica, mas não deu. Ele recebeu o apoio do pastor Silas Malafaia, que abriu o programa eleitoral do candidato dizendo que “Para um Brasil forte, precisamos de famílias fortes” e defendeu a candidatura do irmão de fé. Em um minuto e dez segundos, o candidato disse que iria restabelecer a ordem no país, promover a segurança e a paz, defendeu a família, condenou o aborto e que renovaria a esperança. Ah, também falou de economia. Defendeu a diminuição do Estado e as privatizações. Findo o 1º turno, o candidato do PSC ficou em 4º lugar, com 780.513 votos (0,75% dos votos válidos). Estava aberta a temporada de negociações para apoio no segundo turno.

A última eleição polarizada entre PT e PSDB ocorreu em clima de muita tensão. Dilma foi reeleita com 54,5 milhões de votos (51,64% dos votos válidos). Aécio Neves obteve 51,041 milhões de votos (48,36% dos votos válidos). Aécio recebeu o apoio de lideranças evangélicas, mas não conseguiu vencer o pleito. O pastor Silas Malafaia, apesar de dizer que era Aécio “desde criancinha”, foi um pouco comedido na sua declaração de voto. “Eu não preciso declarar meu voto. Sou um cidadão, não é porque sou pastor que deixei de ser um cidadão. Eu desconfio que não tenho essa autoridade para influenciar o voto evangélico, mas tenho o *feeling* de que o voto evangélico será despejado no Aécio” (O Globo, 2014). Assim como Feliciano, o pastor Everaldo também apoiou o candidato do PSDB.

A decisão do PSDB de questionar os resultados da eleição, levantando suspeitas sobre a lisura do sistema de votação pelas urnas eletrônicas, após a derrota de Aécio Para Dilma Rousseff, não foi bem aceita pelos defensores da democracia brasileira. Um dos fatores que dá consistência e segurança à democracia representativa é exatamente a confiabilidade do seu sistema eleitoral. Ele não pode permitir fraudes e tem que ser imune a interferências externas. O Brasil usa o voto eletrônico desde 1996 e nunca o sistema tinha sido tão fortemente questionado. O PSDB apresentou uma auditoria ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com uma série de questionamentos e algumas considerações sobre o sistema, chegando a afirmar que “a urna brasileira estaria vulnerável a diversos tipos de ataques, desde atos de sabotagem para atrapalhar as eleições a atos que poderiam mudar os resultados de uma eleição e, pior, sem deixar rastros que poderiam detectar indícios de fraudes” (Folha de

S. Paulo, 2014). Sobre o código-fonte, a conclusão foi de que era “claramente desorganizado e sujeito a falhas”, ainda segundo o jornal. Depois de feito o estrago à imagem institucional do Tribunal Superior Eleitoral e do sistema de votação, o PSDB divulgou nota dizendo que o partido defendia e confiava nas urnas eletrônicas.

Os próximos dois anos foram de grande intensidade e tensão no ambiente político, interna e externamente. No Brasil, a presidente Dilma sofreu *impeachment* em 2016, fato que está fortemente ligado às manifestações de 2013 e seus desdobramentos. Nos protestos realizados três anos antes, a ampliação da pauta de reivindicação para muito além dos 20 centavos e o aumento significativo do número de segmentos sociais que aderiram às manifestações fortaleceram o que a socióloga Angela Alonso chama de “repertório de confronto” dos atores da crise. Esse reforço veio com a adesão das “torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias — cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes presenciais (amizade, trabalho, família) e virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia” (Alonso, 2017). A autora divide esses repertórios em três categorias:

- **Socialista:** ativistas tradicionais. “Reapareceu em bandeiras vermelhas, megafones e organização vertical”.
- **Autonomista:** defensor da justiça global, “repaginou signos e slogans anarquistas”. Tem como característica: “organização descentralizada, estilo de vida alternativo, deliberação por consenso e ações performáticas (tática *black bloc*), contra símbolos dos poderes financeiro e político”.
- **Patriota:** “recuperaram simbologia e agendas de duas grandes mobilizações nacionais. Na Diretas Já (1984), disputou-se com o regime militar a representação da pátria: bandeira, cores e hinos nacionais. No Fora Collor (1992) os símbolos pularam para os ‘caras-pintadas’”.

Esse setor ativou o repertório patriota com símbolos, cores, hino e slogans nacionais (‘verás que um filho teu não foge à luta’; ‘o gigante acordou’) e retomou espaços canônicos das Diretas Já, a Paulista, a Brigadeiro e a Sé (‘vem pra rua!’, saímos do Facebook!). Chamou para si a ‘ética na política’ do Fora Collor, em slogans: ‘Fora! Partidos! Vocês querem o povo dividido!’, ‘Mensaleiros!’, ‘Corruptos, vocês se preparem, vão cair um por um!’ (Alonso, 2017).

Num rico detalhamento do ativismo desses atores ao longo dos protestos, que não se resumem mais a 2013, indo até 2016, ano do *impeachment*, Alonso analisa suas ações e consequências. Sem reproduzi-las na totalidade, tentarei apontar, de uma forma geral,

o que mais contribuiu para o afastamento da presidente. As agendas liberal (Estado enxuto) e conservadora (pró-ditadura militar) dos patriotas, apontadas contra o sistema partidário e associando o PT à corrupção (Mensalão), acabaram por conduzir o discurso para o antipetismo. “No dia 26, veio o primeiro ‘Fora Dilma’”, lembra Alonso. Já as agendas de autonomistas e socialistas ocuparam o setor mais à esquerda do PT, pedindo reformas, ampliação e melhoria das políticas públicas e expansão dos direitos.

À medida que o tempo passava, as ruas e a política institucional — o dia a dia no Congresso, as operações da Polícia Federal contra a corrupção ou a adesão da Fiesp com seu pato amarelo contra o aumento de impostos, por exemplo —, passaram a se retroalimentar. E esse processo não era favorável nem ao governo nem à presidente. Na agenda moral, o julgamento do Mensalão e a Operação Lava Jato reforçaram a ideia de que o país precisava de uma faxina ética; já o confronto das forças políticas, resultando, por exemplo, em abertura de CPIs no Congresso, foram minando o governo e a popularidade da presidente.

Os três estilos de ativismo, misturados em 2013, desaguararam em dois grandes campos políticos em competição entre si pela direção do Estado: um pró, outro contra o impeachment. Quando a medida foi a voto na Câmara, no dia 31 de agosto, a cerca invisível de junho de 2013 virara muro metálico. Fincado na Esplanada dos Ministérios, simbolizou com perfeição o racha do país (Alonso, 2017).

3.10. Trump e o ataque à democracia

A vitória de Donald Trump contra Hillary Clinton nas eleições presidenciais dos EUA, em 2016, ampliou ainda mais a discussão sobre a crise da democracia liberal e o papel das mídias sociais no processo de comunicação, manipulação de dados dos eleitores e uso de *fake news* e discurso de ódio na internet com fins eleitorais. Desde então, estudos acadêmicos e conteúdo jornalístico analisam aspectos disruptivos da comunicação digital e sua capacidade de interferir no processo político-eleitoral.

A segmentação dos eleitores antes da entrada em cena dos algoritmos era limitada por conta dos instrumentos disponíveis. Segundo Empoli (2019), um líder político podia enviar mensagens públicas a categorias específicas, como sindicatos ou donas de casa e, para criar um consenso majoritário, fugindo do nicho, precisava conversar com o eleitor médio com mensagens moderadas para atrair o maior número de pessoas possível. “O jogo democrático tradicional tinha, portanto, uma tendência centrípeta: ganhava aquele

que conseguisse ocupar o centro da arena política.⁵⁷

No mundo da tecnologia digital, o cenário é outro. Mudou a forma de fazer comunicação, que tem de atingir um eleitor disperso. Apresentar um projeto político para obter consenso pode não ser a melhor opção. Aqui, “o objetivo passa a ser identificar os temas que contam para cada um e, em seguida, explorá-lo através de uma campanha de comunicação individualizada. No novo mundo, portanto, a política é centrífuga”.⁵⁸

A campanha de Donald Trump seguiu à risca a nova cartilha. Conforme Empoli, investiu fortemente nas mídias sociais (Facebook) para testar em torno de 5,9 milhões de mensagens diferentes, contra 66 mil de Hillary Clinton; utilizou os Big Datas para elaborar e reelaborar essas mensagens até alcançar versões mais eficazes para mobilizar apoiadores e atrair os indecisos (processo de otimização contínua); ao mesmo tempo atacou a imagem da candidata adversária enviando aos eleitores democratas (classificados como liberais idealistas, mulheres jovens e afro-americanos) mensagens com o objetivo de desestimulá-los a votar no dia da eleição. O que diziam essas mensagens? 1) acusavam Hillary de ser uma candidata corrupta, ao associá-la à comunidade financeira e a denúncias de irregularidades em negócios do marido, o ex-presidente Bill Clinton; 2) de ser cúmplice de um marido pervertido por ser fraca ou ter uma ambição sem limites; e de ter atacado os negros, em 1996, ao descrever, num discurso, certa categoria de homem de cor como “superpredadores” que precisam ser “postos de joelhos”.⁵⁹ Segundo análises dos democratas, muitos eleitores não foram votar em Hillary por conta da propaganda de Trump. Tanto que, nas eleições de 2020, a própria Hillary e outros importantes nomes do partido, pedindo votos para Joe Biden, que concorreu e venceu Trump, estimularam os eleitores a votarem, lembrando a todos que não cometessem o erro de 2016.

Para além dos casos particulares, que foram objeto de numerosas investigações jornalísticas ou judiciais, é possível tirar pelo menos duas conclusões de caráter mais geral. Em primeiro lugar: uma máquina superpoderosa, concebida originalmente para mirar com precisão incrível em cada consumidor, irrompeu na política (...) Em segundo lugar: graças a essa máquina, as campanhas eleitorais cada vez mais se tornam verdadeiras guerras entre softwares, durante as quais os oponentes se enfrentam com a ajuda de armas convencionais (mensagens públicas e informações verdadeiras) e armas não convencionais (manipulação e fake news) com a meta de obter dois resultados: multiplicar e mobilizar seus apoios e desmobilizar as bases do adversário (Empoli, 2019, p. 156).

⁵⁷ CUNHA, Magali do Nascimento. Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital. 1ª edição. Curitiba. Editora Appris, 2019. p. 156.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 157.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 154.

3.11. A eleição disruptiva

O cenário político que se descortinou em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, representou uma ruptura em relação à estrutura político-partidária que vigorava no Brasil havia mais de 20 anos, na avaliação do cientista político Sérgio Abranches. Na sua análise, essa ruptura ocorreu em dois planos: o primeiro, acelerou o “desalinhamento partidário que vinha ocorrendo desde 2010, com o declínio do tamanho médio das bancadas na Câmara e o aumento da fragmentação partidária no Congresso”. O segundo foi a derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Partido Social Liberal (PSL), um partido inexpressivo que acomodou a candidatura de Bolsonaro. “Era o fim do ciclo PT-PSDB, do presidencialismo de coalizão na Terceira República, que organizara governo e oposição desde 1994”.⁶⁰ Outro aspecto importante surgido das urnas de 2018, lembra Abranches (2019), foi o posicionamento explícito da extrema direita e seu candidato, que assumiu seu ideário como talvez nenhum outro político tenha feito desde a metade do século XX.

Essa novidade na política brasileira se revelou em sintonia com o que também ocorria na Europa e nos EUA, onde a extrema direita se mostrou capaz de disputar eleições em condições competitivas e de vencer as disputas eleitorais com apoio significativo do eleitorado. “A existência de um polo bem definido e mobilizado à direita pode ter um papel importante no processo de realinhamento partidário e forçar a melhor definição de valores e ideias dos partidos ao longo do espectro ideológico”.⁶¹ Escrevendo logo após o resultado das eleições, Abranches deixou no ar se a experiência com Bolsonaro e a extrema direita teria vida longa na política nacional.

Não está claro se o governo que se inaugura dará início a outro ciclo político ou apenas a um período de transição. É provável que vivamos uma transição mais prolongada e que o novo ciclo do presidencialismo de coalizão só comece a se definir mais claramente a partir das próximas eleições gerais. O ano de 2019, de qualquer modo, será de passagem (Abranches, 2019, p. 18).

Para Marcos Nobre (2020), que classificou Bolsonaro como “o candidato do colapso”⁶², sua vitória foi consequência da disfuncionalidade das instituições que, desde as Jornadas de Junho, são vistas com suspeita pela sociedade. “Bolsonaro venceu a

⁶⁰ ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. Democracia em Risco? 22 Ensaios sobre o Brasil hoje. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. p. 12.

⁶¹ *Ibidem*, p. 17.

⁶² NOBRE, Marcos. Ponto-final. A guerra de Bolsonaro contra a democracia. 1ª edição. São Paulo. Editora Todavia. 2020. p. 19.

eleição de 2018 porque conseguiu canalizar para sua candidatura a devastação social e institucional das crises sobrepostas que nos afligem desde 2013”.⁶³

Fatores corrosivos à democracia tiveram forte influência na vitória de Bolsonaro, segundo Esther Solano. Entre eles, a “retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, o louvor a uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado e o anti-intelectualismo foram fundamentais na vitória de Bolsonaro”.⁶⁴ Esses elementos formariam o *modus operandi* da extrema direita se comunicar e foi eficiente ao transmitir aos eleitores, não só no Brasil, uma mensagem que muitos queriam ouvir.

A extrema direita seduz porque comunica com aspectos emocionais. Num momento mundial extraordinariamente complexo, em que a maioria das pessoas sente uma evidente insegurança existencial, a comunicação afetiva é um potente motor político. No Brasil, um país cujas feridas históricas não foram fechadas, Bolsonaro consegue mobilizar essas cicatrizes, os ressentimentos, as raivas, as angústias ontológicas de muitos. Nesse sentido, a extrema direita está trazendo a política de volta porque faz a disputa de imaginários e subjetividades, coloca a emoção no centro do debate (Solano, 2019, p. 320).

Nesse sentido, apesar da instabilidade do cenário político interno, resultado da crise política, econômica e social que se estabeleceu no país depois das grandes manifestações de protesto de 2013, esse sentimento global de insatisfação com a democracia representativa estava no radar e contribuiu para a eleição dos políticos populistas da extrema direita. Para Solano (2019), Donald Trump (EUA), Matteo Salvini (Itália), Viktor Orbán (Hungria) e Bolsonaro (Brasil) ganharam as eleições capturando o sentimento de frustração e desesperança e se apresentando com discurso de renovação.

Estamos diante de uma tendência política que não tem em seu centro questões programáticas ou propositivas, mas é construída a partir da negação: o movimento é não apenas antipetista mas antipartidário; não apenas antipartidário mas antissistêmico. O que efetivamente se pretende construir a partir daí não fica muito claro. É a política dos antagonismos. A rejeição de alteridades se tornou uma força eleitoral irresistível (Solano, 2019, p. 308).

Outros aspectos relacionados à política brasileira que contribuíram decisivamente para a vitória de Bolsonaro estão associados à utilização generalizada das novas ferramentas de comunicação do mundo digital por parte da população e da própria campanha, o que não foi feito pelos demais candidatos, e ao apoio incondicional e maciço das igrejas evangélicas ao ex-capitão do Exército. A presença dessas duas variáveis no

⁶³ *Ibidem*, p. 20.

⁶⁴ SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019. p. 319-320.

processo político recente tornou singular a eleição de 2018 em relação a tantas outras já realizadas no Brasil, pelo menos por esse ponto de vista. Esses dois elementos, que tiveram significativo impacto na campanha, no “discurso bolsonarista” e na escolha do voto no pleito de 2018, foram investigados por esta pesquisa e compõem o capítulo Análise de Dados.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DE DADOS: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE JAIR BOLSONARO

Este capítulo é o resultado da pesquisa quantitativa, realizada com dados que compreendem os anos de 2000 a 2018, nas quatro fontes de informação (Agências de notícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, grande imprensa e Twitter), da construção de um banco de dados e de uma ferramenta de análise de dados capaz de fazer cruzamentos das informações obtidas e demonstrar os resultados por meio da produção de gráficos e tabelas, a partir da utilização do software Power BI.

Esse conjunto de elementos permitiu a análise da narrativa que estruturou a construção do discurso adotado pelo candidato Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Os detalhes dessa dinâmica e os critérios adotados para captura e análise das informações foram detalhados no capítulo Metodologia.

4.1. Os gráficos

A pesquisa quantitativa adotou o critério TOP 10 para medir engajamento e quantidade de tuítes, como destaque no capítulo Metodologia. Ou seja, nos tuítes capturados pela ferramenta de análise de dados, foram identificados, a partir dos critérios adotados, os 10 perfis que mais engajaram e os 10 perfis que mais postaram na plataforma no período avaliado. A pesquisa se dividiu por tema, com quatro gráficos e duas tabelas. Abaixo, publico a imagem da *dashboard* dos dados e sua composição, em termos de recortes de gráficos e sua função para o trabalho.

Importante observar que, nessa configuração, a *dashboard* contém oito itens para o eixo Família/Costumes, mas só foram escolhidos para análise cinco deles, pois perpassam todo o período avaliado e tiveram grande importância para a definição do “discurso bolsonarista”: *Aborto, Cura Gay, Kit Gay, Ideologia de Gênero e Escola sem Partido*. Os demais, Liberdade Religiosa, Estatuto da Família e Estatuto do Nascituro, por exemplo, foram, de alguma forma, citados no texto, mas sem o detalhamento dos gráficos, levando em consideração o contexto e sua importância para a estratégia que foi adotada pelos parlamentares religiosos durante o período investigado.

4.2. Eixo Família/Costumes

4.2.1. Aborto

O primeiro tema abordado na análise dos gráficos foi o Aborto. O assunto sempre esteve presente, de alguma forma, nos discursos das campanhas políticas — basta lembrar a campanha de 1989, quando o candidato Fernando Collor de Melo insinuou que Lula, seu adversário, teria pedido à mãe de sua filha para fazer um aborto. O vídeo com o depoimento teve impacto imediato sobre a campanha do petista, que acabou perdendo a eleição. Quase 30 anos depois, o aborto esteve fortemente presente na campanha presidencial de 2018. A ampliação das bancadas religiosas no Congresso Nacional transformou o Parlamento numa arena de intensos embates ideológicos entre conservadores e progressistas e o poder das redes sociais deu maior visibilidade ao assunto. Como vimos no capítulo Conjuntura, as discussões sobre o aborto resultaram, nas eleições de 2010 e 2014, em negociações de apoio político dos parlamentares evangélicos aos candidatos do PT e do PSDB, que deveriam se comprometer a não encaminhar para a Câmara dos Deputados propostas nem aprovar matérias que flexibilizassem a legislação sobre o aborto no país. Só assim teriam o apoio dos religiosos.

Para contextualizar o debate, a discussão no Congresso sobre a flexibilização da legislação que determina quando o aborto pode ser realizado no país foi iniciada há pouco mais de 30 anos, com a apresentação do Projeto de Lei 1135/91, dos deputados petistas Eduardo Jorge (SP) e Sandra Starling (MG). Levantamento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) detalha a tramitação da proposta no Congresso e seus objetivos. De acordo com o texto, o PL buscava suprimir o artigo 124 do Código Penal Brasileiro que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. Na prática, a aprovação do PL resultaria na liberalização do aborto, pois alterava o Decreto-lei nº 2.848, de 1940. Sua tramitação ganhou tração quando a deputada Jandira Feghali (PCdoB/ RJ), relatora do conjunto de projetos que propunham alteração do Código Penal no tema do aborto, apresentou, em 2004, um substitutivo ao PL recomendando a aprovação de todas as propostas liberalizantes e a rejeição dos projetos restritivos. Em dezembro 2003, a Presidência da República agendou a realização, em 2004, da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o objetivo de propor diretrizes para

fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Ipea, 2003). O relatório da deputada recebeu o apoio do evento, que aprovou recomendação pela descriminalização e legalização do aborto.

Resumindo um longo processo, a recém-criada Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) instituiu uma comissão com representantes do Executivo, Legislativo e da sociedade civil para formular uma proposta específica de Anteprojeto de Lei, a ser encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional. O documento foi entregue à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em 2005. Colocado em debate na comissão com nova redação e conteúdo, o texto foi recebido com resistência pelos parlamentares. O PL foi desidratado, limitando-se a propor a retirada do Código Penal dos artigos que criminalizam o aborto sem determinar regras e condições nas quais o procedimento poderia ser realizado. O novo texto não foi votado nessa legislatura. As eleições de 2006 eclipsaram a proposta e, só em 2007, o PL 1135/91 voltou à CSSF, agora sob a presidência do deputado evangélico Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), que emitiu parecer pela rejeição da matéria. Em 2008, assumiram a CSSF e a CCJ, respectivamente, o deputado Jofran Frejat (PR/DF) e o deputado evangélico Eduardo Cunha (PMDB/RJ), autor do PL 7443/2006, que transformava o aborto em crime hediondo. Manobras regimentais aceleraram a tramitação do projeto na Câmara com o propósito de forçar sua rejeição. Em 2012, o PL foi arquivado.

A legislação brasileira permite a interrupção da gravidez em três situações, de acordo com o Código Penal, de 1940, e por decisão de 2012 do STF: quando existe o risco de vida da gestante, se a gestação for consequência de estupro ou se for detectada a anencefalia (feto sem cérebro). Apesar de prevista em lei, o aborto tem despertado debates acalorados durante as campanhas, mas volta a ser visto como uma questão de saúde pública após o fechamento das urnas.

Mesmo assim, as discussões sobre o tema se tornaram mais acirradas a partir das eleições de 2010 e ganharam contornos de emergência nacional quando a campanha de Bolsonaro se viabilizou politicamente — tendo como aliados de primeira hora as lideranças políticas das mais importantes igrejas evangélicas do país. Esse comportamento pode ser identificado na análise de gráficos sobre postagens no Twitter e matérias da grande imprensa que farei a seguir.

Gráfico 14: Engajamento x Perfil no tempo - Aborto

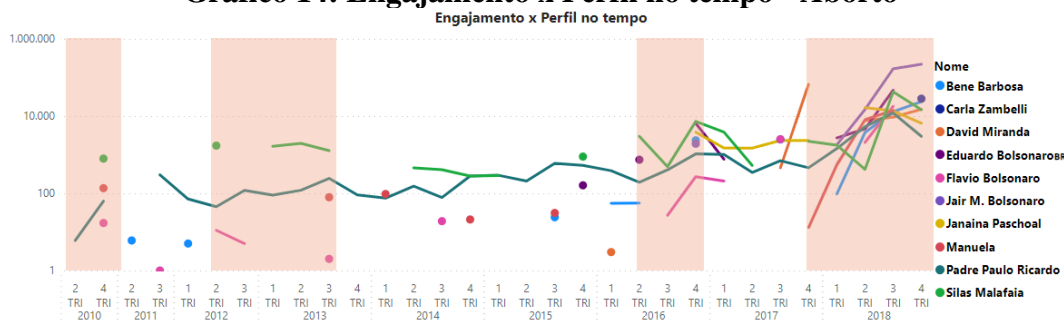


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 09/01/2010 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Gráfico 15: Quantidade de Matérias por Perfil - Aborto

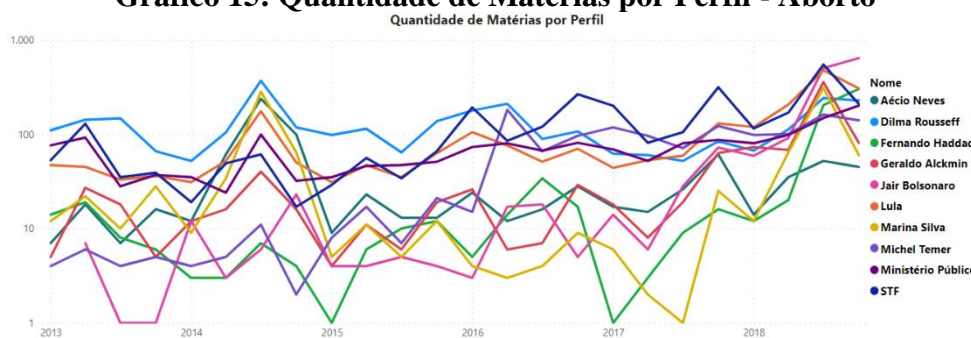


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, na Grande Imprensa, entre 02/01/2013 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Como demonstram os gráficos, há uma evidente tendência de permanência do tema na cobertura da grande imprensa e de postagens no Twitter ao longo do tempo. Outro aspecto a ser considerado são os picos de interesse sobre o assunto, sempre associados aos períodos das eleições presidenciais. No caso em questão, o período compreendido entre o último trimestre de 2017 e o último trimestre de 2018 superou os outros anos, considerando a captura de dados a partir de 2010. O gráfico de engajamento, reunindo os dez perfis que mais engajaram na plataforma, mostra a ocorrência de quatro momentos em que o assunto atingiu picos de destaques. Esses períodos refletem, quase sempre, alguma situação do mundo real. O autor da postagem pode chamar a atenção para uma votação no Congresso, fazer críticas ou atacar seus adversários políticos, alertar seus seguidores para eventos de interesse etc. No entanto, o ano de 2018 foi atípico. O candidato Bolsonaro (PSL-RJ) publicou 13 *posts* no Twitter sobre o aborto, capturados pela ferramenta usada para cruzamento de dados, entre 2010 e 2018. O 1º deles, em 2016. Os demais, entre janeiro e outubro de 2018. No dia 8 de janeiro, Bolsonaro iniciou sua participação no Twitter anunciando sua candidatura a presidente. O tema escolhido para se

comunicar com os eleitores foi exatamente o aborto, como veremos a seguir. Apesar do número de mensagens capturadas ser baixo, Bolsonaro obteve o maior engajamento (soma de retuítas, comentários e curtidas) sobre o assunto, com um total de 407.181, o que representa 47,71%. As treze postagens representam apenas 1,57% do total.

O 2º colocado no levantamento, o ex-deputado David Miranda, obteve um engajamento de 99.259, o que representa 11,63% dos TOP 10. Mas Miranda postou 18 vezes, cinco a mais do que Bolsonaro, atingindo 2,17% do total de postagens entre os 10 perfis que mais engajaram. Em 2018, postou oito mensagens sobre o tema. O post de 4 de julho reproduziu entrevista da cantora Preta Gil, na qual ela defendeu o aborto como um direito da mulher e fez críticas à bancada evangélica.

Figura 9: Post David Miranda



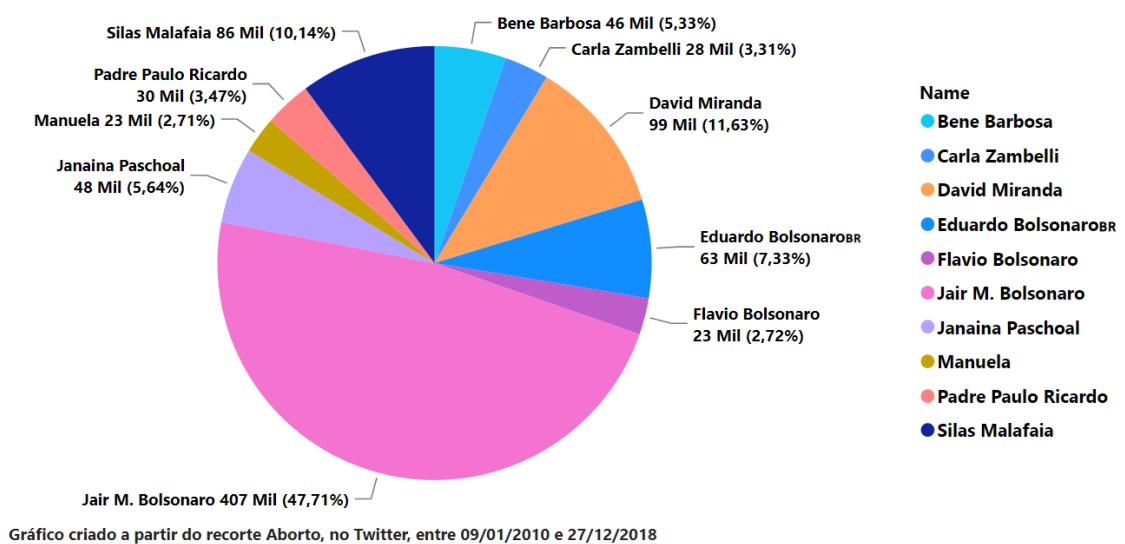
Fonte: Reprodução/Twitter⁶⁵

O pastor Silas Malafaia, que ficou em 3º no ranking, é o campeão de postagens. Ele teve 324 mensagens no período avaliado, o que representou 39,13% entre os TOP 10.

⁶⁵ Disponível em: <https://twitter.com/davidmirandario/status/1014492858584354817>

Seu engajamento foi de 86.493, ou 10,14% entre os perfis que tiveram mais engajamento. Só em 2018, ele postou 58 mensagens sobre o tema defendendo, de modo geral, a candidatura e o posicionamento de Bolsonaro sobre o aborto, criticando seus adversários políticos e a cobertura da imprensa sobre o tema. Importante também destacar que entre os dez perfis que mais engajaram na plataforma apenas dois, o do já citado David Miranda e o da ex-deputada Manuela D'Ávila, são atores políticos vinculados a partidos de esquerda. Eles responderam por 14,34% do engajamento. Bolsonaro e seus apoiadores, incluindo os filhos Eduardo e Flávio Bolsonaro, conseguiram a importante marca de 85,66% do total de engajamento entre os 10 perfis que mais movimentaram o Twitter sobre o tema aborto, conforme os dados capturados. Veja gráfico abaixo.

Gráfico 16: Proporção do Engajamento por Perfil - Aborto
 Proporção do Engajamento por Perfil

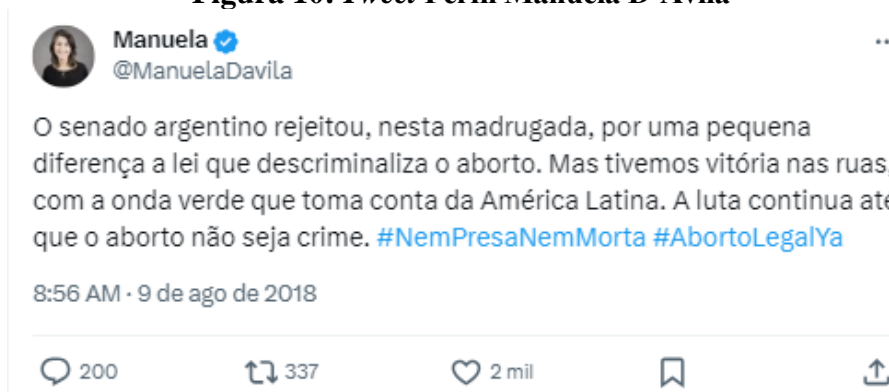


Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

O perfil de Manuela D'Ávila, que viria a ser a candidata a vice na chapa de Haddad, foi o 10º mais ativo na rede social no período analisado, considerando o recorte aborto, em termos de engajamento. Foram 46 tuítes capturados, com 23.141 engajamentos, o que representou 2,71% entre os 10 que mais engajaram e 5,56% na quantidade total de publicações da pesquisa. A atuação de Manuela começou em 2010 e teve uma ascensão significativa entre 2017 e 2018. Diferente dos perfis que mais se destacaram, cuja marca é a defesa da pauta cristã, seus *posts* vão na direção oposta. O posicionamento da ex-deputada sobre esses temas foi sempre de confronto aberto e tudo indica que esse foi o motivo dos ataques desferidos contra ela por seus adversários políticos nas redes sociais. Nos primeiros dias de agosto de

2018, quando já havia sido anunciado que Manuela seria a vice na chapa do PT, ela divulgou um *post* sobre a decisão do Senado argentino de rejeitar a descriminalização do aborto. Foi o último *post* sobre o tema capturado pela ferramenta de análise de dados antes das eleições.

Figura 10: Tweet Perfil Manuela D'Ávila

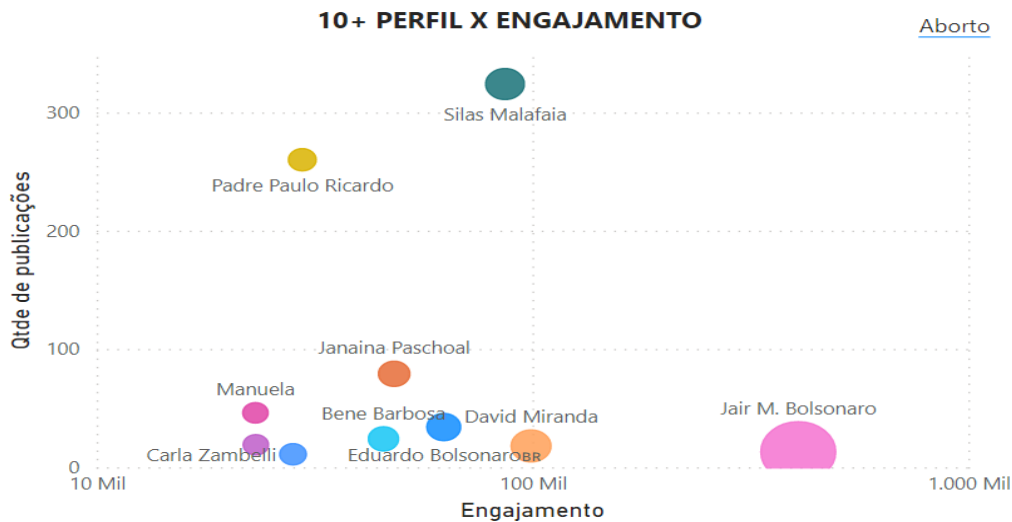


Fonte: Reprodução/Twitter⁶⁶

Depois desse *post*, não houve registro de novas mensagens sobre o tema, pelo menos no processo de captura deste trabalho, até as eleições. Como candidata a vice, ela teve de renunciar a duas propostas que sempre defendeu, a legalização do aborto e a tributação das drogas. “Os dois temas não constam do programa de governo da candidatura Fernando Haddad registrado no Tribunal Superior Eleitoral” (O Globo, 2018). No caso específico do gráfico sobre Distribuição Quantidade x Engajamento fica evidente a importância de Bolsonaro para mobilizar as redes sociais. Com um total de apenas 13 tuítes, ele teve um engajamento de 407.181. Somando todos os demais atores, o engajamento foi de 446.195, mas com uma quantidade de 815 tuítes capturados, o que representa quase 63 vezes mais tuítes publicados.

⁶⁶ Disponível em: <https://twitter.com/ManuelaDavila/status/1027524136686505984>

Gráfico 17: Perfil x Engajamento – Aborto



Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

O 1º momento de destaque registrado pela análise aconteceu no 2º e no 4º trimestre de 2010. O primeiro é do padre Paulo Ricardo, que publicou três *posts* sobre o assunto em junho e outubro daquele ano falando sobre momentos em que trata do tema. Muito ligado ao ex-guru bolsonarista, Olavo de Carvalho, o padre Paulo Ricardo publicou 260 *posts* no período, representando 31,40% do total capturado. Atingiu 29.641 engajamentos, ou 3,47% do total.

Ainda em 2010, o 2º momento de destaque foi a atuação do pastor Silas Malafaia. Foram cinco *posts* publicados no 4º trimestre daquele ano, todos referentes às eleições de 2010. Os três primeiros foram publicados entre o 1º e o 2º turnos e fizeram referência à campanha de Dilma Rousseff. Por exemplo, sobre a participação da candidata no programa de TV do apresentador Ratinho para discutir o tema. Os outros dois, publicados logo após as eleições, comemoraram o fato de Dilma ter assinado a carta aos evangélicos na qual afirmou ser pessoalmente contra o aborto. A estratégia adotada pelo pastor é manter os adversários sempre sob pressão, fazendo a defesa da causa evangélica a partir de uma atuação política sem mandato.

Figura 11 e Figura 12: *Tweets* Silas Malafaia



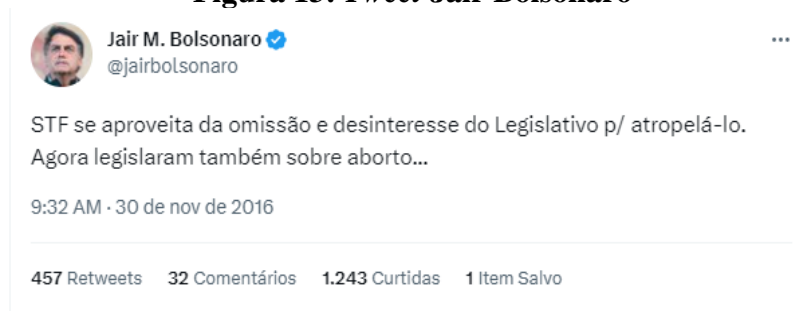
Fonte: Reprodução/Twitter⁶⁷

O segundo destaque do período aconteceu entre o 2º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2013. Em abril de 2012, o STF decidiu que aborto de feto sem cérebro não é crime. O perfil do pastor Malafaia publicou 30 tuítes sobre o julgamento. Fez campanha, mobilizou os evangélicos pedindo que enviassem cartas aos ministros da Corte e depois fez duras críticas à decisão.

O terceiro momento em que o tema agitou o Twitter foi no final de 2016. O 1º *post* de Bolsonaro sobre o assunto, capturado pela pesquisa, apareceu no dia 30 de novembro. Ele criticou a decisão da 1ª turma do STF, tomada um dia antes, que considerou que a interrupção da gravidez até o 3º mês de gestação não configura crime. “Embora a decisão tenha se dado em um caso específico, outros magistrados, de outras instâncias, poderão, a seu critério, adotar o entendimento da primeira turma do STF” (Folha de S. Paulo, 2016). O *post* teve 1.732 engajamentos.

⁶⁷ Disponível em: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/27146441870> e <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/29374218937>

Figura 13: Tweet Jair Bolsonaro



Fonte: Reprodução/Twitter⁶⁸

A decisão, conforme ressaltou a imprensa, valia apenas para um caso específico, mas trazia algo de simbólico, por isso a preocupação dos religiosos do Congresso. “Abre um precedente na mais alta Corte do país para a descriminalização (fim da prisão) para mulheres ou médicos que realizam o aborto” (G1, 2016). Acompanhando a atuação dos parlamentares que se opõem ao tema no Congresso Nacional, chama a atenção a crítica feita por Bolsonaro ao STF. O Parlamento sempre evitou a votação de temas sensíveis da área dos costumes, preferindo se dedicar às manobras políticas para que eles nunca (ou quase nunca) sejam apreciados em plenário. Uma raríssima exceção foi o PL 5003/2001, aprovado na Câmara em 2006, mas que não foi votado no Senado justamente por oposição dos parlamentares religiosos, comandados pela Frente Parlamentar Evangélica.

Em 2018, se preparando para disputar o Palácio do Planalto, Bolsonaro se tornou mais ativo no Twitter. No dia 8 de janeiro, ele anunciou, indiretamente, que seria candidato à Presidência na plataforma, ao postar mensagens sobre o aborto e publicar um vídeo em que fala do tema numa entrevista. O tuíte teve 1.597 engajamentos.

Figura 14: Tweet Jair Bolsonaro sobre a legalização do aborto



Fonte: Reprodução/Twitter⁶⁹

⁶⁸ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/803924611763146756>

⁶⁹ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/950418897328582658>

As outras 11 mensagens do ano foram postadas a partir de junho e todos tinham um viés político bem definido. O 1º tuíte, do dia 23 de junho, atacou a candidata da Rede Sustentabilidade, Marina Silva, em duas postagens. Às 8h08, ele publicou no Twitter a foto da candidata numa entrevista à revista *Veja* na qual ela defendeu a realização de plebiscito sobre o aborto e a maconha. Sobre a imagem, escreveu: “Marina, o ativismo da esquerda, o aborto & a maconha”. Às 8h32 escreveu, em linhas gerais, que um chefe de Estado precisa tomar decisões, e que Marina lavava as mãos ao sugerir a realização de plebiscito sobre o aborto. Marina e seu candidato a vice, Eduardo Jorge (PV), seriam tema de outra postagem do candidato. No dia 7 de agosto, ele publicou que, caso fosse eleito presidente, teria pulso firme para barrar qualquer movimento para flexibilizar a legislação sobre o aborto, numa resposta à Folha de S. Paulo para quem teria afirmado, em entrevista, que o homem não deveria intervir na decisão da mulher de fazer ou não um aborto. “Eu presidente, caso chegue em minhas mãos proposta para descriminalização do aborto, garanto que terá meu veto” (Twitter, 2018). Dois dias depois, voltou a atacar Marina e seu candidato a vice-presidente: “Você sabia que o vice de Marina Silva é a favor do aborto, legalização da maconha e criminalização da ‘homofobia’?” (Twitter, 2018), fazendo “referência às declarações de Eduardo Jorge à imprensa nas quais disse que ele e sua companheira de chapa tinham posições divergentes sobre o aborto. “Se chegar a esse ponto que tiver um plebiscito (sobre o aborto), a Marina e o Papa Francisco vão defender uma coisa e eu vou defender outra” (Globo News, 2018).

Importante esclarecer que esse posicionamento adotado por Marina em 2018 não era novo. Em maio de 2010, numa entrevista ao Grupo RBS, em Porto Alegre, a candidata defendeu a mesma ideia, afirmando ser contra a liberação das drogas e do aborto. Mas, naquela ocasião, ela não ameaçava um político que fez de sua candidatura um estuário dos votos dos evangélicos. “Não sou favorável [à legalização da maconha]. Pessoas sérias são favoráveis porque acham que ajudaria a combater o tráfico de drogas”, disse Marina, iniciando a discussão. “Mas, como não é uma decisão do Executivo, mas do Congresso, proponho um plebiscito para a sociedade decidir (...) Tem uma coisa que nos une, que é a falta de informação (...), proponho o debate democrático de um tema que não é fácil de ser enfrentado, na sociedade brasileira inclusive” (G1, 2010).

Eduardo Bolsonaro publicou três *posts* contra posicionamentos de Marina, nos dias 18 de agosto (dois *posts*) e 19 de agosto. O conteúdo vai na mesma linha das mensagens do candidato Bolsonaro. O primeiro deles, vale a pena reproduzir, foi feito em cima de um comentário que Marina fez sobre a postura de Bolsonaro que, após pegar

uma criança no colo a ensinou a fazer o gesto de uma arma com a mão.

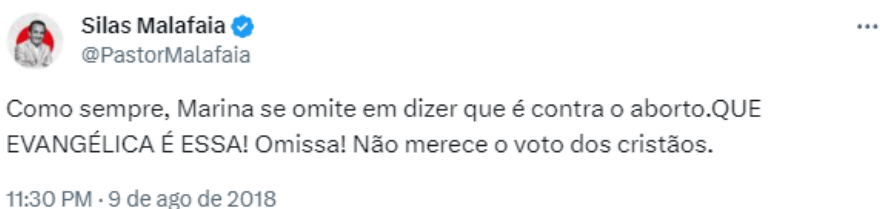
Figura 15: Tweet Eduardo Bolsonaro



Fonte: Reprodução/Twitter⁷⁰

O segundo e o terceiro tuítes associavam o referendo das armas de 2005, quando a maioria dos brasileiros (63%) votou a favor do comércio de armas, e a defesa da realização de um plebiscito sobre aborto e maconha, proposto por Marina. Para o deputado, o referendo de 2005 não estava sendo cumprido. Outro fiel defensor da candidatura Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia, também postou três mensagens no Twitter sobre a proposta de Marina. Coincidentemente, dois deles no dia 18 de agosto, mesmo dia em que o filho do candidato fez suas duas investidas contra a candidata da Rede Sustentabilidade. A primeira mensagem, no dia 9, abaixo, atacava, como as demais, a fé e a condição de evangélica da candidata. Esse é um ponto que abordarei em seguida.

Figura 16: Tweet Silas Malafaia sobre Marina



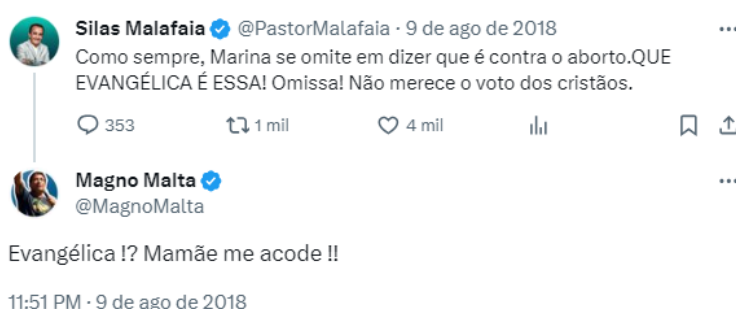
Fonte: Reprodução/Twitter⁷¹

⁷⁰ Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1030650981783138304>

⁷¹ Disponível em: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/1027743994082721792>

As mensagens postadas por Bolsonaro buscaram isolá-lo como o candidato ideal a ser escolhido pelos eleitores evangélicos, por ser ele um fervoroso aliado dos princípios defendidos pelos seguidores da fé cristã. Nesse intento, é auxiliado por seus aliados e seguidores do mundo digital, que atuam tão ou mais fortemente do que ele nas redes sociais. O comentário do pastor Magno Malta, na época ex-senador pelo Espírito Santo, à mensagem de Malafaia, foi revelador da estratégia de afastar Marina dos evangélicos:

Figura 17: Tweets Silas Malafaia e Magno Malta



Fonte: Reprodução/Twitter⁷²

Para respaldar esse embasamento discursivo, as lideranças evangélicas e os apoiadores de Bolsonaro buscaram desqualificar Marina, contestando a sua religiosidade e a sua fé. Utilizando os critérios de Theo Van Leeuwen (Recuero, 2018), na análise dos *posts*, teremos a legitimação do discurso do candidato Bolsonaro pela Autorização e pela Avaliação Moral. Além de ser uma autoridade que atua institucionalmente, com seu mandato de deputado federal, em favor das causas dos cristãos (legitimação por referência a uma autoridade), o candidato Bolsonaro se apresentava como um ardente defensor dos dogmas sagrados do Cristianismo e ofereceu ao público evangélico um discurso de maior valor, moralmente desejável, e que inspira credibilidade.

O objetivo da estratégia foi, portanto, deslegitimar a condição de evangélica de Marina e, por conseguinte, sua proposta de ampliar a discussão sobre aborto e drogas, já que, em última análise, se sua proposta se tornasse preponderante nas redes sociais, a discussão ganharia proporções que colocariam em perigo o discurso de quem não concorda com a flexibilização da lei que determina a legalidade do aborto no país.

Porém, considero que o aspecto central dessa análise se concentra na tentativa de

⁷² Disponível em: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/1027743994082721792>

desqualificar moralmente o posicionamento e o discurso da candidata evangélica, inclusive por seus pares. Bolsonaro também utilizou o critério Moral Religioso para desqualificar a adversária a partir do seu companheiro de chapa, Eduardo Jorge, que sempre defendeu a descriminalização do aborto. Ele é o autor do PL 1135/91 sobre o tema, como vimos acima. Bolsonaro seguiu o mesmo argumento de Malafaia, enfatizando a ideia disseminada pelo pastor segundo a qual Marina não merece o voto dos cristãos.

Figura 18: Tweet Jair Bolsonaro sobre Marina Silva



Fonte: Reprodução/Twitter⁷³

Numa jogada ainda mais agressiva para desqualificar e afastar Mariana de vez do eleitorado evangélico, Bolsonaro associou Marina aos movimentos políticos de esquerda com o objetivo de deslocá-la do campo conservador, utilizando para isso o critério ideológico para legitimar o seu comentário. Veja *post* abaixo.

⁷³ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1027591619380490240>

Figura 19: Tweet Jair Bolsonaro sobre matéria da Veja



Fonte: Reprodução/Twitter⁷⁴

A pesquisa do Datafolha divulgada no dia 11 de junho de 2018 pela Folha de S. Paulo apontou o ex-presidente Lula (PT), que estava preso na Polícia Federal, em Curitiba, à frente da corrida eleitoral. Ele apareceu com 30% das intenções de voto. Bolsonaro (PSL) estava em 2º, com 17%; Mariana (Rede) vinha em 3º, com 10%; Geraldo Alckmin (PSDB) e Ciro Gomes (PDT), marcavam 6%. A intenção de votos dos demais candidatos não superava os 4%. Mas um fato já chamava a atenção, segundo o jornal. Sem Lula na disputa, Bolsonaro aparecia com 19% das intenções de voto; Marina aparecia como sua principal adversária, com 15%, na segunda posição. No dia 20 de agosto, o Ibope divulgou a primeira pesquisa após a oficialização das candidaturas. A única pendência era se Lula disputaria ou não o pleito, questão naquele momento ainda em análise pela Justiça Eleitoral. No cenário com o líder petista na disputa, ele tinha 37% das intenções de voto. Bolsonaro seguia em 2º, com 18%; Marina aparecia em 3º, mas agora com 6%; Ciro e Alckmin tinham 5% das intenções de voto. Sem Lula na disputa, Bolsonaro aparecia em 1º na pesquisa, com 20% das intenções de voto; Marina vinha em 2º, com 12%; Ciro tinha 9%, e Alckmin, 7%. Fernando Haddad, que acabaria sendo o candidato do PT na eleição, aparecia com 4%. Os demais candidatos tinham de 3% para baixo na intenção de voto. A divulgação de nova pesquisa do Ibope, no dia 18 de setembro, apenas um mês após ter sofrido um processo de deslegitimação por parte dos bolsonaristas, indicava que Marina começava a ficar distante do núcleo da disputa. Apareceu com apenas 6% das intenções de voto. Bolsonaro, em contrapartida, estava no topo da corrida

⁷⁴ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1010479686558863360>

eleitoral, com 28%; Haddad também crescera e aparecia com 19%; Ciro, com 11%, e Alckmin, com 7%, eram os candidatos nas melhores posições.

Com Marina praticamente fora da disputa, os tuítes de Bolsonaro e de seus apoiadores passaram a ter como alvo Fernando Haddad, candidato do PT. Repetiram as ideias centrais do discurso religioso, mas desta vez com maior ênfase sobre o aspecto ideológico, que será demonstrado nos outros temas que compõem o eixo Ideológico desta análise. O conteúdo dos tuítes de Bolsonaro reforçava, repetidamente, que ele não permitiria propostas para a liberação do aborto, nem acordos políticos, nem o controle da mídia e da internet e que defenderia o livre mercado, as crianças nas escolas, a prisão dos bandidos e a redução da maioria penal. Entre o primeiro e o segundo turnos, ele escreveu o seguinte *post* contra Haddad:



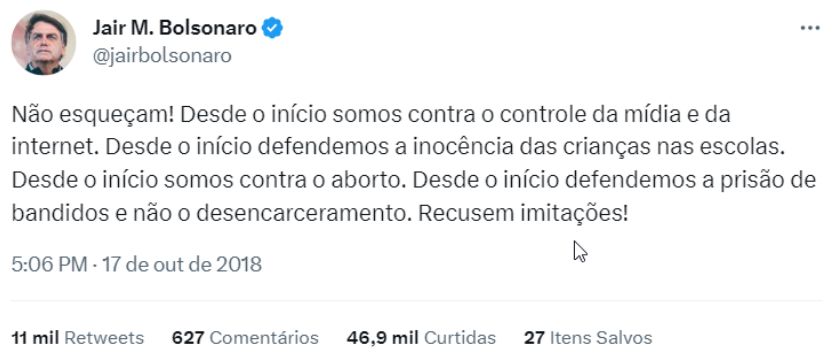
Fonte: Reprodução/Twitter⁷⁵

Os tuítes de Bolsonaro referentes ao 3º trimestre atingiram 167.921 engajamentos. A legitimação do discurso de Bolsonaro nesses *posts* passou também pela Avaliação Moral e *Mythopoesis*. É visível a ideia de associação do candidato Haddad ao aborto quando Bolsonaro diz “tentou abortar o kit-gay para não assumir a paternidade” e a ameaça que o adversário representa quando afirma que ele “mudou as cores do partido, escondeu o chefe presidiário, escondeu o apoio à ditadura venezuelana”. Nessa frase, ele faz referência à decisão do PT de afastar Lula do material de campanha de Haddad e de trocar o vermelho da marca da campanha pelo azul e amarelo. A construção de uma narrativa de cunho moral (*Mythopoesis*), na qual o bem vence o mal, estava clara. Bolsonaro representava o líder que salvaria o Brasil do vermelho, que é associado comunismo; salvaria o Brasil da esquerda, portanto, do ex-presidente Lula (então preso em Curitiba)

⁷⁵ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1052248243785031680>

e afastaria o país da Venezuela (do ditador Nicolás Maduro).

Figura 21: Tweet Jair Bolsonaro sobre controle da mídia



Fonte: Reprodução/Twitter⁷⁶

A análise dos gráficos da grande imprensa indica que Bolsonaro não foi o político mais citado no total de matérias publicadas que abordaram o assunto (de forma exclusiva ou não) no seu conteúdo. O total de matérias que citaram o aborto no período estudado foi de 8.118. O candidato do PSL ficou em 5º lugar, com 1.524 citações, o que representou 18,77%. Das 1.524 citações, 1.411 foram registradas entre 2017 e 2018, demonstrando a importância do tema para o candidato. Dos seus adversários, Marina apareceu em 7º, com 992 citações, ou 12,22%, e Fernando Haddad, com 728, ou 8,97%. A ex-presidente Dilma Rousseff teve a maior quantidade de citações em todo o período analisado, de 2013 a 2018

Quadro 14: Aborto

Perfil	Qtde	% do Total
Dilma Rousseff	3010	37,08%
STF	2988	36,81%
Lula	2338	28,80%
Ministério Público	1718	21,16%
Jair Bolsonaro	1524	18,77%
Michel Temer	1358	16,73%
Marina Silva	992	12,22%
Geraldo Alckmin	933	11,49%
Aécio Neves	860	10,59%
Fernando Haddad	728	8,97%
Quantidade de Matérias	8118	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Aborto, na Grande Imprensa, entre 02/01/2013 e 30/12/2018

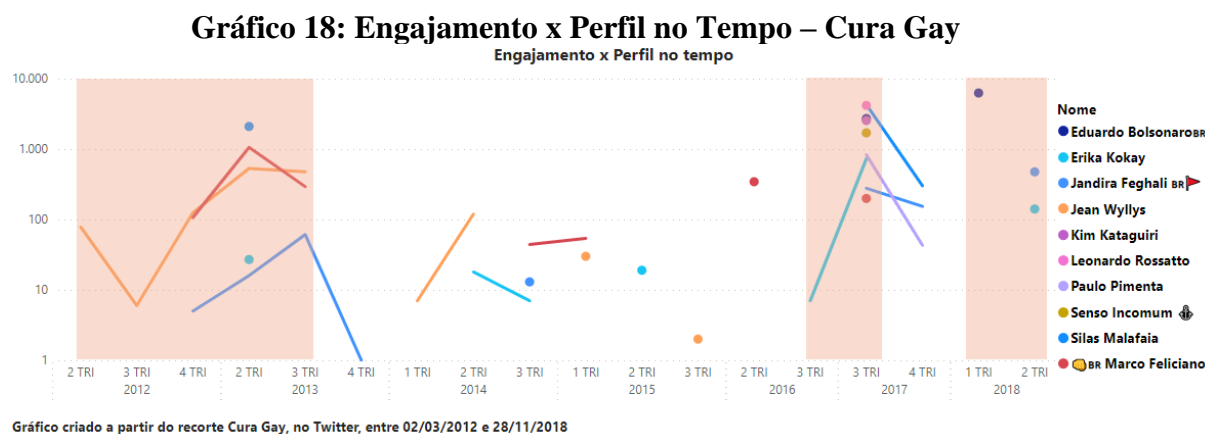
Fonte: Criado pelo autor através de ferramenta da empresa Mass

⁷⁶ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1052652118899916800>

4.2.2. Cura Gay

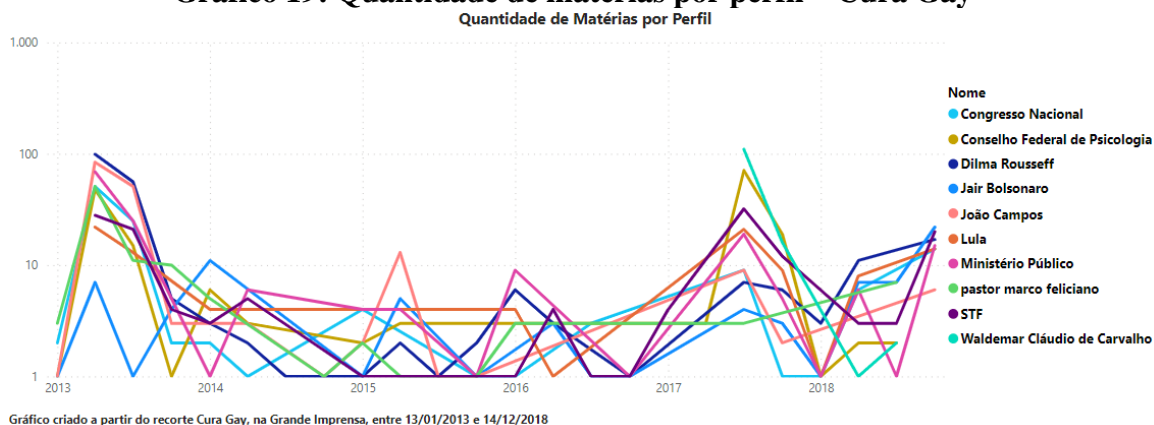
O tema contribuiu para a estruturação do “discurso bolsonarista” no Congresso Nacional a partir da definição de uma sólida estratégia de polarização por parte das principais lideranças da Frente Parlamentar Evangélica e parlamentares católicos, identificados com a causa da defesa da família, contra parlamentares, partidos políticos e movimentos sociais identificados com a defesa dos direitos humanos e de grupos minoritários, como o LGBT. Como explicado no capítulo Conjuntura, o confronto ideológico e moral que se estabeleceu no Parlamento a respeito do tema envolveu as principais lideranças religiosas na criação de uma narrativa que situou em campos opostos a defesa da família tradicional e o movimento classificado por essas lideranças como “ativismo gay”.

O tema teve três grandes picos de discussão tanto no Twitter como na grande imprensa, no período compreendido entre 2010 e 2018, mas não teve forte impacto na campanha porque foi substituído pelo Kit Gay, de maior apelo eleitoral, como veremos a seguir. O primeiro momento de destaque ocorreu entre 2012 e 2013; o segundo, entre o final de 2016 e o começo de 2017; e o terceiro, no começo do 2º semestre em 2018, como demonstram os recortes dos gráficos abaixo com base no Twitter e na grande imprensa, nessa ordem:



Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Gráfico 19: Quantidade de matérias por perfil – Cura Gay



Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Mas a discussão envolvendo o assunto no Congresso Nacional começou, mais uma vez, no início dos anos 2000, e teve como elemento motivador a resolução nº 1, de março de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, que definiu:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

Em 2003, o deputado evangélico da Igreja Batista Neucimar Fraga (PL/ES) apresentou o PL no 2.177/03, que defendia a criação de um “Programa de Reorientação Sexual” no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a redação da proposta, “a homossexualidade não se reveste por uma opção sem volta”, cabendo ao Estado a promoção da heterossexualidade enquanto uma política pública de saúde. O PL tramitou até 2007, quando a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara deu parecer negativo e determinou seu arquivamento. Em 2005, outra tentativa foi feita, dessa vez pelo deputado católico Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP). O parlamentar apresentou o PL nº 5.816/05 defendendo a modificação da Lei nº 4119/62, que regulamenta os cursos de formação e a profissão da Psicologia. O PL liberava aos

psicólogos a competência para a oferta de “auxílio e suporte psicológico às pessoas que voluntariamente deixarem a homossexualidade”.

O PL recebeu parecer negativo na CSSF, sendo arquivado ao final da legislatura em 2007. Em 2009, o deputado Paes de Lira (PTC-SP), ex-comandante da Polícia Militar de São Paulo, que assumiu o cargo com a morte de Clodovil Hernandes (PTC/SP), e “possui atuação próxima ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), da corrente católica ultraconservadora (TFP) - Família, Tradição e Propriedade” (Aragusuku, 2020), assinou o PDC nº 1.640/09 com o propósito de sustar o parágrafo único do artigo 3º e o artigo 4º da Resolução nº 01/99 do CFP sob a alegação de que essa parte da resolução violaria o direito constitucional à “liberdade de expressão”, sem fazer referência à questão sexual. Recebeu parecer negativo e foi arquivado após o fim da legislatura em 2011.

As iniciativas citadas anteriormente pareceram ter como base motivações individuais, pois careciam de uma estrutura partidária ou mesmo ideológica de um grupo em sua defesa. Soaram como iniciativas pessoais de alguns parlamentares religiosos atuando de acordo com suas convicções cristãs. Esse mesmo cenário não se notaria nas propostas que seriam apresentadas a partir de 2011 no Parlamento, e que descrevo a seguir. O deputado João Campos, ex-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, apresentou o PDC 234/11 retomando o mesmo pleito do PDC 1640/09, de Paes de Lira. A diferença, porém, é que a partir de 2011 o cenário dava sinais mais evidentes do início da ocorrência de intensos conflitos políticos-ideológicos, como demonstrado no capítulo Conjuntura, o que resultou num maior interesse do debate no Twitter e numa maior cobertura da grande imprensa desses eventos e de seus principais atores — como demonstram os gráficos acima.

Em novembro de 2012, uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados para discutir a Resolução 01/1999 do CFP expôs a diferença de posicionamento sobre a norma, que moldou o debate e o embate, até a eleição de 2018, entre os parlamentares eleitos pelos partidos de esquerda e os deputados religiosos. A deputada Érika Kokay (PT/DF) afirmou durante o encontro: “Homossexualidade não é uma patologia, é uma expressão da sexualidade. Defender tratamento para essas pessoas é uma postura extremamente homofóbica” (Agência Câmara, 2012). O deputado pastor Eurico cobrou a participação na audiência de “expositores favoráveis a terapias que prometem ‘curar’ a homossexualidade”, conforme anotou a Agência Câmara. “É preciso pensar no direito de quem quer deixar o homossexualismo” (Agência Câmara, 2012). O

deputado Marco Feliciano aproveitou a audiência pública para criticar o documento do CFP. “Índio nasce índio, não tem como mudar; negro nasce negro não tem como mudar; mas quem nasce homossexual pode mudar. Até a palavra homossexual deveria ser abolida do dicionário, já que se nasce homem ou mulher” (Agência Câmara, 2012). Quatro meses após esse debate, Feliciano foi eleito presidente da CDHM da Câmara e contribuiu decisivamente para tirar o debate sobre o tema das discussões internas do Congresso Nacional. Portanto, boa parte do avanço da proposta do deputado João Campos se deveu à sua atuação à frente da comissão.

No dia 2 de julho, o próprio João Campos apresentou requerimento pedindo o fim da tramitação do projeto. Segundo a imprensa, a decisão do deputado foi motivada pela intenção do então presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), de incluir o projeto na pauta de votação. Também circulou na imprensa a versão de que o PSDB, partido do deputado à época, pressionou pela retirada do projeto da pauta. Se tivesse sido votado e derrotado pela maioria dos deputados, outro projeto, mas com igual conteúdo, só poderia ser novamente apresentado na legislatura seguinte, a partir de 2015. “O objetivo de colocar em pauta era derrubar a proposta e, assim, atender a uma das reivindicações das manifestações de rua que se espalharam pelo país” (G1, 2013). No dia 3 de julho, 24 horas após a Câmara interromper a tramitação do PL de João Campos, o relator do projeto, pastor Anderson Ferreira (PR/PE), reapresentou a proposta, agora como Projeto de Decreto Legislativo 993/13. Os motivos dessa decisão não cabem na suposição de que ele não tinha conhecimento do regimento interno da Casa impedindo a reapresentação de proposta de igual teor da arquivada. Parece-me que o propósito foi reafirmar o posicionamento da bancada evangélica, no sentido de marcar posição ideológica e moral.

A intenção de Anderson Ferreira é aproveitar uma brecha prevista no regimento. De acordo com a regra, uma proposta com conteúdo igual ao da arquivada só poderia ser apresentada no ano que vem. No entanto, se houver um requerimento e o plenário aprovar, o texto volta a tramitar normalmente. Ontem, o presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), pastor Marco Feliciano (PSC-SP), disse que a bancada evangélica iria se articular para reapresentar a matéria (Congresso em Foco, 2013).

No dia 4 de julho, a presidência da Câmara dos Deputados informou, segundo a Agência Câmara, que o PDL 993/13 seria devolvido ao seu autor por ter o mesmo conteúdo do PDC 234/11 e que a proposta só poderia ser reapresentada em 2014. Pois não é que assim foi feito! Por obra do deputado e pastor Eurico (PSB/PE), o tema voltou a tramitar na Câmara e a ser notícia em 2014 e em 2016. Em 2014, ele apresentou o PDC

nº 1.457/14 propondo que a Resolução 01/99 do CFP fosse revogada na íntegra.

Naquele mesmo ano, a pedido de seu partido, porém, o deputado optou por retirar o projeto da pauta, encaminhando-o para arquivamento. Já em 2016, agora no PHS/PE, o pastor Eurico apresentou o PDC 539/16, visando sustar a mesma resolução. O projeto não foi votado. Acabou arquivado em 2019. Ainda em 2016, o pastor e deputado Ezequiel Teixeira apresentou o PL 4931/2016, sobre o qual discorreremos mais à frente.

Com a eleição de Bolsonaro, em 2018, o tema deixou de ser prioridade para os parlamentares evangélicos. Dos projetos apresentados a partir de 2018, o PL 737/2022, de autoria do deputado Bacelar (PODEMOS/BA), defende a criminalização de quem submete outra pessoa a terapia de conversão, anuncia ou promove terapia de conversão, obtém, direta ou indiretamente, vantagem material oriunda de terapia de conversão. Atualmente está na CCJ desde agosto de 2023. O PL 1795/2022, de autoria do ex-deputado David Miranda (PDT/RJ), pede a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de prescrição de terapia de reversão de orientação sexual. Está desde julho de 2022 na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Outro PL, o 3627/2023, de autoria de Duda Salabert (PDT/MG) e Camila Jara (PT/MS), visa a proibição da prática e divulgação de terapias de conversão de orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. Está na CCJC desde agosto de 2023.

Farei, a partir de agora, uma análise dos gráficos para compreendermos o que motivou os picos de interesse no Twitter e na grande imprensa sobre o tema Cura Gay. É importante, contudo, chamar a atenção para o fato de que o, à época, deputado Jair Bolsonaro só teve uma manifestação capturada sobre o tema.

No dia 4 de julho de 2013, mesmo dia em que a presidência da Câmara informou que devolveria o PDL 993/13 ao deputado Anderson Ferreira, cópia do PDC 234/11, de autoria do deputado João Campos, Bolsonaro publicou um texto encorpado no Blog Família Bolsonaro (*post na íntegra abaixo*) no qual defende o projeto do deputado João Campos, faz duras críticas ao CFP e ao movimento LGBT, que comandaria o que ele chamou de “Ditadura Gay”, com o objetivo de destruir a família tradicional.

Figura 22: Blog Família Bolsonaro



quinta-feira, 4 de julho de 2013

SUPOSTA "CURA GAY": ATIVISTAS HOMOSSEXUAIS ESTÃO TE ENGANANDO MAIS UMA VEZ.
(Pequena leitura indicada para pessoas que leem além das manchetes).



A VERDADE:

O Projeto de Decreto Legislativo 234/11 suprime o **parágrafo único do artigo terceiro** e o **artigo quarto** da Resolução número 1/99 do Conselho Federal de Psicologia.

"Parágrafo único: Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura de homossexualidades."

Não existe cura para aquilo que não é doença, logo o que o projeto propõe é exatamente o contrário do que comentam. Suprimir este item é a comprovação de que o homossexual não é um doente.

Se você é homossexual isto interessa exclusivamente a você e se está incomodado com isso e quiser discutir com um profissional sua condição ninguém tem o poder de proibi-lo, do mesmo jeito que hipoteticamente se considerar um machista ou uma pessoa má ou boa demais, de pedir ajuda a um psicólogo para que se adapte ou entenda esse seu comportamento.

Agora, proibir psicólogo de atender a PACIENTES QUE QUEIRAM FALAR SOBRE qualquer tipo de assunto é uma boçalidade, inclusive sobre homossexualidade.

O fato é que existem muitas pessoas que procuram psicólogos para discutir o assunto em pauta e estes mesmos profissionais estão sendo proibidos e expulsos de sua profissão ao ajudarem a quem pede auxílio, por isso a apresentação do projeto visa acabar com as cassações de registros de psicólogos, agora intensamente fiscalizados pelos ativistas homossexuais.

Não existe comprovação científica de que a homossexualidade é um fator da genética, mas estudos e o dia a dia comprovam que é um comportamento muitas das vezes assimilado pelo meio em que pessoas vivem. **E se você acredita que pessoas nascem homossexuais, tudo bem, ninguém estará obrigando ninguém a ir a um psicólogo para discutir isso, mas proibir quem queira, é no mínimo, uma imposição injusta.**

As imposições articuladas pelo grupo LGBT, extrapoladamente apoiadas por grande parte da mídia, praticamente forçam você a crer que o homossexualismo é algo que vai, inclusive, além da normalidade, praticamente lhe obrigando a ser um homossexual.

O PDC 234/11 é do deputado federal João Campos (PSDB-GO) e não de Marco Feliciano (PSC-SP) como tem divulgado amplamente a maioria da mídia. Será que esse aparentemente "simples" engano de alguns jornalistas e artistas é proposital?

Esperamos estar colaborando para desmentir mais esta palhaçada que tentam impor através de suas rotineiras mentiras, como quando diziam que o kit-gay NÃO era para crianças de 6 anos de idade e também desmascarado quando da realização do Seminário LGBT Infantil pautado pela antiga Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que discutia este tema na aplicabilidade da Educação nas escolas primárias do Brasil.

Não sejamos massa de manobra desses grupos que tentam destruir o seio familiar.

Vídeo esclarecedor sobre o assunto: <http://goo.gl/11i6P>

NÃO À DITADURA GAY.

Julho, 04., 2013



Fonte: Blog Família Bolsonaro⁷⁷

A decisão do pastor Marco Feliciano, então presidente da CDH da Câmara, de pautar a análise da matéria na comissão provocou ampla cobertura da grande imprensa, repercussão na sociedade e protestos de grupos organizados, em 2013. Em 2017, uma liminar concedida pelo juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, autorizou, na prática, apesar de não determinar a suspensão da Resolução 01/99

⁷⁷ Disponível em: <http://t.co/QZiQTePOp4>

do Conselho Federal de Psicologia, que os psicólogos passassem a oferecer a terapia de reversão sexual a pessoas incomodadas com sua orientação sexual, desde que buscassem ajuda de forma voluntária. Na sentença, que confirmou a liminar, o juiz defende a liberdade do exercício profissional e pesquisa, garantidas na Constituição Federal de 1988, e considera que a resolução do CFP restringe a atuação profissional dos psicólogos. O deputado Ezequiel Teixeira comemorou a decisão do juiz da 14ª Vara do Distrito Federal em discurso no plenário da Casa, afirmando que parabenizava o juiz “pela brilhante decisão que liberta os psicólogos, psiquiatras, psicanalistas para atender os homossexuais que os buscarem”, conforme vídeo publicado em matéria do jornal O Estado de Minas (2017).

Figura 23: Matéria Estado de Minas



Fonte: Reprodução/Estado de Minas⁷⁸

Em nota, o CFP afirmou que, apesar de manter a íntegra da Resolução 01/1999, a decisão do juiz foi equivocada porque desconsiderou a diretriz ética da norma, que reconhece “como legítimas as orientações sexuais não heteronormativas, sem as criminalizar ou patologizar. A decisão do juiz, valendo-se dos manuais psiquiátricos, reintroduz a perspectiva patologizante, ferindo o cerne da Resolução 01/99” (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Em 2018, o tema teve pouca repercussão na corrida

⁷⁸ Disponível em:

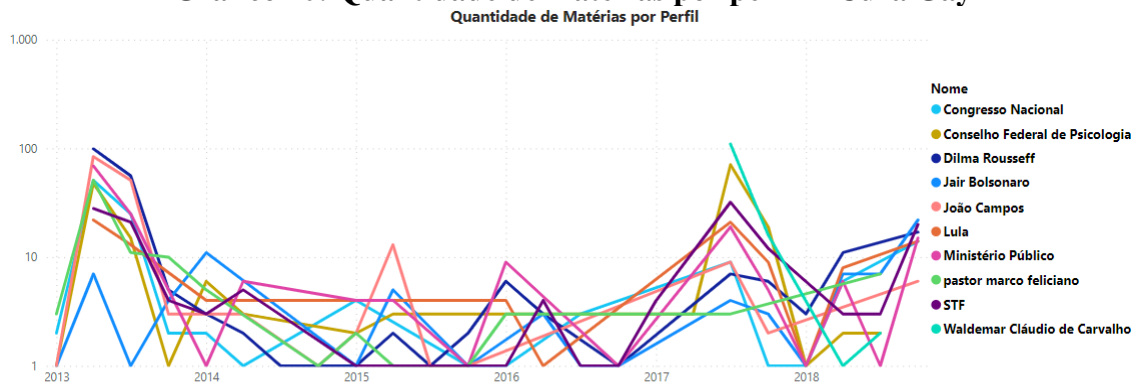
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/09/20/interna_politica,901982/deputado-autor-projeto-cura-gay-camara-95-apoiam-juiz.shtml

eleitoral, mas voltou a ter destaque nas mídias sociais e na grande imprensa até junho daquele ano por conta do PL 4931/2016, do pastor Ezequiel Teixeira.

O projeto dispunha sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção a Dignidade Humana. Enviado à Comissão de Seguridade Social e Família, ficou parado nesta comissão até agosto de 2017, quando o deputado Diego Garcia (PHS-PR) foi designado relator. Apenas em abril de 2018 o relator apresentou seu parecer favorável à aprovação da proposta. Em junho de 2018, a deputada Erika Kokay (PT/DF) apresentou requerimento para realização de audiência pública. O requerimento foi aprovado, porém a audiência nunca foi realizada. Já o PL foi arquivado em 31/01/2019. Em abril daquele ano, a ministra do STF Carmen Lucia suspendeu a tramitação da Ação Popular movida pelo Movimento Psicólogos em Ação contra a Resolução 01/1999 do CFP e, por conseguinte, a decisão do juiz da 14ª Vara, mantendo, desta forma, a validade da Resolução da entidade.

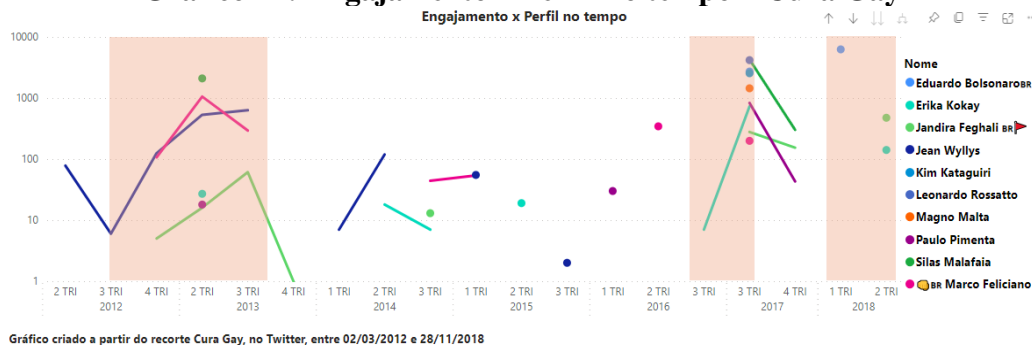
Os 10 perfis que mais engajaram sobre o tema no Twitter somaram 166 postagens no período apurado. Eduardo Bolsonaro, com apenas 3 postagens, duas em 2017 e uma no começo de 2018, representando 1,81% do total, obteve o maior engajamento, 29,56%. Silas Malafaia, com 62 mensagens, ou 37,35% de tudo o que foi postado, obteve 21,97% de engajamento. Somados, eles atingiram 51,58% do total do engajamento no período. No total, os apoiadores do presidente Bolsonaro responderam por 71,64% do engajamento, apesar da presença no TOP 10 dos deputados Jean Wyllys, Jandira Feghali, Erika Kokay e Paulo Pimenta, eleitos por partidos de esquerda.

Gráfico 20: Quantidade de matérias por perfil – Cura Gay



Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

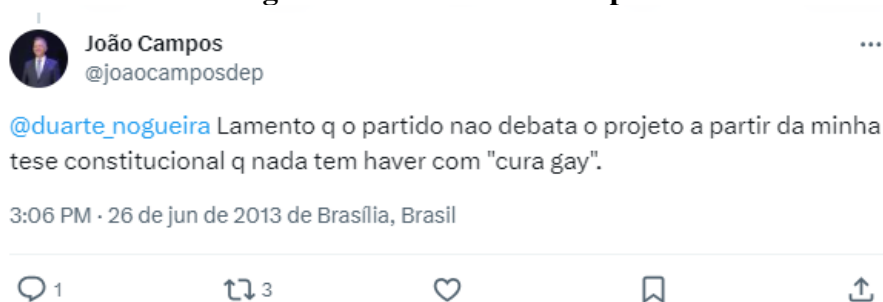
Gráfico 21: Engajamento x Perfil no tempo – Cura Gay



Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

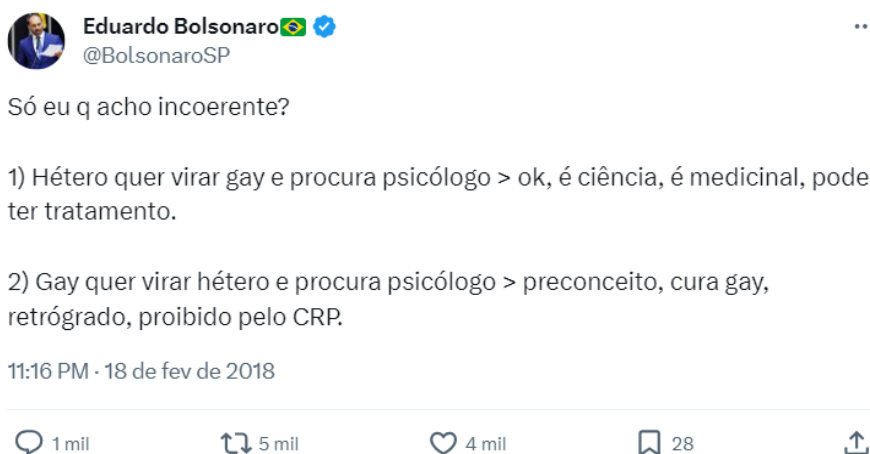
A crítica à cobertura da imprensa sobre o tema, sob o argumento de que os grandes veículos de comunicação davam amplo espaço para os defensores da Resolução do CFP, não levava em consideração os direitos das pessoas em buscar ajuda dos psicólogos e associavam a existência do termo “Cura Gay” aos parlamentares evangélicos, estava na base das postagens no Twitter. Outro ponto a ser destacado nos *posts* foi a definição e associação feita por Bolsonaro e seus aliados do termo “Ditadura Gay” ao ativismo em defesa dos direitos dos homossexuais pelos grupos LGBT. Também se percebe uma condenação moral à mobilização em defesa dos direitos dos homossexuais no sentido de serem eles, na visão dos religiosos, uma ameaça à família tradicional.

Figura 24: Tweet João Campos



Fonte: Reprodução/Twitter⁷⁹

Figura 25: *Tweet* Eduardo Bolsonaro sobre Gays



Fonte: Reprodução/Twitter⁸⁰

Figura 26: *Tweet* Silas Malafaia sobre “Cura Gay”



Fonte: Reprodução/Twitter⁸¹

O debate sobre o controverso tema pode ser visto como extemporâneo, mas, na verdade, representou o conflito irrefreável entre forças políticas e ideológicas que no começo deste século se posicionaram a favor e contra a abertura ao debate de uma agenda de costumes e por cumprimento e ampliação de direitos de grupos minoritários, como demonstramos nessa pesquisa a partir de seu impacto na definição do “discurso bolsonarista”. Um dado importante para reafirmação desse cenário de conflito talvez tenha sido a eleição do jornalista e homossexual assumido Jean Wyllys de Matos Santos

⁸⁰ Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/965409712983498752>

⁸¹ Disponível em: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/912648452059877376>

ao cargo de deputado federal pelo PSOL nas eleições de 2010. Ferrenho defensor dos direitos humanos e, particularmente, dos direitos dos grupos LGBT, Wyllys protagonizou debates e enfrentamentos com seus pares e adversários políticos no Parlamento sobre o tema em questão, principalmente com o deputado Bolsonaro. Sua atuação no Twitter também foi contundente (*veja post abaixo*). Entre 2012 e 2015, foram capturados 29 tuítes sobre Cura Gay, nos quais assume uma firme postura contra a prática e critica enfaticamente as ações da bancada evangélica.

Figura 27: Tweet Jean Wyllys



Fonte: Reprodução/Twitter⁸²

Depois de conquistar seu 3º mandato como deputado federal pelo PSOL em 2018, Wyllys renunciou ao mandato e deixou o Brasil por conta das ameaças de morte que sofria. “O (ex-presidente do Uruguai) Pepe Mujica, quando soube que eu estava ameaçado de morte, falou para mim: 'Rapaz, se cuide. Os mártires não são heróis'. E é isso: eu não quero me sacrificar” (Folha de S. Paulo, 2019).

O Cura Gay fez parte de um período marcado pelo início de intensa disputa político-ideológica ocorrida no Congresso Nacional e na sociedade envolvendo parlamentares eleitos por partidos de esquerda e as bancadas religiosas — evangélica e

⁸² Disponível em: https://twitter.com/jeanwyllys_real/status/273774276497272832

católica. Como vimos, o primeiro PL apresentado por um parlamentar evangélico propondo a realização de um programa de reorientação sexual no âmbito do SUS data de 2003. Dois fatos chamam a atenção: quatro anos antes, o CFP tinha apresentado a resolução 01/1999; e dois anos antes, a deputada petista Iara Bernardi tinha proposto a criminalização da homofobia com o PL 5003/01. Os dois temas tramitaram paralelamente no Congresso Nacional. Como não existe coincidência na política, fica a questão: a quem interessava polarizar os dois assuntos? Pela amplitude que a questão envolve, é um bom tema para uma nova pesquisa. A criminalização da homofobia acabou sendo enterrada no Congresso pela bancada evangélica, como mostramos no capítulo Conjuntura. O tema Cura Gay ainda tramita na Câmara, mas já não provoca tanta polêmica.

Os religiosos sempre afirmaram que não consideravam a homossexualidade uma doença e que defendiam a liberdade dos psicólogos para atender os homossexuais interessados em discutir essa questão. Essa versão sempre foi contestada tanto pelos defensores dos direitos do grupo LGBT no Parlamento quanto pela direção do Conselho Federal de Psicologia. A entidade temia que o enfraquecimento da resolução poderia abrir a “perigosa possibilidade de uso de terapias de reversão sexual” (2017). Visto por esse ângulo, fica explícito que a disputa pela interpretação da Resolução 01/1999 foi marcada, nos bastidores, por um forte conteúdo ideológico. A extrema direita não via problema em abrir a agenda dos psicólogos para atender os homossexuais e a esquerda acreditava que esse fato poderia resvalar para a patologização, o que contrariava a decisão da Organização Mundial da Saúde, tomada em 1990, que retirou a homossexualidade da CID (sigla em inglês para Classificação Estatística Internacional de Doenças).

Figura 28: Tweet Silas Malafaia sobre “Cura Gay”



Fonte: Reprodução/Twitter⁸³

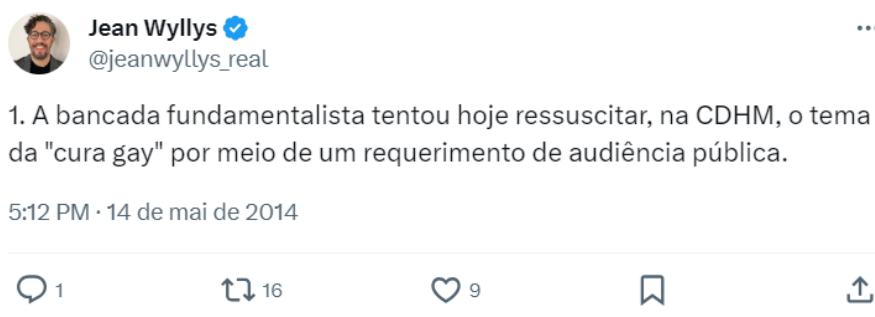
⁸³ Disponível em: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/910430229683982336>

Figura 29: *Tweet* Marco Feliciano sobre “Cura Gay”



Fonte: Reprodução/Twitter⁸⁴

Figura 30: *Tweet* Jean Wyllys sobre “Cura Gay”



Fonte: Reprodução/Twitter⁸⁵

A tentativa de legitimar e deslegitimar os discursos de lado a lado marcou as discussões em torno do projeto. Para muitos líderes conservadores, o CFP tomou a decisão de emitir a resolução 01/1999 porque era, em sua maioria, composto por esquerdistas, defensores das demandas dos grupos LGBT que tinham por objetivo estimular e naturalizar a homossexualidade na sociedade, o que representaria uma ameaça para a família tradicional. Para os defensores do conselho, a resolução impedia que os religiosos fundamentalistas avançassem sobre os direitos dos homossexuais de serem reconhecidos como pessoas com orientações sexuais legítimas.

Reforçando a presença do critério Ideológico para entendermos a disputa, a Autoridade Pessoal, legítima, definida pelo “*status*” que uma pessoa tem ou pela “*função*” que desempenha em uma “*instituição específica*” (Van Leeuwen, 2007), também esteve presente, lado a lado, na tentativa de deslegitimação do discurso. De um lado, tínhamos

⁸⁴ Disponível em: <https://twitter.com/marcofeliciano/status/912674744943640576>

⁸⁵ Disponível em: https://twitter.com/jeanwyllys_real/status/466672346989088768

a linha de frente da bancada evangélica e outros importantes nomes do conservadorismo do Congresso Nacional, como o deputado Jair Bolsonaro, atuando para desqualificar o conselho, sua resolução, e o movimento LGBT; de outro, parlamentares do partido do governo e de outras agremiações de esquerda, como o deputado Jean Wyllys, atuando em defesa dos direitos de uma minoria. O Cura Gay não tinha um apelo eleitoral forte, mas reforçava uma ideologia. “Não existe cromossomo homossexual. Existe macho e fêmea”, definiu num tuíte, no dia 24 de setembro de 2017, o senador Magno Malta.

Figura 31: Tweet Magno Malta sobre “cura gay”



Fonte: Reprodução/Twitter⁸⁶

O processo de polarização ideológica existente na sociedade brasileira foi iniciado, como se pode constatar, muito tempo antes do que tem sido considerado. Ou seja, uma característica que marcou as eleições de 2018. Os debates no Parlamento dão essa medida. O debate da Cura Gay serviu de ambiente preparatório para um enfrentamento ideológico mais profundo, que tocou as famílias no seu dia a dia, devido ao seu forte apelo eleitoral: o Kit Gay (como analisarei abaixo).

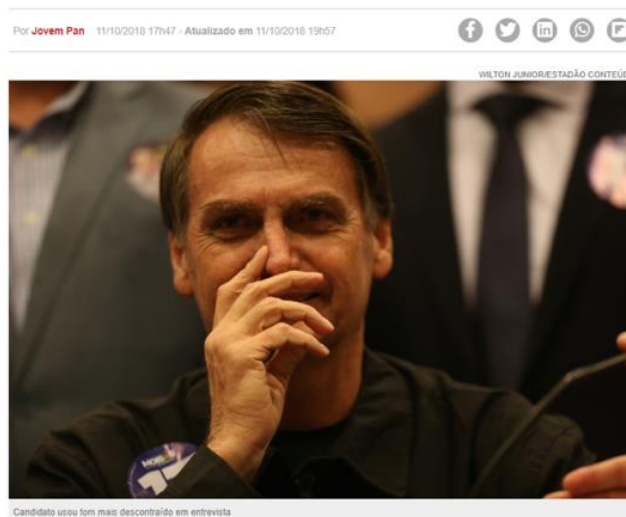
Antes disso, porém, para fechar esse tópico, voltemos ao período que antecedeu o 2º turno das eleições presidenciais de 2018. Numa entrevista à imprensa, confiante de que seria o 38º presidente da República, Bolsonaro fez troça com o Cura Gay para reforçar

⁸⁶ Disponível em:

<https://x.com/magnomalta/status/912125127629971456?s=46&t=ARtjI7OA9A3pbXmsTykVgQ>

sua pregação contra a homossexualidade, visando, claro, garantir os votos de uma parcela significativa da população — os evangélicos.

Figura 32: Matéria Jovem Pan – Bolsonaro 'Tem algum gay aqui? Meu beijo cura', diz Bolsonaro em discurso



Fonte: Reprodução/Jovem Pan⁸⁷

4.2.3. Kit Gay

Quarta-feira, 1º de dezembro de 2010. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprova requerimento para debater declarações do deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) segundo as quais os pais podem castigar fisicamente seus filhos para combater tendências homossexuais. As afirmações foram feitas no programa Participação Popular, da TV Câmara, durante as discussões sobre o PL 7672/10, inicialmente conhecido como Lei da Palmada, que proíbe punições físicas a crianças e adolescentes. “Se o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro e ele muda o comportamento dele” (Agência Câmara, 2010).

O episódio revelado pela reportagem não foi o único em que o deputado disse em alto e bom som o que pensava sobre o tema. Porém, as últimas quatro linhas da matéria publicada pelo portal de notícias da Câmara trazem uma revelação que talvez poucos tenham prestado atenção e que se revelou fundamental para a construção do “discurso

⁸⁷ Disponível em: <https://jovempan.com.br/eleicoes-2018/presidenciais/tem-algum-gay-aqui-meu-beijo-cura-diz-bolsonaro-em-discurso.html>

bolsonarista” e para a própria eleição do deputado como presidente da República, oito anos após a sua publicação. Segundo a matéria, Bolsonaro declarou “ser contra a cartilha contra a homofobia que será distribuída nas escolas pelo Ministério da Educação. No entanto, o deputado afirmou não ser homofóbico” (Agência Câmara, 2010). Bolsonaro não se referiu à proposta que estava em estudo no governo para combater a homofobia nas escolas pelo apelido “Kit Gay”. Tudo indica que até aquele momento ele não existia.

Figura 33: Matéria “Comissão vai debater declaração de Bolsonaro sobre punição a filho gay”

Comissão vai debater declaração de Bolsonaro sobre punição a filho gay - Notícias

01/12/2010 - 20:51

Assista ao programa [Participação Popular](#) que discutiu o projeto da Lei da Palmada.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias vai debater a declaração do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) de que os pais devem recorrer a agressões físicas para combater tendências homossexuais de seus filhos. A reunião, que poderá definir providências a serem tomadas contra Bolsonaro, deve ocorrer na próxima terça-feira (7).

No programa Participação Popular, da TV Câmara, que discutiu no dia 17 de novembro o Projeto de Lei [7672/10](#), que proíbe punições corporais (conhecido como “Lei da Palmada”), Bolsonaro disse que “se o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro e ele muda o comportamento dele”.

O deputado confirmou a declaração. “Num contexto, eu até falei, e assumo: um garoto muito agressivo, você pode redirecioná-lo. E quando é meio voltado para o lado gay, você também pode redirecioná-lo.”

O deputado Pedro Wilson (PT-GO), autor do requerimento para discussão do tema – juntamente com os deputados Iriny Lopes (PT-ES) e Luiz Couto (PT-PB) –, acredita que a Comissão de Direitos Humanos não deve se calar. “O que nós queremos, muito mais do que punir o deputado, é estabelecer um debate para confrontar sua opinião e dizer que a comissão não vai se acovardar, aceitar a omissão diante de grave violação do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Durante a reunião desta quarta-feira da comissão, em que foi aprovado o requerimento, Bolsonaro disse ser contra a cartilha contra a homofobia que será distribuída nas escolas pelo Ministério da Educação. No entanto, o deputado afirmou não ser homofóbico.

Da Rádio Câmara/MR

Fonte: Reprodução/Câmara dos Deputados⁸⁸

⁸⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/144388-comissao-vai-debater-%20declaracao-de-bolsonaro-sobre-punicao-a-filho-gay/>

Desde quando foi batizado por Bolsonaro (G1, 2018) para ridicularizar e transformar o projeto numa ameaça à segurança das crianças nas escolas, ameaça ao sossego das famílias e numa ferramenta de disputa eleitoral atemporal, adaptável a qualquer eleição, momento ou discurso político, o Kit Gay cristalizou-se como um mantra “bolsonarista”. Mais do que o Cura Gay, que se transformou numa discussão judicial/interpretativa sobre se o Conselho Federal de Psicologia poderia definir o limite de atuação profissional de seus membros, o Kit Gay, visto pela ótica da dinâmica eleitoral da extrema direita, tinha um “pai”, o ministro da educação à época, Fernando Haddad; o Kit Gay tinha uma ideologia, era de esquerda; o Kit Gay tinha entre seus objetivos: 1) transformar as salas de aulas, a partir do ensino fundamental, num ambiente lascivo; 2) estimular o acesso de jovens estudantes a conteúdo sexual impróprio; 3) ampliar o número de homossexuais e, com isso, ameaçar a família tradicional; 4) no mais tenebroso de todos perigos, segundo o candidato Bolsonaro, o Kit Gay buscava transformar o Brasil num país de pedófilos e de crianças de todas as idades abusadas sexualmente. Essa tragédia social só poderia acontecer dentro da rede de ensino oficial do país se todos os poderes constituídos da República e a grande imprensa, livre das amarras dos poderes do Estado, fizessem vistas grossas às ilegalidades — ou seja, as chances para que isso ocorresse eram praticamente nulas.

De forma resumida, o projeto Escola sem Homofobia fazia parte do Programa Brasil sem Homofobia, do governo federal, de 2004, no primeiro mandato do presidente Lula — e antes de Haddad se tornar ministro da Educação. O conteúdo das peças produzidas tinha como objetivo combater o preconceito envolvendo questões sexuais nas escolas e seria destinado ao corpo docente. O MEC ainda não tinha aprovado o programa quando parte do conteúdo vazou para a imprensa. Criou-se uma polêmica sobre se o conteúdo era ou não apropriado para ser distribuído aos estudantes. Em 2011, a presidente Dilma Rousseff interveio na discussão e determinou a suspensão do programa, impedindo a distribuição do material nas escolas. Mais uma vez, a homossexualidade estava no centro do debate envolvendo a esquerda e a extrema direita, que naquele momento já dava os primeiros passos para ganhar as ruas. Deputados e líderes religiosos acusaram o governo do PT de promover o que definiram como “ativismo gay”. Para esses críticos, o projeto contra a homofobia, como política pública a ser desenvolvida pelo MEC, não poderia beneficiar uma visão do problema em detrimento de outra — ou seja, reprimir os casos de homofobia e proteger as minorias, mas ao mesmo tempo expor todos os alunos

a um programa que parte dos parlamentares considerou inapropriado por seu conteúdo e mensagens a serem propagadas.

Essa discussão teve, mais uma vez, no ambiente institucional do Congresso Nacional o seu principal palco. Matéria de O Globo mostra claramente isso. Depois de se reunir com representantes da bancada religiosa do Congresso, o ministro Gilberto Carvalho admitiu que a presidente Dilma assistiu aos vídeos do programa, não gostou do que viu e mandou suspender a produção do material por parte do ministério da Saúde e da Educação. “A presidenta decidiu suspender esse material e suspender também a distribuição”, afirmou Carvalho, conforme O Globo, depois de se reunir com dezenas de deputados, entre eles, o líder do PR na Câmara, Lincoln Portela, e Antony Garotinho. “A presidenta se comprometeu, daqui para frente, que todo material sobre costumes será feito a partir de consultas mais amplas à sociedade, inclusive às bancadas que têm interesse nessa situação” (O Globo, 2011). Outra versão que circulou na época dizia respeito a um posicionamento mais duro dos religiosos, que ameaçaram convocar o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para explicar a sua evolução patrimonial, bloquear a agenda de votação de projetos de interesse do governo na Casa e pedir a exoneração do ministro Haddad se o governo não cancelasse a distribuição do kit anti-homofobia. O deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), que sugeriu essa estratégia, afirmou: “Temos de sair daqui e dizer que, caso o ministro da Educação não retire esse material de circulação, todos os deputados católicos e evangélicos vão assinar um documento para trazer o Palocci à Câmara” (Agência Câmara, 2011).

Figura 34: Matéria “O Globo” sobre “kit anti-homofobia”



The image shows a screenshot of a news article from O Globo. The article title is "Após pressão de religiosos, Dilma suspende produção de 'kit anti-homofobia'". The article is dated 29/05/2011 - 00:00 / Atualizado em 03/11/2011 - 21:28. The article includes a photo of a group of men in suits speaking at a press conference. The photo caption reads: "Bancada evangélica fala com a imprensa após reunião com Gilberto Carvalho. Foto: Gustavo Miranda".

Fonte: Reprodução/O Globo⁸⁹

⁸⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-pressao-de-religiosos-dilma-suspende-producao-de-kit-anti-homofobia-2766070>

Figura 35: Tweet Anthony Garotinho



Fonte: Reprodução/Twitter⁹⁰

O movimento LGBT reagiu à decisão da presidente com “perplexidade”, segundo Toni Reis, presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). “Até agora nosso diálogo foi muito franco e aberto com o governo, todo o pessoal aliado está muito perplexo e buscando todas as informações para verificar o que tem de verdade nessa história” (Folha de S. Paulo, 2011). O governo chegou a ensaiar uma virada de mesa, dizendo que faria correção no material em produção e que voltaria a apresentar o projeto ainda naquele ano, mas não passou disso.

Em 2012, Fernando Haddad (PT) disputou e venceu as eleições para a Prefeitura de São Paulo contra José Serra, candidato do PSDB. O tema kit gay entrou na campanha quando Serra, que contou com o apoio do pastor Silas Malafaia, fez críticas à iniciativa do MEC. No entanto, Serra, quando era governador do Estado de São Paulo, distribuiu, em 2009, uma cartilha anti-homofobia. A troca de acusações entre os candidatos marcou parte da campanha. Serra sempre alegou que sua cartilha era diferente. “Kit gay quer doutrinar, em vez de educar” (Estadão, 2012). Abertas as urnas, constatou-se que o tema não definiu o resultado da eleição.

Nas eleições presidenciais de 2014, disputadas no segundo turno entre a presidente Dilma Rousseff (PT), buscando a reeleição, e Aécio Neves (PSDB), o tema não conduziu o processo. Entre os 50 temas mais abordados, aborto e homofobia receberam um tratamento mais legalista nas propostas e declarações dos candidatos. Sobre o aborto, Dilma “defendeu a interrupção da gestação por motivos ‘médicos e legais’ e sua realização em todas as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) com serviço de obstetrícia” (O Globo, 2014). Aécio, de uma forma geral, considerava, segundo o G1, que a legislação atendia as demandas registradas no país. Sobre a homofobia, o candidato do PSDB afirmou em debate promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que “qualquer discriminação deve ser considerada crime, inclusive a homofobia”, mas questionou se o projeto em tramitação no Congresso, o PLC 122/2006, seria o mais

⁹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/blogdogarotinho/status/73348196620963840>

adequado (G1, 2014). A posição de Dilma sobre homofobia foi mais explícita na defesa da criminalização da homofobia, por causa dos altos índices de violência contra os homossexuais no país, conforme o G1. Mesmo a campanha do pastor Everaldo, em defesa da família e contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, não adotou postura agressiva em relação ao projeto contra a homofobia nas escolas.

Mas a reeleição de Jair Bolsonaro, que teve a maior votação para deputado federal pelo Rio de Janeiro em 2014, obtendo mais de 464 mil votos, quase 340 mil votos a mais do que os 120 mil conquistados em 2010, provocaria mudanças significativas no jogo do poder. A análise dos gráficos sobre o tema Kit Gay mostrou que, diferentemente do que ocorreu em 2014, quando teve pouco espaço no debate entre a presidente Dilma e seu adversário Aécio Neves, o tema cresceu com a divulgação de *fake news* e a consequente mobilização do sentimento de medo das famílias. Em resumo, Bolsonaro conseguiu resgatar o assunto, transformá-lo em bandeira política, numa verdadeira teoria da conspiração envolvendo o processo de educação do país. Assim, o kit gay se transformou no grande destaque do “discurso bolsonarista” nas eleições de 2018.

Figura 36: Matéria Folha de S. Paulo



FOLHA DE S.PAULO

Material que originou fake news sobre 'kit gay' apareceu em 2010; entenda

Diferentes conteúdos foram atribuídos ao conjunto didático, que nunca chegou às escolas

Angela Pinho

SÃO PAULO As fake news em torno do chamado "kit gay", que [marcaram a eleição presidencial de 2018](#), tiveram origem em um material de combate à homofobia que veio a público em 2010, quando ainda estava sob análise no Ministério da Educação (MEC).

Fonte: Reprodução/Folha de S. Paulo⁹¹

⁹¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/material-que-originou-fake-news-sobre-kit-gay-apareceu-em-2010-entenda.shtml>

Figura 37: Matéria G1 – Fato ou Fake

globo.com | g1 | ge | gshow | globoplay | o globo

g1 MENU FATO OU FAKE

É #FAKE que Haddad criou 'kit gay' e que Câmara realizou seminário LGBT infantil

Presidente eleito Jair Bolsonaro voltou a falar sobre os dois temas em entrevista ao Jornal Nacional

Por O Globo
29/10/2018 22h11 · Atualizado há 5 anos

Fonte: Reprodução/G1⁹²

**Figura 38: Matéria Exame
exame.**

Home > Brasil

Bolsonaro ressuscita polêmica do "kit gay" com livro juvenil no JN

Ministério da Cultura comprou um total de 28 exemplares em 2011 para distribuição em bibliotecas públicas; editora quer voltar a publicar a obra

Modo escuro



Jair Bolsonaro exibiu o livro da Companhia das Letras, 'Aparelho sexual e cia.', durante o Jornal Nacional (TV Globo/Reprodução)

Fonte: Reprodução/Revista Exame⁹³

⁹² Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/29/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-e-que-camara-realizou-seminario-lgbt-infantil.ghtml>

⁹³ Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-ressuscita-polemica-do-kit-gay-com-livro-juvenil-no-jn/>

Figura 39: Matéria Estadão



Por Redação
30/08/2018 | 14h07

O Projeto Comprova é uma coalizção de 24 veículos de mídia com o objetivo de combater a desinformação durante o período eleitoral. Você pode sugerir checagens por meio do número de WhatsApp (11) 97795-0022.

Ao longo desta quarta-feira, 29, uma série de postagens circula nas redes sociais relacionando o livro *Aparelho sexual e Cia* ao que ficou conhecido como "kit gay", conteúdos de combate à homofobia para serem divulgados nas escolas públicas brasileiras. O livro, porém, nunca fez parte de nenhum "kit gay" nem foi comprado pelo Ministério da Educação (MEC) para ser distribuído nas escolas públicas.

Fonte: Reprodução/Estadão⁹⁴

4.3. O que faz das *fake news*, *fake news*?

Boatos, notícias falsas e invenções sempre existiram; mas, em outros períodos da história, não havia o fator online, as redes sociais, o potencial de circulação. O estudo “*Fake News nas Redes Sociais Online: Propagação e Reações à Desinformação em Busca de Cliques*”, de Caroline Delmazo e Jonas Valente (2017), analisa as *fake news* a partir dessa constatação. “Para se tornar *fake news* eles (*conteúdos falsos e desinformação*) precisam mobilizar um grande número de públicos – incluindo testemunhas, aliados, reações e partilhas, assim como oponentes para contestar, sinalizar e desmenti-los”.⁹⁵

No artigo, os pesquisadores apresentam as características do mundo online, os processos que facilitam a disseminação das *fake news* e apresentam as reações institucionalizadas à essa realidade. Mas o que interessa para esse trabalho são as definições recolhidas por autores que estudam o fenômeno para definir “delimitações conceituais e características das *fake news*”.

4.3.1. Conceitos e características

Para Allcott e Gentzkow, este é um fenômeno que pode ser definido como “artigos

⁹⁴ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/livro-exibido-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nunca-foi-comprado-pelo-mec/#:~:text=O%20livro%2C%20por%C3%A9m%2C%20nunca%20fez,de%20ter%C3%A7a%20feira%2C%202018.>

⁹⁵ Bounegru *et al.* 2017 *apud* DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas. *Fake News nas Redes Sociais Online: Propagação e Reações à Desinformação em Busca de Cliques*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. iNova Media Lab. Lisboa, Portugal; Universidade de Brasília. Laboratório de Políticas de Comunicação (Lapcom). Brasil, 2017. p. 157.

que são intencionalmente falsos e aptos a serem verificados como tal, e que podem enganar os leitores” (Allcott e Gentzkow apud Delmazo e Valente, 2017); Aymanns, Foerster e Georg diferenciam *fake news* claramente identificáveis (como sátiras), muitas vezes partilhadas pelo seu valor humorístico, daquelas cuja ausência de base factual não é óbvia e levanta incerteza sobre a veracidade de seu conteúdo, as quais classificam como “preocupantes” (Foerster & Georg apud Delmazo e Valente, 2017).

Para Ellison & Boyd, 2013, esses conteúdos encontram terreno fértil nos sites de redes sociais. Delmazo e Valente afirmam em seu artigo que assumem o conceito de Ellison & Boyd “para designar ambientes virtuais nos quais pessoas constroem perfis, conectam-se umas com as outras e publicam mensagens, imagens e vídeos, interagindo com esses conteúdos” (Ellison e Boyd apud Delmazo e Valente, 2017).

Esse ambiente pode influenciar os chamados utilizadores de dados, que “tendem a confiar em opiniões formadas e moldadas por grupos influentes”, conforme Baldacci, Buono & Grass (2017). Eles acrescentam que esse fenômeno ocorre dentro de um movimento no qual os utilizadores privilegiam conteúdos que confirmam suas visões de mundo (Baldacci, Buono & Grass apud Delmazo e Valente, 2017).

Já Bounegru, Gray, Venturini e Mauri (2017) apontam essa relação com os sites de redes sociais como parte integrante do problema: “As notícias falsas podem ser consideradas não apenas em termos da forma ou conteúdo da mensagem, mas também em termos de infraestruturas mediadoras, plataformas e culturas participativas que facilitam a sua circulação. Nesse sentido, o significado das notícias falsas não pode ser totalmente compreendido fora da sua circulação online” (Bounegru, Gray e Mauri apud Delmazo e Valente, 2017).

Para Giuliano Da Empoli (2020), as *fake news*, apesar do seu aparente absurdo, seguem uma lógica consistente. Ele explica que as verdades alternativas, para os líderes populistas, “não são um simples instrumento de propaganda”, pois constituem, isso sim, um “formidável vetor de coesão”, o que não acontece com as “informações verdadeiras”.

Assim, o líder de um movimento que agregue as fake news à construção de sua própria visão de mundo se destaca da manada dos comuns. Não é um burocrata pragmático e fatalista como os outros, mas um homem de ação, que constrói sua própria realidade para responder aos anseios de seus discípulos. Na Europa, como no resto do mundo, as mentiras têm a dianteira, pois são inseridas numa narrativa política que capta os temores e as aspirações de uma massa crescente do eleitorado, enquanto os fatos dos que a combatem inserem-se em um discurso que não é mais tido como crível (Empoli, 2020, p. 24).

4.3.2. A desconstrução de uma *fake news*

Em 2016, a Associação Nova Escola republicou um vídeo de 10 de janeiro daquele ano, originalmente publicado no Facebook, no qual Bolsonaro aparece, ao lado de sua filha menor, dizendo que vai falar de educação e que, para isso, seria preciso tirar a criança do ambiente. Estava dado o tom do discurso envolvendo o tema Costume/Família que seria seguido à risca até as eleições de 2018. O objetivo da Nova Escola ao republicar o vídeo do candidato a presidente foi, segundo a revista, “checar as informações, apontar equívocos” e “indicar os dados corretos”. A Nova Escola não é e nunca foi uma publicação de esquerda. O perfil da entidade, na internet, deixa isso claro.

A Associação Nova Escola é uma organização de impacto social sem fins lucrativos que trabalha para o Brasil ter professores da Educação Básica fortalecidos em suas práticas, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. Criada em 2015 com o apoio de sua mantenedora, a Fundação Lemann, a Associação é herdeira da revista de mesmo nome, nascida em 1986 na Fundação Victor Civita. Hoje, a Nova Escola é uma plataforma digital que produz reportagens, cursos autoinstrucionais, formações, planos de aula e materiais educacionais para fortalecer os professores brasileiros e é acessada por cerca de 3,1 milhões de pessoas por mês (Nova Escola, 2023).

A abordagem do evento Kit Gay por esse trabalho busca entender como perspectivas ideológicas de diferentes atores e forças políticas no Congresso Nacional e na sociedade contribuíram para uma construção discursiva que foi capaz de agregar e obter o apoio de parte considerável do eleitorado à tese de que o governo foi no mínimo descuidado ao tratar um tema tão sensível para a maioria das famílias. Isso ocorreu em 2011, no começo do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. A recuperação do tema com intuítos estritamente discursivos eleitorais sete anos depois também merece uma análise detalhada de seus objetivos.

A transcrição do vídeo mostra o processo de manipulação de informações e disseminação de desinformações, também conhecidas como *fake news*, por parte do deputado Jair Bolsonaro, a partir da decisão da Associação Nova Escola de confrontar as informações incorretas despejadas sobre a população, cuja maioria não tem conhecimentos técnicos, como os profissionais da publicação, para discernir sobre o que é e o que não é verdade no discurso. Decidi transcrever o conteúdo da seguinte forma: as frases ditas por Bolsonaro foram seguidas pelo posicionamento da Nova Escola. Ao mesmo tempo, reforcei os principais pontos da contestação do “discurso bolsonarista”

sobre o kit gay com a publicação de *prints* de partes do vídeo.⁹⁶

Nova Escola: Checagem de informações. Em 10 de janeiro de 2016, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) publicou um vídeo sobre educação. Checamos as informações do vídeo. Apontamos os equívocos e indicamos os dados corretos.

Bolsonaro: Olá, sou Jair Bolsonaro e o tema de hoje é educação. Agora, e em hoje em dia o que consta o currículo escolar? Lógico que para poder explanar sobre isso daqui eu vou tirar a minha filha desse ambiente. Esse ambiente que eu vou mostrar para vocês agora é o que se encontra em especial nas bibliotecas públicas do Brasil. E eu venho falando desde 2010, quando descobri o famigerado kit gay nas escolas.

Nova Escola: O kit gay – o nome dado pelos críticos – é na verdade, o caderno “Escola Sem Homofobia”. Especialistas elogiam o caderno. “Esse material nas escolas seria um avanço muito grande” diz o pedagogo Ricardo Desiderio, da Unesp. Mas ele foi engavetado pelo governo Federal em 2011, após pressões de parlamentares como Bolsonaro.

Tire suas conclusões lendo o material em: Edição 279 (novaescola.org.br)

Fonte: Nova Escola, edição 279

Bolsonaro: Olhe só um dos livros que estão chegando nas bibliotecas das escolas públicas pra você que é pobre, escolas públicas, repito. Esse livro aqui: “Aparelho sexual & cia”

Figura 40: Imagem Bolsonaro no Facebook



Fonte: Reprodução/Facebook

⁹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU>

Nova Escola: O livro citado nunca “chegou às escolas públicas”. O ministério da Educação afirma que a obra não consta de nenhum programa de distribuição de material didático.

Fonte: Portal Brasil, reportagem “MEC não distribuiu nas escolas livro de educação sexual citado em vídeo na internet”⁹⁷

Bolsonaro: Entre outras coisas, por exemplo, “o menino pode gostar de outro menino, e uma menina pode gostar de outra menina”. Tá na cara que para um historiador né, não o Villa, mas quem fez esse livro aqui, isso é normal.

Nova Escola: Hoje, há amplo consenso entre os especialistas de que “isso” é normal. A Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças em 1990.

Bolsonaro: Continua nesse livro aqui. Todo ele é uma coletânea de absurdos que estimula precocemente as crianças a se interessarem por sexo, e no meu entender isso é uma porta aberta para pedofilia também. Olha aqui ó “transar, como funciona” enfia o dedo aqui, ensina para o seu filho de 6 anos de idade, ou para a tua filha de 6 anos de idade, enfia teu dedo aqui.

Nova Escola: O livro não é “para crianças de 6 anos”. Em nota, a editora Companhia das Letras diz que o livro se destina a maiores de 11 anos. *Fonte*: Todos Pela Educação, reportagem “Ação para proibir livro paradidático”

Bolsonaro: E para onde que vai isso aqui? Como eu disse aqui, no Plano Nacional da Promoção e Cidadania LGBT, usam o público LGBT para difundir nas escolas questões que os pais não querem para seus filhos. Diz aqui “no item 1.4.6. Distribuição de livros para bibliotecas escolares com a temática de diversidade sexual para o público infantojuvenil”. Entre outros livros, como esse daqui ó “Vamos falar sobre ele?”. Isso

⁹⁷ Disponível em: [A verdade sobre o livro de educação sexual citado em vídeo na internet — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

aqui é um menino, isso aqui fica dentro das bibliotecas, ou seja, o que o governo Dilma Rousseff do PT faz? Compra centenas de milhares desses livros e distribui para escolas, é uma grana pros companheiros e fica aqui pervertendo o seu filho na sala de aula.

Figura 41 e Figura 42: Imagens Vídeo Nova Escola



Fonte: Reprodução/Facebook

Nova Escola: Isso não é um livro. É a revista Nova Escola.

Nova Escola não é para alunos. É a maior publicação para professores do Brasil. Nova Escola não tem nenhum exemplar comprado pelo Governo Federal. Nova Escola não é “dos companheiros”. É da fundação Victor Civita, ligada ao grupo Abril.

Figura 43: Recortes Vídeo Nova Escola

**nova
escola**

A capa citada foi eleita a melhor de 2015 pela Associação Nacional dos Editores de Revistas

leia em abr.ai/capa-genero



Fonte: Reprodução/Facebook

Figura 44: Capa Revista Nova Escola em Vídeo

**nova
escola**

O menino que a ilustra está vestido de princesa. Mas segue sendo um menino.

leia em abr.ai/capa-genero



Fonte: Reprodução/Facebook

Bolsonaro: Não é à toa que, para encerrar, que eu estou aqui com a camisa do Japão (mostra escudo da camisa da Seleção Japonesa). Lá, crianças dessa faixa etária faz operações matemáticas que o nosso universitário não faz aqui.

Figura 45: Imagem Bolsonaro no Facebook



Fonte: Reprodução/Facebook

Nova Escola: O currículo japonês para a 1ª série (6-7 anos) prevê desafios adequados a

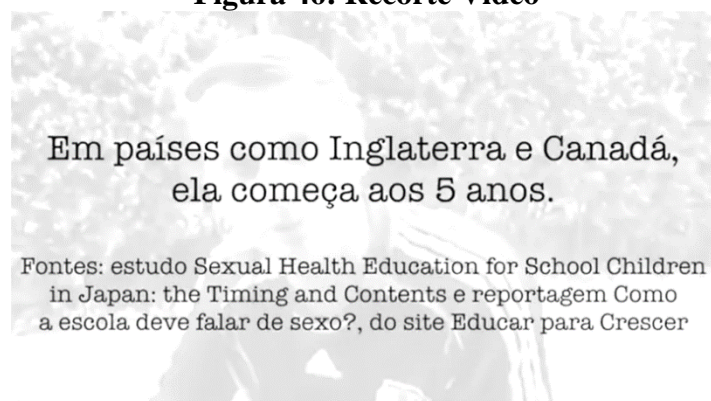
faixa etária. Para o conteúdo “Cálculos”, os objetivos de aprendizagem são: Entender o significado da adição e da subtração. Investigar formas de somar e subtrair números de 1 algarismo. Investigar formas de somar e subtrair números simples de 2 algarismos. *Fonte:* documento English Translation of the Japanese Mathematics Curricula in the Course of the Study, 2008.

Bolsonaro: Que aqui é muito mais importante botar na cabeça do menino que ele não é menino, e da menina, que não é menina, como foi aqui aplicada na prova do ENEM, do que ensinar algo que possa libertá-lo do Bolsa Família, da pobreza e da miséria no futuro.

Nova Escola: o Japão também tem Educação Sexual nas escolas. Começa aos 12 anos.

Fontes: Estudo Sexual Health Education for School Children in Japan: The Timing and Contents e reportagem “Como a escola deve falar de sexo?” do site Educar para Crescer.

Figura 46: Recorte Vídeo



Fonte: Reprodução/Facebook

Nova Escola: Para resumir

Figura 47: Recorte Vídeo Revista Nova Escola

Quando o assunto é Educação,
pergunte a quem conhece

**nova
escola**

Fonte: Reprodução/Facebook

Em 2018, Bolsonaro manteve a estratégia e o mesmo discurso estruturado na desinformação na entrevista do Jornal Nacional com os candidatos a presidente da República, como mostra a foto acima. Também continuou a disseminar *fake news* sobre o tema ao publicar vídeos nas redes sociais, até que o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Horbach, atendendo uma representação apresentada pela campanha de Haddad, determinou, no dia 16 de outubro de 2018, faltando 12 dias para o 2º e decisivo turno da eleição presidencial, “a suspensão de links de sites e redes sociais com a expressão ‘kit gay’” para atacar seu adversário na disputa, segundo reportagem do Congresso Em Foco (2018). Foram alvos da representação o candidato Bolsonaro e seus filhos Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e Carlos Bolsonaro (PSL), por terem reproduzido a informação segundo a qual o livro *Aparelho Sexual e Cia* foi distribuído em escolas públicas pelo MEC quando Haddad era ministro. “Nesse quadro, entendem comprovada a difusão de fato sabidamente inverídico, pelo candidato representado e por seus apoiadores, em diversas postagens efetuadas em redes sociais, requerendo liminarmente a remoção de conteúdo. Assim, a difusão da informação equivocada de que o livro em questão teria sido distribuído pelo MEC... gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político” (TSE, 2018).

Nos últimos anos, a Corte tem buscado evitar, com o aprimoramento da legislação eleitoral no que se refere às mídias sociais, que ações desse tipo prosperem. Mas o fato é que, em 2018, Bolsonaro e seus apoiadores deitaram e rolaram, para usar uma expressão popular, nas redes sociais — o que o ajudou a vencer as eleições. Estudo da organização Avaaz apontou que 98,21% dos eleitores de Bolsonaro tiveram acesso a uma ou mais notícias falsas durante a eleição de 2018, e que 89,77% acreditaram que os fatos eram verdadeiros, segundo a Folha de S. Paulo. A pesquisa envolveu 1.491 pessoas e foi realizada pela IDEA Big Data, entre 26 e 29 de outubro, no fim de semana em que ocorreu o 2º turno das eleições, e analisou o Facebook e o Twitter.

O levantamento indica que as *fake news* podem provocar mudanças no humor do eleitorado, criando, de forma rápida e imprevisível, um ambiente hostil para determinados candidatos. O coordenador de campanhas da Avaaz, Diego Casaes, reflete sobre as consequências da atuação desses grupos nas redes sociais com o objetivo de manipular informações e influir no voto do eleitor. “As *fake news* devem ter tido uma influência muito grande no resultado das eleições, porque as histórias tiveram alcance absurdo” (Folha de S. Paulo, 2018).

A análise dos gráficos com o recorte Kit Gay na ferramenta de análise de dados

construída para esse trabalho mostrou que houve dois picos moderados, em 2011 e 2012, sobre o assunto, tanto no Twitter quanto na grande imprensa. O destaque, porém, ficou com a introdução do tema no discurso de campanha, a partir do 2º semestre de 2018, como demonstram os gráficos de engajamento abaixo. O primeiro pico, entre 2011 e 2012, foi impulsionado pelas postagens de Bolsonaro, seus filhos Carlos e Flávio Bolsonaro e do pastor Silas Malafaia. Eles se valeram do momento em que o projeto contra a homofobia nas escolas estava sendo contestado para atuar fortemente nas redes sociais e disseminar suas posições contra a proposta, fazer críticas e, obviamente, atacar o governo. Veja, por exemplo, que o vereador Carlos Bolsonaro usa o verbo *distribuir* no participípio, forma nominal que indica que uma ação foi finalizada e tem relação com o passado — como se o governo tivesse dado continuidade ao programa contra homofobia e efetivamente liberado o conteúdo produzido para as escolas brasileiras. O que de fato não aconteceu.

Figura 48: Tweet Carlos Bolsonaro



Fonte: Reprodução/Twitter⁹⁸

O assunto entrou em baixa a partir de 2013, ressurgindo com força total em 2018, ano das eleições presidenciais, como mostram os gráficos. Os dez perfis que mais engajaram produziram 326 tuítes sobre o assunto no período analisado e obtiveram 496.622 engajamentos. Apenas o candidato Fernando Haddad e sua candidata a vice, Manuela D'Ávila, aparecem no TOP 10. Haddad publicou três *posts* (o terceiro no dia 30 de outubro, após perder a eleição) e Manuela dois *posts* sobre o assunto (o primeiro em agosto e o segundo no dia 16 de outubro, antes do 2º turno da eleição). Somados, tiveram 35,78% de engajamento. Os demais 321 tuítes foram produzidos e divulgados pelos perfis

⁹⁸ Disponível em <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/54649420368711680>

dos aliados e do próprio Bolsonaro, que mais engajaram, conforme os dados capturados. Somaram no total 64,22% do engajamento total.

Gráfico 22: Engajamento x perfil no tempo – Kit Gay

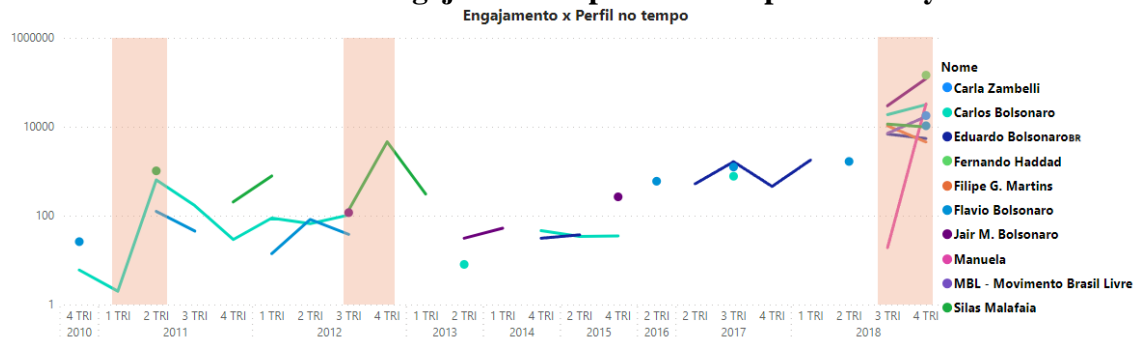


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, no Twitter, entre 01/12/2010 e 02/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Gráfico 23: Quantidade de matérias por perfil – kit gay

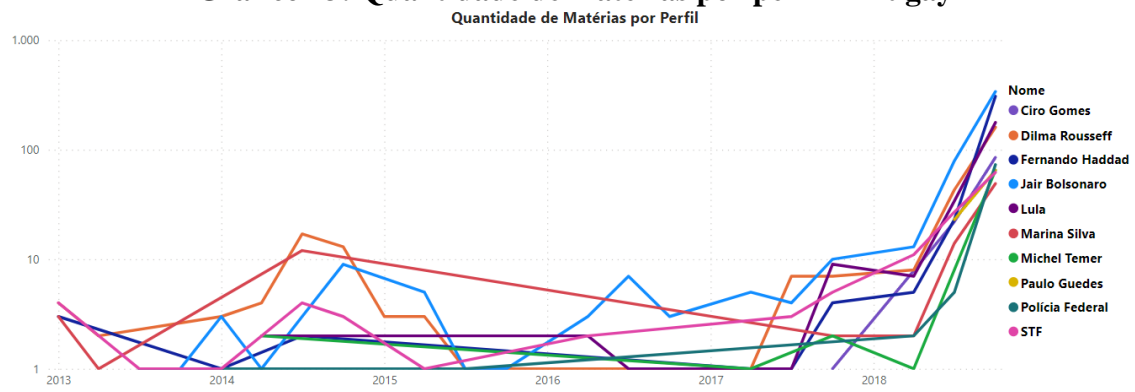
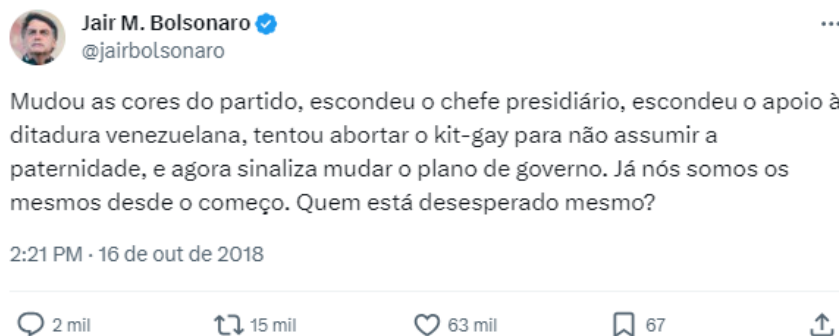


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 31/01/2013 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Bolsonaro postou oito mensagens, representando 2,43% do total de postagens. Duas em 2012, no auge da polêmica do Kit Gay, como classificou o projeto do governo. Em 2013, 2014 e 2015 fez apenas uma postagem por ano. Em 2018, fez as últimas três postagens, mas foi o perfil que mais engajou, com 150.316. Desse total, o tuíte de 16 de outubro, antes do 2º turno das eleições, atacando a trajetória política do adversário Haddad, obteve 87.519 engajamento, indicando sua capacidade de mobilizar a rede social.

Figura 49: Tweet Jair Bolsonaro sobre “Kit-Gay”

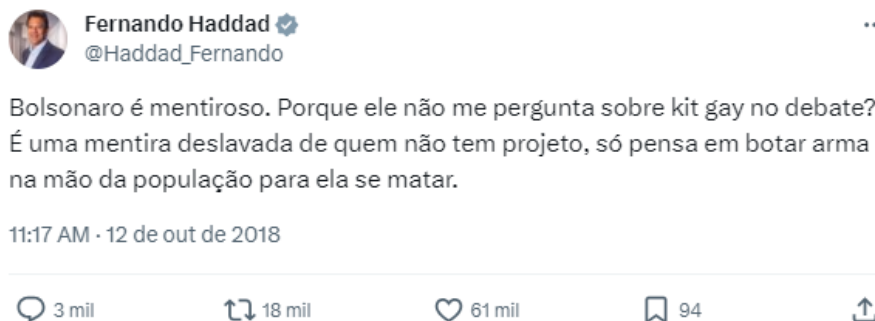


Fonte: Reprodução/Twitter⁹⁹

Fernando Haddad foi o 2º perfil, com 144.866 engajamentos, ou 29,17%. Como já mencionado, postou apenas três vezes, o que representou 0,92% do total das mensagens. O tuíte de maior repercussão, conforme o que foi capturado para essa pesquisa, foi o do dia 12 de outubro, após o 1º turno das eleições, com 88.913 de engajamento.

Mas é importante entender que o candidato do PT a presidente agiu de forma reativa no Twitter. Bolsonaro e os influenciadores associados à denúncia do kit gay discutiam esse assunto na rede social desde 2011. Em 2018, começaram a criticar Haddad e o PT, acusando-os de responsabilidade pelo Kit Gay, desde o começo do ano. Haddad também citou Bolsonaro nominalmente em todos os seus *posts*, dando tração ao perfil que comandou a disseminação da informação na plataforma. Bolsonaro, assim como Trump, nos EUA, agiu de forma agressiva, apelidando seu principal adversário, que passou a ser conhecido na campanha como o “pai do kit gay”, o que “justificaria” a retomada do assunto.

Figura 50: Tweet Fernando Haddad sobre “Kit-gay”



Fonte: Reprodução/Twitter¹⁰⁰

⁹⁹ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1052248243785031680>

¹⁰⁰ Disponível em: https://twitter.com/Haddad_Fernando/status/1050752235506929665

A diferença entre a performance de Bolsonaro e a de Haddad no que se refere à discussão sobre o Kit Gay na rede social pode ser medida pelo gráfico abaixo. Bolsonaro construiu uma narrativa desde 2012. Buscou capturar o tema em debate, ser a principal voz em defesa da família e dos estudantes contra um projeto do governo que colocaria, na sua opinião, a inviolabilidade da sexualidade desses jovens em perigo. Ao contrário de Haddad, que mesmo sendo o ministro quando o caso veio a público, não usou as redes sociais, pelo menos, no caso desse trabalho, o Twitter, para explicar o problema à população e se defender dos ataques que sofreu ao longo do tempo de seus adversários políticos. Quando tentou agir, às vésperas do 2º turno das eleições de 2018, foi tarde demais.

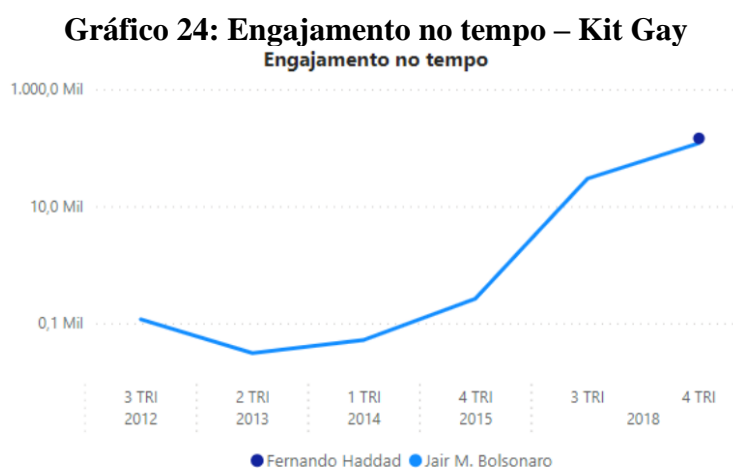


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, no Twitter, entre 01/12/2010 e 02/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Na grande imprensa, de acordo com as matérias capturadas por este trabalho, Bolsonaro também dominou o noticiário no período de 2013 a 2018. Ele foi citado 488 vezes, o que dá 83,42% do total de 585 matérias publicadas no período com o recorte Kit Gay, conforme o levantamento. Podemos afirmar que o seu desempenho no Parlamento e nas redes sociais contribuiu de forma decisiva para transformá-lo numa fonte de informação e de citação da grande imprensa quando o assunto dizia respeito à polêmica iniciativa dos governos petistas. Nesse sentido, Bolsonaro foi extremamente beneficiado em relação aos demais candidatos a presidente em 2018. Com o tema Kit Gay no topo da pauta dos principais veículos de comunicação do país, consequência de uma bem executada estratégia de comunicação pelos “bolsonaristas” para manter o tema em debate continuamente, a grande imprensa passou a publicar cada vez mais matérias sobre o assunto, dando maior visibilidade a Bolsonaro, o que é demonstrado pelos gráficos. Com

isso, Bolsonaro passou a ser visto como o nome de oposição à proposta, ao governo e ao ministro Fernando Haddad, sobre o qual ainda foi colocada a responsabilidade pelo programa. Dessa maneira, Bolsonaro começou a ser lembrado pelos leitores e eleitores como o principal opositor da proposta que ameaçava seus filhos nas escolas. Fernando Haddad veio em segundo, com 347 citações, o que representou 59,32% de participação, fonte ou citação, nas matérias publicadas pela grande imprensa. Importante perceber que outros três candidatos, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e Marina Silva, se encontravam bem distante do centro do debate. A tabela e os gráficos abaixo demonstram em detalhe essa exposição. O realce dos gráficos indica que a presença de Bolsonaro nas matérias é mais constante e homogênea em todos os veículos, o que não aconteceu com Haddad.

Quadro 15: Kit Gay

Perfil	Qtde	% do Total
Jair Bolsonaro	488	83,42%
Fernando Haddad	347	59,32%
Dilma Rousseff	278	47,52%
Lula	236	40,34%
STF	124	21,20%
Ciro Gomes	108	18,46%
Paulo Guedes	88	15,04%
Geraldo Alckmin	83	14,19%
Marina Silva	83	14,19%
Polícia Federal	82	14,02%
Quantidade de Matérias	585	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 31/01/2013 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Gráfico 25 e Gráfico 26: Proporção da quantidade por veículo – Kit Gay
Proporção da Quantidade por Veículo

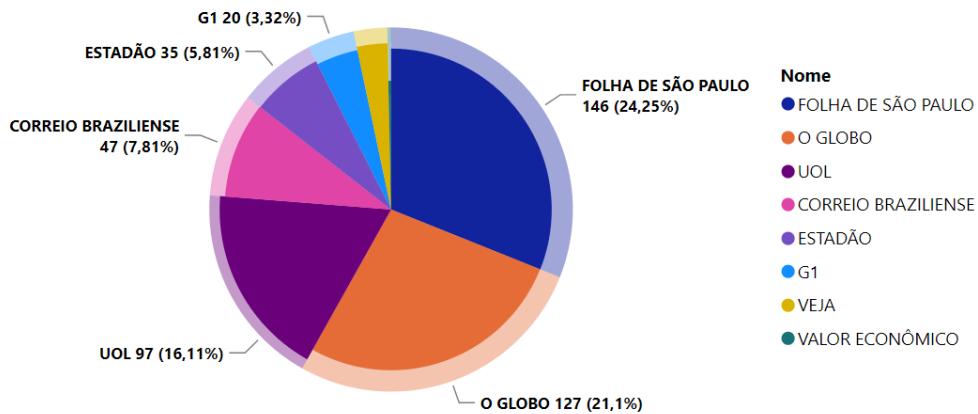


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 14/08/2013 e 30/12/2018

Perfil	Qtde	% do Total
Jair Bolsonaro	488	100,00%
Quantidade de Matérias	488	100,00%

Proporção da Quantidade por Veículo

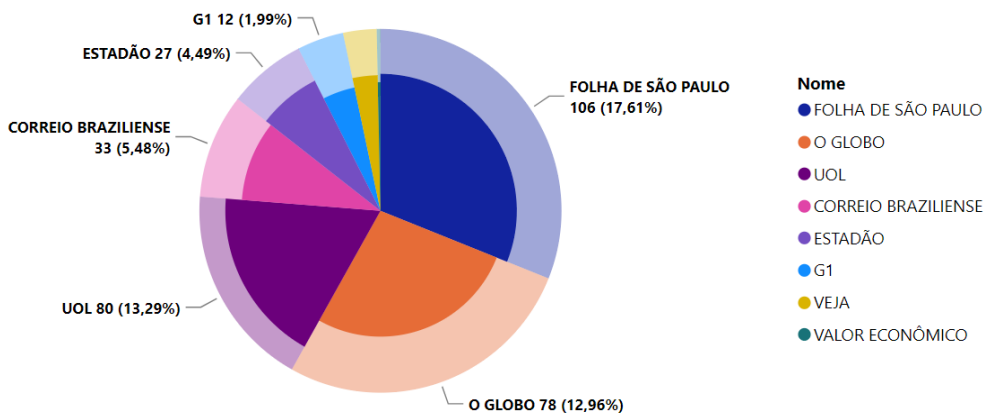


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 21/03/2013 e 30/12/2018

Perfil	Qtde	% do Total
Fernando Haddad	347	100,00%
Quantidade de Matérias	347	100,00%

Fonte: Criados pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

O ponto que precisa ser avaliado nessa relação de 1º e 2º colocado no levantamento de presença e participação nas matérias da grande imprensa é o *status* que o “personagem” ocupa no texto. Se foi citado no título e no corpo do texto de forma positiva ou não; se contribuiu com suas informações para a construção de uma análise

sobre determinado tema; se suas informações são confiáveis e contribuem para um debate construtivo com a sociedade etc. Mesmo que na grande maioria das vezes tenha adotado um tom agressivo com os jornalistas e muitas vezes radicalizado nas suas propostas durante as entrevistas, Bolsonaro sempre ocupou o *status* de crítico e acusador feroz do governo e seu programa contra a homofobia. Ele buscou criar um consenso na sociedade segundo o qual a proposta beneficiava apenas uma minoria social por questões ideológicas e que o conteúdo com o qual se pretendia discutir sexualidade constrangia e colocava em risco a grande maioria dos estudantes e suas famílias. Apesar das negativas de Haddad, o debate — e esse é um fato que precisa ser considerado na análise discursiva —, nunca escapou desse campo.

Bolsonaro não foi um parlamentar importante no Congresso Nacional. Sempre integrou a lista do chamado baixo clero, a classificação dada àqueles parlamentares que fazem mais número do que diferença nos temas tratados na Casa. No caso dele, em decorrência da atuação corporativa em defesa dos militares e outros profissionais das forças de segurança e do seu comportamento agressivo contra seus pares que não pensassem como ele. Mas isso mudou com sua aproximação da bancada evangélica. Com uma atuação parlamentar estruturada, contando com bons assessores e disposta a lutar pela preservação da pauta conservadora das igrejas, a bancada contribuiu para sua ascensão. No caso do programa contra a homofobia nas escolas, por exemplo, o ex-governador do Rio, Anthony Garotinho, liderou as primeiras negociações com o governo para enterrar a proposta, conforme relatos da imprensa já citados nesse trabalho. Mas foi Bolsonaro quem se destacou no combate por mais tempo, deixando o governo na defensiva.

Ao ministro Fernando Haddad sobrou a parte ruim da história. Teve de defender o governo dia após dia e apresentar os motivos que levaram a presidente Dilma a liquidar com o programa. Foi acusado de ser o “pai do kit gay” por Bolsonaro e seus seguidores e ainda sofreu ataques dos representantes dos grupos LGBT, que ficaram furiosos com o fim do programa. Nesse sentido, Haddad apareceu na maioria das matérias de forma negativa. Quis o destino que assumisse a candidatura de Lula, por conta de impedimentos legais, consequência das investigações da Operação Lava Jato, para disputar com Bolsonaro a presidência da República. Muitas famílias, pais, mães, irmãos e até alunos que vivenciaram as discussões provocadas pelo Kit Gay agora eram eleitores que escolheriam entre um e outro para o cargo. Deu Bolsonaro.

O discurso adotado por Bolsonaro e seus apoiadores no Twitter e em outras redes sociais, nas discussões no Parlamento e nas entrevistas que concedeu à imprensa sobre o tema Kit Gay é fortemente marcado pelo critério Ideológico. Outros critérios estudados como legitimadores do discurso, como a Autorização Pessoal, a Avaliação Moral e a *Mythopoesis*, ou seja, por meio de narrativas, também contribuem para o entendimento das estratégias adotadas por Bolsonaro. Na campanha de 2018, entre os dias 10 e 12 de outubro, depois do 1º turno do pleito, o pastor Silas Malafaia publicou 14 vezes o vídeo que registrou o discurso de Bolsonaro, feito no plenário da Câmara dos Deputados no dia 16 de outubro de 2012, seis anos antes, acusando Fernando Haddad, à época candidato a prefeito de São Paulo, de ser o responsável pelo Kit Gay. No vídeo, de 2'15", Bolsonaro reafirma que o Kit começou no dia 12 de abril de 2010, quando foram publicados, no Diário Oficial da União, detalhes do programa por determinação do então ministro da Educação. O deputado conclama aos eleitores paulistanos a não votarem em Haddad por conta dos riscos que o candidato do PT oferecia às crianças. “Atenção povo católico, povo evangélico de São Paulo. Povo paulistano. Você quer que seu filho aprenda lições de homossexualismo no ensino fundamental? Se quer, vota no Haddad. Se quer que seu filho aprenda a ser homossexual desde cedo, se quer, vote no Haddad” (Twitter, 2012).

Essa linha discursiva é repetida desde então por Bolsonaro e seus apoiadores nas redes sociais. Ela carrega forte apelo ideológico contra um ator político associado à esquerda por práticas e por pertencimento, já que é filiado ao PT, principal partido de esquerda do país. Outro aspecto importante desse discurso pode ser medido pela Avaliação Moral. Baseado em valores morais (Theo Van Leeuwen, 2007), o discurso pode se afirmar por palavras definidoras, como “bom” e “mau”, “que transitam livremente entre os domínios moral, estético e hedonista e muitas vezes se combinam com a legitimação da autoridade”.

Neste caso do vídeo, entendo que a palavra definidora é a homossexualidade. O tom em que o discurso foi feito, histérico e dramático, para denotar um alerta sobre o perigo que a eleição do adversário representaria para as famílias — e sobre o qual o orador se esforça para demonstrar que tem conhecimento de causa —, revela o poder da Autoridade Pessoal para legitimar seu discurso e deslegitimar o discurso do adversário — ou talvez sua própria biografia.

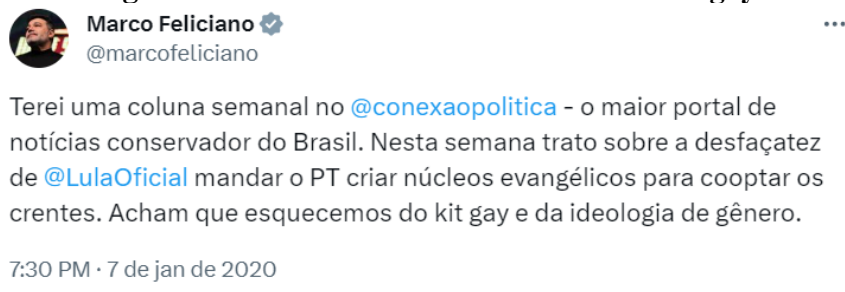
Figura 51: *Tweet* Silas Malafaia sobre “Kit-Gay”



10:30 AM · 11 de out de 2018

Fonte: Reprodução/Twitter¹⁰¹

Figura 52: *Tweet* Marco Feliciano sobre “kit-gay”



7:30 PM · 7 de jan de 2020

Fonte: Reprodução/Twitter¹⁰²

Figura 53: *Tweet* Eduardo Bolsonaro sobre Haddad e “kit-gay”



8:55 AM · 29 de set de 2018

Fonte: Reprodução/Twitter¹⁰³

¹⁰¹ Disponível em: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/1050378137421393921>

¹⁰² Disponível em: <https://twitter.com/marcofeliciano/status/1214675718396948485>

¹⁰³ Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1046005474339024896>

4.4. Ideologia de Gênero e Escola sem Partido

Dois outros temas do eixo Família/Costumes que tomaram posição de destaque na construção do “discurso bolsonarista” também estavam relacionados, como o Kit Gay, com propostas do governo federal e com projetos encaminhados à Câmara dos Deputados envolvendo a área da educação e a sexualidade. Ideologia de Gênero e Escola sem Partido ou Ideologia de Gênero *versus* Escola sem Partido colocaram novamente em lados opostos os mesmos grupos ideológicos formados por parlamentares cristãos (evangélicos e católicos) e parlamentares eleitos pelos partidos de esquerda. Mais uma vez, a discussão sobre tais questões no Parlamento brasileiro surgiram, neste caso de forma um pouco mais tímida, nos primeiros anos deste século e se arrastaram até as eleições de 2018.

4.4.1. Ideologia de Gênero

Em dezembro de 2010, o governo do presidente Lula enviou ao Congresso o projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para ser analisado e votado. Em outubro de 2012, no governo Dilma Rousseff, a Câmara aprovou o texto. O artigo 2º, que tratava da superação das desigualdades educacionais, e que provocou amplo debate, definiu, segundo matéria do portal UOL, que essa superação se daria pela “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (UOL, 2014). Pouco mais de um ano depois, em dezembro de 2013, foi a vez de o Senado aprovar o PNE. Sobre os temas em questão, os parlamentares retiraram do texto qualquer menção ao termo gênero e orientação sexual por considerá-los “impróprios ao ambiente escolar” (UOL, 2014). Segundo alguns parlamentares, essa decisão, que seria soberana do Congresso Nacional, não foi respeitada pelo governo, no âmbito da Conferência Nacional de Educação de 2014, que teria definido como uma de suas diretrizes para aplicação do PNE, agora já transformado na Lei 13.005/14, justamente a inclusão dos termos “ideologia de gênero e orientação sexual”. O tema voltou a ser discutido em audiência pública, em novembro de 2015, pela Comissão de Educação da Câmara. Conforme matéria da Agência Câmara, um dos autores do pedido da audiência, o deputado Eros Biondini (PTB/MG), confirmou a insatisfação de parte dos parlamentares com a decisão do governo.

Não obstante tenhamos tido esse discernimento e essa decisão para elaborar o Plano Nacional de Educação, o MEC e também outros órgãos ligados ao governo acabaram por voltar com esse assunto, seja nos planos municipais ou estaduais de educação. Voltaram com essa terminologia de ideologia de gênero, enquanto nós tínhamos focado na luta contra todo tipo de discriminação, preconceito. (Agência Câmara, 2015)

Para o deputado Givaldo Carimbão (Pros-AL), estados e municípios estavam

elaborando seus planos de educação com a perspectiva de incluir a questão da Ideologia de Gênero e isso desmoralizaria o Congresso Nacional. “Se nós, deputados, eleitos legitimamente pela sociedade brasileira para legislar, decidimos não ter discussão sobre ideologia de gênero no PNE, não é competência de conselho ou de fórum decidir pela inclusão”. O deputado Flavinho (PSB-SP) acusou o governo de contrariar “a maioria esmagadora da população”, que é cristã, conforme a Agência Câmara. “O PNE está comprometido, porque há foco nas discussões sobre gênero na elaboração dos planos estaduais e municipais de educação”. A deputada petista Erika Kokay não pensava assim. “O MEC segue a Constituição brasileira ao fazer isso. Todo fundamentalismo é intolerante, porque a liberdade da identidade de gênero é fundamental para a luta de direitos iguais para mulheres e homens”, afirmou, segundo a agência de notícia da Casa.

Como podemos perceber, estava se configurando um novo embate ideológico no Parlamento. A questão religiosa estava no centro das discussões, mesmo que subliminarmente. Ao que parece, os partidos e parlamentares de esquerda não perceberam o potencial explosivo que o tema carregava no que se refere à narrativa discursiva e impacto eleitoral — a favor do discurso da extrema direita.

Antes de entrarmos na análise dos gráficos sobre a importância do debate dessas questões no Twitter e na grande imprensa, é importante analisarmos o estudo *O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais*, de Henrique Araujo Aragusuku (2020). O trabalho fez um detalhado mapeamento da trajetória do tema em relação à pauta conservadora no Parlamento e indicou como ele se tornou relevante no discurso desse grupo ideológico ao longo do tempo. Foram analisados 225 pronunciamentos e 27 projetos legislativos, de 2003 a 2019. Esse período foi dividido da seguinte forma para a análise: 2003 (quando o termo aparece pela primeira vez na Câmara) a 2014 (com baixa frequência de uso, conforme o autor); 2015 a 2018 (com crescimento repentino e aumento da frequência do uso do termo por diversos atores); e 2019 (levando em consideração a agenda do governo Bolsonaro). Este último período não interessa de imediato a esse trabalho, já que concentrei a análise até 2018, ano das eleições presidenciais.

De 2003 a 2014, foram feitos 15 pronunciamentos na Câmara sobre o assunto. Catorze deles, no entanto, ocorreram em 2014. De 2015 a 2018, foram registrados 160 discursos sobre “Ideologia de Gênero” na Câmara, um aumento de mais de dez vezes em relação ao período anterior, assim divididos: 39 em 2015; 48 em 2016; 50 em 2017; e 23

em 2018, segundo o levantamento. O que explicaria a ascensão da “Ideologia de Gênero” como pauta conservadora e “emergente” no cenário político? “Atualmente, a ‘Ideologia de Gênero’ se constitui como uma renovação das direitas no campo das políticas sexuais. Trata-se de um novo discurso político que reorganizou e unificou a agenda conservadora de oposição às políticas em gênero e sexualidade no Brasil”.¹⁰⁴ Como instrumento utilizado para atuar no campo da “moralidade, costumes e práticas sexuais”, o conceito de “gênero” para esse grupo político representaria, conforme Aragusuku (2020), “uma construção ideológica”.

Neste sentido, falsa e ilegítima, difundida por movimentos feministas e LGBT com vistas à desconstrução da família, das normas e valores cristãos (família nuclear heterossexual, divisão essencial entre homens e mulheres, rigidez nos papéis de gênero, etc.) – normas e valores que constituiriam a natureza humana em sua essência. Assim, a sua desconstrução resultaria na desestruturação da sociedade como um todo, pois afetaria o ordenamento natural das relações sociais (Pontifício Conselho para a Família, 2014; Scala, 2010 *Apud* Aragusuku, 2020).

É preciso contextualizar dois aspectos importantes apresentados por Aragusuku para esta dissertação de mestrado. O primeiro diz respeito ao fato segundo o qual houve, nos primeiros anos deste século, avanços significativos “nos debates sobre gênero e sexualidade em diversos âmbitos da sociedade brasileira, sobretudo nos espaços de diálogo socio estatal, onde ocorreram avanços legislativos e a proposição de novas políticas públicas”. O autor cita, por exemplo, que nos dois governos do presidente Lula, de 2003 a 2010, foram adotadas políticas de ampliação da cidadania LGBT, adoção do Programa Brasil em Homofobia (já abordado por este trabalho) e a criação do Conselho Nacional LGBT. “Tais políticas geraram ramificações e influenciaram a proposição de políticas nos âmbitos municipais e estaduais, possibilitando a construção de uma rede de políticas públicas LGBT de características nacionais”.¹⁰⁵ O segundo é a perspicaz percepção segundo a qual a Educação passou a ser o ponto nevrálgico do discurso conservador para combater o avanço de programas em relação à sexualidade. “A temática da educação se tornou o principal lócus de conflitos e foi mobilizada na maioria dos pronunciamentos, pois para tais parlamentares a ‘ideologia de gênero’ e as políticas de gênero e sexualidade se constituem como ameaças à educação moral das crianças, por

¹⁰⁴ ARAGUSUKU, Henrique Araújo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 8, Número 1, São Carlos, 2020. p. 106.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 110.

promoverem a desconstrução da família e dos valores cristão”.¹⁰⁶

Aragusuku também registra que foram os parlamentares católicos que levaram o tema para o ambiente legislativo; porém foram superados pela performance dos evangélicos, que responderam por 102 pronunciamentos no período, o que representou dois terços do total. A participação dos partidos no total dos pronunciamentos confirma esse dado. De um total de 19 legendas, apenas duas, com forte representação de políticos pentecostais e neopentecostais, foram responsáveis por 69 discursos, algo em torno de 45% dos pronunciamentos feitos na Câmara: o Partido Social Cristão (PSC), foi responsável por 41 discursos; o Partido Republicano Brasileiro (PRB, atual Republicanos), respondeu por outros 28 discursos. Ainda segundo o autor, os parlamentares evangélicos do Republicanos e do PSC tiveram presença significativa “na proposição de projetos legislativos neste período, estando presentes em 10 dos 16 projetos propostos”.

O que mais chama a atenção no gráfico de Engajamento *versus* perfil no tempo sobre Ideologia de Gênero, referente a postagens no Twitter, é a força e a mobilização dos atores que pregavam contra a proposta. Dos dez perfis que mais engajaram, de acordo com as mensagens capturadas por este trabalho, nove eram contra a medida. Juntos, somaram 198.048 engajamentos, o que representou 96,2% do total. Apenas o perfil Dilma Bolada, *perfil fake* da presidente Dilma Rousseff nas mídias sociais à época, conseguiu entrar no TOP 10. Mesmo assim, com apenas 3,8% de engajamento.

Gráfico 27: Engajamento vs Perfil no tempo – Ideologia de Gênero
Proporção do Engajamento por Perfil

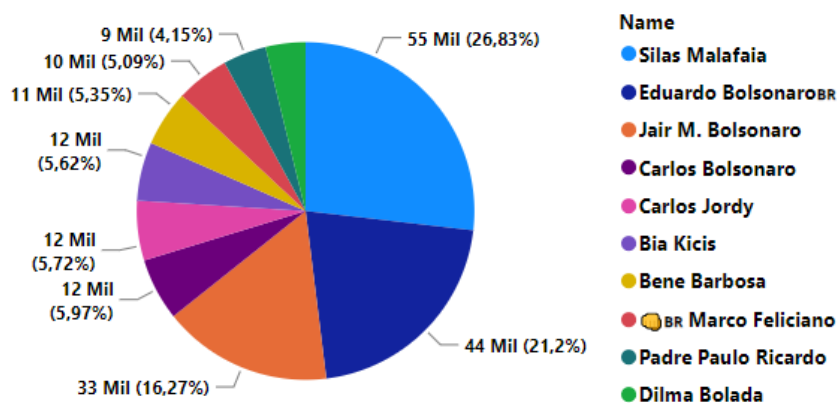


Gráfico criado a partir do recorte Ideologia de Gênero, no Twitter, entre 01/10/2013 e 27/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 115.

Outro destaque é que o tema esteve mais presente no Twitter a partir de 2015, período em que se intensificaram os debates no Parlamento sobre o tema, com a discussão para aprovação do PNE, em julho de 2014, novos debates em comissão, em 2015, e o início da tramitação do PL 7180/2014, conhecido como projeto da Escola sem Partido, que defendia a neutralidade dos professores em sala de aula com relação a temas envolvendo questões ideológicas e político-partidárias. O tema esteve presente nos debates que antecederam as eleições municipais de 2016, num preparativo para as eleições presidenciais de 2018, quando foi amplamente discutido.

Gráfico 28: Engajamento no tempo – Ideologia de Gênero

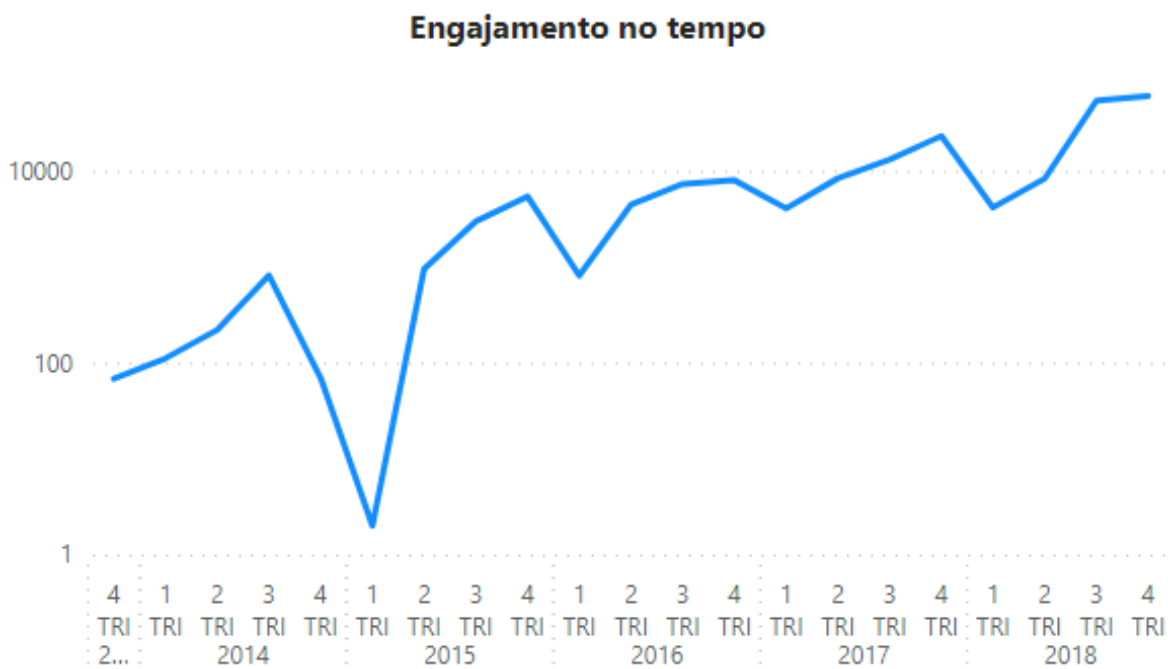


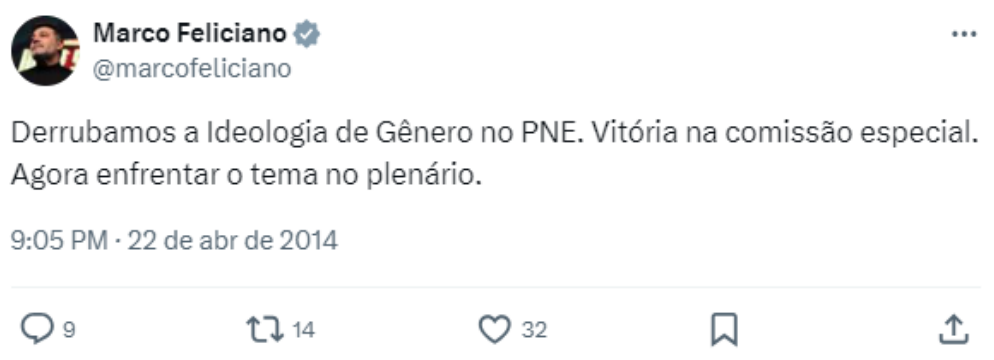
Gráfico criado a partir do recorte Ideologia de Gênero, no Twitter, entre 01/10/2013 e 27/12/2018

Fonte: Criados pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

O perfil que mais engajou foi o do pastor Silas Malafaia. O engajamento obtido foi de 55.249, ou 26,83%. Ele postou 189 vezes sobre o tema, representando 44,79% do total. Em seguida apareceu o deputado Eduardo Bolsonaro, com 27 tuítes, representando 43.657 de engajamento ou 21,20% do total. Com apenas sete tuítes, ou 1,66% do total, postados a partir de 2016, Bolsonaro ficou em terceiro lugar. Seu engajamento foi de 33.493 ou 16,27%. O pastor Marco Feliciano ficou na oitava posição entre os perfis que mais engajaram. Ele postou 33 vezes e obteve 10.473 ou 5,09% de engajamento. Mas ele teve um papel importante no início dos debates sobre o tema, o que contribuiu para a

construção da narrativa do grupo ideológico contrário à chamada “Ideologia de Gênero”. Um dos primeiros *posts* sobre o tema é de abril de 2014, comemorando a vitória obtida pela bancada conservadora ao excluir do PNE a menção a “Ideologia de Gênero”. Em 2014 e 2015, o deputado manteve uma atuação vigilante na Câmara contra qualquer possibilidade de aprovação do tema e publicou onze tuítes sobre o assunto.

Figura 54: Tweets Marco Feliciano sobre Ideologia de Gênero



Fonte: Reprodução Twitter¹⁰⁷

Mas foi Bolsonaro o mais preciso e eficiente em termos da narrativa e construção do discurso contra as propostas apresentadas pelo governo. Suas postagens foram iniciadas em junho 2016 e encerradas, segundo a captura feita pela ferramenta de análise de dados, em agosto de 2018 — pouco antes das eleições. Segundo os *posts*, o Programa Brasil sem Homofobia, apelidado de Kit Gay por Bolsonaro (que não teve material distribuído nas escolas por decisão da presidente Dilma Rousseff) e a discussão sobre “Ideologia de Gênero” ameaçavam as crianças nas escolas por antecipar a discussão sobre sexo, sem o consentimento dos pais, e estimular a homossexualidade. Já o projeto Escola sem Partido impediria essa possibilidade ao eliminar a doutrinação dos alunos em salas de aula. Nesse sentido, Bolsonaro, para amplificar o seu discurso contra esses temas e atacar seus adversários políticos, participou de reuniões e audiências públicas promovidas por comissões legislativas no Congresso Nacional. Com sua participação nesses fóruns devidamente registrada (está mais uma vez comprovada a importância do Parlamento para a construção do “discurso bolsonarista”), Bolsonaro passava para a segunda fase da estratégia de tornar viável a sua candidatura a presidente: dominar o debate nas redes sociais.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://twitter.com/marcofeliciano/status/458758486273564673>

No Twitter, especificamente, a ideia era disseminar a performance em defesa das famílias, das crianças e dos estudantes. Em 2016, isso ocorreu, por exemplo, em duas ocasiões. Nos dois casos, retransmitiu parte de um vídeo do ex-secretário do MEC, André Lázaro, que circulava nas redes sociais e havia sido pauta de matéria da Rede TV, em 2011. Na gravação, feita durante evento na Câmara, Lázaro fala sobre a produção de material didático do projeto contra a homofobia nas escolas. De forma temerária, fala do vídeo sobre o “beijo lésbico” e da dificuldade para produzi-lo. “A gente ficou três meses discutindo até onde entrava a língua”. Esses foram os 15 segundos da sua fala mais repetidos por Bolsonaro e serviram para embasar uma linha de raciocínio segundo a qual esse era o objetivo dos governos petistas para a Educação. Um dia depois de eleito presidente, em entrevista ao Jornal Nacional, Bolsonaro voltou a falar do Kit Gay e citou Lázaro. Em artigo publicado pelo O Globo, em novembro de 2018, o ex-secretário afirmou que sua fala foi tirada de contexto. O artigo “Repetir enganos (sobre kit gay) não cria uma verdade” pode ter tido importância como um registro histórico. Mas chegou tarde no que se refere a uma possível tentativa de desmitificar um discurso que teve grande repercussão junto às famílias por fazer referência extremamente negativa a uma instituição, o MEC, responsável pelo conteúdo, ou seja, por tudo aquilo que os filhos das pessoas vão estudar nas escolas. Veja abaixo dois exemplos: o primeiro, gravado na Comissão de Educação da Câmara, mostra Bolsonaro tentando passar os 15 segundos do famoso vídeo, com Lázaro presente na reunião. Lázaro deixa a sala e é repreendido por Bolsonaro. Por isso o título “FUJÃO” do vídeo.

Figura 55: Tweets Jair Bolsonaro sobre Ideologia de Gênero



Fonte: Reprodução Twitter¹⁰⁸

¹⁰⁸ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/743034164274995200>

Noutra postagem, essa de 2017, Bolsonaro retuita *post* de sua apoiadora Bia Kicis sobre o mesmo assunto. Nesse caso, ele mobiliza seus eleitores adotando o discurso do medo. O mandato de deputado e a posição de líder do movimento de direita conferia a ele a autoridade e a notoriedade para ser visto por muitas pessoas e eleitores como um ator confiável, defensor da família tradicional, que não mentiria sobre esse assunto. Portanto, era correto acreditar que os estudantes corriam perigo ao ir para a escola. Também era correto inferir que, se eleito presidente, Bolsonaro impediria que isso ocorresse.

Figura 56: Tweet Jair Bolsonaro com imagem de Bia Kicis sobre Ideologia de Gênero



Fonte: Reprodução Twitter¹⁰⁹

O debate sobre Ideologia de Gênero na grande imprensa entre 2014 e 2018 foi

¹⁰⁹ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/882691134220357633>

muito positivo para a candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República. No período, ele foi citado 554 vezes nas matérias publicadas, atingindo 27,6%.

Gráfico 29: Quantidade por personagem – Ideologia de Gênero
Proporção da Quantidade por Personagem

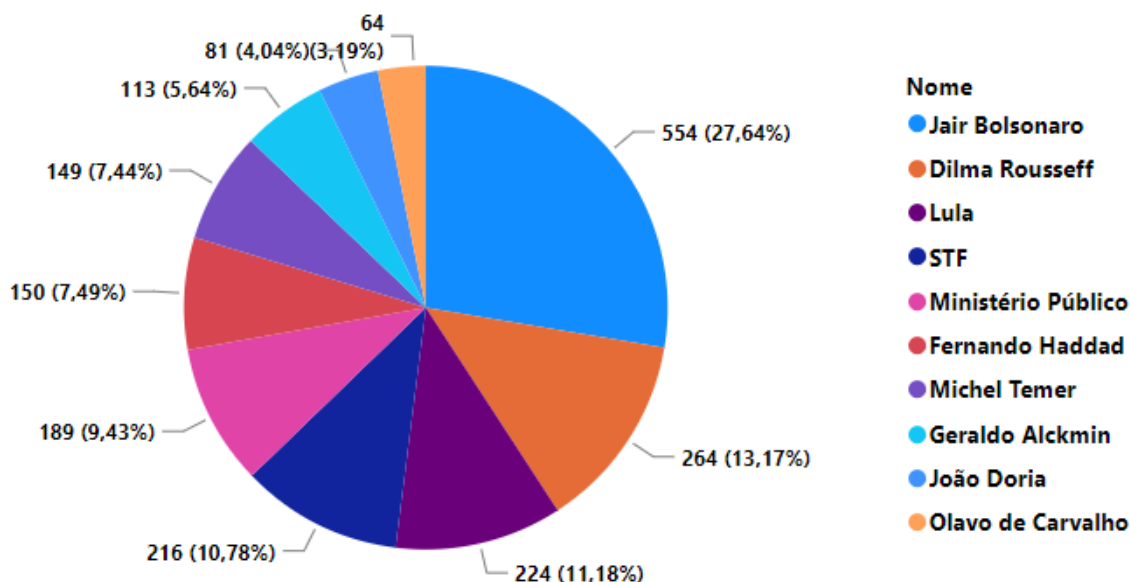


Gráfico criado a partir do recorte Ideologia de Gênero, na Grande Imprensa, entre 19/03/2014 e 30/12/2018

Fonte: Criados pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Fora ele, os políticos mais bem colocados no levantamento não disputariam as eleições de 2018. Dilma Rousseff apareceu em segundo lugar, com 264 citações, ou 13,1%. Lula surgiu em terceiro, com 224 citações, o que representou 11,1%. STF e Ministério Público aparecem na quarta e quinta posições, com 216 citações, ou 10,7%, e 189 menções, ou 9,4%, respectivamente. Em seguida, estava Fernando Haddad, com 150 citações, ou 7,5%, colado com Michel Temer, que teve 149 citações, ou 7,4%. Geraldo Alckmin, veio em seguida com 113 citações, o que representou apenas 5,61%. João Dória, com 81 citações, ou 4%.

4.4.2. Escola sem Partido

O Programa Escola sem Partido, que prega a neutralidade ideológica, política e partidária dos professores nas salas de aula das escolas do ensino fundamental às universidades, surgiu em 2004. Naquele ano, Miguel Nagib, advogado e procurador do Estado de São Paulo, propôs transformar em lei um padrão de comportamento desses

profissionais para evitar o que classificava como “instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários”. O tema passou a ganhar certa notoriedade com a apresentação do Projeto de Lei 7180/2014, do deputado Erivelton Santana (PSC/BA). O PL propunha alterar o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, acrescentando-lhe uma complementação que defendia o “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas” (PL 7180/2014).

A proposta buscava institucionalizar o discurso segundo o qual professores estavam usando as salas de aula para doutrinar politicamente os alunos, com objetivos eleitorais, a partir da ideologia de esquerda. Outro aspecto da denúncia acusava o sistema educacional de promover, sem a autorização dos pais e responsáveis pelos alunos, discussões em sala de aula sobre sexualidade, principalmente a que se referia à Ideologia de Gênero. A proposta se transformaria na principal ferramenta de combate dos parlamentares conservadores contra discussões envolvendo sexualidade e gênero no âmbito do PNE, aprovado no Congresso Nacional em 2014. A família Bolsonaro abraçou a causa da Escola sem Partido. No Rio de Janeiro, o então deputado Flávio Bolsonaro apresentou o PL 2974/2014 propondo a criação do Programa Escola sem Partido no Estado. Na Câmara dos Vereadores, Carlos Bolsonaro apresentou o PL 867/2014 com o mesmo objetivo para a cidade do Rio de Janeiro. Na Câmara dos Deputados, Jair Bolsonaro e seu filho, o também deputado Eduardo Bolsonaro, se transformaram nos mais ferrenhos defensores da proposta, como veremos abaixo com a análise dos gráficos.

Bolsonaro e seus aliados obtiveram um percentual de engajamento de 47,66% no Twitter no tema Escola sem Partido. O resultado foi o menor entre todos os temas analisados por este trabalho. Bolsonaro liderou com um total de 105 mil engajamentos, ou 20,66%. Foi seguido pelo filho Eduardo Bolsonaro, que registrou 104 mil engajamentos, ou 20,49%. A deputada Janaína Paschoal registrou 33.060 engajamentos, representando 6,51%. Os três alcançaram 147.852 engajamentos. Os políticos da esquerda tiveram um melhor desempenho quando comparado com os demais temas avaliados neste trabalho, tanto em quantidade quanto em engajamento. Jandira Feghali (36.055 engajamentos, ou 7,1%); Manuela D’Àvila (32.034 engajamentos, ou 6,34%); Ivan Valente (27.238 engajamentos, ou 5,36%); PSOL (27.890 engajamentos, ou

5,49%); e Glauber Braga (24.635 engajamentos, o que representou 4,85%). Totalizaram 147.852 engajamentos, ou 29,11%.

A diferença foi capturada pela performance de influenciadores — cujos *posts* apresentaram uma postura crítica em relação ao tema. Felipe Neto ficou em terceiro lugar, com apenas um *post*. Obteve 74 mil engajamentos, ou 14,65%. Classificou a proposta Escola sem Partido como “autoritária” e disse que mobilizaria os estudantes em defesa dos professores se projeto fosse aprovado na Câmara. O perfil Quebrando o Tabu publicou a posição do historiador Leandro Karnal, dada no Programa Roda Viva, sobre o projeto Escola sem Partido e conseguiu, com apenas um *post*, engajamento de 43.531, ou 8,57%.

Figura 57: Tweet Quebrando o Tabu sobre Leandro Karnal e Escola sem Partido



Fonte: Reprodução Twitter¹¹⁰

A atuação de Eduardo Bolsonaro foi intensificada pela sua condição de parlamentar. É clara a sua articulação com Casas legislativas estaduais e municipais, com deputados estaduais e vereadores de vários estados e importantes cidades brasileiras para disseminar a ideia de que a chamada “doutrinação nas escolas” precisava ser combatida

¹¹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/QuebrandoOTabu/status/1059920860935413761>

e eliminada. Fez palestras para tornar o Escola sem Partido conhecido, registrou no seu perfil no Twitter essa atuação e contribuiu, dessa forma, para a aprovação de leis estaduais e municipais em favor do projeto. Também disseminou suas ideias como articulista de jornais regionais, como o jornal Hora Extra, de Goiás. O esforço dos bolsonaristas para aprovar, na Câmara, o *homeschooling*, a chamada educação doméstica, fazia parte do projeto de esvaziamento do poder do Estado sobre a Educação e, ao mesmo tempo, uma alternativa proposta pelos defensores do Escola sem Partido para tirar da escola um maior número de estudantes evitando, assim, como acusam desde 2014, serem expostos à “doutrinação” nas salas de aulas pelos professores. Na campanha presidencial de 2018, Bolsonaro afirmou, segundo a Folha de S. Paulo (2018), que "Com o ensino a distância você ajuda a combater o marxismo". O *post* abaixo, de Jair Bolsonaro, traduz essa preocupação.

Figura 58: Tweet Jair Bolsonaro com Padre Paulo



Fonte: Reprodução Twitter¹¹¹

¹¹¹ Disponível em <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/923178165740228608>

No fim da legislatura de 2018, matéria da Agência Câmara informou que o deputado Marcos Rogério (DEM/RO), presidente da comissão especial que analisava o projeto Escola sem Partido, determinou o arquivamento do PL 7180/2014. A falta de consenso foi a alegação para a não votação da proposta. O relator, o deputado Flavinho (PSC/SP), considerou que mesmo sem ter sido aprovado, o projeto cumpriu sua missão ao expor o problema da doutrinação nas escolas brasileiras. Na legislatura iniciada em 2019, o projeto foi reapresentado e devolvido à Comissão Permanente. Até 2023, sua tramitação permaneceu sem movimentação, mesmo tendo seu grande defensor sido eleito presidente da República e conquistado base de apoio significativa no Congresso para aprová-lo. Nesse período, outros PLs que tratam de matérias análogas foram apensados ao 7180/2014 para tramitação conjunta.

No caso da captura das citações sobre o tema Escola sem Partido na grande imprensa, temos o seguinte quadro, a partir da análise dos gráficos: Bolsonaro também foi o político mais citado, com 981 menções, ou 22,84% do total. Como ocorreu com Ideologia de Gênero, Bolsonaro se destacou na cobertura. Fernando Haddad, que disputaria com ele o segundo turno das eleições, apareceu em oitavo lugar, com 230 citações, ou apenas 5,35% do total. Antes dele, foram mais citados o STF, com 597 menções (13,9%); Dilma Rousseff, com 496 citações (11,55%); Lula, com 467 citações (10,87%); Ministério Público, com 455 menções (10,59%); Michel Temer, com 418 citações (9,73%); Congresso Nacional, com 293 citações (6,82%) e o Polícia Federal, com 185 citações (4,31%).

Gráfico 30: Quantidade por personagem – Escola sem Partido
Proporção da Quantidade por Personagem

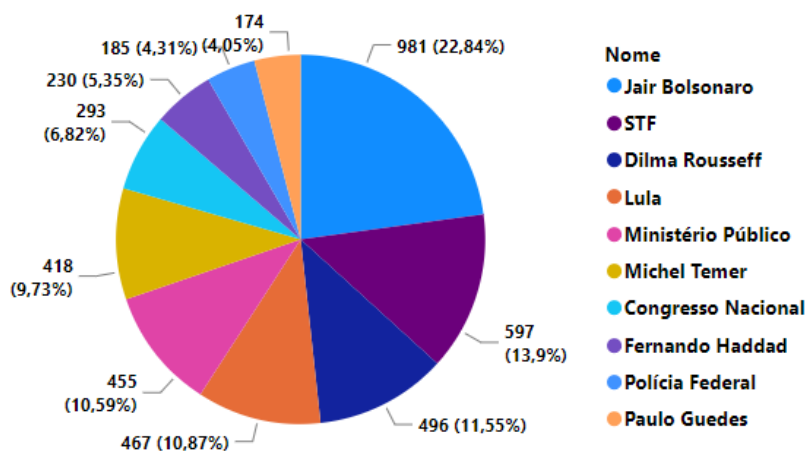


Gráfico criado a partir do recorte Escola sem Partido, na Grande Imprensa, entre 25/08/2013 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Os dois temas (Ideologia de Gênero e Escola sem Partido) se entrelaçaram, conquistando espaço no debate público sobre educação e, conseqüentemente, maior cobertura da grande imprensa, a partir de 2014, com a votação na Câmara dos Deputados do Plano Nacional de Educação (PNE), que carregou a polêmica da inclusão ou não no documento dos temas “Ideologia de Gênero” e “Orientação Sexual” e a apresentação do projeto de lei em defesa da Escola sem Partido. A construção dessa dualidade colocava em campos opostos os grupos políticos que defendiam e atacavam o governo da presidente Dilma Rousseff. As manifestações políticas que foram tomando corpo com o fim das eleições presidenciais de 2014, vencidas por Dilma, até o seu *impeachment*, em 2016, incorporaram nos discursos contra a presidente e seu governo o tema central dos defensores do Escola sem Partido, que era a acusação segundo a qual o governo promovia uma doutrinação política e ideológica a partir do pensamento esquerdista nas escolas, com objetivos eleitorais. As eleições municipais de 2016 e o posterior processo de preparação para a campanha presidencial de 2018 se encarregaram de reforçar a importância dessas questões na agenda política nacional.

Esse período foi de grande importância para a construção do “discurso bolsonarista”. Os primeiros protestos após a reeleição de Dilma, que tiveram como motor a decisão do PSDB de pedir ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma “auditoria especial” no resultado das eleições, não tiveram forte adesão dos eleitores. Mas, um evento daria um novo tom ao movimento no começo de 2015: as manifestações “antigoverno”, marcadas para o dia 15 de março. “[...] Convocamos todos os brasileiros às ruas, no dia 15 de março, para defender a República desse bando de saqueadores instalados no Poder. Às ruas, cidadãos”, escreveu em ato convocatório o Movimento Brasil Livre (MBL), conforme relato do livro *Operação Impeachment – Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*, do cientista político Fernando Limongi. “Muitos cidadãos atenderam à chamada e foram às ruas. As expectativas, mesmo as mais otimistas, foram superadas [...] O gigante voltou a despertar. Dessa feita, ao contrário de 2013, sem ambigüidade. O PT era o inimigo”.¹¹²

Os protestos ocorreram em todo o país e em importantes cidades do exterior. Em São Paulo, o público, segundo matérias publicadas na imprensa, teria atingido 1 milhão

¹¹² LIMONGI, Fernando. *Operação Impeachment – Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato*. 1ª Edição. São Paulo. Editora Todavia, 2023. p. 80.

de pessoas concentradas na Avenida Paulista. Matéria publicada pelo Estadão registrou a tentativa do deputado Jair Bolsonaro, recém-saído das urnas como o mais votado no Estado do Rio de Janeiro, de assumir certo protagonismo na manifestação realizada em Copacabana. Era uma forma de pavimentar a sua candidatura ao Palácio do Planalto. Bolsonaro ainda não era uma unanimidade, ainda não tinha a aura aglutinadora das diversas correntes da direita e da extrema direita para ser visto como o candidato ideal desses grupos ideológicos. Tanto que os organizadores não permitiram que ele subisse no carro de som para discursar para a multidão. "Queremos nos manter assim, não agradecemos a presença dele, nem de ninguém. Exigimos a anulação das eleições, porque houve fraudes em urnas, e depois vimos o estelionato eleitoral, porque Dilma fez várias coisas que prometeu que não faria", afirmou, segundo o jornal, o empresário Rodrigo Fonseca, do Revoltados On Line, um dos patrocinadores do evento.

Dois fatos, no entanto, chamam a atenção no texto: o primeiro é que os elementos do chamado "discurso bolsonarista" estavam presentes nas falas dos manifestantes: o antipetismo, o combate à corrupção, o nacionalismo, o "antiesquerdismo" e o ataque às urnas eletrônicas. Importante este último tópico. A invulnerabilidade das urnas eletrônicas, e por conseguinte, do sistema eleitoral, foi colocada em dúvida pelo PSDB, dias depois da divulgação do resultado das eleições em que o candidato Aécio Neves foi derrotado por Dilma Rousseff. A decisão abriu um caminho perigoso para a normalidade democrática e o respeito de todos os competidores ao processo eleitoral. O partido reconheceu que não houve fraude eleitoral, conforme documento divulgado em outubro de 2015, mas o estrago na imagem do TSE e do processo eleitoral estava feito. Bolsonaro incorporaria o ataque dos tucanos ao sistema eleitoral ao seu discurso (tema abordado no capítulo 1 deste trabalho, no artigo da pesquisadora Raquel Recuero). O segundo é o registro de que Bolsonaro foi o único político a interagir com os eleitores no protesto de Copacabana. Foi chamado de mito e de próximo presidente da República. Chegou também a ser vaiado por algumas pessoas quando foi levantada a possibilidade de discursar no carro de som. Sabiamente, evitou o confronto. "Não posso ser unanimidade", disse. Mas não deixou de atacar seus adversários naquilo que eles sempre tiveram como marco de sua luta política: a defesa da democracia. "Dilma e o PT nunca foram simpáticos à democracia. Ela lutou na ditadura com recursos de quem? Cuba!", afirmou o parlamentar, conforme o jornal. A pregação de Bolsonaro contra a Ideologia de Gênero e a favor da Escola sem Partido, presentes no protesto, se baseavam no critério ideológico.

As faixas levadas pelos manifestantes ao protesto pediam o “fim da doutrina marxista nas escolas”, além de “intervenção militar” (Estadão, 2015).

4.5. Eixo Ideológico

Liberdade e Comunismo são os temas que constituem o eixo Ideológico, que será analisado por este trabalho. O eixo é um importante instrumento de reflexão sobre como esses conceitos, muito presentes na evocação nacionalista bolsonarista, foram trabalhados pela extrema direita brasileira para transmitir à sociedade um discurso imaginário de futuro assentado em supostas experiências passadas de ordem, segurança, justiça, liberdade e bonança. Disseminou-se o medo e a fobia ao diferente e fomentou-se o ódio aos esquerdistas, que seriam responsáveis pela ameaça iminente da implantação do “comunismo” no país.

A máquina de propaganda bolsonarista, concentrada nas redes sociais, afirmava que a vitória de um partido de esquerda nas eleições significaria o fim da liberdade dos cidadãos e a destruição do agronegócio pelos “marginais” do MST. O tensionamento do ambiente por meio do discurso de ódio trazia embutido uma proposta de autoproteção — armar a população. A disseminação de *fake news* reforçava essas ideias.

Nos tuítes postados por Bolsonaro, existia uma clara divisão e hierarquização de questões para a construção do discurso da direita radical. No quesito Liberdade, de uma forma geral, o discurso defende: a liberdade, os militares, as Forças Armadas, o golpe militar de 1964, a propriedade privada, a liberdade na internet, a liberdade de expressão e liberdade de imprensa, a diminuição da presença do Estado na vida do cidadão, a liberdade econômica, os Estados Unidos, Israel, a cobrança de menos impostos, a operação Lava Jato e a punição dos corruptos.

Por outro lado, o discurso ataca: o “comunismo”, Cuba, Venezuela, o socialismo, o PT, o petismo, o Programa Mais Médicos, o tamanho do Estado, os impostos, as minorias, o MST, o Foro de São Paulo, a velha política, o fim da liberdade na internet, a corrupção.

Quanto ao “Comunismo”, Bolsonaro manteve um discurso firme contra os partidos e parlamentares de esquerda, os países comunistas (China, Coreia do Norte, Venezuela, Cuba), programa Mais Médicos, PT, ensino do comunismo nas escolas, Foro de São Paulo, Hugo Chaves e Nicolás Maduro. Alguns temas fazem, aqui, um contraponto: as privatizações e o armamento como instrumentos para combater os inimigos.

4.5.1. Liberdade

Gráfico 31: Engajamento x perfil no tempo - liberdade

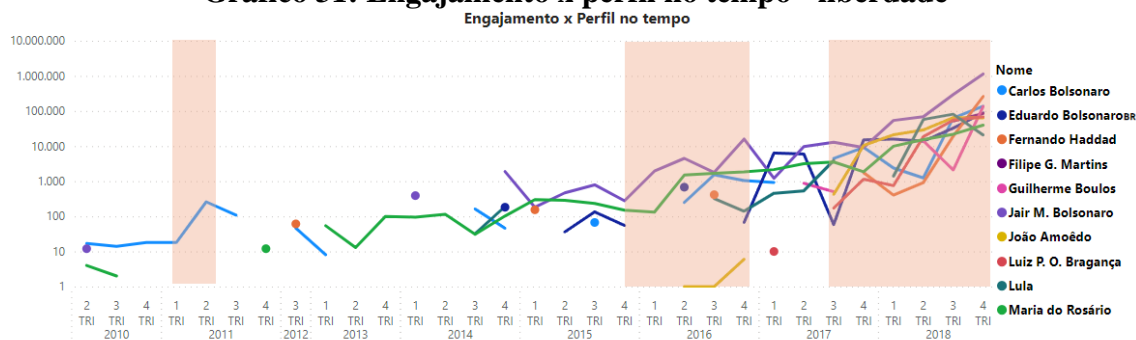


Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, no Twitter, entre 08/01/2010 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

O gráfico de engajamento do recorte Liberdade, reunindo os 10 perfis que mais agitaram o Twitter, mostra a ocorrência de três momentos, entre 2010 e 2018, nos quais o assunto atingiu picos de destaque na plataforma. O primeiro deles se refere a absolvição do deputado Jair Bolsonaro, pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, por quebra de decoro parlamentar na sessão de 29 de junho de 2011. Foram 10 votos a favor do deputado do PP/RJ à época, contra 1 do relator. A representação movida pelo PSOL contra Bolsonaro listava três denúncias, de acordo com o UOL. Acusava o deputado de ofensa contra a senadora Marinor Brito (PSOL/PA), em 12 de maio, durante sessão na CDH do Senado que discutia o PLS 122, contra a homofobia; divulgação de panfleto com “informações mentirosas, difamatórias e injuriantes” contra o kit anti-homofobia e contra suas declarações envolvendo questões raciais no programa CQC, quando respondeu uma pergunta da cantora Preta Gil. Carlos Bolsonaro publicou cinco tuítes, de 8 a 29 de junho, sobre o assunto. E festejou a absolvição do pai com o *post* abaixo:

Figura 59: Tweet Carlos Bolsonaro sobre liberdade de expressão



Fonte: Reprodução/Twitter¹¹³

¹¹³ Disponível em: <https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/86155473048436736>

O segundo momento de grande mobilização no Twitter ocorreu no 4º trimestre de 2016, principalmente por conta da maior atuação de Bolsonaro na plataforma, que começou a registrar um aumento significativo de número de postagens e engajamento, a partir de 2014. Esse engajamento seguiu num crescimento constante e explodiu no último trimestre de 2018, quando foi eleito presidente. No dia 26 de novembro de 2016, seu tuíte anunciando, em vídeo, a morte de Fidel Castro teve o maior engajamento do ano: 13.763, bem acima dos 1.605 obtidos num tuíte publicado em maio daquele ano sobre liberdade de expressão.

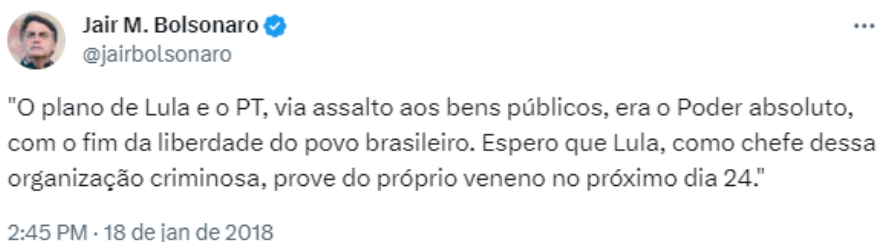
A chegada de 2017 registrou um perfil de Bolsonaro mais incisivo a respeito dos temas de seu interesse, demarcando a caminhada rumo a 2018. Ele iniciou uma estratégia de associar a corrupção à ideologia de esquerda. No dia 28 de março de 2017, publicou um vídeo em que Lula, pelo que o conteúdo indica, nem sequer tinha sido eleito presidente pela primeira vez, em 2002. No vídeo, de pouco mais de seis minutos, o petista fala da atuação do PT e seus aliados para começar a ganhar as eleições. Bolsonaro escreveu na chamada do vídeo: “Tão grave quanto a CORRUPÇÃO é questão IDEOLÓGICA. Assista e prepare-se p/lutar por sua liberdade. <https://t.co/1co9IFeD13>” (Twitter, 2017). Ele também passou a associar a corrupção com roubo e fim da liberdade. Escreveu, em 17 de abril de 2017: “Pior q a corrupção generalizada será o dia em q roubarem tb sua liberdade. E mtos ã se dão conta do processo em q todos estão inseridos” (Twitter, 2017).

Ao juntar corrupção, roubo de recursos públicos, ideologia de esquerda e sequestro da liberdade, Bolsonaro abriu espaço para falar de outro tema de seu interesse, bastante controverso, mas que ganhou muitos adeptos em poucos anos: as armas — e o armamento dos cidadãos como fator de segurança da sociedade. No dia 8 de agosto de 2017, ele publicou no seu perfil no Twitter que “MAIS QUE A VIDA DO CIDADÃO, A ARMA GARANTE A LIBERDADE DE UMA NAÇÃO. Via @tradutore_br”. O link dava acesso a uma matéria veiculada pela emissora Fox News dos EUA sobre o conflito envolvendo adversários e as forças de segurança do governo de Nicolás Maduro, na Venezuela. O apresentador afirmava que o ditador venezuelano se aproveitou de uma decisão tomada pelo governo em 2012, que incentivava o desarmamento e proibia a compra de armas e munição, para se perpetuar no poder. Para fechar 2017, Bolsonaro publicou, no dia 7 de dezembro, uma entrevista do general Hamilton Mourão à TV Pampa, do Rio Grande do Sul, na qual o general, que se tornaria seu vice na chapa que

venceu as eleições de 2018, afirmou: “Bolsonaro é um companheiro nosso, paraquedista, que ocupou seu espaço na política. Existe gente que acredita na maneira de fazer política do Bolsonaro. E o Exército o considera um dos nossos. Nada mais do que isso”. O texto tinha link para o vídeo dizia que “o partido das Forças Armadas é o Brasil, por isso temos liberdade e democracia” (Twitter, 2017).

Em 2018, Bolsonaro foi cirúrgico nos ataques ideológicos disparados aos partidos de esquerda e mais especificamente ao PT, a seu líder Lula, à grande imprensa, aos movimentos sociais, como MST, e minorias. O discurso radicalizado buscou demonstrar que a vitória do PT provocaria a instalação de um governo autoritário no país.

Figura 60: *tweet* Jair Bolsonaro sobre “plano de Lula e PT”



Fonte: Reprodução/Twitter¹¹⁴

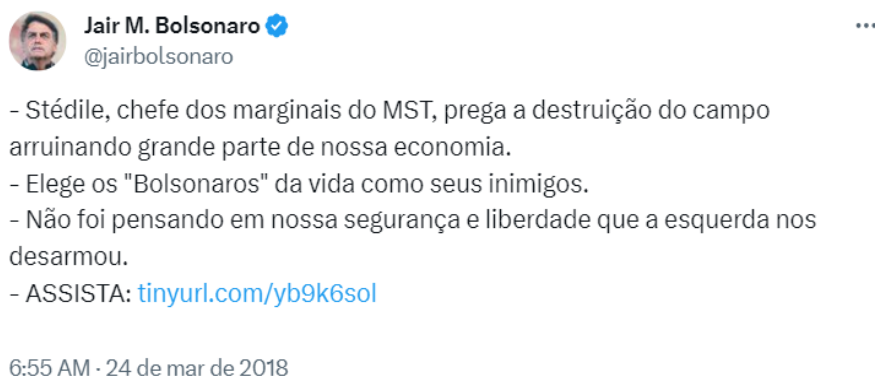
Sobre o dia 24 de janeiro, ele se referia ao julgamento do recurso da defesa de Lula contra a condenação do líder petista pelo juiz Sérgio Moro, no TRF-4. O resultado do julgamento não beneficiou Lula, como já esperava Bolsonaro. E a decisão foi tomada por unanimidade. “Os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) votaram nesta quarta-feira (24) em favor de manter a condenação e ampliar a pena de prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex em Guarujá, São Paulo” (G1, 2018).

Em 24 de março, Bolsonaro publicou um vídeo no qual o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), João Pedro Stédile, fez um discurso contra o agronegócio. Não fica claro a data em que ocorreu o evento e nem em qual local. Como as imagens do vídeo não estão legíveis, também não é possível identificar quais lideranças do PT participaram do encontro. Mas, o mais importante nesse vídeo é a introdução feita por Bolsonaro, que resume muito claramente o discurso que seria adotado por ele para o agronegócio durante toda a campanha rumo ao Palácio do Planalto.

¹¹⁴ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/954031990948347905>

Eu venho falando que tão ou mais grave que a questão da corrupção, que nos indigna a todos, é a questão ideológica. Vejam as imagens a seguir, onde (*sic*) o chefe do MST, João Pedro Stédile, cada vez mais prega maneiras de atacar o agronegócio. Busca implementar no Brasil uma política, uma ideologia que está longe de casar com liberdade, com progresso ou livre mercado. Isso sim nos assusta. Não pense que essa esquerda acabou. Não pense que com as instituições, como têm se apresentado ultimamente, elas estão funcionando. Não estão funcionando a contento. As provas você tem visto em especial nos últimos julgamentos em nossos tribunais” (Twitter, 2018).

Figura 61: *Tweet* Jair Bolsonaro sobre “chefe dos marginais do MST”



Fonte: Reprodução/Twitter¹¹⁵

No dia 26 de setembro de 2018, 11 dias antes da realização do 1º turno das eleições presidenciais, o ex-ministro José Dirceu concedeu uma entrevista ao jornal El País e fez sua análise do cenário político. Falou do legado econômico positivo dos governos Lula 1 e 2 para as famílias em contrapartida com a situação em que o país se encontrava e da conexão desse fato “com as consequências do golpe, a Lava Jato e, antes disso, eles não terem reconhecido o resultado da eleição, terem participado do governo Temer, isso custou muito caro para eles” (El País, 2018). Questionado sobre quem eram eles, Dirceu respondeu: “O PSDB principalmente, que é o partido mais rejeitado hoje, vai ser um desastre eleitoral, o Temer, o DEM, que também está caminhando para ter um péssimo resultado eleitoral”. E arrematou: “Historicamente, acho que é a maior derrota que a direita já teve no Brasil”. Questionado se existia a possibilidade de o PT vencer a eleição e não assumir o governo, por conta do conturbado ambiente político vivido pelo país, Dirceu foi categórico: “Acho improvável que o Brasil caminhará para um desastre total. Na comunidade internacional isso não vai ser aceito. E dentro do país é uma questão de tempo pra gente tomar o poder. Aí nós vamos tomar o poder, que é diferente de ganhar uma eleição”. Questionado se existia a possibilidade de um novo golpe militar, foi sucinto

¹¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/977484049974472704>

na resposta. “Acho muito remoto. Não acredito”. A pergunta seguinte e sua resposta, dada por um dos mais importantes líderes da esquerda no Brasil, deixou a sensação de que a esquerda não tinha a menor noção do que estava acontecendo no país. A medida da direita para a esquerda, naquele momento, era o PSDB, o MDB (de Michel Temer) e o DEM. Bolsonaro e a extrema direita, ao que tudo indicava, não estavam no radar como ameaças. Depois de dizer que não acreditava em novo golpe, Dirceu foi questionado se nem por via de “um eventual governo de Bolsonaro?” Ele respondeu: “Bolsonaro não ganha essa eleição”. “Por quê?” quis saber o jornal. “Porque não tem maioria no país para as ideias dele”.

No dia 7 de outubro, Bolsonaro, da coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL-PRTB), venceu o 1º turno das eleições com 49.276.990 votos, o que representou 46,03% dos votos válidos. Fernando Haddad, da coligação O Povo Feliz de Novo (PT-PCdoB-PROS), ficou em segundo com 31.342.005, atingindo 29,28% dos votos válidos” (TSE, 2018). Um mês depois das declarações de Dirceu, no dia 28 de outubro, Bolsonaro se tornou o 38º presidente do Brasil com uma votação expressiva. Obteve 57.797.847, 55,13% dos votos válidos, contra 47.040.906, 44,87%, de Fernando Haddad (TSE, 2018). Bolsonaro mostrou que tinha, sim, base popular para vencer a eleição presidencial. Mais do que isso, mostrou que o bolsonarismo tinha se constituído em um importante movimento político-ideológico, era representante de uma parcela importante da sociedade brasileira e que tinha arrancado de vez a extrema direita do seu esconderijo.

Voltando à entrevista de Dirceu ao El País, ele se corrigiu no dia 1º de outubro, durante entrevista no Maranhão, onde se encontrava para lançar seu livro “Zé Dirceu – Memórias volume 1” (editora Geração), não sem antes ressaltar que a frase foi tirada do contexto.

Foi infeliz porque dá condições para se explorar, como se existisse uma coisa que é ganhar a eleição, e existisse outra coisa que é ganhar o poder. Não é isso que eu quis dizer. Eu estava respondendo no caso de golpe de Estado. No caso de golpe de Estado não tem mais eleição (El País, 2018).

O recuo veio tarde. Dois dias depois que a entrevista foi publicada na internet, Bolsonaro postou no Twitter que Dirceu estava de volta ao PT, que influenciava na campanha e dava conselhos a Haddad e que estava propondo a tomada de poder.

Figura 62: Tweet Jair Bolsonaro sobre José Dirceu



Fonte: Reprodução/Twitter¹¹⁶

Emolduradas em vermelho, as imagens de Dirceu e a de Marina com seu vice, Eduardo Jorge, publicada mais acima, davam a ideia da importância que o tema ideologia tinha tomado na campanha. O verde e amarelo dos bolsonaristas era o contraponto dos ideais esquerdistas e começava a despontar nas ruas. Os comentários dos internautas sobre o vídeo divulgado por Bolsonaro também carregavam essa percepção. Muitos já o chamavam de presidente. Ele seria o único político capaz de salvar o Brasil dos vermelhos.

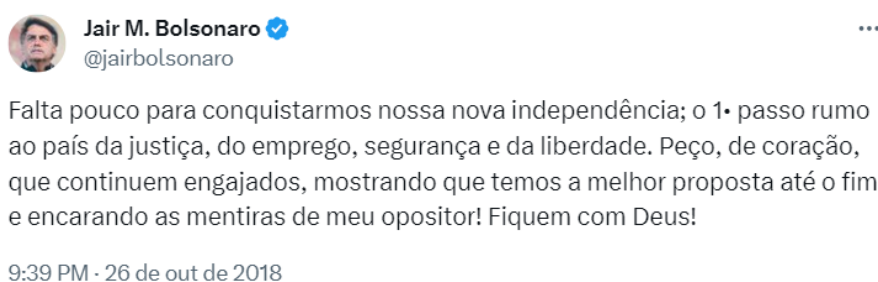
Os discursos duros de Dirceu e Stédile também contribuíram para Bolsonaro

¹¹⁶ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1045712580159909888>

reforçar a mensagem segundo a qual os partidos de esquerda e seus líderes não estavam preocupados com o bem-estar da nação, muito menos sintonizados com as expectativas da maioria da população, “os brasileiros de bem”, segundo Bolsonaro. Queriam tomar o poder.

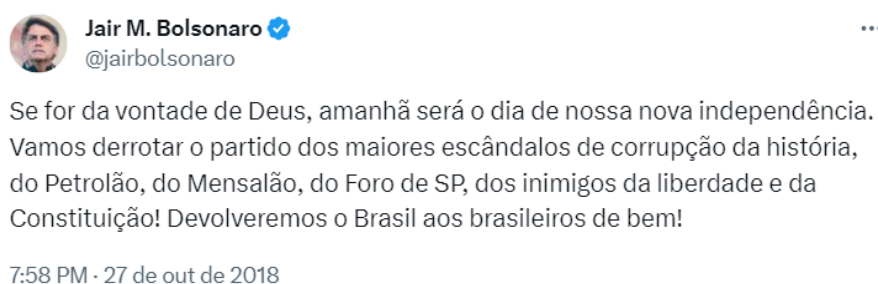
Os tuítes publicados por Bolsonaro nos dias que antecederam a eleição tinham o objetivo de mostrar que a ideologia da esquerda não seria capaz de preservar a liberdade do cidadão, muito menos construir um país com economia pujante, mais justo e melhor para se viver. Ele também fazia referência a uma nova independência, dessa vez do petismo, do esquerdismo, das ditaduras esquerdistas de Cuba e da Venezuela, o que seria possível pela vontade de Deus, não só dos eleitores — tecla batida e rebatida pelos evangélicos ao longo dos anos.

Figura 63: *Tweet* Jair Bolsonaro sobre “nova independência”



Fonte: Reprodução/Twitter¹¹⁷

Figura 64: Segundo *Tweet* Jair Bolsonaro sobre “nova independência”

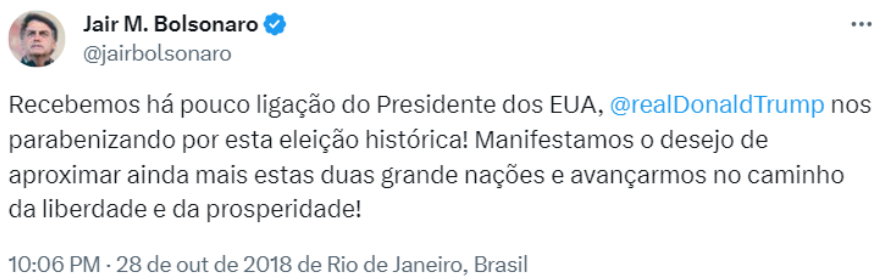


Fonte: Reprodução/Twitter¹¹⁸

¹¹⁷ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1055982222921158656>

¹¹⁸ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1056319135720837126>

Figura 65: *Tweet* Jair Bolsonaro sobre ligação do presidente Donald Trump



Fonte: Reprodução/Twitter¹¹⁹

A análise dos gráficos sobre o tema Liberdade e sua consequente associação ao debate ideológico nos dá uma visão mais precisa de como esse conceito teve tanta importância nas eleições de 2018. Entre os dez atores que mais engajaram no Twitter, quatro eram da esquerda (Lula, por meio do seu perfil oficial, Haddad, Maria do Rosário, todos do PT, e Guilherme Boulos, PSOL) e seis da direita (João Amoedo, Novo) e da extrema direita (Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Luiz Philippe de Orléans e Bragança, que chegou a ser cotado a ser vice na chapa de Bolsonaro, e Filipe G. Martins, ex-assessor do presidente).

Mas foi o candidato Bolsonaro quem pautou o debate e quem mais provocou engajamento na plataforma. O gráfico abaixo dá uma ideia dessa performance. Sozinho, Bolsonaro respondeu por mais de 50% do engajamento no período investigado. Ele postou 83 mensagens (o que destoa um pouco do seu perfil, mais contido em outros momentos, porém demonstra como o tema era importante para ele) e teve um engajamento extremamente alto, chegando a 1.614.198. Do total, o levantamento registrou: um *post* em 2010; quatro *posts* em 2014; cinco *posts* em 2015; 13 *posts* em 2016; 13 *posts* em 2017; e 47 *posts* em 2018. O gráfico abaixo mostra o recorte liberdade e seu engajamento no tempo, indicando um expressivo crescimento a partir de 2016, quando Bolsonaro postou com mais frequência.

¹¹⁹ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1056713939629809665>

Gráfico 32: Engajamento no tempo – liberdade
Engajamento no tempo

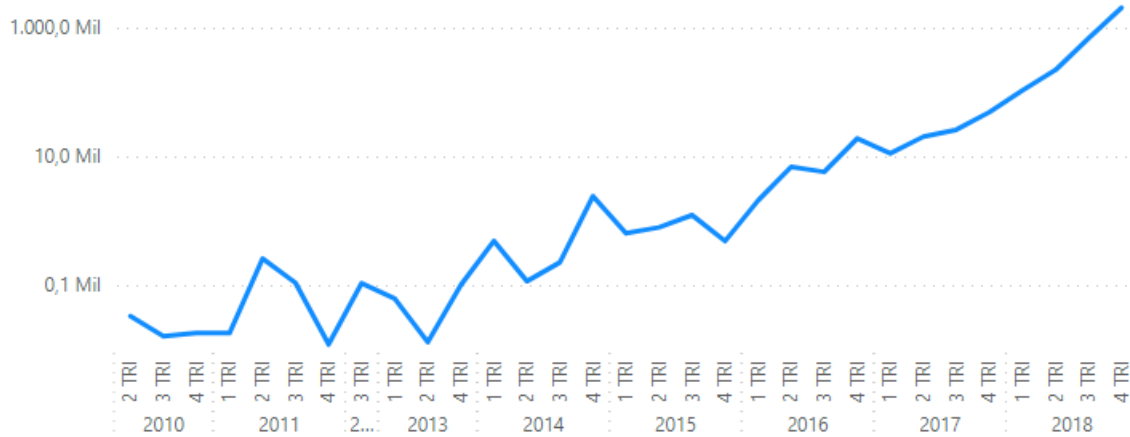


Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, no Twitter, entre 08/01/2010 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Mesmo postando 140 mensagens, João Amoedo teve 189.334 engajamentos. O perfil oficial do presidente Lula postou 133 mensagens, obtendo 166.636 engajamentos. Já Maria do Rosário publicou 243 mensagens, tendo 104.139 engajamentos. Fernando Haddad, que disputou o 2º turno com Bolsonaro postou 42 mensagens, atingindo 282.480 engajamentos, também ficando em 2º lugar no percentual de engajamento do período, com 8,85%.

Esse resultado demonstrou a força de Bolsonaro no Twitter e sua capacidade de mobilizar seguidores, transmitindo mensagens capazes de aglutinar expectativas e interesses de setores diversos da sociedade. Bolsonaro abandonava a imagem de parlamentar com atuação corporativa no Congresso para se transformar num líder para importantes segmentos da sociedade.

Também havia se transformado num líder para parte significativa dos eleitores, a maioria, em 2018, dentro de uma perspectiva conservadora, no início dessa trajetória, para outra mais extremada no processo que resultará em sua eleição para presidente da República. Os gráficos abaixo, sobre a proporção de engajamento, e sobre a quantidade de *posts* publicados na plataforma demonstram essa performance.

No 1º gráfico, Bolsonaro responde, sozinho, por mais de 50% do engajamento.

Gráfico 33: Proporção de engajamento por perfil

Proporção do Engajamento por Perfil

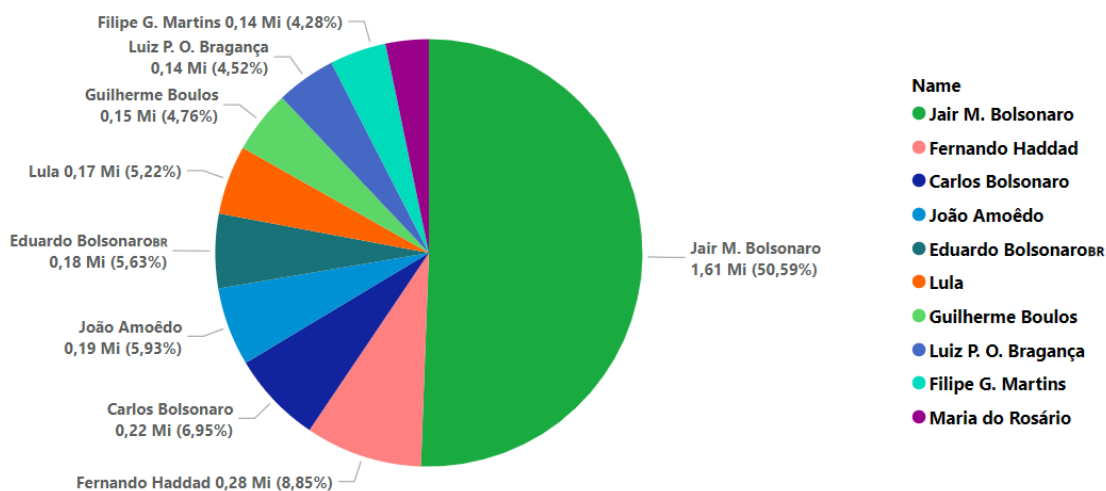


Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, no Twitter, entre 08/01/2010 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

No 2º gráfico, Bolsonaro nem aparece. O gráfico indica os perfis que mais postaram, mas sem engajamento significativo em relação ao que ele tem no Twitter.

Gráfico 34: proporção de quantidade por perfil

Proporção da Quantidade por Perfil

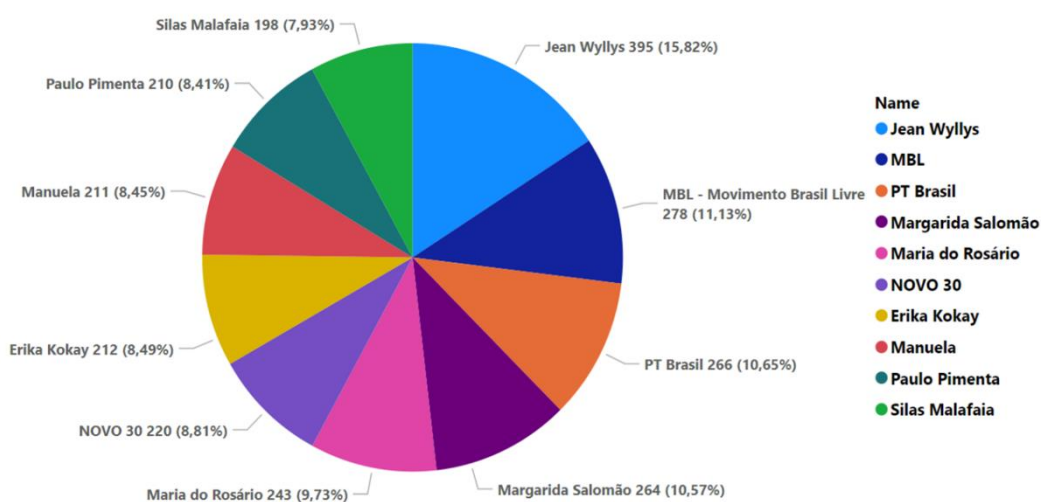


Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, no Twitter, entre 08/01/2010 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Gráfico 36: Engajamento no tempo – Comunismo
Engajamento no tempo

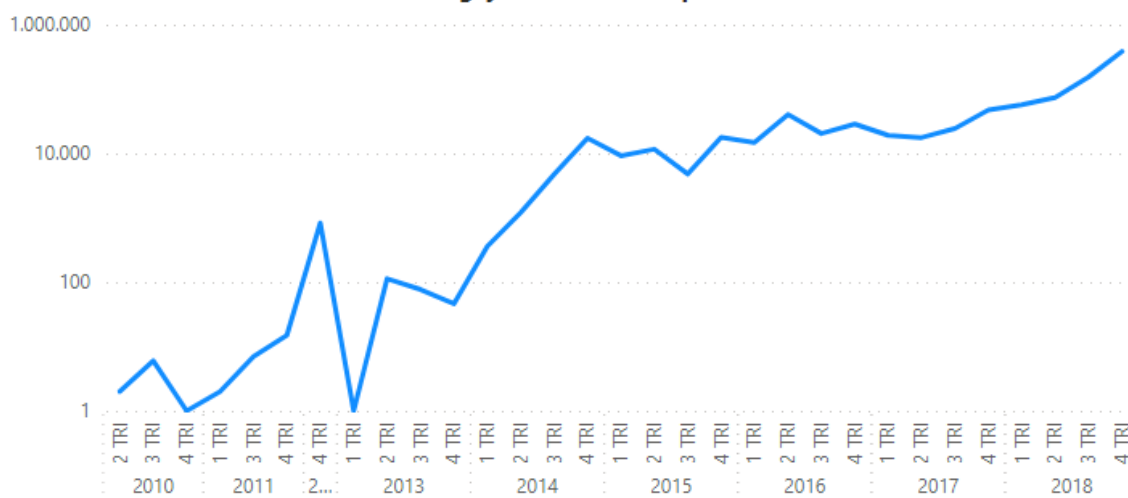
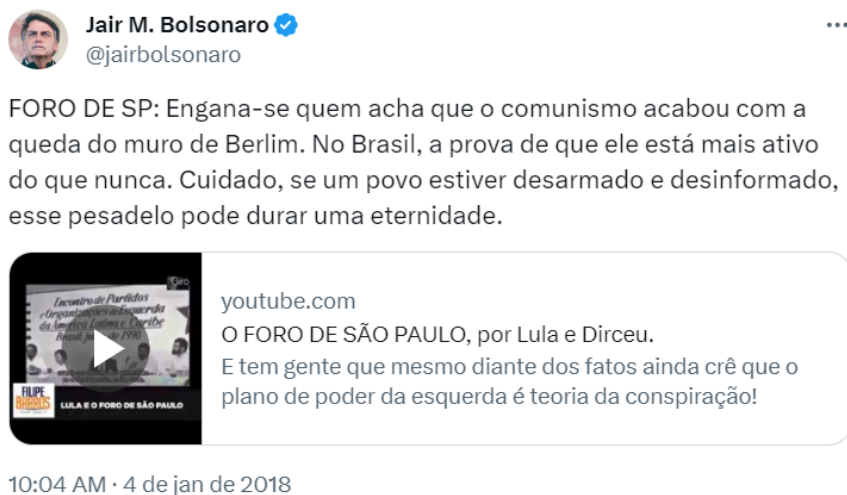


Gráfico criado a partir do recorte Comunismo, no Twitter, entre 03/01/2010 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

Como no tópico Liberdade, o critério Ideológico é o mais presente nas mensagens. A Autoridade Pessoal, associada ao próprio ativismo de Bolsonaro e sua liderança para mobilizar setores da sociedade contra a esquerda, também se mostra presente de forma muito consistente. Os *posts* representam mensagens de alerta sobre os perigos do comunismo para a sociedade, a partir de uma ampla abordagem que inclui a estratégia de tornar o continente um enclave da ideologia contra os interesses de setores como o agronegócio. Assim, o Foro de São Paulo, o MST, o Programa Mais Médicos e a doutrinação dos jovens, por meio da educação nos governos petistas, ganham destaque no “discurso bolsonarista”. Importante ressaltar a utilização de discursos feitos por Bolsonaro na Câmara dos Deputados, no começo da década passada, para estruturar sua pregação contra a esquerda, conforme alguns exemplos de tuítes, abaixo.

Figura 66: Tweet Jair Bolsonaro sobre foro de São Paulo



Fonte: Reprodução/Twitter¹²⁰

Figura 67: Tweet Jair Bolsonaro sobre “Cartilha Comunista”



Fonte: Reprodução/Twitter¹²¹

¹²⁰ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/948887734357196800>

¹²¹ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/365496975753355264>

Figura 68: Tweet Jair Bolsonaro sobre “comunismo”



Fonte: Reprodução/Twitter¹²²

¹²² Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/709142277675991041>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado analisou a estruturação do discurso que venceu as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Temas recorrentes nas falas e postagens nas redes sociais do deputado Jair Messias Bolsonaro, vencedor da disputa, foram selecionados e serviram de base para a pesquisa quantitativa em quatro fontes de informação: os principais veículos de comunicação do país (jornais e seus respectivos portais de notícias), o Twitter e os portais de notícias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os temas selecionados definiram dois grandes eixos de análise, Família/Costumes e Ideológico, que permitiram investigar como essas questões foram trabalhadas ano após ano, dentro e fora do Parlamento, pelas lideranças evangélicas, que decidiram, ainda na década de 1980, atuar politicamente para proteger as denominações religiosas na disputa competitiva por espaço com o Catolicismo e para preservar valores que supunham estar em perigo, como a fé cristã, a moral, a família tradicional e os bons costumes.

A segunda fase desse processo ocorreu com o aumento da representação religiosa no Congresso Nacional e do seu poder político, notadamente a partir de 2010. Naquele ano, os evangélicos pressionaram os candidatos a presidente José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) a não apresentarem nem aprovarem projetos relacionados à flexibilização da legislação sobre o Aborto e criminalização da Homofobia, que se encontravam em debate no Parlamento desde o início deste século.

A eleição do deputado e pastor Marco Feliciano para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, em 2013, foi considerada um ponto de inflexão na relação dos evangélicos com o processo político. Nas palavras de Guilherme Casarões, a eleição de Feliciano significou uma “guinada da bancada evangélica de um ‘centro fisiológico’ para uma ‘direita ideológica”¹²³. Buscou-se, com a experiência na CDH, diminuir o ponto de vista e o raio de ação do colegiado para os assuntos que interessavam aos evangélicos. Algo na linha do que Ronaldo de Almeida aponta sobre o comportamento aguerrido dos evangélicos e seu interesse pela disputa da moralidade pública. “Não somente a proteção da moralidade deles, mas a luta para que ela seja

¹²³ CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. *Journal of Democracy*. Vol. 11, nº 2. 2022. p. 24.

inscrita na ordem legal do país”.¹²⁴

O processo reivindicatório, próprio de um mundo que se abria às minorias, e o avanço dos direitos obtidos por categorias como mulheres e população LGBT, por exemplo, provocaram a reação de grupos religiosos conservadores. Eles perceberam que precisavam ocupar cada vez mais espaço no poder legislativo, fonte das transformações legais numa sociedade democrática. Para a pesquisadora Magali Cunha, a reação de determinados setores da sociedade a esses avanços, como a Lei Maria da Penha (tipificação do feminicídio como crime hediondo, entre outros) e o uso do nome social pela população LGBT, adoção de crianças por casais do mesmo sexo etc., no começo desse século, explica esse movimento. “Esses avanços passaram a ser interpretado por grupos religiosos conservadores (*católicos e evangélicos*) como alvo a serem combatidos por representarem um processo de ‘destruição da família’, concebida como base da sociedade e da vida”.¹²⁵

Apesar de ter assumido o seu primeiro mandato como deputado federal em 1991, Bolsonaro não fazia parte da elite da liderança dos grupos conservadores que discutiam esses assuntos no Parlamento e junto ao poder Executivo, responsável por definir políticas públicas que atendem demandas da sociedade. O bispo Marcelo Crivella, por exemplo, como representante dos religiosos no Senado Federal, se notabilizou pelo embate que teve com a deputada Iara Bernardi (PT/SP), autoria do PL 5003/2003, que criminalizava a homofobia. O pastor e deputado João Campos, ex-presidente da FPE, também se destacou nesse período nos embates sobre a criminalização da Homofobia e no processo que ficou conhecido como Cura Gay, como registrado neste trabalho de pesquisa. Em 2011, o deputado Anthony Garotinho, ex-governador do Rio, liderou a bancada evangélica nas negociações com o governo Dilma para suspender a distribuição de peças do programa Escola sem Homofobia.

Bolsonaro sempre foi um parlamentar do baixo clero, sem muita importância para os trabalhos legislativos. Mas começa a aparecer com mais destaque quando faz um esforço em defesa da eleição do pastor Feliciano para presidente da CDH, em 2013, e quando tenta, ele mesmo, substituí-lo no fim do seu mandato, em 2014. Foi derrotado por dois votos. Fatos narrados acima.

¹²⁴ ALMEIDA, Ronaldo. Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais / organização: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 184.

¹²⁵ CUNHA, Magali do Nascimento. Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital. 1ª edição. Curitiba. Editora Appris, 2019. p. 131.

O surgimento das novas tecnologias digitais e, mais precisamente, das mídias sociais transformaram o que se conhecia até então como comunicação. O fim do monopólio desse processo por parte de uma elite detentora do poder de decidir o que era notícia e como ela seria transmitida à sociedade abriu novas oportunidades no campo político. Pela primeira vez, o trabalho legislativo não seria pauta apenas da grande imprensa (quando o tema em questão tivesse apelo e interesse da população para ser noticiado, superando os filtros dos veículos da mídia tradicional) e da Voz do Brasil, programa criado em 1935 para transmitir informações oficiais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Agora, o parlamentar poderia atrair seus próprios ouvintes e leitores, os chamados seguidores e, a eles, endereçar seu discurso, sem qualquer tipo de filtro. E, talvez o mais importante para o processo eleitoral — pedir votos. Todos tentaram, e muitos conseguiram, de alguma forma, serem percebidos como políticos capazes de se comunicar com a grande massa de eleitores e influenciá-los. Mas nenhum deles fez isso com tanta competência como Bolsonaro.

Foi pelas redes sociais que Bolsonaro transformou o trabalho legislativo e sua trajetória política numa espécie de reality show. Sua participação nos debates da Câmara e nas demais atividades políticas era gravada e estrategicamente divulgada nas suas redes sociais. Pesquisa Datafolha publicada pela Folha de S. Paulo em 3 de outubro de 2018, faltando quatro dias para o primeiro turno das eleições, mostrou que os eleitores que declaravam intenção de voto em Bolsonaro eram os que mais usavam as redes sociais. “Neste grupo, são 81% os que participam de alguma rede social, contra 72% dos que declaram voto em Ciro Gomes (PDT) e 59% daqueles que pretendem votar em Fernando Haddad (PT), que estão em terceiro e segundo lugar nas pesquisas, respectivamente”.¹²⁶

Este trabalho analisou a performance de Bolsonaro no Twitter, conforme o capítulo 4, Análise de Dados, e o resultado obtido pelo candidato é avassalador, mesmo quando comparado com outros importantes atores políticos e *influencers*. Dos sete temas avaliados pela pesquisa quantitativa — Aborto, Cura Gay, Kit Gay, Ideologia de Gênero, Escola sem Partido, Liberdade e Comunismo — Bolsonaro só não liderou o engajamento nos tópicos Cura Gay e Ideologia de Gênero. Sendo substituído no pódio pelo filho, Eduardo Bolsonaro, no debate sobre o Cura Gay, e pelo aliado de primeira hora Silas Malafaia, no segundo tema. Nos demais assuntos, Bolsonaro teve uma performance que

¹²⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/eleitores-de-bolsonaro-sao-os-que-mais-usam-as-redes-sociais.shtml>.

nenhum outro político teve na plataforma e conseguiu controlar e definir a linha política e ideológica do debate. Marcou 47,71% de engajamento no tema Aborto; 30,27% de engajamento no Kit Gay (seguido por Fernando Haddad, com 29,71% de engajamento, mas, como mostramos na análise, com uma ação reativa); 23% de engajamento no tema Comunismo (mas seguido por Olavo de Carvalho, seu apoiador, com 16%); e incríveis 50,59% de engajamento no tema Liberdade (seguido de longe por Haddad, com apenas 8,85% de engajamento).

O recorde de engajamento com o tema Liberdade diz muito sobre o perfil de Bolsonaro no Twitter. Esse foi o assunto que mereceu a maior quantidade de tuítes, 83 no total. O 1º deles é de 2010. O total de engajamento passou de 1,6 milhão, também um recorde apontado pelo levantamento. Para Bolsonaro, o conceito de liberdade está dissociado da ideologia da esquerda. Para atacar seus adversários, seus exemplos sempre recaem sobre os regimes comunistas e países governados por políticos autoritários de esquerda. Na sua lista, não existem, por exemplo, países governados por autocratas, como o ultradireitista Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, que apoiou sua reeleição. Suas postagens sobre liberdade retratam a ameaça dos comunistas contra a liberdade de todos. Dessa forma, liberdade e comunismo se cruzam o tempo todo, carregam uma conotação ideológica muito forte e são amplos o bastante para comportar outras abordagens, como a defesa de armar a população para que ela consiga se defender e defender o país de um ataque dos comunistas — sejam eles externos ou internos. A suposta ameaça ou mesmo uma invasão “comunista” do Brasil, também serve para a disseminação da narrativa de medo, já que o tema sempre fez parte da pauta das igrejas católicas e evangélicas, por conta do discurso anticomunista, dos militares (e não podemos esquecer que Bolsonaro foi um deles), que antecipou o golpe militar de 1964.

Um ponto polêmico do “discurso bolsonarista”, a questão das armas, que foi tema de diversas matérias na imprensa por conta do apoio dos evangélicos a Bolsonaro, começa a fazer sentido quando associado ao seu apelo pela preservação da liberdade e luta contra o comunismo. A defesa de armar a população cabe perfeitamente no eixo Ideológico, no subtema Liberdade, e está muito bem amparada conceitualmente. Os tuítes de Bolsonaro sempre discutem esse tópico do ponto de vista da segurança, da liberdade individual e da defesa da pátria. Em primeiro lugar, as mensagens associam a esquerda à perda da liberdade. Falar de perda da liberdade para o público evangélico é o mesmo que falar do fim da liberdade religiosa, da liberdade de culto, e essa é uma abordagem sensível e

amedrontadora para os cristãos. Percebida, então, como um instrumento de defesa da liberdade, o discurso em favor das armas foi bem aceito pela população, inclusive pelos evangélicos. No gráfico abaixo, da proporção do engajamento, Bolsonaro e seus aliados respondem por mais de 80% do engajamento.

Gráfico 37: Engajamento por perfil - Armas

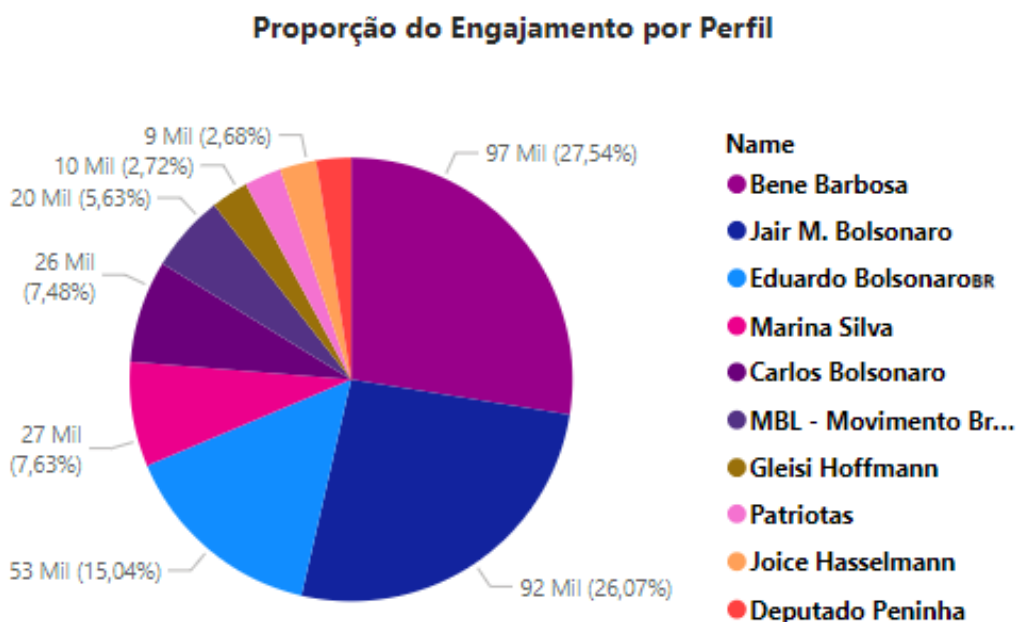


Gráfico criado a partir do recorte Armas entre 12/04/2010 e 30/12/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

A destreza com a qual ele manobrou as redes sociais e a força dos evangélicos no Congresso transformou Bolsonaro num personagem com forte presença na grande mídia, apesar de ele sempre tecer críticas pesadas à imprensa. O posicionamento de Bolsonaro contra a Ideologia de Gênero, por exemplo, deu ao tema o *status* de pauta constante na grande imprensa. E ele sempre foi citado nas matérias, reforçando sua atuação política e sua condição de candidato. Isso posto, é falsa a idealizada história de que sua candidatura veio do nada, que não teve apoio nem tempo de exposição. Não teve tempo de exposição no horário eleitoral gratuito. É verdade. Foram dois blocos diários de oito segundos. Mas levando em consideração o cenário aqui exposto, Bolsonaro estava mais bem sintonizado com o mundo da moderna comunicação do que todos os outros candidatos juntos.

A pesquisa indicou que Bolsonaro teve, sim, discurso. Sua essência, no campo dos costumes, como demonstra esse trabalho, é pentecostal e neopentecostal, com origem

no Congresso Nacional, mais especificamente na atuação dos parlamentares cristãos (evangélicos e católicos, principalmente os primeiros), a partir dos anos 2000. Bolsonaro teve, sim, ampla cobertura da grande imprensa, inicialmente, como representante dos conservadores nos inúmeros conflitos envolvendo a agenda de costumes, e, depois, como vítima, principalmente na cobertura de TV, após o atentado de Juiz de Fora; e teve, sim, uma soberba exposição de imagem nas redes sociais. Algo nunca visto nas campanhas eleitorais até então. O gráfico abaixo, a somatória do engajamento no Twitter dos sete temas pesquisados neste trabalho, mostra a superioridade que Bolsonaro ajudou a construir em relação à performance de seus adversários políticos. Quase 80% de engajamento, o que é um resultado muito expressivo.

Gráfico 38: Engajamento – Apoio ou Oposição das Narrativas

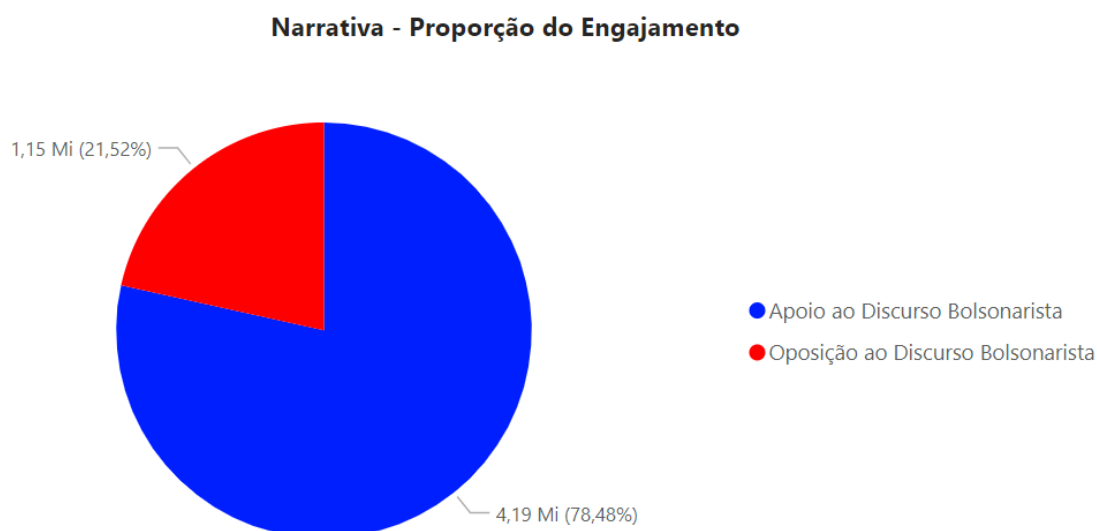


Gráfico criado a partir do recorte Narrativa (Aborto, Cura Gay, Kit Gay, Ideologia de Gênero, Escola sem Partido, Liberdade e Comunismo), no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018

Fonte: Criado pelo autor através da ferramenta da empresa Mass

A ascensão do que ficou conhecido como “discurso bolsonarista” ocorreu paralelamente à ascensão dos evangélicos na sociedade brasileira no que diz respeito aos aspectos demográfico e de participação nos espaços públicos, notadamente na política partidária/eleitoral, por meio das denominações pentecostal e neopentecostal. Nesse contexto, o Parlamento foi, para Bolsonaro e seus principais aliados, uma trincheira de onde defenderam aguerridamente suas posições políticas, ideológicas, a moral e os bons

costumes cristãos. O Parlamento e sua tribuna permitiram a esse grupo político participar dos mais importantes debates da agenda nacional, como acertadamente suas lideranças discerniram ainda na década de 1980. O Parlamento também foi utilizado por esse grupo como caixa de ressonância para suas ideias. Ali foram proferidos os discursos que serviram de conteúdo para as redes sociais (insubstituíveis na disseminação informação, desinformação, discurso de ódio e instrumento que consolidou a imagem de Bolsonaro como o “mito”). A conclusão deste trabalho de pesquisa, portanto, é que o Congresso Nacional — a despeito da importância da comunicação digital no processo —, foi o elemento central, o fator e o espaço institucional mais importante na formulação do discurso político que viabilizou a candidatura e garantiu a vitória do deputado Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais do Brasil, em 2018.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. Democracia em Risco? 22 Ensaios sobre o Brasil hoje. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo. Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais / organização: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018

ANAJURE – Associação Nacional de Juristas Evangélicos. ANAJURE é lançada no Congresso Nacional com a missão de defender as Liberdades Civas Fundamentais. Disponível em: <https://anajure.org.br/anajure-e-lancada-no-congresso-nacional-com-a-missao-de-defender-as-liberdades-civas-fundamentais/>. Ano: 2012. Acesso em: 13 de junho de 2023.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 8, Número 1, São Carlos, 2020, 106-130

ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). Notas Técnicas. Centro de Estudos da Metrópole. NT 20. 2023. Disponível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT20.pdf. Ano 2023. Acesso: 04 de junho de 2023.

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, Pastoral de católicos. Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/brasil/pastoral-de-catolicos-na-politica-critica-pndh-3/>. Ano 2010. Acesso: 03 de junho de 2023.

BARBOSA, Joaquim. STF aprova por unanimidade reconhecimento da união homoafetiva. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/ciencia/stf-aprova-por-unanimidade-reconhecimento-da-uniao-homoafetiva/>. Ano: 2011. Acesso em: 02 de junho de 2023.

BERNARDI, Iara. Câmara aprova tipificação de crime de discriminação sexual. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/92026-camara-aprova-tipificacao-de-crime-de-discriminacao-sexual/>. Ano 2006. Acesso em: 01 de junho de 2023.

BRASIL PL 7180/2014, de 2014 Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&fil

ename=PL%207180/2014

CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. *Journal of Democracy*. Vol. 11, nº 2. 2022

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1ª edição. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CGI.br. *Ações e Diretrizes para a Regulação de Plataformas Digitais no Brasil*. Disponível em: <https://www.cgi.br/publicacao/acoes-e-diretrizes-para-a-regulacao-de-plataformas-digitais-no-brasil/>. Ano: 2023. Acesso em: 02 de junho de 2023.

CLEIDE, Fátima. Projeto que trata da discriminação de homossexuais causa polêmica no Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/05/11/projeto-que-trata-da-discriminacao-de-homossexuais-causa-polemica-no-senado>. Ano: 2007. Acesso em: 02 de junho de 2023

COUTO, Assis. Assis do Couto (PT-PR) vence disputa contra Bolsonaro e vai presidir a Comissão de Direitos Humanos. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/assis-do-couto-pt-pr-vence-disputa-contr-bolsonaro-vai-presidir-comissao-de-direitos-humanos-11720390>. Ano: 2014. Acesso em 08 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/deputado-do-pt-derrota-bolsonaro-em-eleicao-para-comissao-da-camara.html>. Ano: 2014. Acesso em: 08 de dezembro de 2023

COWAN, Benjamin Arthur. “Nosso Terreno” – crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 30, no 52, p.101-125, jan/abr 2014

CUNHA, Magali do Nascimento. *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital*. 1ª edição. Curitiba. Editora Appris, 2019.

DALMONTE, Edson; DIBAI, Priscilla. A militância bolsonarista em redes online: polarização afetiva e os impactos à comunicação democrática. *Revista Eco-Pós*, v. 25, nº 2, p. 142-168, 2022.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas. *Fake News nas Redes Sociais Online: Propagação e Reações à Desinformação em Busca de Cliques*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. iNova Media

Lab. Lisboa, Portugal; Universidade de Brasília. Laboratório de Políticas de Comunicação (Lapcom). Brasil, 2017.

DE NEGRI, Fernanda; MACHADO, Weverthon; CAVALCANTE, Eric Jardim. Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2023. (Diset: Nota Técnica, 123). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/diset123>

DIP, Andrea. Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

EMPOLI. Giuliano Da. Os Engenheiros do caos. 1ª edição. São Paulo. Vestígio. 2020.

GANEM, Cássia Maria Senna et al. Estado Laico e Direitos Fundamentais. Constituição de 1988: O Brasil 20 anos depois - Os alicerces da Redemocratização, Brasília, v. 1, cap. 15, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/outras-publicacoes>.

JULIANO. Spyer. 2ª edição. São Paulo. Geração Editorial. 2020.

LEEUWEN. Theo Van. Legitimation_in_Discourse_and_Communication. https://www.researchgate.net/publication/27650813_

LIMONGI, Fernando. Operação Impeachment – Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. 1ª Edição. São Paulo. Editora Todavia, 2023.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Publicado originalmente como posfácio a Principes du gouvernement représentatif. 2. ed. Paris: Flammarion, 2012, pp. 309-35.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. 1ª edição. NY. Cambridge University Press. 1997.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 5ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo. “Pentecostais e política no Brasil. Do apolitismo ao ativismo corporativista” in H. Santos (org.), Debates Pertinentes Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação – Territórios em disputa. Editora Unesp. 2013

MOROZOV. Evgeny. 2ª reimpressão. São Paulo. Ubu Editora, 2018

MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; DE OLIVEIRA, Leandro. Algumas tendências no discurso evangélico e católico sobre a homossexualidade. Sexualidade – Gênero e Sociedade. Ano XI, nº 22, dezembro de 2004.

NOBRE, Marcos. Ponto-final. A guerra de Bolsonaro contra a democracia. 1ª edição. São Paulo. Editora Todavia. 2020

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e políticos brasileiros. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. vol 18. P. 58. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília. SEDH/PR, 2010. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/PNDH-3_versao_final-eleitoral.pdf.

RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). 2020.

SURUAGY, Bruna. Religião & Política – ideologias, articulações e estratégias da bancada evangélica na câmara federal. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Annablume Editora. 2019.

WYLLYS, Jean. Bancada evangélica quer barrar casamento gay em igreja. Disponível em: <https://exame.com/mundo/bancada-evangelica-quer-barrar-casamento-gay-em-igreja-2/>. Ano: 2011. Acesso em: 02 de junho de 2023.

Páginas Acessadas na Internet

ALVES, Jaciane. “Propor tratamento para homossexualidade é homofóbico, diz deputada”. Agência Câmara de Notícias. Brasil, 06 de novembro de 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/388400-propor-tratamento-para-homossexualidade-e-homofobico-diz-deputada/>

ANISTIA Internacional. Anistia Internacional considera inaceitável Feliciano na CDH. Disponível em: <https://exame.com/brasil/anistia-internacional-considera-inaceitavel-feliciano-na-cdh/>. Ano 2013. Acesso 14 de dezembro de 2023.

APÓS debate, Dilma defende criminalização da homofobia. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/09/apos-debate-dilma-defende-criminalizacao-da-homofobia.html>

BALTHAZAR, Ricardo. Com ausência de Lula, Bolsonaro e Marina lideram pesquisa Datafolha. Brasil, 10 de junho de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/com-ausencia-de-lula-bolsonaro-e-marina-lideram-pesquisa-datafolha.shtml>

BOLSONARO, Jair. Evangélicos fazem contra o aborto e a união homoafetiva. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/evangelicos-fazem-ato-contra-aborto-a-uniao-homoafetiva-8600472>. Ano: 2013. Acesso em 01 de junho de 2023. <http://t.co/QZiQTePOp4>, 2013.

CAMPOS, João. Bancada evangélica quer barrar casamento gay em igreja. Disponível em: <https://exame.com/mundo/bancada-evangelica-quer-barrar-casamento-gay-em-igreja-2/>. Ano: 2011. Acesso em: 02 de junho de 2023. <https://www.camara.leg.br/noticias/389736-frente-evangelica-pede-ao-senado-mais-discussao-sobre-reforma-do-codigo-penal/>.

CÂMARA decide arquivar projeto que autoriza cura gay. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/camara-decide-arquivar-projeto-que-autoriza-cura-gay.html>. Ano: 2013. Acesso em: 09 dezembro de 2023.

Cfemea. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/2008.php?iframe=aborto_negado_2008. Acesso: 2023

CFP - <https://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-0199-e-mantida-em-decisao-judicial/>

COM Feliciano, Comissão de Direitos Humanos teve retrocesso. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/com-feliciano-comissao-de-direitos-humanos-teve-retrocesso-11130426>. Ano 2013. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.

COMISSÃO aprova texto-base do Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/22/comissao-aprova-texto-base-do-plano-nacional-de-educacao.htm> Ano: 2014. Acesso: 2024.

COMISSÃO eleitoral ele pastor polêmico como presidente. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/07/comissao-de-direitos-humanos-elege-pastor-polemico-como-presidente.htm>. Ano: 2013. Acesso em 13 de dezembro de 2023

COMUNIDADE gay reage à suspensão do 'kit anti-homofobia'. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/920730-comunidade-gay-reage-a-suspensao-do-kit-anti-homofobia.shtml>. Acesso em: 2024

CONGRESSO EM FOCO MATERIA FAKE NEWS KIT GAY...
<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/>

CONSELHO Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Ano: 1999. Acesso 29 de dezembro de 2023.

CRIVELLA, Marcelo. Projeto que trata da discriminação de homossexuais causa polêmica no Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/05/11/projeto-que-trata-da-discriminacao-de-homossexuais-causa-polemica-no-senado>. Ano: 2007. Acesso em: 02 de junho de 2023

DEPUTADOS dizem que decisão sobre discussão de gênero nas escolas deve ser do Congresso. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/475150-deputados-dizem-que-decisao-sobre-discussao-de-genero-nas-escolas-deve-ser-do-congresso> Ano: 2015. Acesso: 2023.

DILMA divulga carta aberta aos religiosos. Revista Veja. Brasil, 15 de outubro de 2010. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/dilma-divulga-carta-aberta-aos-religiosos>. Acesso em: 02 de junho 2023. DILMA, Rousseff... <https://oglobo.globo.com/politica/apos-pressao-de-religiosos-dilma-suspende-producao-de-kit-anti-homofobia-2766070>

DILMA defende aborto na saúde pública por motivos médicos legais. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-defende-aborto-na-saude-publica-por-motivos-medicos-legais-12712379>

DIRCEU, José. José Dirceu: “O problema do Bolsonaro é do PSDB e DEM. Sem Lula, temos Ciro e Haddad”. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/24/politica/1537815456_213002.html. Ano: 2018. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

EDUCAÇÃO debate aplicação da ideologia de gênero e orientação sexual no PNE. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/474973-educacao-debate-aplicacao-da-ideologia-de-genero-e-orientacao-sexual-no-pne> Ano: 2015. Acesso: 2024.

EMPOLI, Giuliano Da. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/em-livro-italiano-defende-que-novos-populistas-funcionam-como-algoritmos>. Acesso: 2024.

ESTADAO KIT GAY ELEICAO SP 2012...
<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/kit-gay-quer-doutrinar-em-vez-de-educar-imp/>

FALCÃO, Márcio. Em carta, Dilma não promete veto a aborto. Folha de S. Paulo. São Paulo, 16 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1610201009.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2023

FELICIANO diz que projeto sobre cura gay protege psicólogos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/feliciano-diz-que-projeto-sobre-cura-gay-protege-psicologos.html>. Ano: 2013. Acesso em 10 de dezembro de 2023

FELICIANO, Marco. Evangélicos fazem ato contra o aborto e a união homoafetiva. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/evangelicos-fazem-ato-contra-aborto-a-uniao-homoafetiva-8600472>. Ano: 2013. Acesso em 01 de junho de 2023.

FERNANDES, Talita. “Bolsonaro propõe ensino a distância para combater marxismo e reduzir custos”. Brasil, 07 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-propoe-ensino-a-distancia-para-combater-marxismo-e-reduzir-custos.shtml> Acesso: 2024

FERRARE, Carol. “A CÉLULA ESTÁ SENDO DESTRUÍDA”. Congresso em Foco. Brasil, 05 de julho de 2007. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/a-celula-esta-sendo-destruida/>. Acesso: 3 de junho de 2023

FERREIRA, Anderson. <https://www.camara.leg.br/noticias/408704-NOVO-PROJETO-SOBRE-TRATAMENTO-DA-HOMOSSEXUALIDADE-SERA-DEVOLVIDO-AO-AUTOR>. Ano: 2013. Acesso em 29 de dezembro 2023.

FOLHA; WYLLYS DEIXA O BRASIL
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>

FRENTE Evangélica Brasileira. Disponível em: www.frenteevangelicabrasileira.com.br

HADDAD, Fernando. Haddad procura pastores evangélicos para tentar se desvincular do 'kit gay'. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/39367-haddad-procura-pastores-evangelicos-para-tentar-se-desvincular-do-kit-gay.shtml>. Ano: 2012. Acesso: 03 de junho 2023

IBOPE. Evangélicos são os brasileiros mais resistentes à união homoafetiva, aponta

Ibope. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/07/28/evangelicos-sao-os-mais-resistentes-a-uniao-homoafetiva-aponta-ibope.htm>. Ano: 2011. Acesso em: 01 de junho de 2023.

IPEA. Nota técnica. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12605/1/NT_123_Diset_crescimento_dos_estabelecimentos.pdf

INTERVOZES. Fake News: Como as plataformas enfrentam a Desinformação. Disponível em: <https://app.rios.org.br/index.php/s/mZ45MGT3owSXqez>. Ano: 2021. Acesso: 12 de junho de 2023

MALAFAIA, Silas. Evangélicos fazem ato contra o aborto e a união homoafetiva. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/evangelicos-fazem-ato-contra-aborto-a-uniao-homoafetiva-8600472>. Ano: 2013. Acesso em 01 de junho de 2023.

MARCO Feliciano e eleito presidente da Comissão De Direitos Humanos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/03/marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos.html>. Ano: 2013. Acesso em: 13 de dezembro de 2023

OITO candidatos à presidência participam de debate na CNBB. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/09/oito-candidatos-presidencia-participam-de-debate-na-cnbb.htm>

PENNAFORT, Roberta. “Jair Bolsonaro atraiu atenções no protesto de Copacabana”. Brasil, 15 de março de 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/jair-bolsonaro-atraiu-atencoes-no-protesto-de-copacabana/>. Acesso: 2024

PESQUISA AVAAZ SOBRE FAKE NEWS... <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>

PESQUISA Ibope: Bolsonaro, 28%; Haddad, 19%; Ciro, 11%; Alckmin, 7%; Marina, 6%. Brasil, 18 de setembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/18/pesquisa-ibope-bolsonaro-28-haddad-19-ciro-11-alckmin-7-marina-6.ghtml>

PROPOSTA sobre cura gay e aprovada em comissão presidida por Feliciano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml?mobile>. Ano 2013. Acesso em: 05 de janeiro de 2024.

PROGRAMA Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/05/presidente-altera-trechos-polemicos-do-plano-de-direitos-humanos.html>. Ano: 2010. Acesso em 11 de junho de 2023.

RAFAEL Rodrigues Do Púlpito ao Parlamento. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisV/GT11/Dopulpitoaoparlamento_RafaelCosta_LucianaSilveira.pdf

RODOVALHO, Robson. Resistência religiosa. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/reportagem/resistencia-religiosa/>. Ano: 2007. Acesso em: 02 de junho de 2023.

SARNEY, José. Comissão para reforma do Código Penal é instalada pelo presidente do Senado. Disponível em: <https://www.interlegis.leg.br/comunicacao/noticias/2011/10/senado-comissao-para-reforma-do-codigo-penal-e-instalada-pelo-presidente-do-senado>. Ano: 2011. Acesso: 03 de junho de 2023.

SARNEY, José. Frente Evangélica pede ao Senado mais discussão sobre reforma do Código Penal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/389736-frente-evangelica-pede-ao-senado-mais-discussao-sobre-reforma-do-codigo-penal/>. Ano: 2012. Acesso em: 13 de junho de 2023.

SEM consenso, projeto sobre Escola sem Partido será arquivado. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549616-sem-consenso-projeto-sobre-escola-sem-partido-sera-arquivado/> Ano: 2018. Acesso: 2023.

SERRA, José. Serra promete a evangélicos vetar projeto que criminaliza homofobia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2010/serra-promete-evangelicos-vetar-projeto-que-criminaliza-homofobia-4983603>. Ano: 2010. Acesso: 02 de junho de 2023.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

STF. STF reconhece união homoafetiva por unanimidade. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/stf-reconhece-uniao-homoafetiva-por-unanimidade/>. Ano: 2011. Acesso: 02 de junho de 2023.

STF. Aborto até o terceiro mês não é crime, decide turma do Supremo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1836895-aborto-ate-o-terceiro-mes-nao-e-crime-decide-turma-do-supremo.shtml>. Ano: 2016. Acesso: 02 de junho de 2023.

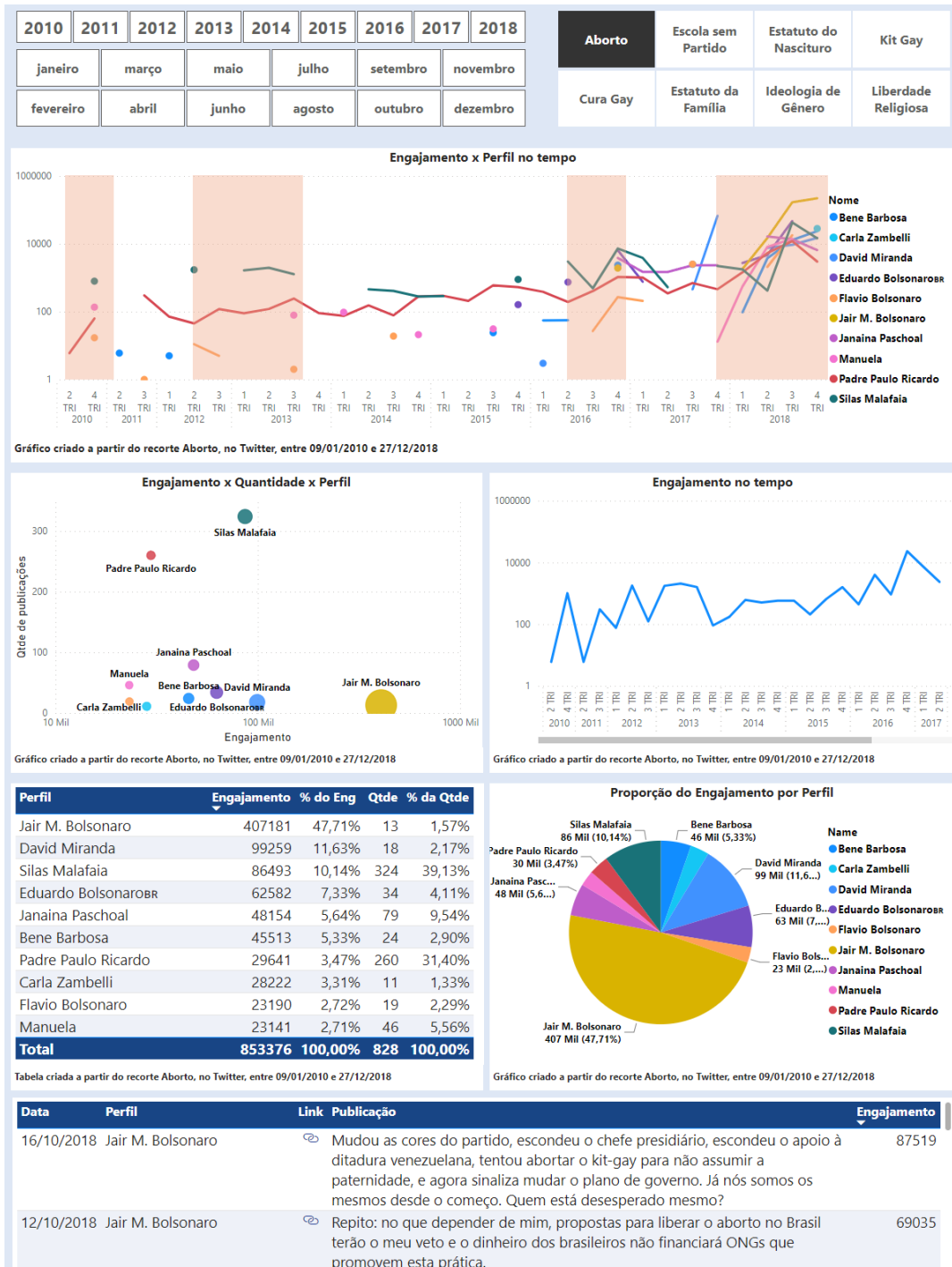
SUPLICY, Marta. Evangélicos impedem votação do projeto que criminaliza homofobia.

Disponível em: <https://www.estadao.com.br/ciencia/evangelicos-impedem-votacao-do-projeto-que-criminaliza-homofobia/>. Ano: 2011. Acesso: 02 de junho de 2023.

ANEXOS

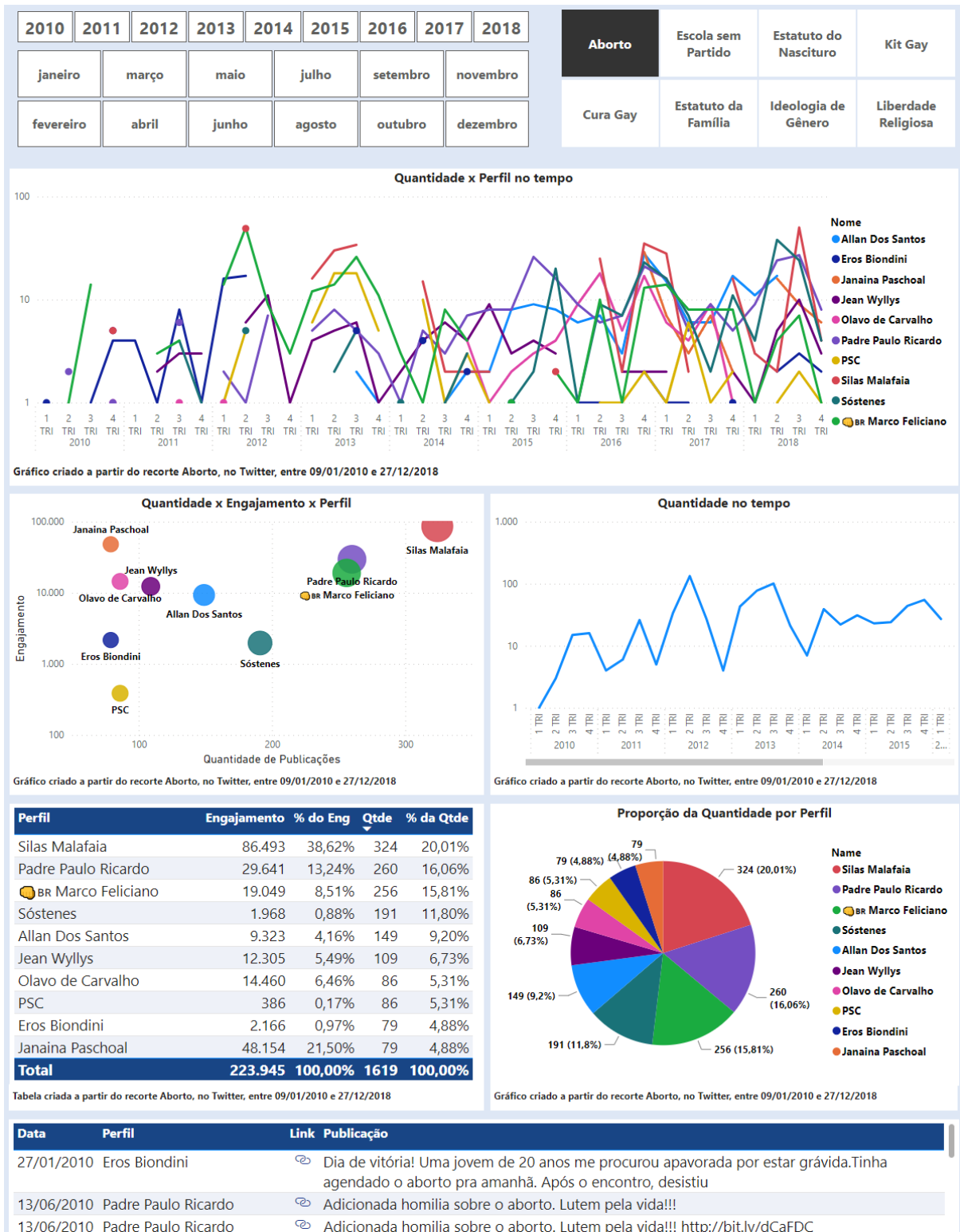
ANEXO 1 – Dashboards criados pela ferramenta da empresa Mass sobre cada tema

Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Aborto – Engajamento 2010 a 2018



Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Aborto – Quantidade

2010 a 2018



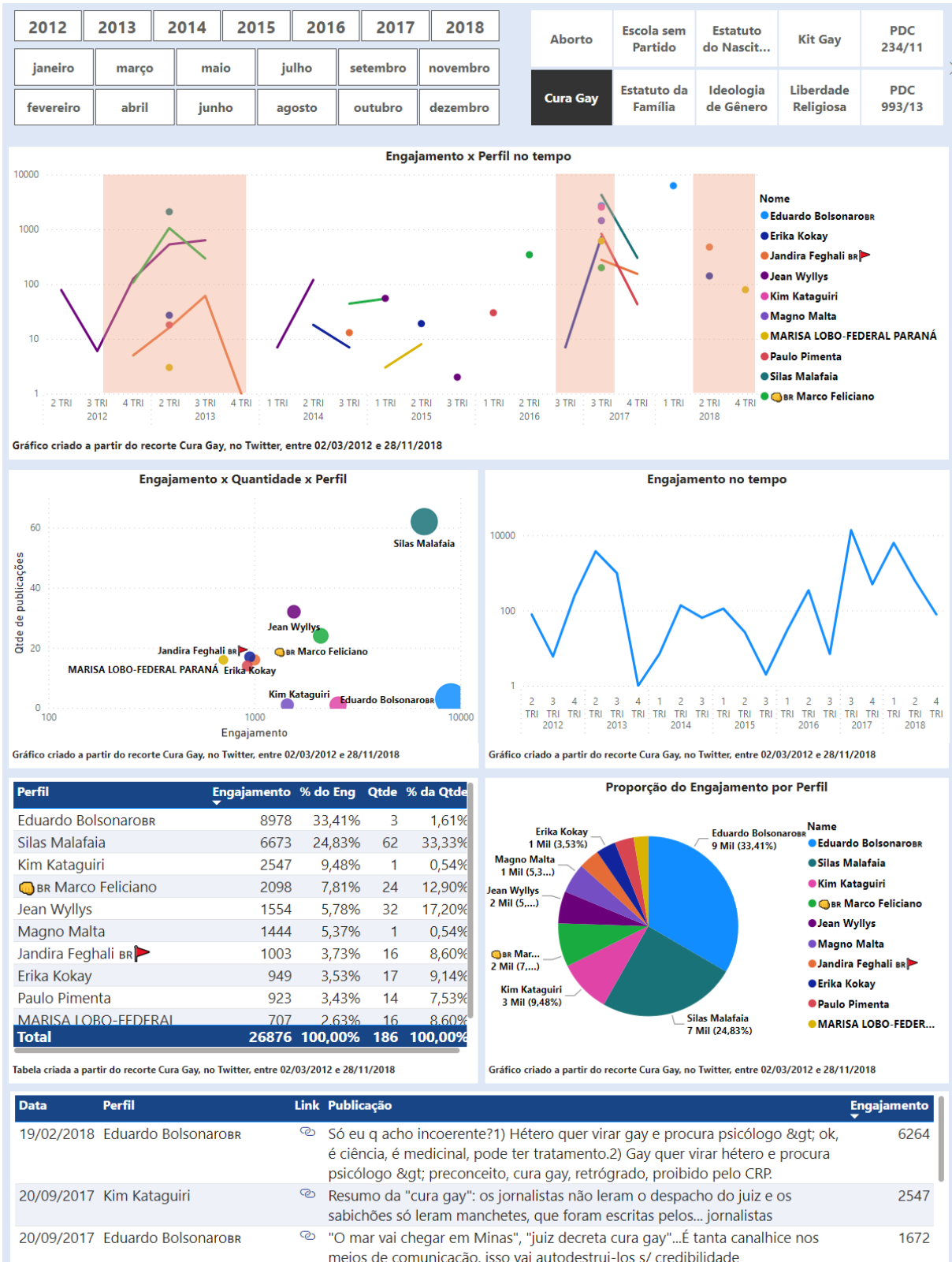
Dashboard Grande Imprensa - Eixo Família/Costumes – Aborto

2010 a 2018



Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Cura Gay – Engajamento

2010 a 2018



Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Cura Gay – Quantidade

2010 a 2018

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
janeiro	março	maio	julho	setembro	novemb...	
fevereiro	abril	junho	agosto	outubro	dezembro	

Aborto	Escola sem Partido	Estatuto do Nascituro	Kit Gay	PDC 234/11
Cura Gay	Estatuto da Família	Ideologia de Gênero	Liberdade Religiosa	PDC 993/13

Quantidade x Perfil no tempo

Gráfico criado a partir do recorte Cura Gay, no Twitter, entre 02/03/2012 e 28/11/2018

Quantidade x Engajamento x Perfil

Gráfico criado a partir do recorte Cura Gay, no Twitter, entre 02/03/2012 e 28/11/2018

Quantidade no tempo

Gráfico criado a partir do recorte Cura Gay, no Twitter, entre 02/03/2012 e 28/11/2018

Perfil	Engajamento	% do Eng	Qtde	% da Qtde
Silas Malafaia	6.673	48,07%	62	30,85%
Jean Wyllys	1.372	9,88%	29	14,43%
BR Marco Feliciano	2.098	15,11%	24	11,94%
Erika Kokay	949	6,84%	17	8,46%
Sóstenes	148	1,07%	17	8,46%
Jandira Feghali BR	1.003	7,23%	16	7,96%
Paulo Pimenta	875	6,30%	12	5,97%
Manuela	446	3,21%	10	4,98%
Ivan Valente	194	1,40%	7	3,48%
PT Brasil	124	0,89%	7	3,48%
Total	13.882	100,00%	201	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Cura Gay, no Twitter, entre 02/03/2012 e 28/11/2018

Proporção da Quantidade por Perfil

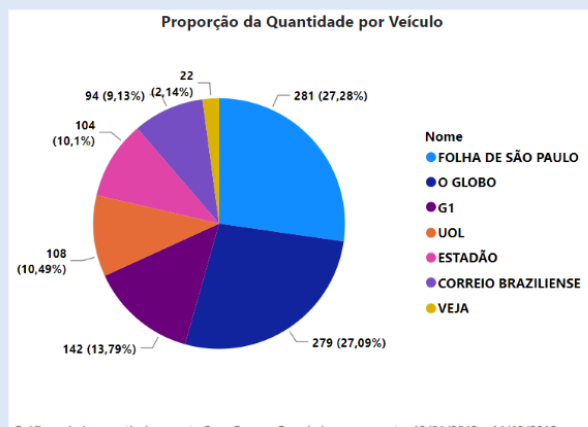
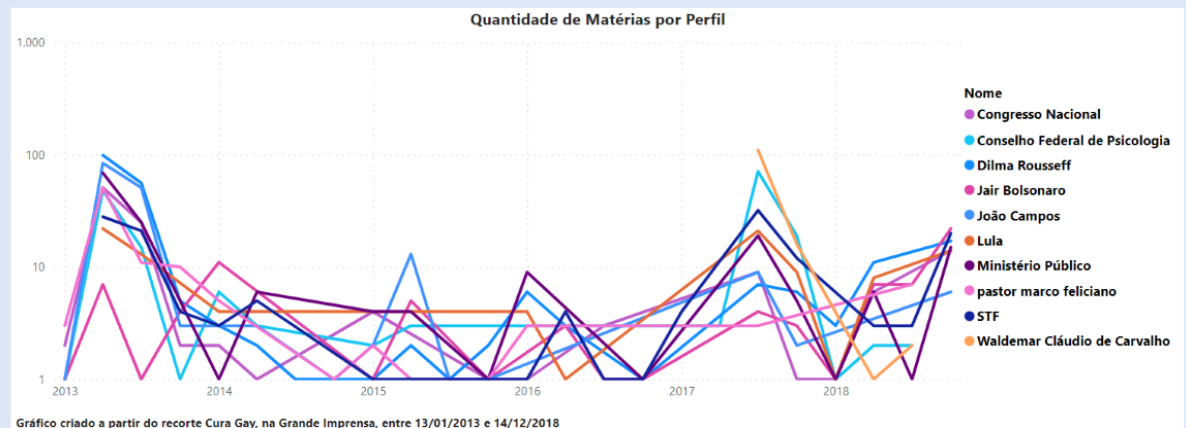
Gráfico criado a partir do recorte Cura Gay, no Twitter, entre 02/03/2012 e 28/11/2018

Data	Perfil	Link	Publicação
28/06/2012	Jean Wyllys	http://t.co/lwAEUu2F	Audiência pública sobre a "cura gay". Estamos acompanhando!
29/06/2012	Jean Wyllys	http://t.co/APrMz6la	A verdade sobre a audiência pública da "cura gay": (ASCOM)
01/08/2012	Jean Wyllys	http://t.co/T8UwWANM	Soube ontem. Tinha que negar mesmo! /RT "@MarkosOliveira: TRF-RJ nega pedido do MPF-RJ para permitir a "cura gay"

Dashboard Grande Imprensa - Eixo Família/Costumes – Cura Gay

2010 a 2018

2013	2014	2015	2016	2017	2018	Aborto	Escola sem Partido	Estatuto do Nascituro	Kit Gay
abril	dezembro	janeiro	junho	março	outubro	Cura Gay	Estatuto da Família	Ideologia de Gênero	Liberdade Religiosa
agosto	fevereiro	julho	maio	novembro	setembro				



Perfil	Qtde	% do Total
Dilma Rousseff	227	27,99%
Conselho Federal de Psicologia	180	22,19%
João Campos	177	21,82%
Ministério Público	172	21,21%
STF	144	17,76%
Waldemar Cláudio de Carvalho	129	15,91%
Congresso Nacional	123	15,17%
pastor marco feliciano	98	12,08%
Lula	97	11,96%
Jair Bolsonaro	80	9,86%
Quantidade de Matérias	811	100,00%

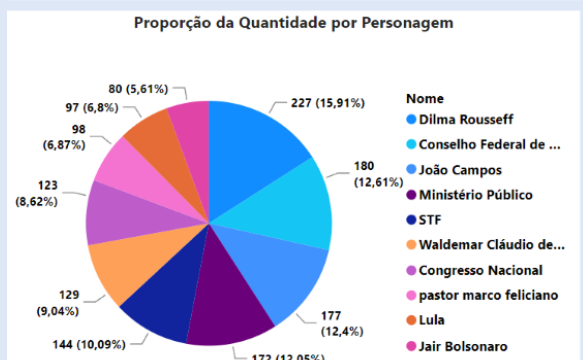
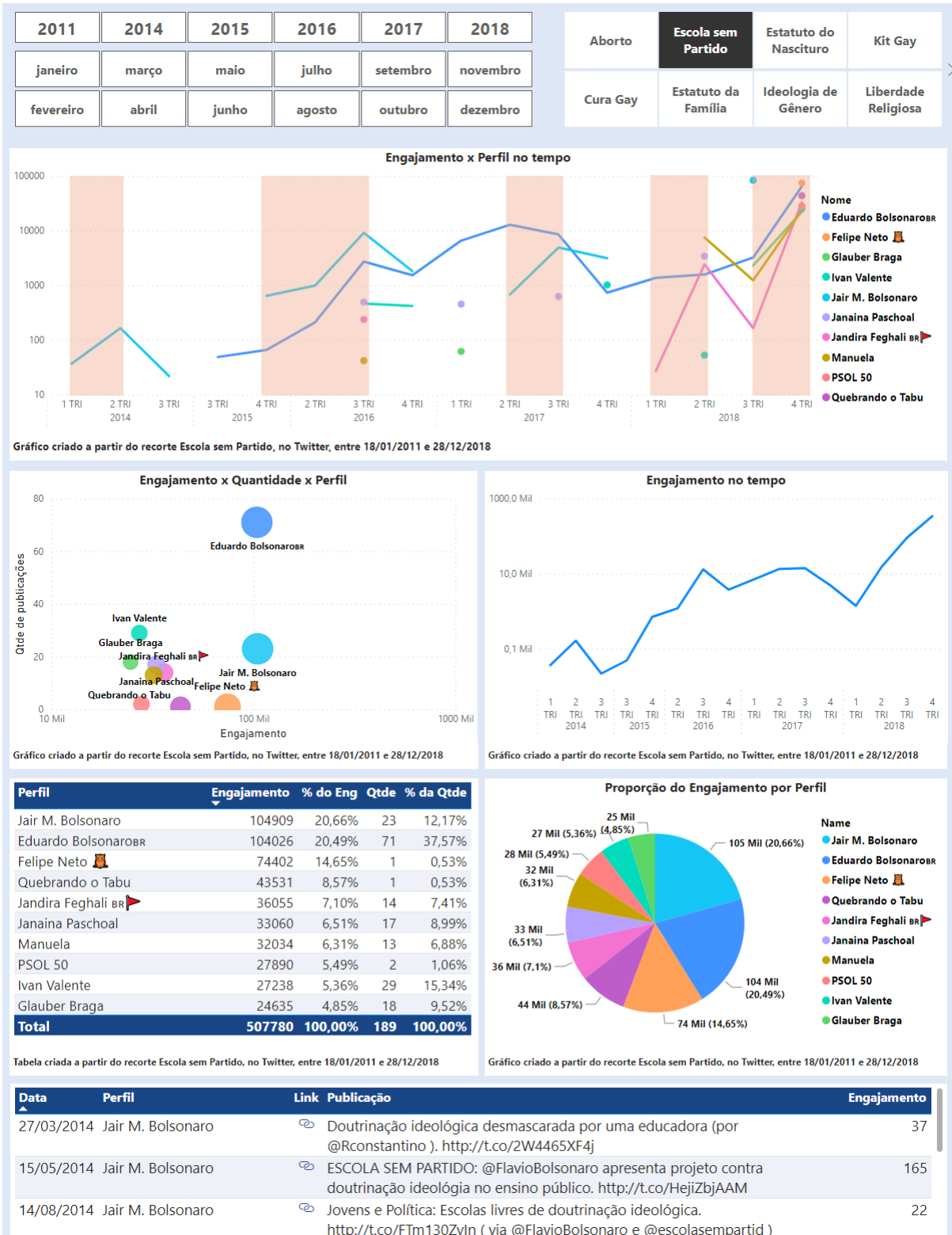


Tabela criada a partir do recorte Cura Gay, na Grande Imprensa, entre 13/01/2013 e 14/12/2018

Data	Perfis	Original	Interno	Veículo	Título
14/12/2018	6			O GLOBO	A CONSTITUIÇÃO CONTRA A TEOPOLÍTICA
14/12/2018	6			O GLOBO	CONRADO HÜBNER MENDES
13/12/2018	6			O GLOBO	CONRADO HÜBNER MENDES

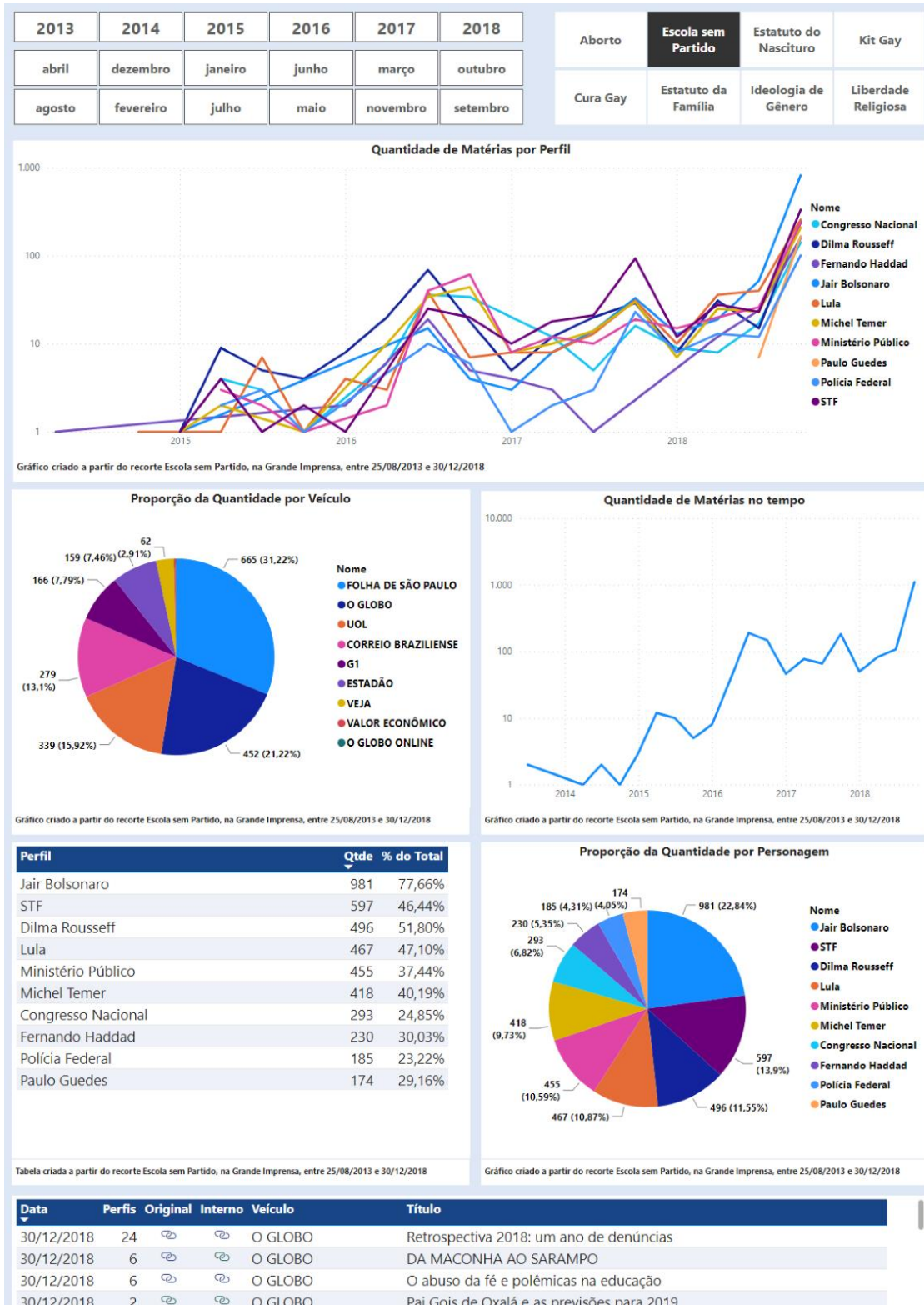
Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Escola sem Partido – Engajamento 2010 a 2018



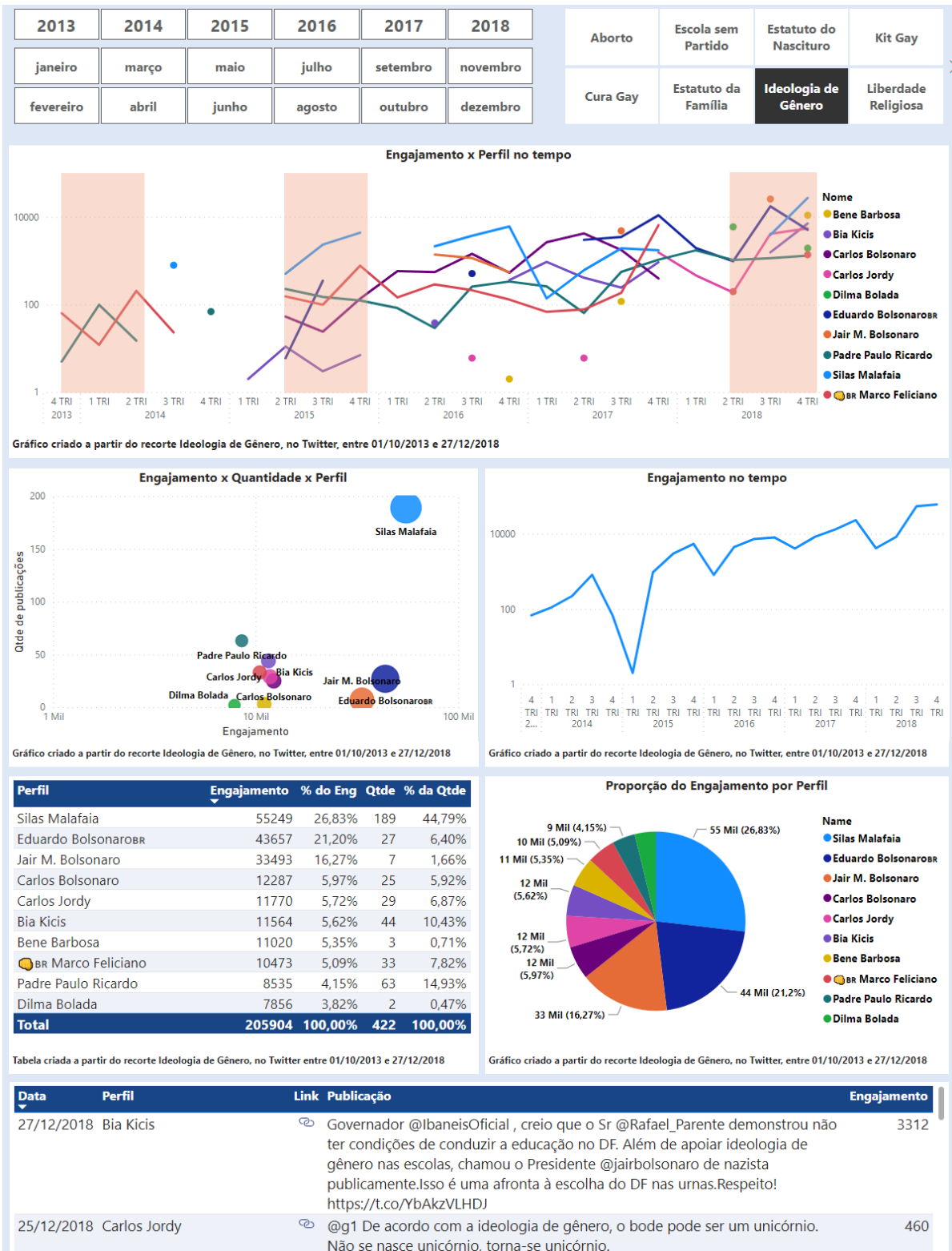
Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Escola sem Partido – Quantidade 2010 a 2018



Dashboard Grande Imprensa - Eixo Família/Costumes – Escola sem Partido 2010 a 2018



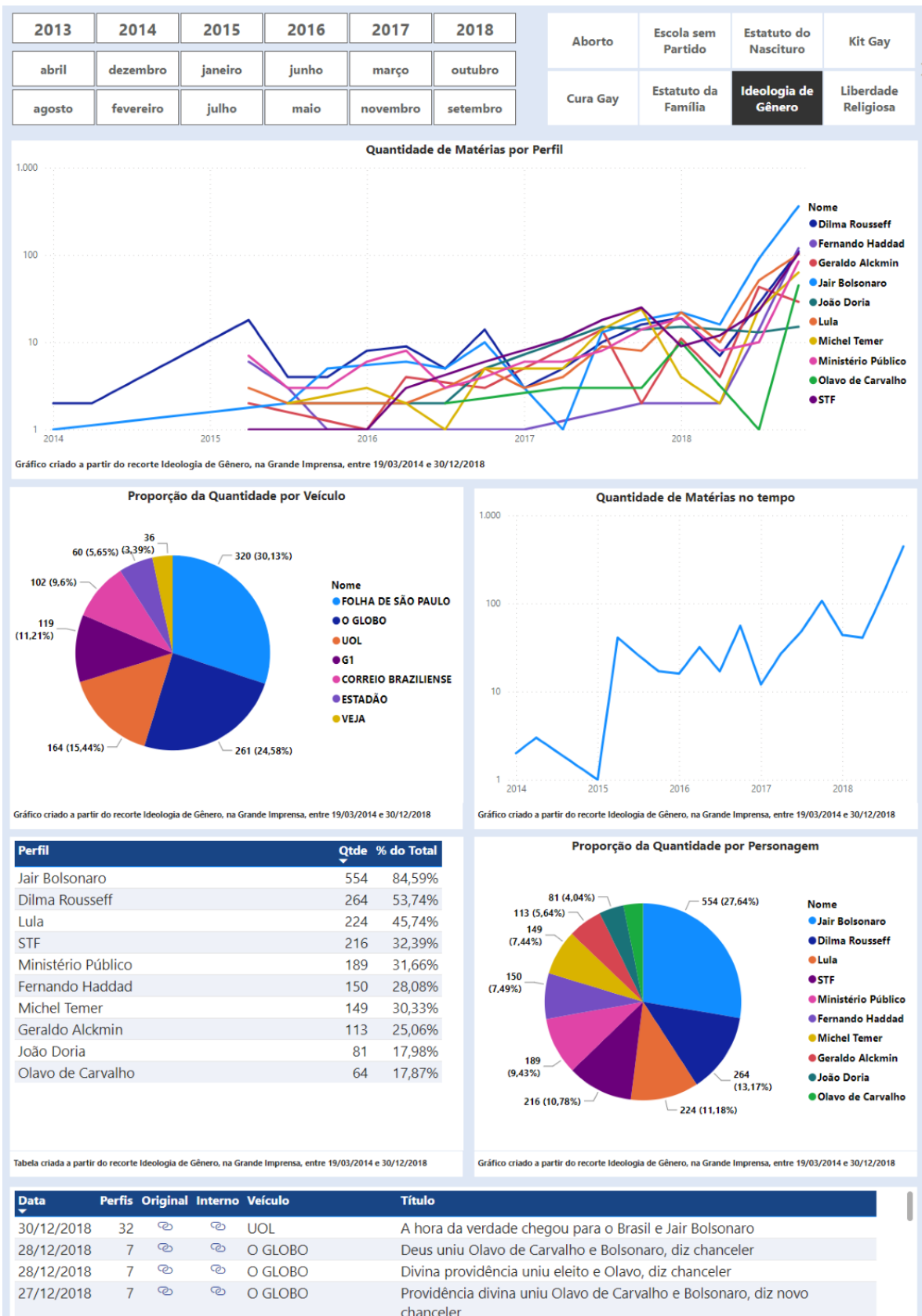
Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Ideologia de Gênero – Engajamento 2010 a 2018



Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Ideologia de Gênero – Quantidade 2010 a 2018

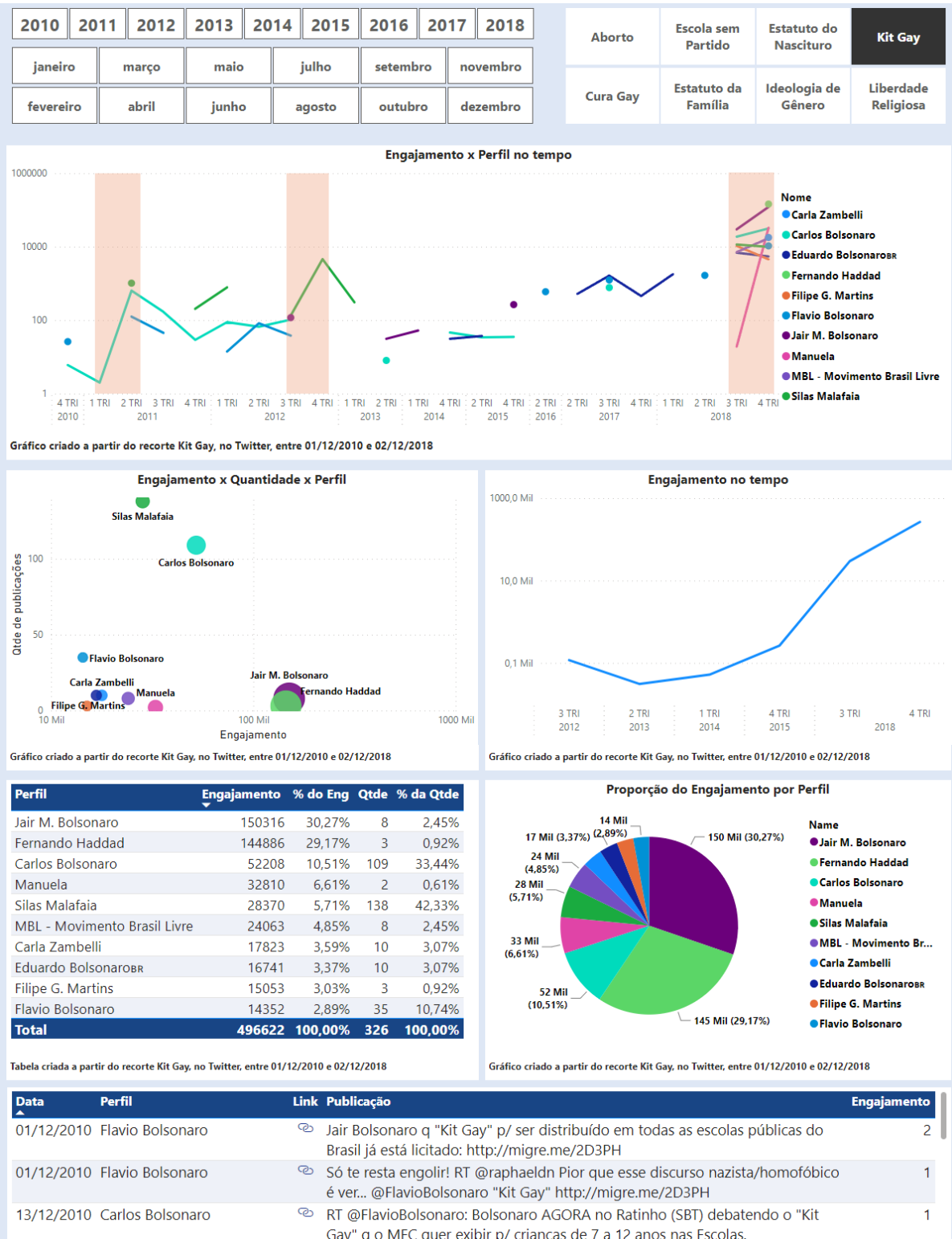


Dashboard Grande Imprensa - Eixo Família/Costumes – Ideologia de Gênero 2010 a 2018



Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Kit Gay – Engajamento

2010 a 2018



Dashboard Rede Social - Eixo Família/Costumes – Kit Gay – Quantidade 2010 a 2018

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Aborto	Escola sem Partido	Estatuto do Nascituro	Kit Gay	PDC 234/11
janeiro	março	maio	julho	setembro	novemb...			Cura Gay	Estatuto da Família	Ideologia de Gênero	Liberdade Religiosa	PDC 993/13
fevereiro	abril	junho	agosto	outubro	dezembro							

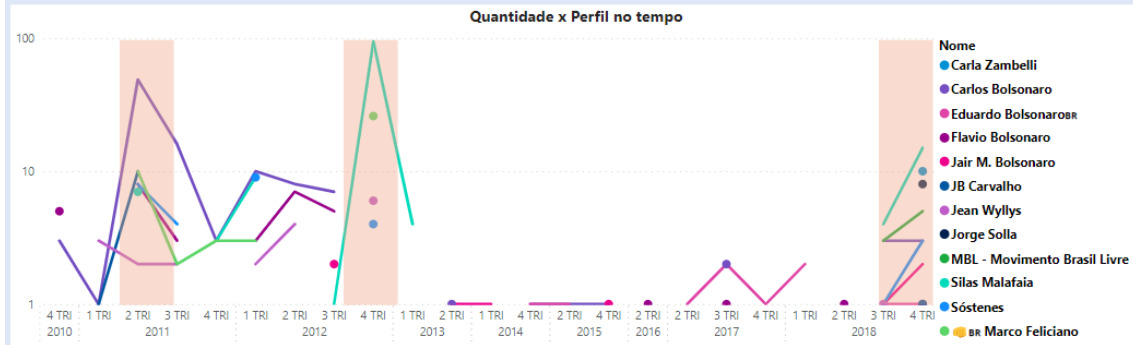


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, no Twitter, entre 01/12/2010 e 02/12/2018

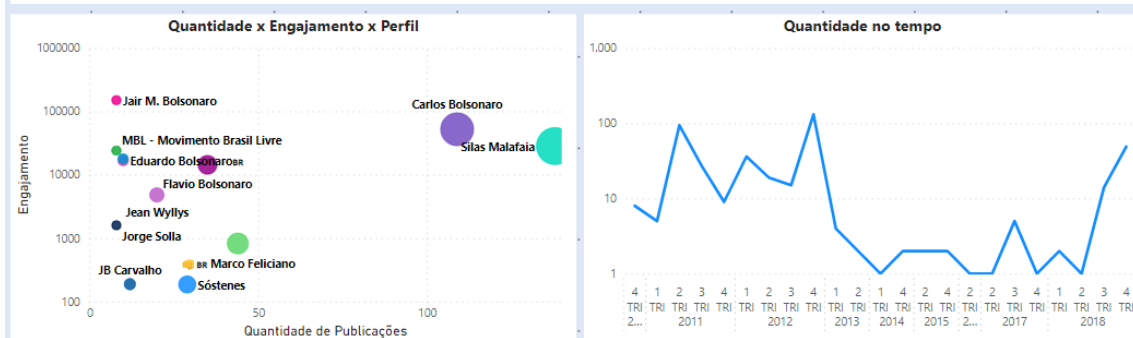


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, no Twitter, entre 01/12/2010 e 02/12/2018

Perfil	Engajamento	% do Eng	Qtde	% da Qtde
Silas Malafaia	28370	9,11%	138	32,02%
Carlos Bolsonaro	52208	16,76%	109	25,29%
BR Marco Feliciano	824	0,26%	44	10,21%
Flavio Bolsonaro	14352	4,61%	35	8,12%
Sóstenes	186	0,06%	29	6,73%
Jean Wyllys	4812	1,54%	20	4,64%
JB Carvalho	188	0,06%	12	2,78%
Carla Zambelli	17823	5,72%	10	2,32%
Eduardo BolsonaroBR	16741	5,37%	10	2,32%
Jair M. Bolsonaro	150316	48,26%	8	1,86%
Jorge Solla	1596	0,51%	8	1,86%
Total	311479	100,00%	431	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Kit Gay, no Twitter, entre 01/12/2010 e 02/12/2018

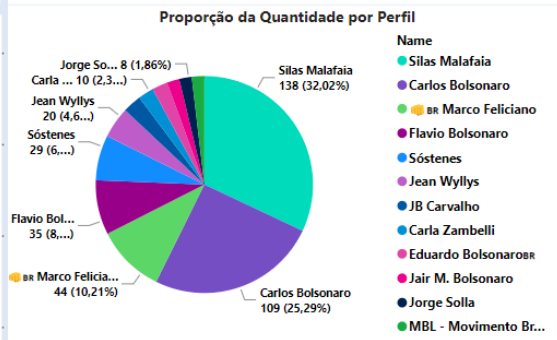


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, no Twitter, entre 01/12/2010 e 02/12/2018

Data	Perfil	Link	Publicação
01/12/2010	Flavio Bolsonaro		Jair Bolsonaro q "Kit Gay" p/ ser distribuido em todas as escolas públicas do Brasil já está licitado: http://migre.me/2D3PH
01/12/2010	Flavio Bolsonaro		Só te resta engolir! RT @raphaeln Pior que esse discurso nazista/homofóbico é ver... @FlavioBolsonaro "Kit Gay" http://migre.me/2D3PH
13/12/2010	Carlos Bolsonaro		RT @FlavioBolsonaro: Bolsonaro AGORA no Ratinho (SBT) debatendo o "Kit Gay" q o MEC quer exibir p/ crianças de 7 a 12 anos nas Escolas.

Dashboard Grande Imprensa - Eixo Família/Costumes – Kit Gay

2010 a 2018

2013	2014	2015	2016	2017	2018	Aborto	Escola sem Partido	Estatuto do Nascituro	Kit Gay
abril	dezembro	janeiro	junho	março	outubro				
agosto	fevereiro	julho	maio	novembro	setembro	Cura Gay	Estatuto da Família	Ideologia de Gênero	Liberdade Religiosa

Quantidade de Matérias por Perfil

Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 31/01/2013 e 30/12/2018

Proporção da Quantidade por Veículo

Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 31/01/2013 e 30/12/2018

Quantidade de Matérias no tempo

Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 31/01/2013 e 30/12/2018

Proporção da Quantidade por Personagem

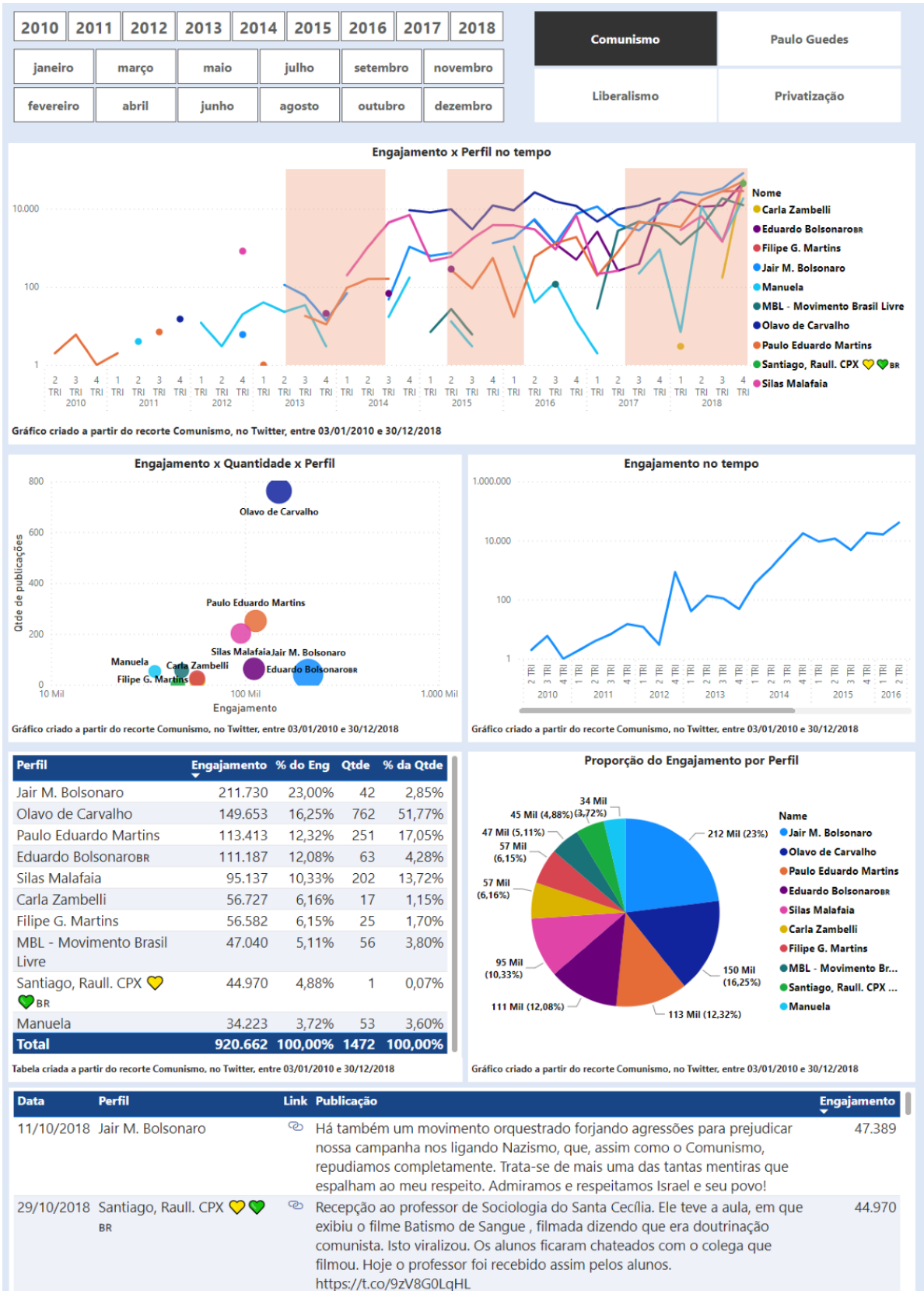
Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 31/01/2013 e 30/12/2018

Perfil	Qtde	% do Total
Jair Bolsonaro	488	83,42%
Fernando Haddad	347	59,32%
Dilma Rousseff	278	47,52%
Lula	236	40,34%
STF	124	21,20%
Ciro Gomes	108	18,46%
Paulo Guedes	88	15,04%
Geraldo Alckmin	83	14,19%
Marina Silva	83	14,19%
Polícia Federal	82	14,02%
Quantidade de Matérias	585	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Kit Gay, na Grande Imprensa, entre 31/01/2013 e 30/12/2018

Data	Perfis	Original	Interno	Veículo	Título
30/12/2018	12			O GLOBO	Em ano de eleições, Fato ou Fake fez mais de mil checagens
25/12/2018	9			FOLHA DE SÃO PAULO	A2 TERÇA-FEIRA, 25 DE DEZEMBRO DE 2018 FOLHA DE S.PAULO * * * opinião FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL A S...

Dashboard Rede Social - Eixo Ideológico – Comunismo – Engajamento 2010 a 2018



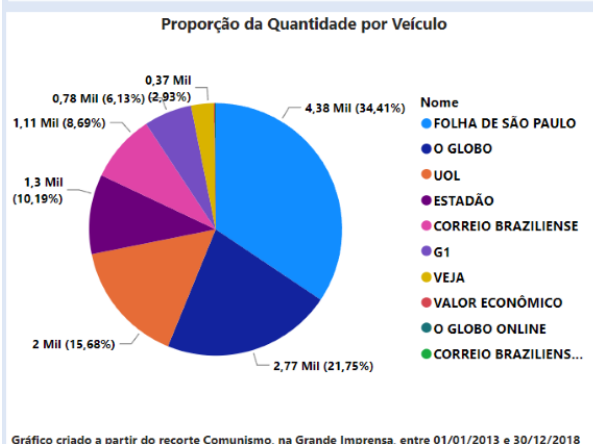
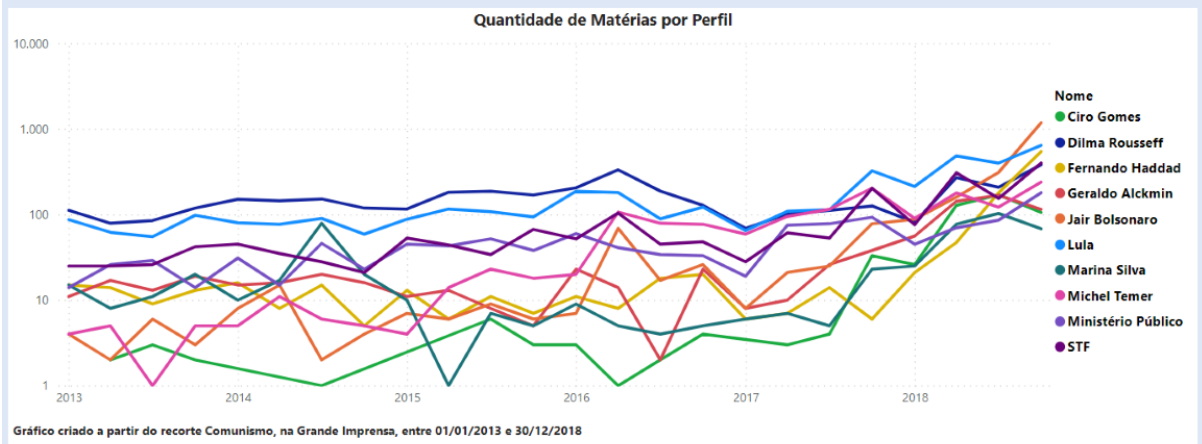
Dashboard Rede Social - Eixo Ideológico – Comunismo – Quantidade 2010 a 2018



Dashboard Grande Imprensa - Eixo Ideológico – Comunismo

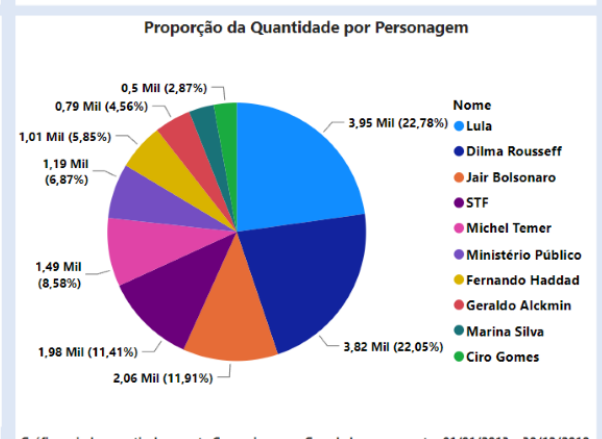
2010 a 2018

2013	2014	2015	2016	2017	2018	Comunismo	Paulo Guedes	
abril	dezembro	janeiro	junho	março	outubro		Liberalismo	Privatização
agosto	fevereiro	julho	maio	novembro	setembro			



Perfil	Qtde	% do Total
Lula	3945	49,30%
Dilma Rousseff	3819	47,73%
Jair Bolsonaro	2063	25,78%
STF	1976	24,69%
Michel Temer	1486	18,57%
Ministério Público	1190	14,87%
Fernando Haddad	1013	12,66%
Geraldo Alckmin	790	9,87%
Marina Silva	540	6,75%
Ciro Gomes	497	6,21%
Total	8002	100,00%

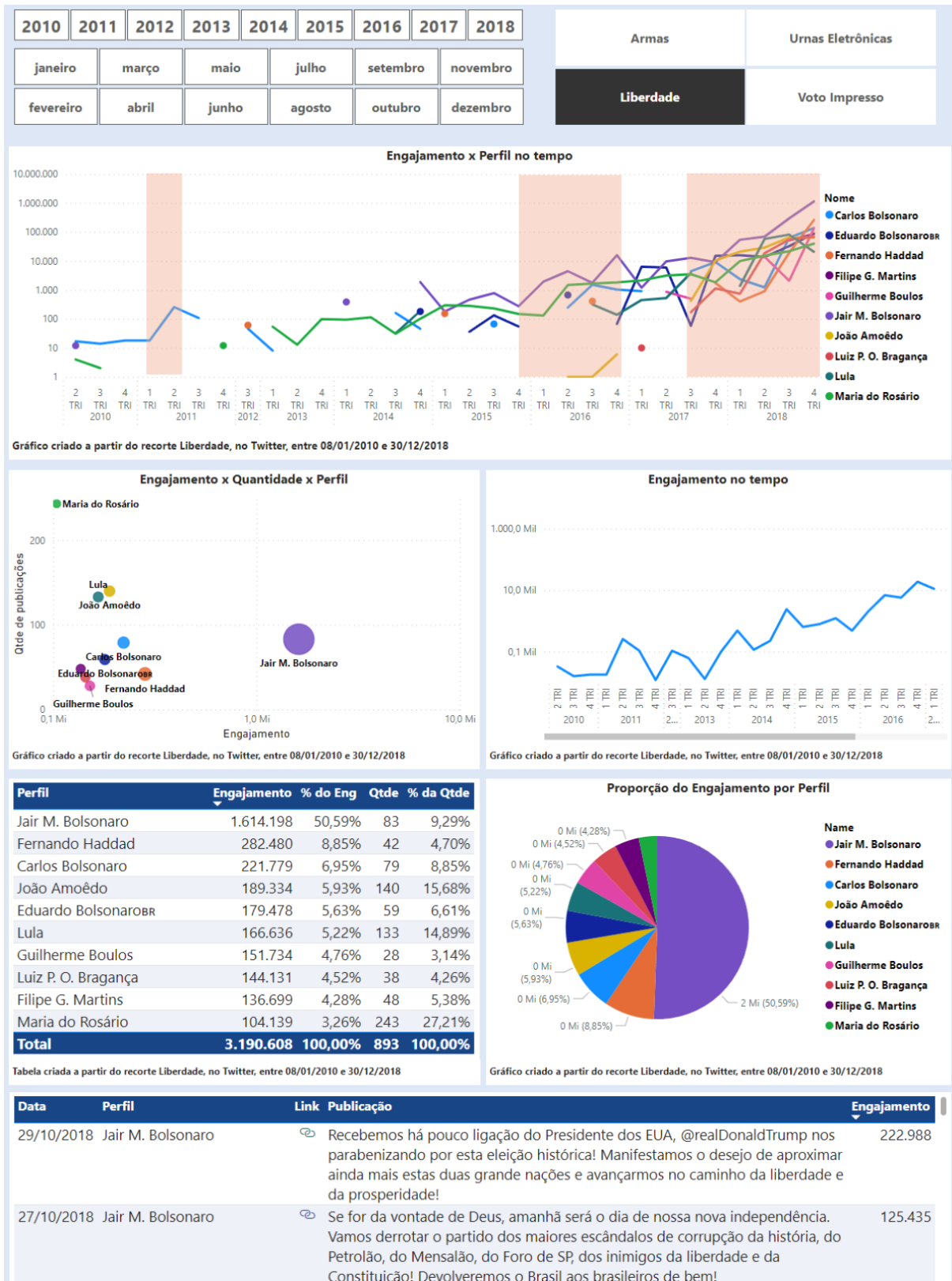
Tabela criada a partir do recorte Comunismo, na Grande Imprensa, entre 01/01/2013 e 30/12/2018



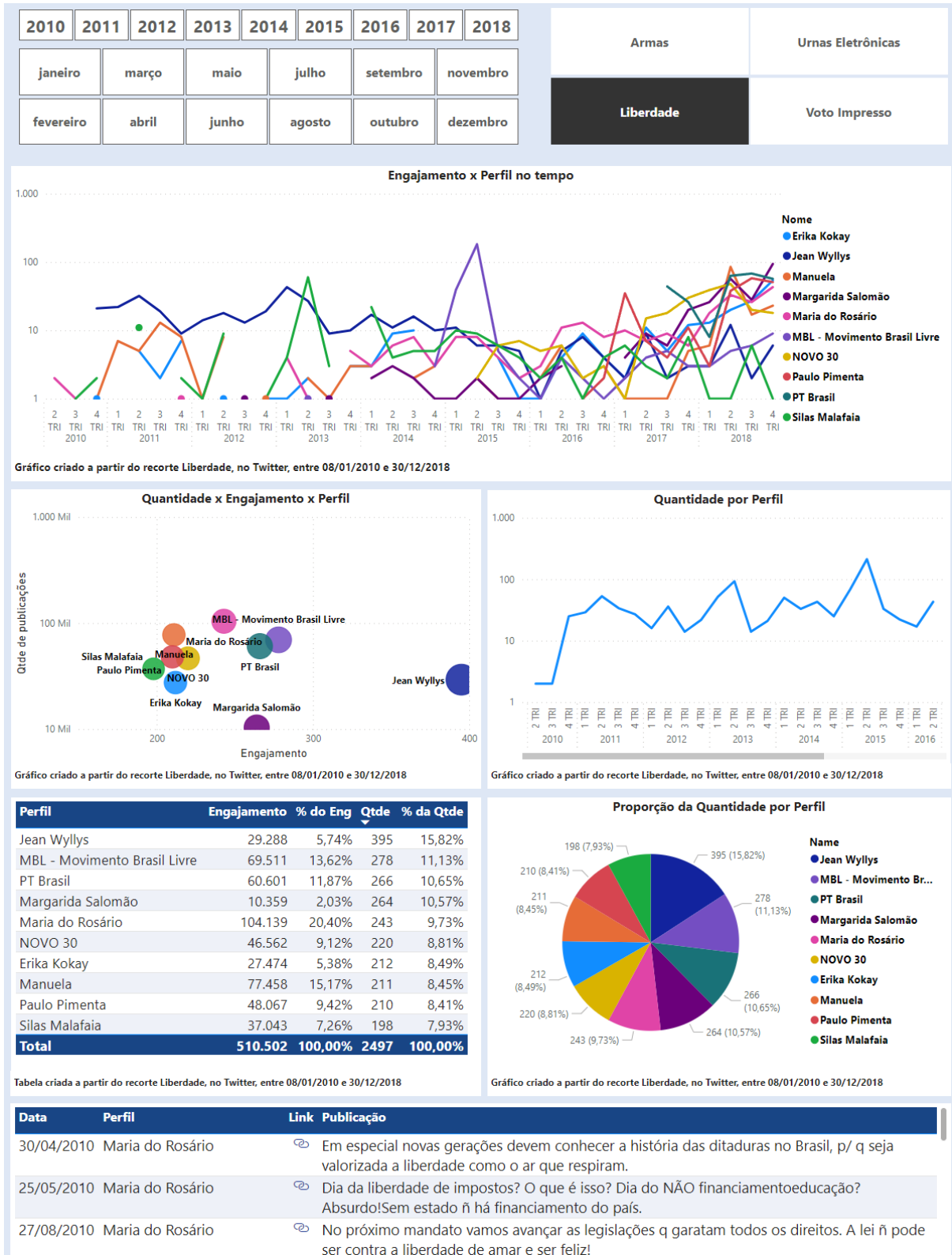
Data	Perfis	Original	Interno	Veículo	Título
30/12/2018	2			UOL	Confira os fatos que marcaram o mundo em 2018
30/12/2018	2			UOL	Cuba, 1959: a cobertura da AFP nas primeiras horas da vitória da Revolução
30/12/2018	5			UOL	Battisti pode buscar asilo em embaixada, diz mãe de seu filho

Dashboard Rede Social - Eixo Ideológico – Liberdade – Engajamento

2010 a 2018



Dashboard Rede Social - Eixo Ideológico – Liberdade – Quantidade 2010 a 2018



Dashboard Grande Imprensa – Eixo Ideológico – Liberdade

2010 – 2018

2013	2014	2015	2016	2017	2018		
abril	dezembro	janeiro	junho	março	outubro		
agosto	fevereiro	julho	maio	novembro	setembro		
						Armas	Urnas Eletrônicas
						Liberdade	Voto Impresso

Quantidade de Matérias por Perfil

Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, na Grande Imprensa, entre 01/01/2013 e 30/12/2018

Proporção da Quantidade por Veículo

Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, na Grande Imprensa, entre 01/01/2013 e 30/12/2018

Quantidade de Matérias no tempo

Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, na Grande Imprensa, entre 01/01/2013 e 30/12/2018

Perfil	Qtde	% do Total
Ministério Público	22645	40,04%
STF	19709	34,85%
Lula	13367	23,64%
Dilma Rousseff	12699	22,45%
Polícia Federal	11193	19,79%
Michel Temer	6427	11,36%
Jair Bolsonaro	5023	8,88%
Fernando Haddad	3358	5,94%
Geraldo Alckmin	3043	5,38%
Aécio Neves	2815	4,98%
Quantidade de Matérias	56555	100,00%

Tabela criada a partir do recorte Liberdade, na Grande Imprensa, entre 01/01/2013 e 30/12/2018

Proporção da Quantidade por Personagem

Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, na Grande Imprensa, entre 01/01/2013 e 30/12/2018

Data	Perfis	Original	Interno	Veículo	Título
30/12/2018	1			ESTADÃO	Affonso Celso Pastore: Em defesa da independência do Banco Central
30/12/2018	3			UOL	Agro espera de Bolsonaro menos imposto, estrada boa e segurança no campo
30/12/2018	2			G1	Motorista embriagado perde controle de carro, atinge dois veículos e deixa cinco feridos, em Manaus; veja vídeo

Anexo 2 – Gráficos Comparativos Apoio x Oposição

Aborto - Proporção do Engajamento

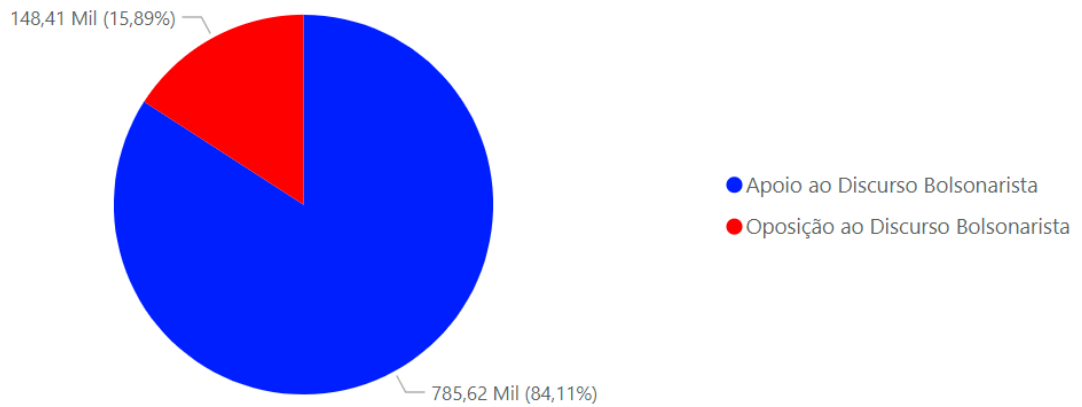


Gráfico criado a partir do recorte Aborto, no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018

Cura Gay - Proporção do Engajamento

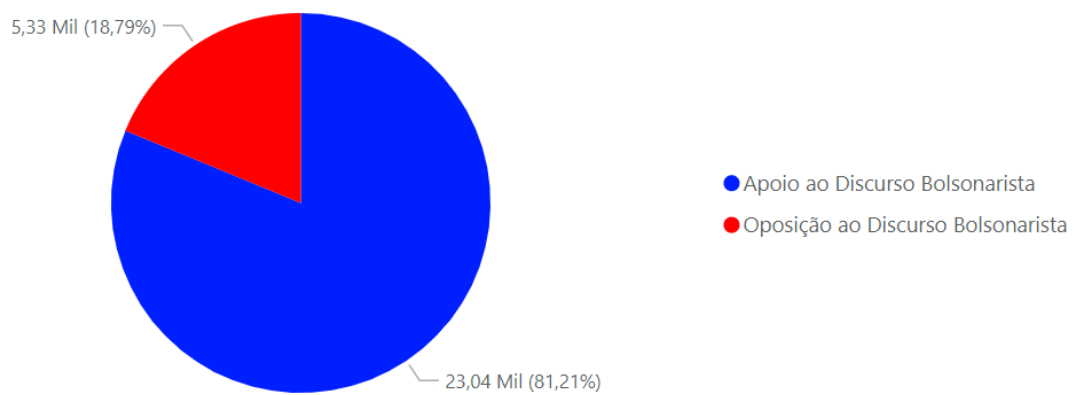


Gráfico criado a partir do recorte Cura Gay, no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018

Kit Gay - Proporção do Engajamento

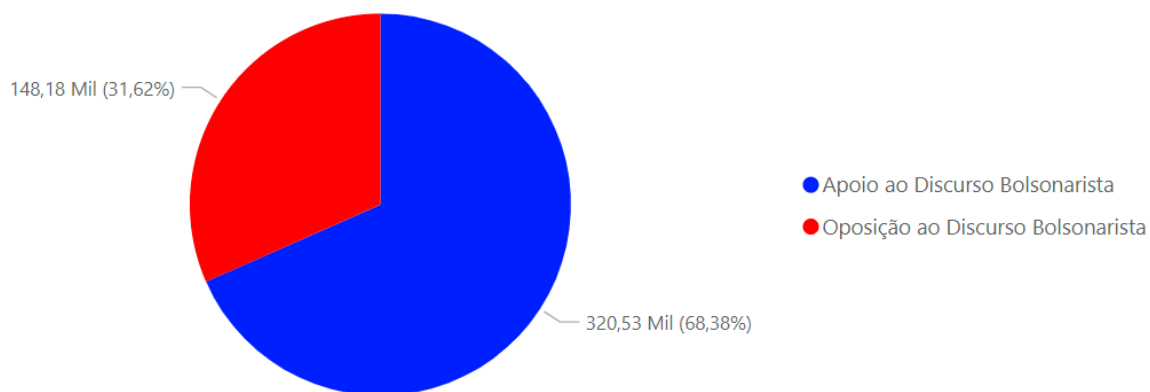


Gráfico criado a partir do recorte Kit Gay, no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018

Família/Costumes - Proporção do Engajamento

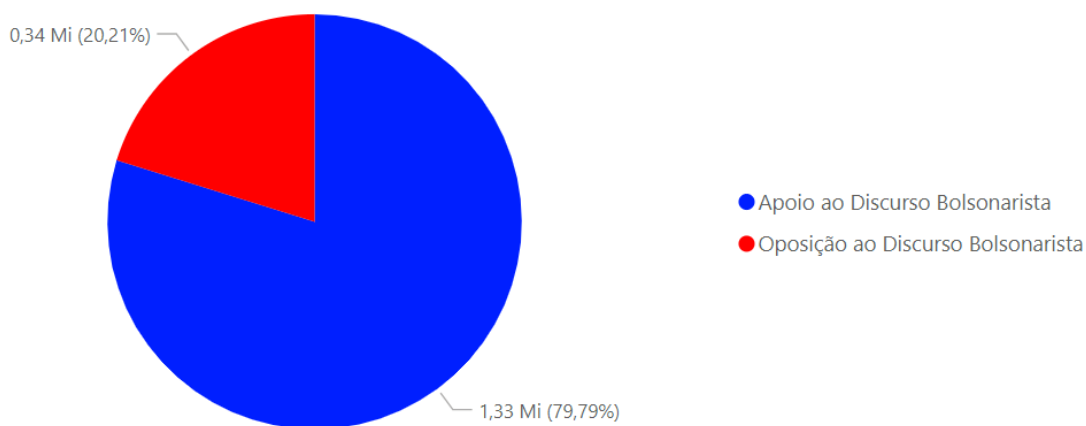


Gráfico criado a partir do recorte Família/Costumes (Aborto, Cura Gay, Kit Gay, Ideologia de Gênero, Escola sem Partido), no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018

Comunismo - Proporção do Engajamento

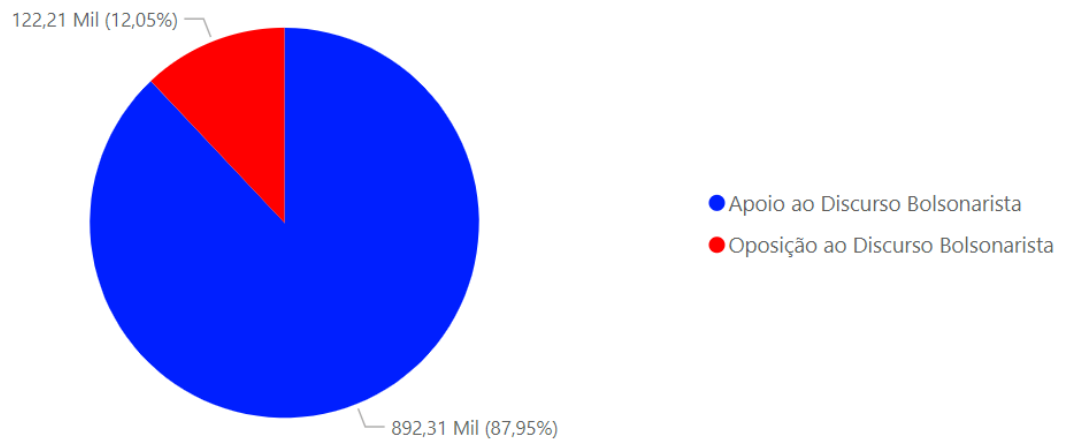


Gráfico criado a partir do recorte Comunismo, no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018

Liberdade - Proporção do Engajamento

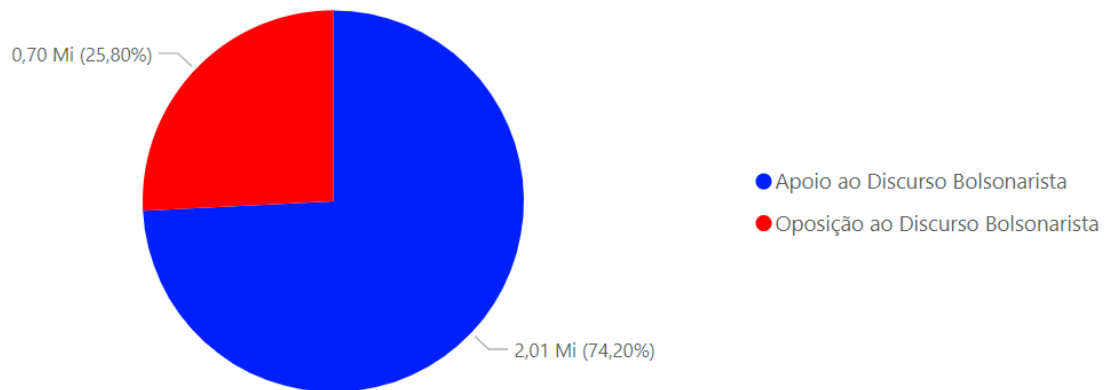


Gráfico criado a partir do recorte Liberdade, no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018

Ideológico - Proporção do Engajamento

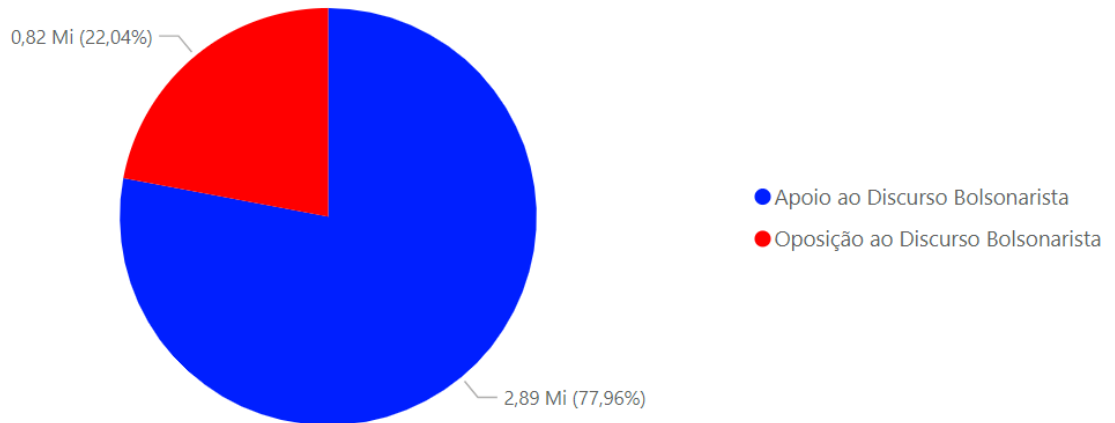


Gráfico criado a partir do recorte Ideológico (Comunismo, Liberdade), no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018

Narrativa - Proporção do Engajamento

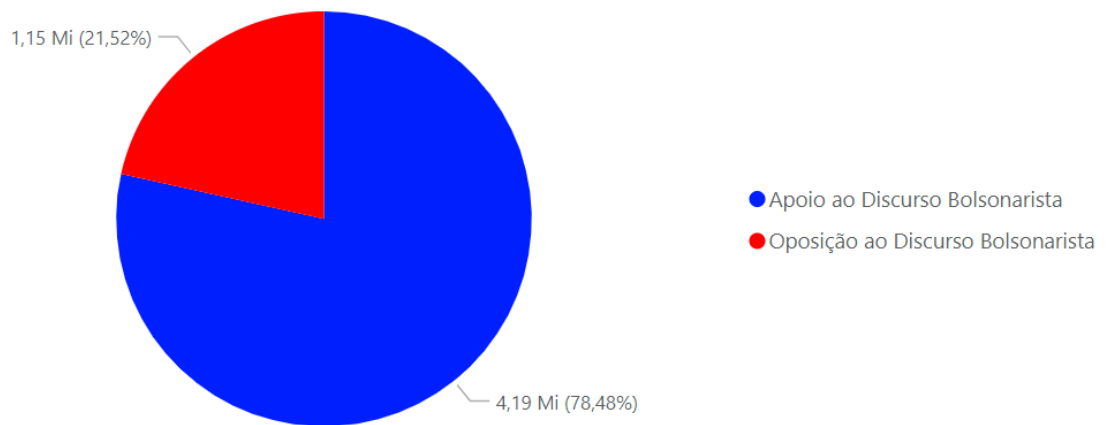


Gráfico criado a partir do recorte Narrativa (Aborto, Cura Gay, Kit Gay, Ideologia de Gênero, Escola sem Partido, Liberdade e Comunismo), no Twitter, entre 03/01/2010 e 29/10/2018